

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS



ANO 6 • 2007

SUMÁRIO



Solicitações para recebimento de exemplares via Correios, envio de artigos e sugestões:

Aequus Consultoria
Rua Dr. Eurico de Aguiar, 888,
sl. 504 - Vitória - ES
CEP: 29056-200
Tel: (27) 3235-7841
E-mail: aequus@aequus.com.br
www.financasdosmunicipios.com.br

Diretor:
Alberto Jorge Mendes Borges

Editora técnica:
Tânia Mara Cursino Villela

Equipe técnica:
Adriano do Carmo Santos
Ana Carolina Giuberti
Imar Ferreira da Silva
Luís Fernando Novais
Marta Luiza Cursino Villela
Neide César Vargas
Rogério Cerdeira Leibovitz

Revisão:
Proa Literária

Projeto gráfico e editoração:
Comunicação Impressa

Capa:
Cristina Xavier




















Impressão:
Gráfica Bandeirantes

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda.

Proibida a reprodução total ou parcial da mesma sem autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios Paulistas
/ Organização de Alberto J. M.
Borges e Tânia M. C. Villela.
v6 (2007). Vitória, ES:
Aequus Consultoria, 2007
Anual

CDU: 336.1

	Nota Metodológica.....	03
	As finanças dos municípios paulistas em 2006.....	06
	Receita total.....	06
	Despesa total.....	09
	Resultado orçamentário.....	10
	FPM.....	36
	ICMS municipal.....	41
	ISS.....	56
	IPTU.....	61
	ITBI.....	66
	Taxas.....	71
	Pessoal.....	78
	Custeio.....	88
	Investimentos.....	93
	Dívida.....	100
	Legislativos municipais.....	107
	Educação.....	111
	Saúde.....	118
	O papel da política fiscal na visão convencional.....	123
	Francisco Luiz C. Lopreato	
	Precatórios: uma proposta em debate.....	127
	Igor Tamasauskas e Sebastião Botto de Barros Tojal	
	A reforma tributária e o ITR.....	131
	Gilberto Perre	
	Novas experiências na área tributária de São Bernardo do Campo.....	134
	Informe especial	

APRESENTAÇÃO

O sexto número de **Finanças dos Municípios Paulistas** traz várias novidades. Além de um novo projeto gráfico, a publicação passa a contar com *rankings* em todas as seções de receita e despesa. Uma análise sobre o desempenho dos gastos com saúde e educação foi incorporada, apresentando indicadores como o dispêndio com educação por aluno da rede pública municipal.

Dessa forma, o anuário torna-se mais rica em informações, procurando acompanhar e atender às necessidades dos profissionais da gestão pública municipal. O fortalecimento da federação brasileira passa necessariamente pelos aprimoramentos técnico, político e financeiro de seus entes. Nessas três áreas, os municípios do país têm realizado conquistas. Especialmente no âmbito técnico, no que se refere ao desenvolvimento administrativo, à formação continuada dos servidores e à adoção de novas tecnologias e técnicas de gestão, os avanços são visíveis.

Para divulgar experiências nesses setores, **Finanças dos Municípios Paulistas** reserva um espaço para matérias, por exemplo, a de São Bernardo do Campo, publicada nesta edição, e a de Jundiaí e suas cidades parceiras, na anterior. Artigos que trazem uma visão abrangente, como a do economista Francisco Lopreato, que avalia criticamente o papel da política fiscal na política econômica também podem ser conferidos. Outros sobre temas de atual interesse dos municípios, como a questão dos precatórios e da reforma tributária, incluindo um debate sobre a transformação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) em um tributo municipal, estão presentes neste número.

No aspecto financeiro, a boa notícia é a do contínuo aumento da receita total dos municípios paulistas, apresentando, novamente, uma excelente taxa de crescimento em 2006. Dentre os itens da receita, a tributária própria foi a que mais cresceu, influenciada pelo desempenho extraordinário do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) transferido aos municípios também contribuiu muito, uma vez que seu crescimento foi mais acentuado em 2006 que em 2005, refletindo a melhoria na economia nacional e, principalmente, na do Estado de São Paulo.

A partir da divulgação e das análises desses dados aqui veiculados, os administradores municipais terão muitos subsídios para avaliarem seus desempenhos nesse contexto geral, e estarão de posse de textos que contêm elementos importantes para uma reflexão sobre o papel político dos municípios.

Pedro Antônio Aguiar Pinheiro
Secretário de Finanças de São Bernardo do Campo

NOTA METODOLÓGICA

Sobre as estimativas utilizadas

A cada ano alguns municípios deixam de entregar suas informações à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para suprimir essas lacunas e tornar a análise da evolução histórica dos itens da receita e da despesa dos municípios mais próxima da realidade, o banco de dados foi ajustado.

Com isso foi necessário realizar estimativas para os dados dos municípios agrupados em faixas populacionais. O valor do total dos municípios do interior e do total geral incluem as estimativas. A metodologia utilizada baseia-se no comportamento das finanças dos municípios da mesma faixa populacional que apresentaram dados.

Número de municípios que apresentaram dados de 2001 a 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Municípios que apresentaram dados	632	592	593	555	568	580
Participação no total	98%	92%	92%	86%	88%	90%
Total de municípios do Estado de São Paulo	645	645	645	645	645	645

A atualização de preços

Os valores publicados nesta edição de **Finanças dos Municípios Paulistas**, à exceção dos que estiverem expressamente mencionados, foram corrigidos dos efeitos da inflação. O índice de preços utilizado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As correções foram feitas pelo IPCA médio de 2006.

As deduções da conta Fundef

Nos balanços orçamentários de grande parte dos municípios brasileiros, desde que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído em 1998, até o ano de 2001, a contabilização se deu de uma forma que implicava dupla contagem dos recursos, acabando por superestimar as receitas e as despesas municipais, incluindo valores que efetivamente não estavam disponíveis ao município.

Para eliminar essa distorção, os dados dos balanços municipais de 1998 a 2001, apresentados pelas edições de **Finanças dos Municípios Paulistas**, foram ajustados descontando, de cada um, a receita do Fundef (do balanço da receita) e a despesa com o Fundef (do balanço da despesa). Em seguida, foi considerado apenas o saldo entre receita e despesa do Fundef, que foi somado à receita.

A partir de 2002, a contabilização do Fundef foi modificada a fim de eliminar a dupla contagem nos balanços. Através da portaria nº 328, de 27 de agosto de 2001, a STN estabeleceu que as deduções de 15% de cada uma das receitas que compõem o Fundef devem constar exclusivamente no balanço da receita. No balanço da despesa, por sua vez, não deve haver nenhuma referência ao Fundef, uma vez que o valor relativo ao que o município despense com esse fundo já está deduzido da receita.

Apesar dessa tentativa de normalização, os municípios ainda adotaram diversas formas de registro do Fundef nos balanços orçamentários em 2002, o que exigiu ajustes também para os dados daquele ano. Nos dados dos balanços de 2003 a 2006 foram poucos os municípios que ainda precisaram de acertos.



Sua administração está preparada para prestar contas ao TCE-SP em 2008?

A partir de 2008 o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tornará obrigatório que Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Órgãos Indiretos ligados a Administração pública do Estado façam sua prestação de contas eletronicamente utilizando através do sistema AUDESP - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos.

**Contate-nos para maiores
informações**

Tel: (0xx11) 2125-9200

E-mail: comercial@giap.com.br

www.giaponline.com.br

A SISP TECHNOLOGY atende plenamente as exigências

AUD@SP

Com sua versão 4.0 do software SIOPI – Sistema Integrado de Orçamento e Contabilidade Pública, lançado no início deste ano especificamente para o TCE-SP, a SISP pode assegurar sua prestação de contas em 2008 nas novas regras do Tribunal.

Isso pode ser comprovado por nossos clientes que já tiveram seus dados entregues e homologados pelo Audep em 2007.

A SISP está preparada para entregar e validar os arquivos no TCE-SP, com consistência e detalhamento analítico necessário, garantindo assim, a credibilidade nos dados produzidos pela Administração Pública em sua prestação de contas.

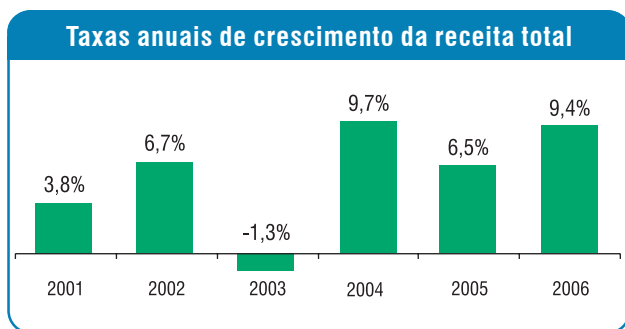
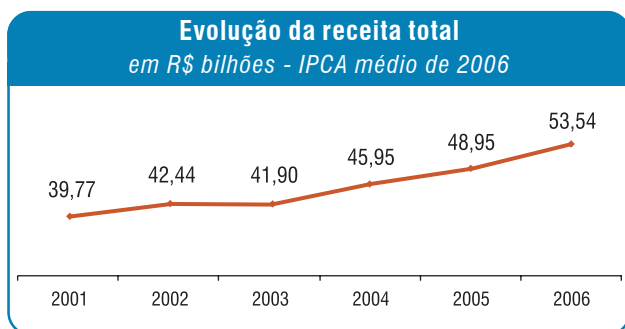
Desta forma, em virtude da obrigatoriedade da prestação de contas ser eletrônica a partir do exercício de 2008, estamos à disposição para deixar sua administração apta para atender a todas estas novas exigências.



As finanças dos municípios paulistas em 2006

> RECEITA TOTAL

Em 2006, a arrecadação do conjunto dos municípios paulistas somou R\$ 53,54 bilhões, 9,4% acima do registrado no ano anterior. As taxas de crescimento da receita foram bastante significativas, pelo terceiro ano consecutivo. Em 2004 e 2005, os municípios já haviam tido um bom desempenho, quando a receita aumentou 9,7% e 6,5%, respectivamente.



O desempenho registrado em 2006 deveu-se tanto ao resultado alcançado pela capital, que obteve um aumento de 9,2% na receita total, quanto ao crescimento da arrecadação do interior, de 9,4%. O incremento da receita total de São Paulo resultou num montante arrecadado de R\$ 17,15 bilhões, enquanto que, no interior, esse valor foi de R\$ 36,39 bilhões.

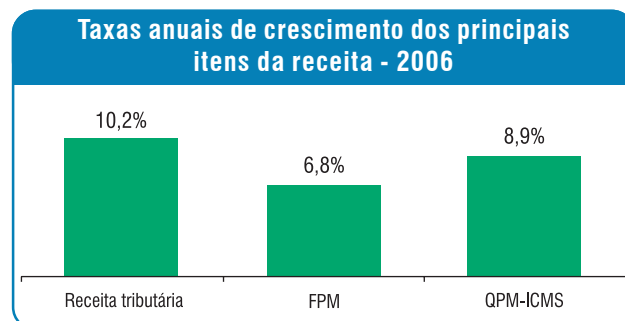
No interior, a arrecadação aumentou em todos os grupos de municípios, com destaque para aqueles com população de até 10 mil habitantes e para os de 10 mil a 30 mil habitantes, nos quais o crescimento da receita total foi de 13,2% e 11,5%, respectivamente. Esse resultado pode ser atribuído ao aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que tem um peso importante no orçamento das pequenas cidades, e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Dentre os 50 municípios com população de 100 mil a 300 mil habitantes, 23 apresentaram taxas de crescimento acima de 10%. Entre eles, destacam-se Rio Claro, que, após uma retração de 10,1%, em 2005, apresentou aumento de 40,5% na sua receita total, em 2006; Ferraz de Vasconcelos (36,8%); Salto (23,1%); e Taboão da Serra (22,9%). Nesse mesmo grupo, apenas três municípios apresentaram queda: Araraquara, com retração de 9,2%; Presidente Prudente, com 6,1%, sendo seu segundo ano consecutivo de queda; e Cubatão, que, após crescer 39,4%, em 2005, registrou declínio de 5,3% na sua arrecadação, em 2006.

Dos 22 municípios com mais de 300 mil habitantes, nove obtiveram aumento de suas receitas totais acima de 10%. Destaque para Carapicuíba, com crescimento de 52,1%, após registrar uma queda de 14,8% em 2005; e Santo André, com 31,5%, cidade que está entre as que obtiveram maior crescimento pelo segundo ano consecutivo. Os demais municípios foram Itaquaquecetuba, Guarulhos, Franca, Osasco, São José do Rio Preto, Bauru e Diadema. Apenas Mauá, Sorocaba e São José dos Campos tiveram forte retração de receita. Mauá apresentou queda de 13%, enquanto Sorocaba e São José dos Campos registraram declínio de 11,8% e 5,2%, respectivamente. São Vicente e Mogi das Cruzes praticamente mantiveram a arrecadação, com ligeira queda de 0,3% e 1%, respectivamente.

> Fatores de influência

O crescimento da receita municipal foi impulsionado pelo bom desempenho dos principais itens que a compõem. A receita tributária foi o que mais cresceu, 10,2%, sendo a responsável pelo maior montante adicionado à receita total, R\$ 1,49 bilhão. O ICMS municipal aumentou 8,9% e adicionou R\$ 1,18 bilhão. O FPM teve uma taxa de crescimento mais modesta, de 6,8%, e adicionou R\$ 294,5 milhões.



Novamente, o bom desempenho da receita tributária deveu-se, sobretudo, ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), que cresceu 18,1% e acrescentou R\$ 1,08 bilhão à receita total. Esse resultado segue a tendência dos aumentos já obtidos no biênio 2004-2005, que foram estimulados pela promulgação da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Além disso, deve-se considerar o desempenho da capital paulista, em 2006, e o impacto da introdução das notas fiscais eletrônicas (veja mais sobre ISS na página 56).

Com exceção das taxas, que recuaram 9%, os demais tributos também registraram aumento em 2006. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *inter vivos* (ITBI) foi o que apresentou o maior crescimento, de 22,1%, e adicionou R\$ 159,36 milhões à receita dos municípios paulistas, enquanto o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) cresceu 5,3%.

Por sua vez, a queda na taxa de crescimento do FPM, de 16,5%, em 2005, para 6,8%, em 2006, está relacionada à redução na taxa de crescimento das arrecadações federais de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõem o Fundo. O IR passou de uma taxa de crescimento de 12,2%, em 2005, para 6%, em 2006, enquanto o IPI passou de 8,3%, para 2,4%, no mesmo período (veja mais sobre FPM na página 36).

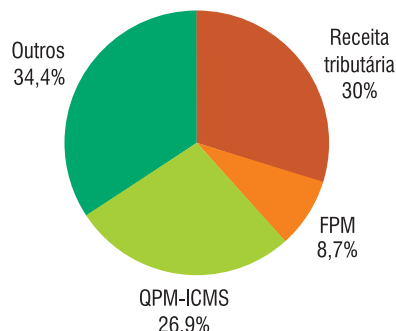
Os repasses do ICMS apresentaram um significativo aumento da sua taxa de crescimento, em 2006. Os valores transferidos aumentaram em 8,9%, contra apenas 3,5% verificado no ano anterior. Esse desempenho acompanha de perto o crescimento do produto paulista e da economia brasileira, que cresceu a uma taxa de 3,7%, em 2006 (veja mais sobre QPM-ICMS na página 41).

> Estrutura da receita

Em 2006, a composição da receita municipal segundo suas fontes mostra que 30% foram oriundas de receita tributária, 8,7% do FPM, 26,9% do ICMS municipal e 34,4% das demais. Observa-se que a importância desses itens na composição da receita municipal está fortemente associada ao porte populacional, à urbanização e ao grau de desenvolvimento da economia local. Dessa forma, para os municípios com população até 10 mil habitantes, o FPM respondeu por 37,6% da receita total, os tributos municipais, por apenas 6,9% e o ICMS, por 30,5%. Já para os municípios com população acima de 300 mil habitantes, exceto a capital, o FPM respondeu

por 4,1% da receita total, enquanto os tributos e o ICMS foram responsáveis por 29,7% e 28,8%, respectivamente. Em São Paulo, o FPM representou apenas 0,6% da receita total, a receita tributária, 46,4% e o ICMS, 19,8%.

Composição da receita municipal total - 2006



Estrutura da receita municipal

Receita corrente

Receita tributária

- IPTU
- IR-Fonte
- ISS
- ITBI *Inter Vivos*
- Taxas
- Contribuição de melhoria

Transferências Correntes

- Da União
 - FPM
 - Fundo de exportação
 - Outras
- Do Estado
 - QPM-ICMS
 - IPVA
 - Outras
- Outras transferências correntes

Outras receitas correntes

Receita de capital

- Operações de créditos
- Alienação de bens
- Transferências de capital
- Outras receitas de capital

> Maiores receitas

O caráter concentrado da receita municipal do Estado de São Paulo se manteve em 2006. Somente a capital respondeu por 32% da receita do conjunto dos municípios paulistas. Os dez municípios de maior arrecadação obtiveram, juntos, 48,8% do total arrecadado. Entre os dez maiores arrecadadores apenas Osasco não estava presente no ano anterior.

As dez maiores receitas municipais no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	Receita total ^a em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	17.146,9	32,0%	32,0%
2º	Campinas	1.487,4	2,8%	34,8%
3º	Guarulhos	1.392,3	2,6%	37,4%
4º	São Bernardo do Campo	1.379,0	2,6%	40,0%
5º	Santo André	937,7	1,8%	41,7%
6º	São José dos Campos	916,9	1,7%	43,4%
7º	Santos	787,9	1,5%	44,9%
8º	Ribeirão Preto	711,9	1,3%	46,2%
9º	Osasco	690,4	1,3%	47,5%
10º	Barueri	662,2	1,2%	48,8%
	Total	53.535,8	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3).

> Receita per capita

A receita per capita média dos municípios paulistas foi de R\$ 1.304, em 2006. Paulínia continuou na liderança do ranking com uma arrecadação por habitante de R\$ 9.973,3, seguida por Nova Castilho, com R\$ 5.577. Carapicuíba, lo-

calizada na Região Metropolitana de São Paulo e com população de 390 mil habitantes, apresentou a menor receita per capita do Estado, de R\$ 452, a única inferior a R\$ 500 por habitante.

As dez maiores receitas municipais per capita no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	Receita total ^a per capita em reais	Receita total ^a em reais	População 2006
1º	Paulínia	9.973	619.660.514	62.132
2º	Nova Castilho	5.577	5.755.496	1.032
3º	Águas de São Pedro	4.787	9.668.835	2.020
4º	Borá	4.765	3.945.712	828
5º	Fernão	4.256	5.281.434	1.241
6º	Cubatão	4.048	489.874.586	121.002
7º	Luis Antônio	4.032	32.800.786	8.136
8º	Zacarias	4.024	7.793.953	1.937
9º	Mira Estrela	3.970	10.100.076	2.544
10º	São Caetano do Sul	3.770	502.354.485	133.241
	Total	1.304	53.535.842.214	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3).

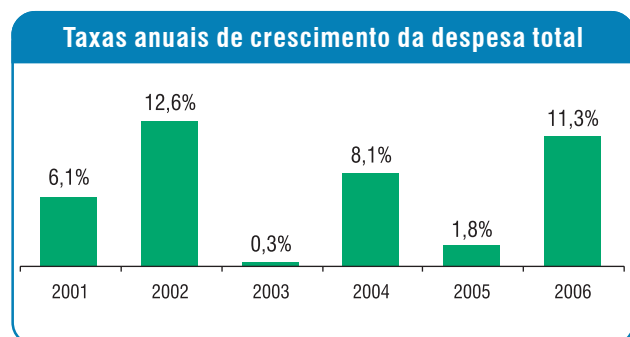
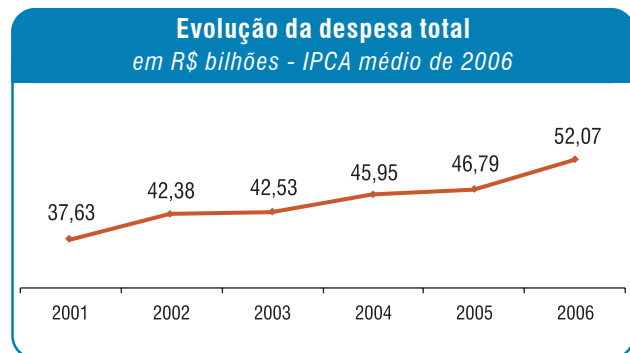
As dez menores receitas municipais per capita no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	Receita total ^a per capita em reais	Receita total ^a em reais	População 2006
1º	Carapicuíba	452	175.986.908	389.634
2º	Itaquaquecetuba	523	184.658.113	352.755
3º	Francisco Morato	566	96.469.691	170.585
4º	Ferraz de Vasconcelos	571	100.794.236	176.532
5º	Embu-Guaçu	606	43.750.818	72.170
6º	Embu	608	149.404.897	245.855
7º	Franco da Rocha	656	81.855.688	124.816
8º	Caieiras	698	66.273.636	94.985
9º	Várzea Paulista	701	77.458.934	110.449
10º	Itapevi	718	145.433.307	202.683
	Total	1.304	53.535.842.214	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3).

> DESPESA TOTAL

O gasto total dos municípios paulistas continuou a sua trajetória ascendente iniciada em 2001 e totalizou R\$ 52,07 bilhões, em 2006. Esse montante representou um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior, e foi alcançado com o aumento das despesas de custeio, investimentos e pessoal.



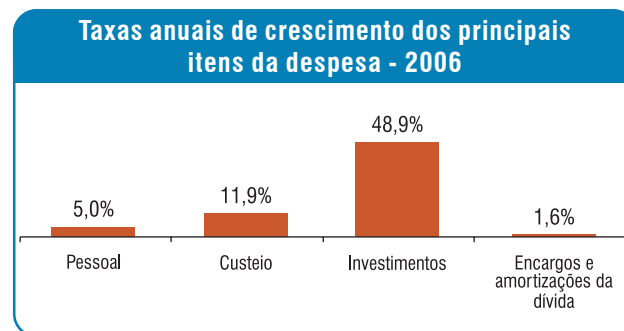
A capital registrou um aumento de 14%, o que significou um acréscimo de R\$ 2,02 bilhões. No interior, a média de crescimento foi um pouco menor, 10,1%, com acréscimo de R\$ 3,26 bilhões. Destacam-se os municípios com até 100 mil habitantes, nos quais o gasto total cresceu, em média, 14,3%.

Dentre aqueles com população de 100 mil a 300 mil habitantes, Ferraz de Vasconcelos, Rio Claro e Francisco Morato tiveram aumentos de 36,8%, 29,9% e 29,8%, respectivamente. Os dois primeiros também apresentaram o maior crescimento da receita total dentro da sua faixa populacional. Nesse mesmo grupo, apenas três municípios apresentaram queda: Cubatão (-7,7%), Jacareí (-2,0%) e Presidente Prudente (-0,2%).

Nas cidades com mais de 300 mil habitantes, exceto a capital, os maiores aumentos foram os de Itaquaquecetuba, com 33,5%; Santo André, com 25,6%; e Carapicuíba, com 20,6%, que também obtiveram os maiores aumentos de receita dentro de sua faixa populacional. Mauá, Sorocaba, São José dos Campos e Mogi das Cruzes registraram retração na despesa e receita totais. Em Sorocaba, o gasto caiu 17,4%, enquanto em Mauá, São José dos Campos e Mogi das Cruzes, a queda foi de 1,6%, 2,5% e 3,9%, respectivamente.

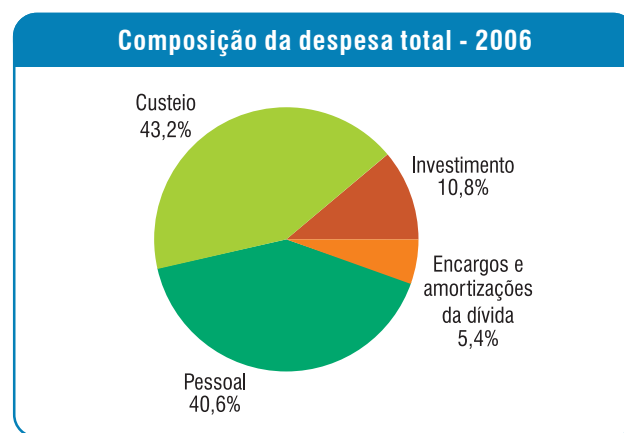
> Fatores de influência e estrutura da despesa

O investimento foi o item da despesa que apresentou o maior crescimento, de 48,9%, com acréscimo de R\$ 1,85 bilhão, fazendo com que sua participação no total despendido passasse de 8,1%, em 2005, para 10,8%, em 2006. A evolução dos investimentos foi profundamente influenciada pela cidade de São Paulo, que ampliou-os de R\$ 713,24 milhões para R\$ 1,68 bilhão, variando 136%. Desconsiderando a capital, o acréscimo foi de 28,6%. (veja mais sobre investimento na página 93)



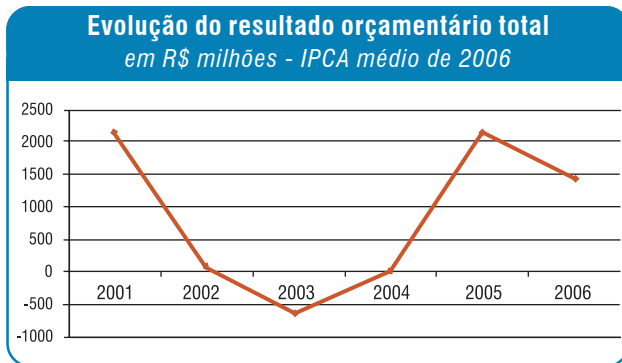
No entanto, foi o crescimento do gasto com custeio, exceto com pessoal, o principal responsável pelo aumento da despesa: dos R\$ 5,28 bilhões acrescidos na despesa total, R\$ 2,39 bilhões foram provenientes do custeio. Em termos percentuais, o acréscimo foi de 11,9%. Com isso, o item ultrapassou o gasto com pessoal e passou a ser o principal gasto dos municípios, respondendo por 43,2% do total. Essa expansão deveu-se, principalmente, ao crescimento de 13,2% dos serviços com terceiros, seu principal item, que passou de R\$ 13,81 bilhões para R\$ 15,63 bilhões. O dispêndio com pessoal cresceu 5%, fazendo com que sua participação caísse de 43,2%, em 2005, para 40,6%, em 2006.

Os gastos com os juros e encargos da dívida apresentaram um pequeno aumento de 1,6%, um acréscimo de R\$ 43,04 milhões. Em 2006, essa despesa respondeu por 5,4% de todo o dispêndio realizado pelas cidades paulistas.



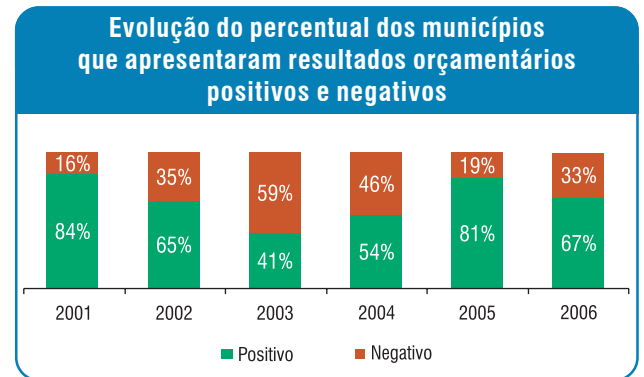
> RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em 2006, os municípios paulistas obtiveram um superávit orçamentário de R\$ 1,47 bilhão. Apesar do resultado positivo, esse é 32,4% menor do que o alcançado em 2005. Essa queda deve-se principalmente à redução de 45,9% do resultado orçamentário da capital, que passou de R\$ 1,25 bilhão para R\$ 677,7 milhões. No entanto, vale ressaltar que a capital ampliou o montante de investimento em R\$ 969,8 milhões. O superávit dos municípios do interior foi de R\$ 787,5 milhões, representando um aumento de 13,8%.



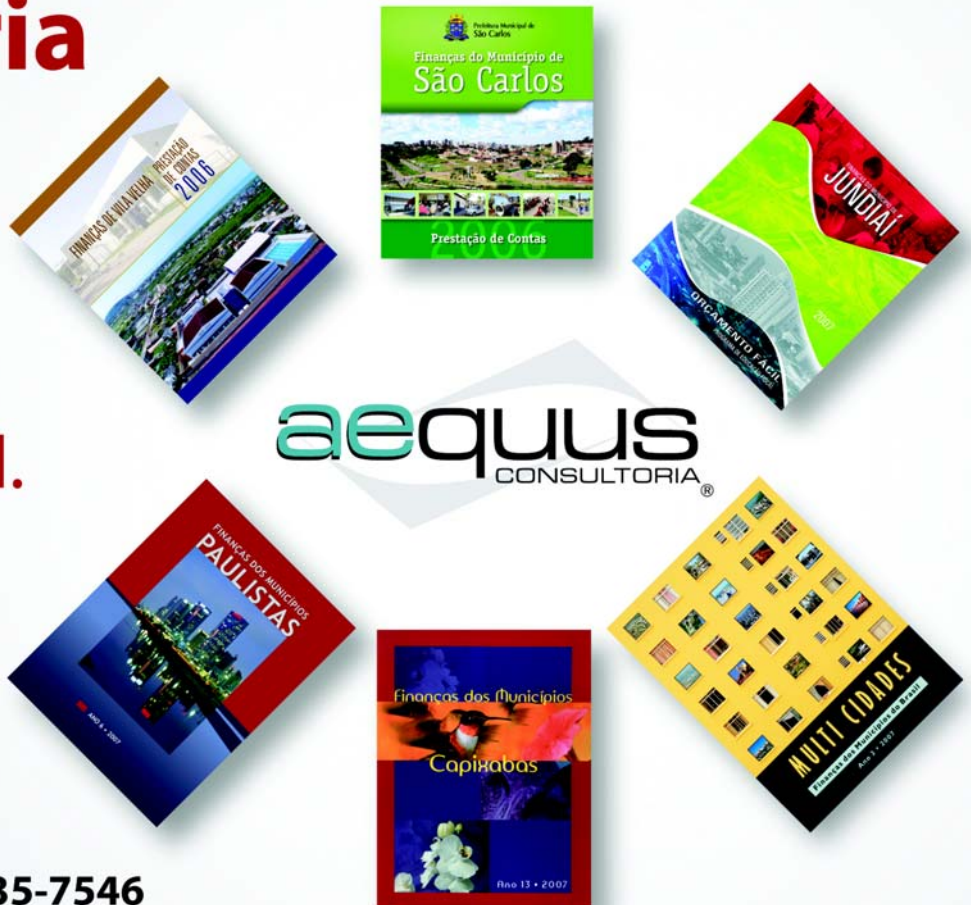
Com esse resultado, caiu a quantidade de municípios que obtiveram superávits, em 2006, em relação ao ano anterior: 67% das cidades paulistas que apresentaram dados, contra 81%, em 2005.

Em média, o resultado orçamentário dos municípios paulistas representou 2,7% da receita total. Entretanto, em algumas cidades, essa relação foi bastante significativa. É o caso de Indaiatuba, 13,8%; Bauru, 11,2%; Jacareí, 8,6%; e Jundiaí, 8,1%.



Aequus Consultoria

Cada vez mais presente nas prefeituras de todo o Brasil.



www.aequus.com.br

Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546

Vega Engenharia Ambiental:
Integrando Homem e Natureza.



A Vega desenvolve tecnologia e soluções inovadoras para limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos. Está presente em 20 cidades, levando bem-estar e qualidade de vida a mais de 10 milhões de cidadãos.

Todas essas atividades são desenvolvidas dentro de rigorosos princípios éticos, sociais e de respeito ao meio ambiente. É a Vega trabalhando para o benefício de milhões de brasileiros. Junte-se a nós nessa missão.



Composição da receita - 2006

População	Município	Receita tributária	FPM	QPM-ICMS	Outras	Total ^a
		Em %				
1.394.888	Até 10 mil habitantes	6,9	37,6	30,5	24,9	100,0
2.994.266	De 10 mil a 30 mil habitantes	11,2	25,3	30,8	32,8	100,0
2.602.091	De 30 mil a 50 mil habitantes	17,0	19,7	29,0	34,4	100,0
3.619.138	De 50 mil a 100 mil habitantes ^b	20,0	15,3	26,2	38,5	100,0
62.132	Paulínia	10,2	1,8	85,2	2,9	100,0
102.224	Santana de Parnaíba	51,0	6,6	13,0	29,4	100,0
106.350	Ourinhos	12,2	12,6	23,0	52,2	100,0
106.407	Sertãozinho	19,6	11,8	28,4	40,2	100,0
107.115	Tatui	19,5	18,1	30,6	31,7	100,0
107.157	Votorantim	16,1	16,1	25,6	42,2	100,0
108.472	Birigui	14,8	15,0	24,2	45,9	100,0
108.552	Salto	20,4	14,2	30,9	34,5	100,0
110.195	Barretos	13,7	9,9	19,0	57,4	100,0
110.213	Poá	37,6	15,8	17,1	29,5	100,0
110.449	Várzea Paulista	13,0	20,5	30,2	36,4	100,0
113.012	Guaratinguetá	18,5	12,2	29,0	40,3	100,0
113.323	Jandira	17,5	18,4	28,8	35,3	100,0
116.566	Araras	15,1	9,3	28,3	47,4	100,0
116.984	Catanduva	17,8	10,7	19,7	51,8	100,0
118.864	Ribeirão Pires	20,6	19,0	24,6	35,8	100,0
121.002	Cubatão	18,6	3,4	58,2	19,8	100,0
121.274	Botucatu	20,5	15,4	34,9	29,2	100,0
124.816	Franco da Rocha	16,2	20,6	33,9	29,3	100,0
125.399	Jauá	19,0	13,0	21,0	46,9	100,0
129.751	Atibaia	32,7	11,1	17,3	38,9	100,0
133.241	São Caetano do Sul	34,3	3,8	27,2	34,8	100,0
141.559	Mogi Guaçu	14,2	10,2	40,8	34,8	100,0
143.097	Itapetininga	15,8	16,5	35,0	32,7	100,0
143.621	Bragança Paulista	29,2	12,9	24,0	33,9	100,0
143.737	Pindamonhangaba	16,4	11,7	45,1	26,8	100,0
156.100	Itu	21,2	13,8	31,0	34,0	100,0
162.239	Itapeçerica da Serra	15,7	19,4	33,8	31,0	100,0
170.585	Francisco Morato	8,9	26,5	10,9	53,7	100,0
176.532	Ferraz de Vasconcelos	11,6	25,4	18,2	44,9	100,0
179.685	Cotia	31,7	11,9	31,7	24,7	100,0
181.124	Indaiatuba	21,8	8,6	25,3	44,3	100,0
181.598	Araçatuba	18,3	11,3	18,0	52,4	100,0
188.417	Santa Bárbara d'Oeste	-	-	-	-	-
190.373	Rio Claro	20,7	11,0	29,5	38,8	100,0
199.657	Araraquara	20,9	12,2	26,2	40,7	100,0
201.795	Hortolândia	28,9	11,7	28,8	30,6	100,0
202.683	Itapevi	16,3	17,6	25,9	40,3	100,0
203.845	Americana	18,6	9,6	36,0	35,7	100,0
206.704	Presidente Prudente	27,3	13,0	21,7	38,0	100,0
211.559	Jacareí	19,8	11,5	47,2	21,5	100,0
218.702	São Carlos	18,8	9,4	25,7	46,1	100,0
224.093	Marília	18,7	8,6	15,2	57,4	100,0
225.405	Taboão da Serra	19,5	10,9	30,2	39,5	100,0
237.900	Sumaré	18,3	12,2	36,2	33,3	100,0
245.386	Praia Grande	45,0	6,7	7,8	40,4	100,0
245.855	Embu	19,4	17,3	24,1	39,3	100,0
265.549	Barueri	33,7	3,9	44,7	17,7	100,0
271.660	Taubaté	24,6	8,1	35,7	31,6	100,0
279.554	Limeira	22,3	8,3	34,6	34,9	100,0
280.318	Suzano	18,4	11,3	49,0	21,3	100,0
8.290.698	De 100 mil a 300 mil hab.	23,3	10,7	30,2	35,8	100,0
305.171	Guarujá	52,7	5,5	11,4	30,4	100,0
328.121	Franca	21,3	9,9	22,1	46,7	100,0
329.370	São Vicente	29,1	9,0	13,3	48,6	100,0
348.621	Jundiaí	25,0	4,1	32,4	38,5	100,0
352.755	Itaquaquecetuba	17,0	13,9	21,3	47,8	100,0
356.680	Bauru	21,1	7,9	22,1	48,9	100,0
366.442	Piracicaba	26,7	5,6	28,3	39,4	100,0
372.419	Mogi das Cruzes	27,7	8,1	28,6	35,7	100,0
389.634	Carapicuíba	17,6	14,5	22,1	45,8	100,0
395.333	Diadema	23,4	5,7	33,6	37,3	100,0
413.943	Mauá	21,8	8,1	53,6	16,4	100,0
415.508	São José do Rio Preto	24,1	5,7	18,4	51,8	100,0
418.375	Santos	46,8	3,3	18,3	31,7	100,0
559.650	Ribeirão Preto	23,9	4,1	25,8	46,2	100,0
578.068	Sorocaba	28,7	4,5	33,3	33,5	100,0
610.965	São José dos Campos	23,1	2,8	49,8	24,3	100,0
673.234	Santo André	32,0	2,7	23,5	41,7	100,0
714.950	Osasco	30,9	3,7	27,8	37,7	100,0
803.906	São Bernardo do Campo	29,4	1,7	33,3	35,6	100,0
1.059.420	Campinas	40,4	1,8	24,5	33,3	100,0
1.283.253	Guarulhos	23,0	2,0	33,5	41,5	100,0
11.075.818	Acima de 300 mil hab.	29,7	4,1	28,8	37,4	100,0
30.039.031	Interior	22,3	12,5	30,2	35,0	100,0
11.016.703	São Paulo	46,4	0,6	19,8	33,2	100,0
41.055.734	Total	30,0	8,7	26,9	34,4	100,0

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3). ^b exceto Paulínia.

Receita total

Posição	Municípios	Receita total ^a em reais	População 2006
1º	São Paulo	17.146.861.323	11.016.703
2º	Campinas	1.487.356.149	1.059.420
3º	Guarulhos	1.392.319.349	1.283.253
4º	São Bernardo do Campo	1.378.963.690	803.906
5º	Santo André	937.685.353	673.234
6º	São José dos Campos	916.914.366	610.965
7º	Santos	787.923.970	418.375
8º	Ribeirão Preto	711.922.664	559.650
9º	Osasco	690.376.306	714.950
10º	Barueri	662.157.923	265.549
11º	Paulínia	619.660.514	62.132
12º	Jundiaí	618.296.060	348.621
13º	Sorocaba	565.056.838	578.068
14º	São Caetano do Sul	502.354.485	133.241
15º	Cubatão	489.874.586	121.002
16º	Piracicaba	452.720.616	366.442
17º	Diadema	451.073.503	395.333
18º	Guarujá	450.449.719	305.171
19º	São José do Rio Preto	450.185.448	415.508
20º	Praia Grande	379.632.699	245.386
21º	Mogi das Cruzes	330.519.564	372.419
22º	Bauri	322.434.728	356.680
23º	Taubaté	316.913.732	271.660
24º	Limeira	308.286.732	279.554
25º	Mauá	306.775.257	413.943
26º	Marília	296.851.547	224.093
27º	Indaiatuba	296.753.004	181.124
28º	São Vicente	284.536.627	329.370
29º	São Carlos	270.784.190	218.702
30º	Americana	266.783.267	203.845
31º	Franca	257.997.488	328.121
32º	Suzano	235.597.372	280.318
33º	Taboão da Serra	234.663.465	225.405
34º	Rio Claro	232.981.399	190.373
35º	Santana de Parnaíba	227.639.636	102.224
36º	Araçatuba	226.117.369	181.598
37º	Jacareí	222.811.776	211.559
38º	São Sebastião	221.027.769	75.886
39º	Cotia	218.568.289	179.685
40º	Hortolândia	216.593.534	201.795
41º	Sumaré	209.191.314	237.900
42º	Araraquara	209.134.471	199.657
43º	Presidente Prudente	196.250.273	206.704
44º	Itaquaquecetuba	184.658.113	352.755
45º	Itu	178.148.533	156.100
46º	Carapicuíba	175.986.908	389.634
47º	Mogi Guaçu	174.004.691	141.559
48º	Araras	170.978.098	116.566
49º	Valinhos	165.149.497	94.124
50º	Barretos	159.776.204	110.195

Posição	Municípios	Receita total ^a em reais	População 2006
51º	Caraguatatuba	152.804.380	98.170
52º	Atibaia	151.801.104	129.751
53º	Pindamonhangaba	151.686.964	143.737
54º	Embu	149.404.897	245.855
55º	Catanduva	148.145.139	116.984
56º	Itapevi	145.433.307	202.683
57º	Bragança Paulista	138.472.437	143.621
58º	Sertãozinho	133.755.696	106.407
59º	Itapeçerica da Serra	131.477.455	162.239
60º	Guaratinguetá	130.254.844	113.012
61º	Jau	129.303.689	125.399
62º	Vinhedo	126.216.333	57.269
63º	Ourinhos	126.126.708	106.350
64º	Ubatuba	120.384.394	81.246
65º	Itatiba	120.331.941	95.648
66º	Jaguariúna	115.764.129	34.779
67º	Itanhaém	115.679.262	91.153
68º	Mogi Mirim	112.872.086	93.820
69º	Salto	111.749.997	108.552
70º	Botucatu	109.198.282	121.274
71º	Itapetininga	108.053.077	143.097
72º	Birigui	105.524.606	108.472
73º	Cajamar	103.255.880	63.344
74º	Ferraz de Vasconcelos	100.794.236	176.532
75º	Poá	100.029.284	110.213
76º	Votorantim	98.354.305	107.157
77º	Itapeva	97.382.995	89.743
78º	Francisco Morato	96.469.691	170.585
79º	Peruíbe	96.422.777	65.256
80º	Louveira	95.366.563	29.553
81º	Jaboticabal	93.593.253	73.524
82º	Assis	93.318.264	95.703
83º	São João da Boa Vista	90.784.976	83.477
84º	São Roque	89.675.208	73.778
85º	Matão	89.115.771	77.769
86º	Ribeirão Pires	88.709.906	118.864
87º	Tatui	87.570.364	107.115
88º	Itapira	87.354.206	68.396
89º	Leme	87.177.228	90.027
90º	Jandira	86.140.783	113.323
91º	Avaré	85.542.302	87.833
92º	Amparo	82.911.935	67.505
93º	Lençóis Paulista	82.234.967	62.580
94º	Franco da Rocha	81.855.688	124.816
95º	Caçapava	80.951.428	83.574
96º	Várzea Paulista	77.458.934	110.449
97º	Campo Limpo Paulista	76.215.122	77.277
98º	Campos do Jordão	76.189.431	49.512
99º	Votuporanga	73.914.775	83.764
100º	Bebedouro	73.684.999	80.027

Total dos 100 maiores	43.516.616.402	32.381.671
Total dos demais	10.019.225.812	8.674.063
Total geral	53.535.842.214	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3).

Receita total per capita

Posição	Municípios	Receita total ^a per capita	Receita total ^a	População 2006
		em reais		
1º	Paulínia	9.973	619.660.514	62.132
2º	Nova Castilho	5.577	5.755.496	1.032
3º	Águas de São Pedro	4.787	9.668.835	2.020
4º	Borá	4.765	3.945.712	828
5º	Fernão	4.256	5.281.434	1.241
6º	Cubatão	4.048	489.874.586	121.002
7º	Luís Antônio	4.032	32.800.786	8.136
8º	Zacarias	4.024	7.793.953	1.937
9º	Mira Estrela	3.970	10.100.076	2.544
10º	São Caetano do Sul	3.770	502.354.485	133.241
11º	Uru	3.372	4.872.891	1.445
12º	Jaguariúna	3.329	115.764.129	34.779
13º	Ilha Comprida	3.311	31.857.736	9.622
14º	Dirce Reis	3.251	4.603.720	1.416
15º	União Paulista	3.251	4.482.833	1.379
16º	Louveira	3.227	95.366.563	29.553
17º	Ouroeste	3.212	23.402.497	7.286
18º	Santa Clara d'Oeste	3.192	5.895.779	1.847
19º	Santa Salete	3.169	4.357.363	1.375
20º	Nova Independência	3.143	6.645.054	2.114
21º	Alumínio	3.078	50.339.697	16.357
22º	Sandovalina	3.062	11.009.558	3.596
23º	Bento de Abreu	3.031	7.248.990	2.392
24º	Analândia	3.026	12.094.326	3.997
25º	Turiúba	3.014	5.287.068	1.754
26º	São João do Pau d'Alho	3.002	5.136.837	1.711
27º	São Sebastião	2.913	221.027.769	75.886
28º	Santana da Ponte Pensa	2.910	4.498.245	1.546
29º	Nantes	2.891	6.325.346	2.188
30º	Mesópolis	2.839	5.312.530	1.871
31º	Balbinos	2.822	3.897.791	1.381
32º	Pracinha	2.798	3.936.748	1.407
33º	Rubineia	2.774	8.030.465	2.895
34º	Borebi	2.753	6.400.320	2.325
35º	Orindiúva	2.751	13.713.901	4.985
36º	Santa Rita d'Oeste	2.744	5.789.889	2.110
37º	Holambra	2.726	23.258.020	8.532
38º	Turmalina	2.702	5.626.145	2.082
39º	Rubiácea	2.662	5.627.463	2.114
40º	Monções	2.642	5.325.799	2.016
41º	Pontes Gestal	2.628	5.843.564	2.224
42º	Buritizal	2.621	9.391.962	3.583
43º	Cordeirópolis	2.587	53.643.468	20.734
44º	Lucianópolis	2.581	5.177.884	2.006
45º	Santo Antônio do Aracanguá	2.572	17.679.642	6.874
46º	Taciba	2.551	14.207.789	5.569
47º	Aspásia	2.526	4.518.880	1.789
48º	Queiroz	2.520	5.909.177	2.345
49º	Parisi	2.496	5.659.956	2.268
50º	Suzanápolis	2.494	7.239.469	2.903

Posição	Municípios	Receita total ^a per capita	Receita total ^a	População 2006
		em reais		
51º	Barueri	2.494	662.157.923	265.549
52º	Lourdes	2.471	5.581.665	2.259
53º	Rifaina	2.435	8.865.798	3.641
54º	Paulistânia	2.415	4.750.259	1.967
55º	Guarani d'Oeste	2.413	5.143.740	2.132
56º	Iaras	2.397	8.910.252	3.718
57º	Santa Mercedes	2.365	6.317.037	2.671
58º	Jumirim	2.364	6.216.261	2.630
59º	Florínia	2.354	7.561.245	3.212
60º	Nova Luzitânia	2.326	6.571.474	2.825
61º	Ilhabela	2.326	61.008.541	26.230
62º	Jambeiro	2.320	10.476.946	4.515
63º	Colômbia	2.309	14.894.372	6.451
64º	Estrela do Norte	2.275	5.718.169	2.513
65º	Arco-Íris	2.272	5.233.147	2.303
66º	Timburi	2.257	5.965.277	2.643
67º	Platina	2.234	6.467.973	2.895
68º	Santana de Parnaíba	2.227	227.639.636	102.224
69º	Pedranópolis	2.226	5.476.299	2.460
70º	Elisiário	2.224	5.796.927	2.606
71º	Marapoama	2.223	5.637.960	2.536
72º	Barão de Antonina	2.221	5.819.950	2.621
73º	Icém	2.219	16.130.889	7.269
74º	Vinhedo	2.204	126.216.333	57.269
75º	Ribeirão dos Índios	2.203	5.134.352	2.331
76º	Pedrinhas Paulista	2.194	6.730.326	3.067
77º	Marinópolis	2.192	4.984.519	2.274
78º	Floreal	2.171	6.479.612	2.984
79º	Cruzália	2.161	5.544.890	2.566
80º	Marabá Paulista	2.130	8.200.829	3.851
81º	Águas de Santa Bárbara	2.123	13.182.002	6.208
82º	Nova Canaã Paulista	2.120	4.858.550	2.292
83º	Dolcinópolis	2.109	4.629.410	2.195
84º	Vitória Brasil	2.091	3.857.014	1.845
85º	Narandiba	2.076	8.700.018	4.190
86º	Anhembi	2.062	10.870.385	5.273
87º	Cândido Rodrigues	2.060	5.817.590	2.824
88º	Macedônia	2.059	7.445.855	3.617
89º	Castilho	2.058	31.278.244	15.199
90º	Reginópolis	2.047	9.657.863	4.718
91º	Lutécia	2.045	6.314.312	3.087
92º	Lindóia	2.039	12.848.526	6.300
93º	Quadra	2.028	6.499.063	3.205
94º	Jeriquara	2.025	6.689.026	3.303
95º	Sebastianópolis do Sul	2.022	5.192.563	2.568
96º	Ilha Solteira	2.013	51.693.198	25.684
97º	Brejo Alegre	2.009	5.126.969	2.552
98º	Itaju	2.006	5.706.004	2.844
99º	Sagres	2.005	4.573.603	2.281
100º	Corumbataí	1.984	8.464.407	4.266

Total dos 100 maiores

3.191 3.998.680.343 1.253.032

Total dos demais

1.245 49.537.161.872 39.802.702

Total geral

1.304 53.535.842.214 41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3).

Composição da despesa - 2006

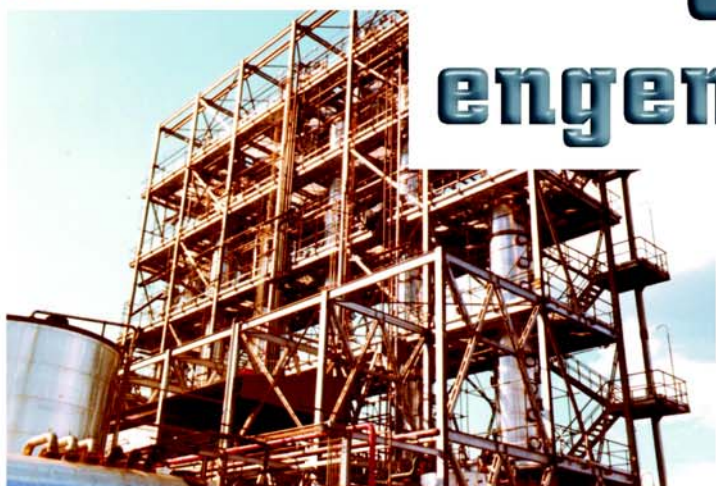
População	Município	Pessoal ^a	Custeio ^b	Investimentos ^c	Encargos e amortiz. da dívida	Total ^d
		Em %				
1.394.888	Até 10 mil habitantes	43,6	42,3	12,7	1,5	100,0
2.994.266	De 10 mil a 30 mil habitantes	43,4	42,4	12,5	1,8	100,0
2.602.091	De 30 mil a 50 mil habitantes	43,4	43,4	10,9	2,4	100,0
3.619.138	De 50 mil a 100 mil habitantes ^e	44,3	43,0	10,4	2,3	100,0
62.132	Paulínia	49,9	26,9	22,3	0,9	100,0
102.224	Santana de Parnaíba	50,6	36,9	10,8	1,7	100,0
106.350	Ourinhos	51,2	44,0	4,0	0,8	100,0
106.407	Sertãozinho	46,4	42,9	9,0	1,7	100,0
107.115	Tatui	43,0	44,6	11,1	1,3	100,0
107.157	Votorantim	43,0	50,2	6,7	0,1	100,0
108.472	Birigui	47,6	38,4	9,7	4,2	100,0
108.552	Salto	36,9	52,1	7,6	3,4	100,0
110.195	Barretos	51,4	39,5	9,0	0,1	100,0
110.213	Poá	37,9	41,5	19,8	0,9	100,0
110.449	Várzea Paulista	44,8	39,6	7,7	7,9	100,0
113.012	Guaratinguetá	44,5	41,8	10,4	3,3	100,0
113.323	Jandira	44,0	46,7	6,8	2,6	100,0
116.566	Araras	48,8	41,6	7,3	2,3	100,0
116.984	Catanduva	49,5	37,9	9,4	3,2	100,0
118.864	Ribeirão Pires	33,9	43,8	17,4	4,9	100,0
121.002	Cubatão	55,8	34,8	6,1	3,3	100,0
121.274	Botucatu	44,1	41,3	12,9	1,7	100,0
124.816	Franco da Rocha	50,2	36,9	8,5	4,5	100,0
125.399	Jau	38,0	49,8	10,1	2,0	100,0
129.751	Atibaia	48,2	39,2	11,6	0,9	100,0
133.241	São Caetano do Sul	43,4	45,0	10,1	1,5	100,0
141.559	Mogi Guaçu	47,5	40,4	7,7	4,4	100,0
143.097	Itapetininga	47,1	37,4	11,8	3,7	100,0
143.621	Bragança Paulista	51,4	37,9	9,7	1,0	100,0
143.737	Pindamonhangaba	42,0	41,5	13,9	2,6	100,0
156.100	Itu	41,8	50,2	5,2	2,8	100,0
162.239	Itapeçerica da Serra	50,5	33,5	12,8	3,2	100,0
170.585	Francisco Morato	42,6	36,3	18,5	2,6	100,0
176.532	Ferraz de Vasconcelos	35,3	40,5	20,5	3,6	100,0
179.685	Cotia	52,8	40,0	6,6	0,6	100,0
181.124	Indaiatuba	38,3	47,2	13,0	1,5	100,0
181.598	Araçatuba	42,9	47,4	5,5	4,2	100,0
188.417	Santa Bárbara d'Oeste	-	-	-	-	-
190.373	Rio Claro	51,1	36,2	10,1	2,6	100,0
199.657	Araraquara	46,9	44,2	7,8	1,1	100,0
201.795	Hortolândia	41,4	45,3	10,4	2,9	100,0
202.683	Itapevi	44,9	41,3	11,5	2,3	100,0
203.845	Americana	52,4	38,3	5,2	4,0	100,0
206.704	Presidente Prudente	43,4	36,3	15,9	4,5	100,0
211.559	Jacareí	48,3	41,5	5,2	5,0	100,0
218.702	São Carlos	42,8	39,7	12,1	5,4	100,0
224.093	Marília	43,7	46,1	8,1	2,2	100,0
225.405	Taboão da Serra	48,0	43,8	6,5	1,6	100,0
237.900	Sumaré	53,8	35,0	2,9	8,4	100,0
245.386	Praia Grande	43,7	35,1	17,6	3,5	100,0
245.855	Embu	53,6	36,2	8,7	1,5	100,0
265.549	Barueri	40,6	31,3	28,0	0,0	100,0
271.660	Taubaté	53,0	35,3	11,1	0,6	100,0
279.554	Limeira	37,3	45,4	14,5	2,9	100,0
280.318	Suzano	51,3	31,8	13,8	3,1	100,0
8.290.698	De 100 mil a 300 mil hab.	46,1	40,0	11,3	2,5	100,0
305.171	Guarujá	44,3	47,4	6,4	1,9	100,0
328.121	Franca	45,4	41,5	7,7	5,4	100,0
329.370	São Vicente	48,2	41,8	4,8	5,2	100,0
348.621	Jundiaí	44,2	37,8	12,4	5,6	100,0
352.755	Itaquaquecetuba	39,8	45,5	12,6	2,1	100,0
356.680	Bauru	50,8	36,2	9,8	3,2	100,0
366.442	Piracicaba	39,2	44,6	14,6	1,6	100,0
372.419	Mogi das Cruzes	46,3	36,0	15,0	2,7	100,0
389.634	Carapicuíba	43,2	35,6	19,6	1,7	100,0
395.333	Diadema	42,2	43,1	9,6	5,1	100,0
413.943	Mauá	37,1	48,6	6,8	7,6	100,0
415.508	São José do Rio Preto	36,7	50,2	11,1	2,0	100,0
418.375	Santos	46,8	47,4	4,2	1,7	100,0
559.650	Ribeirão Preto	48,0	42,8	7,5	1,7	100,0
578.068	Sorocaba	37,5	46,8	11,6	4,1	100,0
610.965	São José dos Campos	44,1	43,0	11,9	1,0	100,0
673.234	Santo André	38,8	51,8	9,0	0,4	100,0
714.950	Osasco	42,7	39,6	12,3	5,4	100,0
803.906	São Bernardo do Campo	38,9	42,6	17,3	1,2	100,0
1.059.420	Campinas	51,9	38,5	4,0	5,5	100,0
1.283.253	Guarulhos	43,1	40,7	10,7	5,5	100,0
11.075.818	Acima de 300 mil hab.	43,6	43,0	10,1	3,3	100,0
30.039.031	Interior	44,4	41,9	11,1	2,6	100,0
11.016.703	São Paulo	32,4	46,0	10,2	11,4	100,0
41.055.734	Total	40,6	43,2	10,8	5,4	100,0

Fonte: elaborado a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família. ^b abrange toda a despesa corrente, exceto as de pessoal e encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros. ^c as inversões financeiras e as transferências de capital (exceto as amortizações da dívida) estão incluídas nos investimentos por referirem-se, sobretudo, a esse item do gasto. ^d despesa total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3). ^e exceto Paulínia.

Há 28 Anos Gerenciando Empreendimentos com Qualidade



enger
engenharia



enger engenharia s.a.

Alameda Madeira, 258 - 21º andar
Alphaville - Barueri - SP - 06454-010
Tel.: (11)4133-6955 - Fax: (11)4133-6959
enger@enger.com.br

Quadro comparativo dos principais itens da receita e despesa - 2006

Mesorregião e municípios*	Tributos		FPM*		ICMS*		Receita Total ^b		Pessoal ^f		Custeio ^d		Investimento ^e		Divida ^f		Despesa Total ^b		População ^g
	Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		
São José do Rio Preto	241.843.699	429.151.684	474.620.839	1.844.396.358	757.075.329	780.411.561	223.807.709	30.975.677	1.792.270.276	1.552.415									
Adolfo	234.658	2.972.202	2.583.089	7.444.590	3.591.839	3.690.174	330.567	54.985	7.667.566	3.989									
Altair	305.706	2.971.782	2.988.093	7.363.254	2.726.905	1.31.312	4.018.874	60.965	7.421.490	3.745									
Álvares Florence	276.966	2.971.782	2.362.226	7.021.354	2.726.905	3.377.082	835.701	96.272	7.035.960	3.773									
Américo de Campos	534.711	2.986.932	1.411.961	7.196.800	2.923.700	3.260.067	896.024	368.339	7.448.131	5.597									
Aparecida d'Oeste	212.823	2.971.782	1.483.620	5.943.759	2.056.160	2.747.638	927.428	128.741	5.859.967	4.813									
Araçatuba	1.063.822	2.971.782	10.778.719	15.840.682	6.686.403	7.767.991	2.569.812	134.189	17.158.396	8.683									
Aspásia	47.996	2.971.782	882.283	4.518.880	1.597.174	1.862.395	1.089.833	37.602	4.587.003	1.789									
Auriflama	1.012.018	4.952.970	3.635.922	13.564.787	6.359.175	5.362.306	1.834.160	86.975	13.642.615	14.066									
Bady Bassitt	1.123.109	4.950.140	2.518.391	13.955.859	5.194.875	5.546.534	1.217.864	120.870	12.080.143	15.861									
Balsamo	641.736	2.971.782	2.530.131	9.806.902	3.887.460	3.462.062	2.513.724	204.612	10.067.858	7.761									
Cajobi	643.117	3.106.741	2.606.925	10.808.339	5.202.937	4.115.297	1.287.473	195.408	10.801.115	9.483									
Cardoso	1.094.681	4.077.370	4.857.496	14.765.239	6.434.630	6.801.439	633.165	81.370	13.950.605	11.105									
Catalanduba	26.377.468	15.849.504	29.190.180	148.145.139	68.782.600	52.740.022	13.072.692	4.457.160	139.052.474	116.984									
Catigüá	711.112	2.971.782	2.218.909	6.949.744	3.473.679	2.464.720	735.516	127.438	6.801.354	6.772									
Cedral	1.060.915	2.971.782	2.447.866	9.373.334	4.169.862	4.458.164	1.157.080	101.581	9.886.687	7.436									
Cosmorama	885.119	2.914.546	2.922.626	9.562.216	3.739.245	4.279.811	1.452.411	54.008	9.525.475	7.033									
Dirce Reis	54.852	2.971.782	1.051.680	4.603.720	1.847.786	1.834.500	532.926	32.352	4.247.564	1.416									
Dolcinópolis	86.556	2.971.548	891.053	4.629.410	2.042.412	2.236.700	653.113	67.979	5.000.204	2.195									
Elisiário	189.282	2.971.782	1.257.026	5.796.927	2.450.142	2.609.847	643.681	40.523	5.744.193	2.606									
Embauba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.537								
Estrela d'Oeste	762.555	3.106.741	3.911.691	10.926.368	4.268.618	4.238.868	2.227.225	83.654	10.818.365	8.081									
Fernandópolis	8.801.701	12.095.868	13.479.239	51.689.782	24.714.221	17.575.068	6.925.500	342.126	49.556.916	65.714									
Floreal	217.750	2.971.782	1.630.640	6.479.612	2.726.994	2.343.646	529.582	58.150	5.658.372	2.984									
Gastão Vidigal	149.997	2.971.782	1.478.284	5.301.774	2.439.230	1.859.084	621.244	81.590	5.001.149	3.403									
General Salgado	1.114.777	4.077.370	4.492.826	15.356.768	7.242.387	5.503.610	981.663	137.111	13.864.770	11.154									
Guapiaçu	1.801.772	4.936.622	6.978.027	21.923.333	9.090.736	10.327.871	5.151.045	0	24.569.652	16.618									
Guaraçá	1.393.226	2.971.782	6.120.195	17.046.026	6.293.703	7.255.620	3.033.295	181.979	16.764.598	9.610									
Guarani d'Oeste	88.559	2.971.782	881.864	5.143.740	2.123.723	1.749.944	1.065.444	51.373	4.990.484	2.132									
Guzolândia	212.831	2.971.782	2.084.833	6.964.940	2.365.727	2.070.929	2.156.120	167.701	6.760.477	3.735									
Ibirá	1.063.340	3.106.741	2.991.849	12.024.739	5.838.701	4.949.961	1.868.725	138.275	12.795.662	9.990									
Icém	493.260	2.971.781	9.365.869	16.130.889	7.563.846	6.676.602	1.465.076	206.379	15.911.904	7.269									
Indaporá	174.929	2.973.422	2.195.207	6.731.592	2.551.393	3.321.482	984.488	114.371	6.971.734	3.534									
Ipiguá	321.483	2.971.782	1.422.914	6.288.776	2.601.214	2.526.692	585.372	71.451	5.784.729	4.318									
Irapuã	437.966	2.971.782	2.780.795	8.163.259	3.818.469	3.700.714	4.75.902	146.772	8.141.856	7.076									
Itajobi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.007								
Jaci	455.054	2.971.782	2.688.186	8.387.956	3.047.457	3.537.205	1.460.722	14.169	8.059.554	4.767									
Jales	5.587.555	9.901.148	8.507.097	40.433.325	16.901.744	15.048.009	5.671.752	2.758.554	40.380.059	49.749									
José Bonifácio	4.264.413	7.921.922	10.539.436	31.911.839	12.945.830	11.011.914	4.966.807	539.205	29.463.756	32.460									
Macaubal	268.792	3.085.594	2.075.154	7.119.068	2.973.938	2.644.522	932.273	185.224	6.735.957	7.389									
Macedônia	171.020	2.971.782	2.133.723	7.445.855	2.849.169	2.880.036	1.784.192	11.281	7.524.677	3.617									
Magda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.230								
Marapoama	131.693	2.971.782	1.687.517	5.637.960	1.819.166	2.731.793	918.250	81.341	5.550.551	2.536									
Marinópolis	134.393	2.971.782	997.142	4.984.519	2.337.495	1.811.160	384.125	0	4.532.780	2.274									
Mendonça	656.787	2.971.782	1.773.753	6.697.353	2.838.795	2.849.277	731.673	94.051	6.513.796	3.950									
Meridiano	197.791	2.971.785	1.890.936	6.825.247	3.178.498	1.817.065	561.507	209.574	5.766.644	4.203									
Mesópolis	137.399	2.887.913	1.210.523	5.312.530	2.526.874	2.242.121	540.860	812	5.310.667	1.871									

Mesorregião e municípios*		Tributos	FPM [®] <i>Em reais</i>	ICMS ^s <i>Em reais</i>	Receita total ^{1b}	Pessoal ^f	Custeio ^d	Investimento ^o <i>Em reais</i>	Divida ^r	Despesa total ^{1b}	População [®]
Mira Estrela	217.240	1.956.568	2.971.782	1.956.568	10.100.076	2.656.231	3.332.586	3.830.631	27.497	9.846.945	2.544
Mirassol	8.055.724	11.280.286	10.895.305	11.280.286	47.082.615	20.537.331	16.886.599	6.606.629	1.083.248	45.113.806	55.009
Mirassolândia	145.862	1.475.216	2.971.782	1.475.216	5.605.154	2.139.358	2.744.274	615.795	154.356	5.653.784	4.274
Monções	351.910	1.092.047	2.971.782	1.092.047	5.325.799	2.466.914	1.988.180	733.167	62.910	5.251.170	2.016
Monte Aprazível	1.624.596	7.331.561	2.971.782	7.331.561	20.662.379	8.119.193	7.281.439	3.632.605	550.350	19.583.588	19.085
Neves Paulista	620.543	2.336.647	3.106.741	2.336.647	9.480.268	3.817.074	4.432.023	397.929	124.040	8.771.065	9.346
Nhandeara	1.134.720	3.554.721	3.301.593	3.554.721	10.460.460	4.772.126	5.364.617	854.071	185.384	11.176.197	10.084
Nipocá	216.917	1.615.903	2.965.917	1.615.903	5.688.557	2.123.872	2.827.834	711.183	148.934	5.811.823	3.615
Nova Aliança	467.714	1.886.080	2.971.782	1.886.080	7.138.399	3.379.873	2.672.772	814.094	158.598	7.025.336	5.192
Nova Canaã Paulista	102.911	1.077.141	2.971.782	1.077.141	4.858.550	1.721.970	2.313.485	632.767	36.910	4.705.133	2.292
Nova Castilho	136.165	1.357.846	2.971.782	1.357.846	5.755.496	2.512.605	2.033.211	1.524.726	10.595	6.081.137	1.032
Nova Granada	1.254.779	5.822.815	2.971.782	5.822.815	16.374.824	7.030.902	7.110.288	1.148.704	0	15.289.894	18.591
Nova Luzitânia	211.052	1.030.181	2.971.782	1.030.181	6.571.474	2.032.893	2.049.524	1.966.325	39.141	6.087.883	2.825
Novais	216.190	1.593.582	2.971.782	1.593.582	6.406.915	2.944.426	2.907.882	535.883	24.836	6.413.027	3.325
Novo Horizonte	4.227.728	16.140.985	7.924.752	16.140.985	36.574.095	17.920.021	13.897.154	4.652.173	681.731	37.151.079	33.900
Olimpia	6.555.309	15.288.558	9.794.830	15.288.558	51.678.470	20.998.838	26.945.376	2.678.595	220.788	50.843.597	48.309
Onda Verde	211.071	2.799.409	2.969.125	2.799.409	6.921.092	2.448.197	3.754.544	721.828	87.510	7.012.080	3.845
Orindiuva	622.176	7.190.191	2.955.912	7.190.191	13.713.901	5.349.772	4.460.976	2.350.734	123.915	12.285.396	4.985
Ouroeste	574.123	18.019.436	2.973.392	18.019.436	23.402.497	9.654.665	8.263.431	2.050.965	312.933	20.281.994	7.286
Palrestina	1.299.227	4.844.952	3.879.215	4.844.952	13.595.497	5.113.268	4.243.492	1.890.036	69.458	11.316.254	9.166
Palmares Paulista	303.521	1.785.036	2.971.782	1.785.036	8.699.934	3.930.898	2.703.640	879.899	345.254	7.859.691	9.262
Palmeira d'Oeste	623.054	2.575.802	3.302.198	2.575.802	7.990.700	3.521.707	2.962.739	837.023	213.815	7.535.284	9.858
Paraíso	524.210	3.497.407	2.971.783	3.497.407	9.998.993	4.821.794	3.443.970	852.678	45.985	9.164.428	5.943
Paranapuá	172.713	1.399.145	2.971.782	1.399.145	4.944.466	2.121.972	2.536.912	767.467	61.381	5.487.732	3.532
Parisí	144.153	1.102.344	2.971.782	1.102.344	5.659.956	2.337.172	2.361.446	764.951	27.152	5.490.720	2.268
Paulo de Faria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.585
Pedranópolis	244.104	1.771.786	2.971.782	1.771.786	5.476.299	2.841.638	1.996.789	482.662	63.794	5.384.883	2.460
Pindorama	1.831.660	4.036.113	3.962.376	4.036.113	14.808.430	6.569.402	5.987.194	1.558.732	162.509	14.277.837	13.652
Planalto	402.458	2.091.360	2.971.782	2.091.360	6.265.412	3.230.171	2.867.041	254.866	137.275	6.489.353	3.798
Poloni	401.500	1.934.741	2.974.199	1.934.741	6.038.534	2.216.049	2.634.194	790.955	316.828	5.958.026	4.957
Pontalinda	126.669	1.768.017	2.971.782	1.768.017	6.703.352	2.869.363	2.807.124	774.010	54.889	6.505.387	3.830
Pontes Gestal	245.969	1.687.585	2.959.693	1.687.585	5.843.564	2.864.296	2.377.574	400.787	78.755	5.721.412	2.224
Populina	227.161	2.170.535	2.971.782	2.170.535	6.608.103	3.246.589	2.590.240	633.439	463	6.470.732	4.285
Potirendaba	1.940.219	3.312.163	4.946.071	3.312.163	17.374.744	9.217.482	7.933.576	1.364.907	76.299	18.592.264	15.471
Riolândia	500.334	4.075.649	2.526.015	4.075.649	9.227.256	3.438.655	5.376.657	1.086.034	234.886	10.136.233	9.151
Rubinéia	334.392	2.039.358	2.971.782	2.039.358	8.030.465	3.676.088	3.357.547	284.521	208.312	7.526.467	2.895
Sales	1.048.131	2.812.736	2.971.788	2.812.736	9.633.915	3.553.556	4.096.812	1.421.710	162.112	9.234.190	5.158
Santa Adélia	1.388.981	4.899.653	4.952.970	4.899.653	14.911.025	6.044.432	7.105.157	1.567.732	467.070	15.184.391	14.065
Santa Albertina	380.185	2.286.138	2.971.782	2.286.138	7.925.311	3.129.704	2.416.156	909.228	148	6.455.236	5.376
Santa Clara d'Oeste	230.662	1.639.129	2.971.782	1.639.129	5.895.779	2.372.362	2.855.709	746.471	79.635	6.054.177	1.847
Santa Fé do Sul	5.330.645	5.945.141	6.934.158	5.945.141	55.150.316	22.672.857	23.772.173	7.552.168	589.372	54.586.570	29.026
Santa Rita d'Oeste	130.299	1.611.878	2.955.422	1.611.878	5.789.889	2.747.096	2.270.504	258.882	30.297	5.306.778	2.110
Santa Salete	73.561	950.926	2.971.782	950.926	4.357.363	1.380.162	1.675.449	1.304.166	12.136	4.371.913	1.175
Santana da Ponte Preta	175.312	1.096.242	2.971.782	1.096.242	4.498.245	1.973.394	1.695.597	475.098	31.977	4.176.065	1.546
São Francisco	100.427	990.189	2.971.782	990.189	4.870.292	1.912.914	1.991.135	765.541	98.607	4.768.198	3.100
São João das Duas Pontes	74.565	1.136.467	2.971.791	1.136.467	4.594.476	2.439.137	1.792.722	190.250	178.548	4.600.658	2.563
São João de Iracema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.725
São José do Rio Preto	108.572.779	82.813.192	25.557.877	82.813.192	450.185.448	159.918.344	218.891.818	48.493.749	8.563.036	435.866.948	415.508
Sebastianópolis do Sul	184.600	1.364.777	2.971.782	1.364.777	5.192.563	2.424.182	2.651.776	296.206	790	5.372.954	2.568

Mesorregião e municípios*	Tributos				Receita total ^b	Pessoal ^c	Custo ^d	Investimento ^e Em reais	Divida ^f	Despesa total ^g	População ^h
	FPM ^a	ICMS ^a	Em reais	Em reais							
Severina	1.062.180	3.748.856	18.763.103	8.219.214	7.619.782	2.198.930	205.328	18.243.254	16.063		
Tabapuá	1.271.021	4.272.222	15.357.891	6.420.783	4.552.268	1.474.302	30.603	12.477.956	10.886		
Tanabi	2.360.144	6.934.427	22.687.025	9.459.435	12.210.955	1.965.847	70.170	23.706.408	23.381		
Três Fronteiras	685.889	1.783.362	7.047.713	3.073.273	2.756.481	1.040.089	164.385	7.034.228	5.189		
Turmalina	139.158	2.971.782	5.626.145	3.265.879	2.070.608	807.212	170.236	5.413.934	2.082		
Ubarana	357.773	2.650.177	8.825.016	3.931.693	3.720.979	1.107.179	114.362	8.874.213	5.238		
Uchoa	1.562.739	3.964.219	13.080.611	6.006.312	5.333.665	1.369.186	347.204	13.056.367	9.552		
União Paulista	69.698	1.161.601	4.482.833	1.781.135	2.035.158	441.016	53.969	4.311.278	1.379		
Urania	456.586	2.230.234	7.845.132	3.505.727	3.033.749	744.136	377.360	7.660.972	8.883		
Urupês	1.477.003	4.077.370	14.860.744	6.885.023	6.710.886	1.217.344	12.621	14.825.875	12.441		
Valentim Gentil	735.705	3.959.164	13.964.867	4.291.159	4.034.607	4.289.895	233.580	12.849.241	10.601		
Vitoria Brasil	83.105	2.971.794	750.322	1.831.590	1.682.069	264.867	46.128	3.824.654	1.845		
Votuporanga	11.745.828	13.864.994	73.914.775	30.140.795	32.828.860	9.775.808	678.664	73.424.126	83.764		
Zacarias	282.960	2.971.782	7.793.953	2.727.290	3.528.189	624.571	96	6.880.147	1.937		
Ribeirão Preto	401.598.826	352.466.113	705.819.283	1.102.196.052	1.018.865.788	202.798.308	54.658.083	2.378.518.232	2.324.557		
Altinópolis	1.923.144	4.952.970	21.639.190	6.372.592	12.714.435	1.410.532	288.408	20.785.967	16.840		
Aramina	915.534	2.432.218	7.713.544	3.437.211	3.541.254	672.914	49.862	7.701.243	5.280		
Barretos	21.821.727	15.849.504	159.776.204	85.700.861	65.830.074	14.948.607	207.591	166.687.133	110.195		
Barrinha	1.622.854	6.934.158	24.125.615	12.178.357	12.178.357	1.439.220	818.757	25.346.484	28.764		
Batatais	6.510.646	10.896.534	21.656.004	20.711.366	25.299.144	4.543.476	667.602	58.251.588	56.290		
Bebedouro	11.288.997	12.877.722	30.268.035	27.828.824	37.043.020	4.773.920	1.359.965	71.005.399	80.027		
Brodowski	1.983.982	5.943.569	4.249.108	9.694.734	8.809.367	2.233.783	1.701.063	22.438.946	19.616		
Buritzal	641.426	2.971.786	4.360.958	3.790.455	4.594.655	759.033	0	9.144.142	3.583		
Cajuru	1.277.605	5.943.564	5.629.570	10.950.700	8.501.701	1.491.314	433.283	21.376.998	22.419		
Cândido Rodrigues	300.654	2.529.462	860.458	2.044.907	3.286.724	988.940	0	6.320.572	2.824		
Cássia dos Coqueiros	-	-	-	-	-	-	-	-	2.983		
Colina	2.133.113	5.941.737	10.151.995	11.003.762	10.189.474	1.211.935	870.370	23.275.542	17.222		
Colômbia	1.834.072	2.961.983	6.289.667	6.168.527	5.826.040	1.394.511	311.990	13.701.068	6.451		
Cravinhos	4.785.566	7.921.922	9.082.545	16.425.980	11.795.803	3.124.283	762.325	32.108.390	32.735		
Cristais Paulista	371.514	2.971.782	2.675.653	4.381.381	4.393.361	440.220	98.674	9.313.637	7.266		
Dumont	-	-	-	-	-	-	-	-	7.288		
Fernando Prestes	727.757	2.971.782	2.061.864	3.799.641	3.564.903	2.164.000	0	9.528.544	5.625		
Franca	54.864.232	25.555.870	56.973.139	110.531.783	101.021.880	18.834.645	13.099.739	243.488.047	328.121		
Guatira	5.301.212	7.475.072	23.083.686	23.309.163	23.169.932	2.922.908	619.622	50.021.624	37.226		
Guará	2.208.535	5.943.564	6.825.070	9.366.631	10.457.538	2.057.149	691.248	22.572.566	20.804		
Guariba	3.111.653	7.924.800	8.051.066	17.387.790	15.761.478	1.679.556	0	34.828.825	32.692		
Guatapará	971.407	2.971.782	3.678.855	4.897.637	4.753.525	2.313.830	177.295	12.142.286	6.791		
Igarapava	2.463.214	6.934.158	10.729.726	13.486.595	12.886.595	2.578.277	1.011.769	29.963.239	28.587		
Ipaú	1.373.377	3.962.376	9.346.077	9.677.459	7.414.921	2.332.566	32.124	19.457.070	12.989		
Itirapúa	-	-	-	-	-	-	-	-	5.685		
Ituverava	-	-	-	-	-	-	-	-	38.681		
Jaborandi	453.482	2.971.782	3.633.073	4.353.437	3.745.501	858.503	147.993	9.105.433	6.489		
Jaboticabal	16.792.478	12.874.889	27.037.976	39.705.546	36.274.966	8.399.593	3.949.018	88.329.123	73.524		
Jardinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	35.612		
Jeriquara	165.756	2.971.782	1.796.099	3.242.144	2.789.161	427.210	120.211	6.578.726	3.303		
Luis Antônio	3.025.949	2.971.782	22.771.394	16.678.458	13.507.280	2.445.764	110.582	32.742.084	8.136		
Miguelópolis	1.924.490	5.943.564	12.061.158	14.271.277	10.281.500	1.414.420	786.741	26.753.938	20.210		
Monte Alto	8.253.298	9.905.940	14.319.837	21.304.692	22.701.791	2.145.515	859.486	47.011.484	46.474		

Mesorregião e municípios*		Tributos	FPM ⁶	ICMS ⁵	Receita total ^{1b}	Pessoal ^f	Custeio ^d	Investimento ⁸	Divida ⁷	Despesa total ^{1b}	População ⁹
			Em reais					Em reais			
Monte Azul Paulista	2.074.545	5.943.564	5.769.261	21.235.389	11.340.997	7.634.665	1.457.746	821.998	21.261.407	20.924	
Morro Agudo	4.188.428	6.934.158	20.516.154	45.327.962	17.598.486	19.669.977	6.130.417	725.168	44.124.048	28.514	
Nuporanga	1.216.752	2.971.974	6.703.194	12.889.617	5.551.430	5.914.257	2.205.429	323.747	13.994.863	6.693	
Ondávia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.467
Patrocínio Paulista	1.713.426	3.962.712	5.724.451	15.933.635	5.815.324	6.186.141	2.753.708	537.059	15.292.232	12.673	
Pedregulho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.929
Pirangi	1.151.297	3.106.741	3.752.327	9.771.595	3.864.347	3.859.189	1.322.897	202.156	9.248.589	10.164	
Pitangueiras	3.157.643	7.924.751	12.260.169	31.072.046	14.757.853	15.279.807	2.336.360	303.459	32.677.479	34.190	
Pontal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.763
Pradópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.160
Restinga	731.590	2.971.782	3.006.185	9.981.847	4.915.901	4.712.182	258.888	244.420	10.131.391	6.454	
Ribeirão Corrente	149.047	2.971.782	1.739.536	7.536.868	3.183.815	2.941.382	1.078.944	100.649	7.304.790	4.363	
Ribeirão Preto	1.70.128.456	29.415.033	183.520.352	711.922.664	340.996.076	304.413.306	53.278.451	12.293.258	710.981.092	559.650	
Rifaina	352.721	2.971.782	3.269.767	8.865.798	3.221.130	5.270.015	1.421.744	26.703	9.939.592	3.641	
Sales Oliveira	1.614.732	3.959.546	4.557.415	12.949.089	5.352.664	6.628.125	686.520	213.546	12.880.855	10.576	
Santa Cruz da Esperança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.874
Santa Ernestina	356.548	2.971.782	1.435.551	7.043.877	2.909.390	2.412.618	1.365.282	61.523	6.748.813	5.836	
Santa Rita do Passa Quatro	6.801.275	6.989.259	9.553.174	35.318.744	15.228.288	12.807.901	2.954.635	653.540	31.644.364	27.627	
Santa Rosa de Viterbo	2.873.762	5.943.591	8.925.479	21.623.992	10.766.148	8.981.697	1.677.573	444.095	21.869.513	23.091	
Santo Antônio da Alegria	451.401	2.971.782	1.975.251	8.924.244	3.368.961	3.764.181	1.526.074	226.134	8.885.350	6.214	
São Joaquim da Barra	7.655.355	10.077.060	12.782.658	39.875.998	16.869.326	16.916.085	3.606.951	2.800.301	40.192.662	45.743	
Sao Jose da Bela Vista	271.181	2.971.782	3.259.542	8.754.810	3.490.656	4.137.469	968.584	27	8.596.736	8.782	
São Simão	3.781.557	4.952.970	4.944.764	18.524.606	7.652.868	9.072.391	2.859.758	365.954	19.950.870	14.923	
Serra Azul	561.077	3.023.757	2.505.130	10.259.978	4.321.572	2.262.865	1.374.131	84.245	8.042.813	8.388	
Serrana	2.855.204	8.912.516	13.029.592	43.621.806	19.208.845	14.841.724	5.778.366	1.829.169	41.658.104	39.539	
Sertãozinho	26.153.586	15.846.674	38.046.170	133.755.696	58.766.668	54.370.241	11.425.251	2.141.224	126.703.384	106.407	
Taiacu	430.362	2.972.045	1.660.168	7.570.284	2.683.034	3.653.554	264.121	311.878	6.912.587	6.065	
Taiúva	757.950	2.971.782	2.134.253	7.380.830	3.181.856	3.084.023	577.671	485.963	7.329.413	5.719	
Taquaral	290.374	2.971.782	1.209.550	4.789.194	1.939.902	1.855.916	593.276	0	4.389.094	2.931	
Taquaritinga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.866
Terra Roxa	756.608	3.916.035	3.203.757	10.228.533	3.948.785	3.827.112	1.109.545	22.473	8.907.915	8.578	
Viradouro	1.281.240	5.848.490	3.892.329	19.508.343	8.822.069	7.496.167	2.441.370	159.206	18.918.812	18.084	
Vista Alegre do Alto	795.034	2.943.365	4.684.077	10.368.884	3.975.956	4.538.420	1.338.320	98.671	9.951.367	5.597	
Aracatuba	100.860.855	179.052.696	255.642.964	841.871.626	382.105.476	351.560.357	75.333.406	25.344.707	834.343.947	678.355	
Alto Alegre	330.620	2.971.782	2.359.969	6.347.419	2.996.429	2.026.635	1.001.687	65.254	6.090.004	3.872	
Andradina	8.004.679	10.896.534	14.200.895	51.956.687	28.869.681	18.198.072	5.379.361	3.629.497	56.076.611	57.195	
Aracatuba	41.314.341	25.585.870	40.805.281	226.117.369	96.743.409	106.823.753	12.362.685	9.569.791	225.499.638	181.598	
Avanhandava	559.142	3.106.741	3.342.912	10.461.664	5.430.623	4.354.384	881.993	36.688	10.703.688	9.462	
Barbosa	470.229	2.971.782	2.023.291	7.522.493	3.516.727	3.088.657	527.965	233.932	7.367.280	6.176	
Bento de Abreu	348.756	2.966.978	3.983.994	7.248.990	4.135.835	2.869.596	506.361	33.058	7.544.851	2.392	
Bilac	756.100	2.966.978	2.170.296	8.580.003	3.359.405	3.086.745	1.318.021	164.459	7.928.630	6.552	
Bituri	15.666.085	15.846.674	25.549.731	105.524.606	49.219.167	39.713.695	10.057.968	4.353.285	103.344.116	108.472	
Braúna	746.037	2.971.782	1.853.850	7.998.614	3.412.101	3.203.687	2.260.725	86.109	8.962.621	4.471	
Brejo Alegre	59.653	2.971.782	1.273.232	5.126.969	2.344.207	2.132.420	410.741	0	4.887.368	2.552	
Burilama	959.504	4.952.970	6.725.129	20.376.352	7.213.541	10.376.381	1.147.242	235.266	18.972.430	14.658	
Castilho	2.228.879	4.952.970	18.443.450	31.278.244	14.770.456	12.736.454	2.238.866	153.409	29.899.185	15.199	
Clementina	655.692	2.971.782	2.271.957	8.785.332	3.289.807	4.189.575	1.004.877	204.720	8.688.979	5.789	
Coroados	263.154	2.971.782	2.302.398	6.894.578	3.059.517	2.927.682	842.156	19.593	6.848.948	4.702	

Mesorregião e municípios*	Tributos			ICMS ^a			Receita Total ^b			Pessoal ^c			Custo ^d			Investimento ^e			Divida ^f			Despesa Total ^g			População ^h				
	FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais		FPM ^a	Em reais
Gabriel Monteiro	176.983	2.971.782	1.342.607	5.263.835	2.179.294	2.370.099	5.18.531	112.040	5.179.964	2.914																			
Glicério	370.784	2.971.782	2.622.754	7.551.027	3.489.257	3.498.700	476.209	224.719	7.688.885	4.571																			
Guaraçai	720.375	3.106.741	3.838.541	10.338.035	4.483.286	4.221.683	1.026.383	189.392	9.920.743	9.337																			
Guararapes	3.377.478	6.934.158	13.147.981	31.762.854	12.567.332	12.623.251	5.000.092	622.170	30.813.446	30.435																			
Iha Solteira	2.708.470	6.934.333	26.147.824	51.693.198	26.051.022	21.197.051	1.651.419	484.345	49.383.837	25.684																			
Itapura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.900																			
Lavinia	300.000	2.829.000	2.875.000	9.500.000	4.551.013	3.987.809	987.631	69.413	9.595.865	4.905																			
Lourdes	106.763	2.971.782	1.168.377	5.581.665	2.023.886	1.587.375	574.347	0	4.185.609	2.259																			
Luizlândia	166.526	2.971.782	1.560.946	6.202.625	2.772.445	2.270.276	1.088.407	96.000	6.227.128	4.360																			
Mirandópolis	2.488.139	7.093.471	6.705.813	22.153.062	10.471.780	8.218.063	1.585.560	1.337.330	21.612.733	27.047																			
Murutinga do Sul	240.590	2.971.782	1.768.135	6.251.355	2.874.925	2.741.054	477.650	217.030	6.370.660	4.111																			
Nova Independência	263.001	2.971.782	1.713.448	6.645.054	3.066.274	1.865.703	1.577.113	135.719	6.644.810	2.114																			
Penápolis	10.059.339	10.896.534	12.682.003	54.605.694	26.241.897	23.763.899	2.530.853	1.378.247	53.914.896	59.328																			
Pereira Barreto	2.728.352	7.600.518	12.786.404	29.548.028	14.748.281	11.024.090	4.669.877	784.983	31.247.232	24.618																			
Piacatu	372.209	2.971.782	1.973.168	7.027.620	2.736.472	2.933.398	967.104	124.725	6.761.698	4.689																			
Rubiácea	240.141	2.971.782	1.889.499	5.627.463	2.474.097	2.346.625	569.584	51.587	5.441.893	2.114																			
Santo Antônio do Aracanguá	696.721	2.971.782	10.509.095	17.679.642	9.037.690	6.559.887	2.235.148	78.528	17.911.253	6.874																			
Santópolis do Aguapeí	465.779	2.971.782	1.400.990	7.189.481	2.658.278	2.506.074	1.408.054	99.784	6.672.190	3.795																			
Sud Mennucci	534.069	2.971.783	6.393.306	12.979.041	5.856.267	5.214.171	1.490.303	157.751	12.718.492	7.483																			
Suzanápolis	249.048	2.971.782	2.505.307	7.239.469	2.500.805	3.327.833	821.242	8.590	6.658.470	2.903																			
Turibua	154.311	2.971.782	1.212.574	5.287.068	2.503.231	2.492.114	385.059	45.677	5.426.081	1.754																			
Valparaíso	2.078.906	5.943.564	14.092.808	27.524.092	10.437.040	11.083.467	5.352.192	341.016	27.213.715	20.070																			
Bauru	216.284.366	308.951.861	431.812.060	1.483.505.360	620.853.188	623.964.612	159.842.770	29.326.195	1.433.986.764	1.450.579																			
Águas de Santa Bárbara	3.415.278	2.973.082	2.831.145	13.182.002	5.255.437	5.419.183	1.605.203	105.156	12.384.979	6.208																			
Agudos	2.276.523	7.924.752	22.011.778	30.872.264	17.692.050	16.446.247	3.629.333	521.163	38.288.793	34.185																			
Anhembi	1.387.948	2.971.782	3.825.653	10.870.385	4.228.283	4.478.814	1.556.642	80.658	10.344.395	5.273																			
Arandu	1.184.614	2.971.782	2.718.485	9.173.024	4.162.373	4.286.890	302.122	280.341	9.031.726	6.394																			
Arealva	567.629	2.971.782	2.969.276	8.620.545	3.896.810	3.392.218	745.656	232.494	8.267.178	7.504																			
Arelópolis	353.415	3.962.376	1.821.529	11.413.462	4.791.037	5.935.981	507.729	173.265	11.408.012	10.521																			
Avai	411.826	2.972.006	2.765.406	8.718.856	3.338.037	3.361.504	1.839.987	166.718	8.706.245	4.561																			
Avaré	15.889.203	13.870.497	18.058.788	85.542.302	31.758.761	50.788.633	19.831.494	1.279.906	103.658.794	87.833																			
Baibinós	92.967	2.971.782	1.066.876	3.897.791	1.906.643	1.779.273	152.636	210.814	4.049.366	1.381																			
Bariri	3.322.066	6.934.158	9.543.734	29.089.143	11.163.295	12.205.935	3.885.315	2.083.936	29.338.481	30.945																			
Barra Bonita	5.220.122	8.912.515	13.688.156	36.137.065	16.155.262	18.105.535	1.779.346	266.845	36.306.988	38.921																			
Bauru	67.890.618	25.564.361	71.310.548	322.434.728	145.415.292	103.744.198	28.027.972	9.155.574	286.343.036	356.680																			
Bocaina	1.427.454	3.959.546	6.062.797	14.856.426	6.400.632	7.554.511	2.404.418	66.694	16.426.256	11.059																			
Bofete	1.638.884	2.971.782	3.437.405	10.785.232	4.541.691	4.669.470	1.150.876	588.519	10.950.557	8.605																			
Boracéia	288.367	2.968.822	1.801.873	6.198.043	2.418.988	2.648.354	950.623	4.374	6.022.339	3.945																			
Borebi	212.982	2.971.782	1.905.426	6.400.320	2.686.299	2.270.707	1.239.050	37.227	6.233.283	2.325																			
Botucatu	22.371.547	16.837.268	38.133.937	109.198.282	46.980.367	43.951.304	13.687.180	1.845.803	106.464.654	121.274																			
Cabrália Paulista	157.247	2.971.782	1.684.439	6.378.193	2.491.325	2.491.325	1.514.597	153.906	7.282.078	5.243																			
Cafelândia	1.049.307	5.048.000	5.820.229	16.151.350	6.088.134	7.797.237	2.425.381	568.419	16.879.171	16.189																			
Cerqueira César	1.713.798	4.952.976	4.854.197	16.388.415	7.681.567	7.148.038	1.241.245	273.669	16.344.519	16.838																			
Conchas	1.600.324	4.952.970	3.897.451	16.574.692	8.247.959	7.033.571	774.295	452.822	16.508.647	17.132																			
Dois Córregos	2.357.394	6.931.328	6.923.811	22.054.293	8.736.216	11.023.258	2.042.667	292.730	22.094.871	25.245																			
Duartina	1.234.717	4.853.148	2.805.418	13.018.412	5.204.205	5.740.001	1.687.602	75.440	12.707.249	12.902																			
Getulina	418.868	3.962.376	4.248.809	10.212.692	4.701.358	4.224.743	1.229.656	248.402	10.404.159	10.554																			
Guaçara	461.617	3.959.628	3.464.511	10.677.172	4.175.526	4.377.885	1.909.187	162.031	10.624.629	11.314																			

Mesorregião e municípios*		Tributos	FPM ^a <i>Em reais</i>	ICMS ^a <i>Em reais</i>	Receita total ^b	Pessoal ^c	Custeio ^d	Investimento ^e <i>Em reais</i>	Dívida ^f	Despesa total ^g	População ^h
Guaimbé		197.281	2.971.782	1.633.716	7.878.433	2.958.343	3.265.188	1.010.329	71.926	7.305.785	5.258
Guaraná		317.150	2.971.782	2.692.265	7.088.527	2.243.712	3.774.314	569.222	35.189	6.622.437	6.903
Iacanga		1.100.788	2.971.782	3.710.991	10.432.603	4.913.828	4.311.590	783.073	197.407	10.205.898	8.810
Iaras		1.068.408	2.971.782	2.024.590	8.910.252	3.450.581	4.271.780	1.022.710	6.394	8.751.467	3.718
Igaracá do Tietê		995.225	5.943.564	3.099.339	17.648.857	7.998.851	6.057.129	2.847.912	79.744	16.983.634	23.904
Itai		3.582.958	5.943.564	10.241.310	26.929.597	9.996.344	14.063.583	2.282.714	567.611	26.910.252	23.417
Itaju		231.675	2.971.782	1.822.410	5.706.004	2.740.548	2.478.440	466.377	11.965	5.697.330	2.844
Itapuí		-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.347
Itatinga		3.160.149	4.926.305	5.208.712	20.829.920	8.678.324	11.179.069	1.177.186	0	21.034.579	16.685
Jau		24.595.068	16.840.098	27.171.794	129.303.689	48.668.562	63.850.535	12.993.368	2.572.977	128.085.442	125.399
Julio Mesquita		137.983	2.971.782	1.086.639	6.397.697	2.458.139	2.582.742	400.954	298.518	5.740.353	4.405
Lencóis Paulista		9.141.083	11.883.806	27.005.319	82.234.967	32.488.809	31.474.872	5.415.970	342.982	69.722.632	62.580
Lins		9.169.495	11.887.128	17.276.778	56.700.957	23.383.226	22.797.316	4.867.370	37.200	51.085.112	71.382
Lucianoópolis		90.860	2.971.782	1.350.020	5.177.884	2.040.585	2.240.351	887.108	0	5.168.044	2.006
Macatuba		1.129.020	5.940.242	11.887.541	25.638.124	9.392.318	9.659.827	2.933.256	179.359	22.164.760	17.440
Minerais do Tietê		712.192	3.962.376	2.778.452	10.930.371	4.259.402	4.005.611	2.311.671	519.579	11.096.264	12.846
Parapananema		3.655.464	5.940.242	6.929.455	26.557.529	12.857.025	11.128.814	2.080.554	351.932	26.418.325	17.516
Pardinho		1.998.064	2.971.782	2.246.723	10.552.763	5.023.727	4.802.340	670.355	100.976	10.597.397	5.684
Paulistânia		110.221	2.971.782	1.212.932	4.750.259	1.821.835	2.473.346	686.017	0	4.981.198	1.967
Pedernheiras		5.183.639	8.915.346	15.361.922	36.943.024	14.365.834	15.169.243	5.540.082	799.496	35.874.656	40.009
Pirajui		2.207.013	5.943.564	6.267.603	15.613.438	7.128.896	7.345.734	1.316.794	768.807	16.560.207	21.031
Piratininga		1.516.868	3.962.376	3.055.786	9.914.714	4.469.290	3.688.153	672.265	117.955	8.947.663	11.270
Pongal		208.084	2.971.782	1.642.231	5.546.142	2.688.248	2.074.841	754.810	81.801	5.599.699	3.776
Pratânia		245.649	2.971.782	1.903.829	6.768.213	3.068.378	2.893.511	797.815	19.774	6.779.479	4.417
Presidente Alves		148.961	2.971.782	2.134.047	5.447.718	2.100.210	1.893.877	927.985	214.122	5.136.193	4.179
Primo São		2.404.465	8.056.680	12.612.125	30.623.291	13.382.348	12.249.436	3.536.420	87.512	29.255.716	33.414
Reginópolis		529.899	2.972.211	3.199.465	9.657.863	3.418.121	3.951.756	535.378	57.991	7.963.247	4.718
Sabino		558.544	2.971.782	2.783.937	9.124.156	3.934.940	3.407.929	1.855.564	335.569	9.534.002	5.232
São Manuel		4.651.657	8.915.346	12.742.837	43.552.966	16.216.853	20.480.397	2.729.623	2.054.166	41.481.039	39.816
Ubirajara		165.004	2.971.782	1.735.966	6.227.421	2.457.204	3.053.478	810.642	0	6.321.324	4.130
Uru		126.783	2.971.782	1.341.646	4.872.891	2.102.470	1.862.358	839.058	88.336	4.892.222	1.445
Araraquara		130.398.680	137.386.867	248.341.468	836.803.390	369.536.448	358.565.201	89.492.956	24.249.583	841.844.188	800.644
Américo Brasileiro		3.267.128	7.923.523	6.971.041	30.756.752	15.457.136	12.360.171	3.000.682	454.881	31.272.870	34.362
Ananãdia		1.040.012	2.971.783	4.055.830	12.094.326	5.318.856	3.761.973	2.060.408	0	11.141.237	3.997
Araraquara		43.689.973	25.569.144	54.738.517	209.134.471	113.659.504	107.230.292	18.928.448	2.673.022	242.491.267	199.657
Boa Esperança do Sul		986.617	4.949.648	7.276.952	18.961.427	7.810.666	7.986.314	2.098.076	0	17.895.057	14.021
Borborema		1.596.481	5.046.451	5.823.146	16.045.240	6.655.155	6.720.456	1.979.328	335.767	15.690.707	13.994
Descalvado		4.055.903	7.922.421	17.657.682	41.123.243	17.813.998	18.565.855	3.377.959	217.285	39.975.097	31.265
Dobrada		465.469	2.971.782	1.802.147	6.558.706	2.862.391	2.174.071	762.262	372.732	6.171.456	7.071
Dourado		632.698	2.971.782	2.929.447	10.208.566	3.750.931	3.889.115	1.892.652	156.196	9.688.894	9.244
Gavião Peixoto		739.916	2.971.782	2.628.611	6.570.857	2.669.184	3.167.875	164.058	0	6.001.117	4.062
Ibaté		3.937.332	7.921.430	5.296.464	28.985.945	13.239.458	9.180.932	4.974.346	412.110	27.806.846	32.105
Ibitinga		-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.812
Itápolis		4.246.585	8.915.345	13.742.705	33.218.447	11.329.346	15.315.488	4.823.258	1.175.253	32.643.345	41.222
Matão		10.341.623	12.877.722	38.691.155	89.115.771	32.256.105	42.148.745	8.441.583	3.849.862	86.696.296	77.769
Motuca		-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.294
Nova Europa		702.646	2.971.782	3.243.453	11.035.123	5.671.732	4.486.327	590.470	204.544	10.953.073	8.731
Ribeirão Bonito		1.133.245	3.962.676	3.556.363	15.541.784	6.051.305	6.780.391	2.086.004	216.052	15.133.751	11.924

Mesorregião e municípios*	Tributos			ICMS ^a Em reais		Receita total ^b			Pessoal ^c			Custeio ^d		Investimento ^e Em reais	Divida ^f	Despesa total ^g	População ^h	
Estiva Gerbi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.469
Holambra	3.564.380	2.971.782	6.968.332	23.258.020	8.864.092	8.832.606	1.790.572	116.331	19.603.602	8.532	-	-	-	-	-	19.603.602	8.532	
Hortolândia	62.608.140	25.431.665	62.346.363	216.593.534	83.693.783	91.727.844	21.026.004	5.944.903	202.392.534	201.795	-	-	-	-	-	202.392.534	201.795	
Indaiatuba	64.997.780	25.555.870	75.069.860	296.753.004	97.993.656	120.833.114	33.206.892	3.743.411	255.777.073	181.124	-	-	-	-	-	255.777.073	181.124	
Itapira	16.818.466	11.887.128	29.129.436	87.354.206	44.883.532	32.341.294	4.042.380	3.440.133	84.707.339	68.396	-	-	-	-	-	84.707.339	68.396	
Itobi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.971
Jaguariúna	14.993.271	7.924.752	79.384.745	115.764.129	34.678.142	63.664.674	16.759.389	57.284	115.159.489	34.779	-	-	-	-	-	115.159.489	34.779	
Lindóia	1.610.104	2.964.931	1.471.686	12.848.526	3.858.743	6.156.092	1.448.335	4.526	11.467.696	6.300	-	-	-	-	-	11.467.696	6.300	
Mococa	10.124.930	12.618.184	20.383.338	60.119.250	30.560.805	22.755.736	2.917.647	3.160.382	59.394.570	70.896	-	-	-	-	-	59.394.570	70.896	
Mogi Guaçu	24.699.284	17.830.692	70.926.905	174.004.691	79.716.195	67.929.004	12.991.108	7.338.251	167.974.558	141.559	-	-	-	-	-	167.974.558	141.559	
Mogi Mirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	0	0
Monte Alegre do Sul	1.620.596	2.971.782	1.962.111	10.988.624	4.770.919	4.904.140	739.343	32.149	10.446.551	6.973	-	-	-	-	-	10.446.551	6.973	
Monte Mor	6.209.641	9.673.630	22.429.681	56.521.743	17.987.874	30.946.178	4.529.941	1.262.482	54.726.475	46.047	-	-	-	-	-	54.726.475	46.047	
Nova Odessa	11.531.926	9.907.509	21.776.474	58.832.548	29.359.956	22.959.135	5.062.751	1.325.373	58.707.216	47.990	-	-	-	-	-	58.707.216	47.990	
Paulínia	63.205.562	10.896.534	527.651.379	619.660.514	285.294.825	153.952.573	127.194.048	5.026.231	571.467.677	62.132	-	-	-	-	-	571.467.677	62.132	
Pedra Bela	176.195	2.971.782	1.435.421	6.835.131	3.179.369	2.991.316	580.038	53.705	6.804.428	5.954	-	-	-	-	-	6.804.428	5.954	
Pedreira	8.888.038	8.914.117	9.806.841	49.279.015	19.054.981	20.277.288	5.707.722	2.691.446	47.731.437	40.575	-	-	-	-	-	47.731.437	40.575	
Pinhaltinho	987.694	3.962.376	1.934.672	11.327.709	5.674.950	4.881.884	1.611.756	38.703	12.207.293	12.873	-	-	-	-	-	12.207.293	12.873	
Pirassununga	14.518.114	11.887.128	23.515.696	63.080.844	25.234.482	30.435.697	5.263.935	125.044	61.059.157	70.864	-	-	-	-	-	61.059.157	70.864	
Porto Ferreira	9.431.241	10.895.264	14.611.431	49.379.866	23.133.664	20.962.685	5.596.457	762.220	50.455.026	54.048	-	-	-	-	-	50.455.026	54.048	
Santa Bárbara d'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.417	-	-	-	-	-	-	188.417	188.417
Santa Cruz das Palmeiras	3.094.988	6.934.159	5.325.901	25.640.364	11.183.727	8.795.097	1.531.895	6.244	21.516.963	28.318	-	-	-	-	-	21.516.963	28.318	
Santo Antônio de Posse	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.989	-	-	-	-	-	-	20.989	20.989
Santo Antônio do Jardim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.499	-	-	-	-	-	-	6.499	6.499
São João da Boa Vista	15.714.219	13.865.486	20.259.357	90.784.976	45.387.703	32.575.846	8.278.190	470.992	86.712.732	83.477	-	-	-	-	-	86.712.732	83.477	
São José do Rio Pardo	7.238.962	10.896.534	20.578.403	69.227.107	25.128.996	32.248.611	3.340.426	939.141	61.657.174	54.141	-	-	-	-	-	61.657.174	54.141	
São Sebastião da Gramma	1.161.266	4.077.371	2.757.281	12.252.940	4.548.621	5.587.168	1.797.621	136.709	12.070.120	12.930	-	-	-	-	-	12.070.120	12.930	
Serra Negra	11.066.608	6.803.403	4.715.098	30.955.423	12.652.575	11.270.779	3.804.431	2.028.317	29.756.101	25.438	-	-	-	-	-	29.756.101	25.438	
Socorro	5.563.784	7.924.752	5.674.634	29.063.377	12.839.056	12.020.667	4.222.534	595.184	29.677.441	34.139	-	-	-	-	-	29.677.441	34.139	
Sumaré	38.260.038	25.555.871	75.708.940	209.191.314	121.157.379	78.693.562	6.428.935	18.820.770	225.100.647	237.900	-	-	-	-	-	225.100.647	237.900	
Tambau	3.797.719	5.943.564	7.187.659	24.916.458	9.969.194	8.872.914	4.275.723	1.112.699	24.230.530	24.033	-	-	-	-	-	24.230.530	24.033	
Tapiraíta	961.102	4.950.806	3.216.185	14.789.296	6.578.436	4.619.164	2.252.811	606.751	14.057.162	13.787	-	-	-	-	-	14.057.162	13.787	
Valinhos	43.414.320	14.855.588	47.748.378	165.149.497	77.515.263	61.666.915	11.929.164	12.841.253	163.952.595	94.124	-	-	-	-	-	163.952.595	94.124	
Vargem Grande do Sul	4.586.663	8.915.346	6.856.174	32.582.242	13.062.908	12.019.465	3.019.768	320.000	28.422.141	40.256	-	-	-	-	-	28.422.141	40.256	
Vinhedo	34.564.872	10.895.306	40.872.679	126.216.333	45.625.285	60.467.093	17.800.777	1.329.484	125.222.639	57.269	-	-	-	-	-	125.222.639	57.269	
Presidente Prudente	101.263.104	211.294.793	210.862.493	791.816.293	352.170.549	318.302.142	93.869.636	23.168.707	787.511.035	843.583	-	-	-	-	-	787.511.035	843.583	
Adamantina	5.268.722	7.959.888	7.681.094	54.414.719	27.399.886	20.347.394	5.130.573	906.911	53.784.764	34.536	-	-	-	-	-	53.784.764	34.536	
Alfredo Marcondes	215.611	2.971.782	1.178.958	5.062.062	2.105.042	2.333.967	749.243	59.770	5.248.021	3.848	-	-	-	-	-	5.248.021	3.848	
Alvares Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.467	-	-	-	-	-	-	25.467	25.467
Anhumas	156.116	2.971.782	1.900.381	5.613.545	1.858.959	2.638.075	772.463	276.148	5.545.644	3.536	-	-	-	-	-	5.545.644	3.536	
Calabu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.242	-	-	-	-	-	-	4.242	4.242
Caluá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.821	-	-	-	-	-	-	4.821	4.821
Dracena	6.107.715	8.915.346	7.672.945	39.122.184	19.025.251	14.013.614	3.987.555	1.367.359	38.393.779	41.096	-	-	-	-	-	38.393.779	41.096	
Emilianiópolis	130.644	2.971.782	1.402.015	5.711.685	2.805.702	2.664.588	337.754	42.584	5.850.628	2.886	-	-	-	-	-	5.850.628	2.886	
Estrela do Norte	67.785	2.976.070	1.513.777	5.718.169	2.703.159	2.301.473	679.869	0	5.684.501	2.513	-	-	-	-	-	5.684.501	2.513	
Euclides da Cunha Paulista	312.692	3.962.376	3.375.622	13.444.150	5.627.761	5.728.476	1.790.844	351.384	13.498.465	10.694	-	-	-	-	-	13.498.465	10.694	
Flora Rica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.027	-	-	-	-	-	-	2.027	2.027
Flórida Paulista	694.150	4.272.222	5.088.944	11.378.638	5.386.874	4.487.517	1.480.692	4.153	11.359.236	10.068	-	-	-	-	-	11.359.236	10.068	

Mesorregião e municípios*	Tributos			FPM ⁶ Em reais	ICMS ⁷ Em reais	Receita Total ⁸	Pessoal ⁹	Custeio ⁴	Investimento ⁵ Em reais	Divida ¹⁰	Despesa Total ¹¹	População ⁶
	-	-	-									
Indiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.161
Inubia Paulista	282.895	2.971.782	1.535.492	5.889.124	5.889.124	2.655.059	2.184.060	549.960	104.895	5.493.975	3.291	6.866
Irapuru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.423
João Ramalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.485
Junqueirópolis	1.703.637	5.242.852	4.882.477	18.967.406	18.967.406	7.170.822	7.552.975	4.015.269	222.090	18.961.156	18.681	18.681
Lucélia	2.122.253	6.018.629	4.838.802	19.237.789	19.237.789	8.473.736	8.944.507	967.826	90.631	18.476.701	3.851	3.851
Marabá Paulista	391.140	2.971.782	3.794.338	8.200.829	8.200.829	4.076.763	3.986.518	534.392	323.572	8.921.245	3.486	3.486
Mariópolis	133.441	2.971.782	1.400.445	5.295.209	5.295.209	2.325.821	2.420.861	431.080	31.212	5.208.974	24.322	24.322
Martinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.977
Mirante do Paranapanema	1.073.807	5.079.115	5.414.368	15.303.027	15.303.027	7.466.520	6.901.966	1.793.887	714.713	16.877.086	6.624	6.624
Monte Castelo	291.442	2.971.782	1.905.220	6.110.624	6.110.624	2.829.367	2.308.300	791.379	118.540	6.047.585	4.190	4.190
Narandiba	175.465	2.971.782	2.163.394	8.700.018	8.700.018	3.454.005	3.384.470	1.305.595	53.226	8.197.296	2.053	2.053
Nova Guataporanga	83.574	2.971.782	702.683	3.951.628	3.951.628	1.992.485	1.376.522	277.435	96.774	3.743.216	30.188	30.188
Oswaldo Cruz	3.647.042	6.989.259	6.261.914	25.906.950	25.906.950	10.376.491	12.539.371	2.025.426	583.823	25.525.110	7.189	7.189
Ouro Verde	408.021	3.106.741	2.196.834	9.588.165	9.588.165	4.815.781	3.264.664	1.964.093	149.181	10.193.719	12.631	12.631
Pacaembu	892.529	4.272.222	2.958.635	12.194.843	12.194.843	6.165.418	4.739.131	600.340	193.398	11.698.286	14.614	14.614
Panorama	974.000	4.953.000	3.108.000	15.036.000	15.036.000	6.520.000	6.894.000	2.113.000	244.000	15.771.000	10.872	10.872
Parapuã	1.038.821	4.272.222	3.990.406	10.851.151	10.851.151	4.939.223	4.567.994	1.200.411	209.685	10.917.314	6.148	6.148
Paulicéia	822.073	2.971.782	2.806.586	9.105.617	9.105.617	3.838.174	4.178.410	1.273.941	61.494	9.352.019	3.633	3.633
Piquerobi	157.642	2.971.782	2.538.711	6.174.670	6.174.670	2.957.515	2.391.170	633.203	200.703	6.182.591	22.926	22.926
Pirapozinho	1.262.496	6.018.629	7.618.106	21.270.767	21.270.767	9.853.340	8.767.431	1.511.833	816.352	20.948.955	1.407	1.407
Praçinha	53.357	2.971.782	749.445	3.936.748	3.936.748	1.640.019	1.737.449	497.997	0	3.875.465	15.589	15.589
Presidente Bernardes	978.611	5.242.852	4.182.683	17.256.997	17.256.997	8.078.018	7.956.409	925.952	463.050	17.423.429	42.585	42.585
Presidente Epitácio	4.349.942	8.915.346	12.275.999	35.279.882	35.279.882	14.926.961	15.201.563	4.195.434	900.044	35.224.001	206.704	206.704
Presidente Prudente	53.620.348	25.555.870	42.542.853	196.250.273	196.250.273	85.102.923	71.203.593	31.135.601	8.828.062	196.270.180	38.254	38.254
Presidente Venceslau	4.457.381	8.915.346	7.279.397	35.336.191	35.336.191	11.455.205	15.190.673	1.493.886	1.397.773	29.537.537	30.146	30.146
Rancharia	2.186.173	6.934.158	13.054.519	34.166.398	34.166.398	16.266.310	15.137.837	1.967.291	706.606	34.078.043	18.502	18.502
Regente Feijó	1.818.373	5.943.564	4.672.960	17.743.647	17.743.647	8.400.433	6.672.773	1.688.092	1.572.503	18.333.801	2.331	2.331
Ribeirão dos Índios	110.122	2.971.782	1.225.355	5.134.352	5.134.352	1.817.595	2.468.014	551.841	0	4.837.450	9.579	9.579
Rinópolis	956.983	3.496.445	2.629.466	8.895.270	8.895.270	4.703.168	3.370.669	460.748	26.135	8.560.720	26.814	26.814
Rosana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.281
Sagres	80.704	2.971.782	1.105.828	4.573.603	4.573.603	2.036.961	2.043.155	556.538	138.699	4.775.354	4.356	4.356
Salmourão	278.165	2.971.782	1.497.221	6.338.166	6.338.166	2.784.044	2.722.676	755.746	72.453	6.334.919	3.596	3.596
Sandovalina	187.795	2.971.782	6.128.135	11.009.558	11.009.558	4.968.808	4.406.379	1.605.402	282.900	11.263.488	2.671	2.671
Santa Mercedes	147.917	2.971.782	1.815.215	6.317.037	6.317.037	2.721.877	147.260	2.711.268	154.003	5.734.408	21.300	21.300
Santo Anastácio	2.050.583	6.018.629	3.984.575	15.322.577	15.322.577	9.666.442	6.179.272	1.247.749	239.953	17.333.416	2.751	2.751
Santo Expedito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.711
São João do Pau d'Alho	96.376	2.972.114	1.286.543	5.136.837	5.136.837	2.579.850	1.615.352	1.116.778	13.571	5.325.552	5.569	5.569
Taciba	318.849	2.971.782	8.389.996	14.207.789	14.207.789	5.939.101	6.285.407	2.281.443	73.224	14.585.175	6.578	6.578
Tarabai	231.510	2.971.782	1.927.149	9.161.726	9.161.726	3.847.335	3.124.727	1.700.216	189.423	8.861.701	20.789	20.789
Teodoro Sampaio	926.203	6.798.037	8.185.008	23.500.276	23.500.276	8.412.346	11.921.480	2.053.592	887.711	23.275.129	12.725	12.725
Tupi Paulista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	451.655
Marília	82.042.664	101.131.738	122.070.061	546.052.819	546.052.819	223.322.930	241.674.282	54.094.353	9.262.230	528.353.796	4.830	4.830
Álvoro de Carvalho	142.425	2.971.792	1.316.148	5.637.452	5.637.452	2.695.246	2.661.310	332.868	121.703	5.811.127	3.056	3.056
Alvinlândia	120.026	2.969.982	1.003.956	5.982.125	5.982.125	2.382.795	2.044.128	354.296	50.227	4.831.446	2.303	2.303
Arco-Íris	102.087	2.526.015	1.742.211	5.233.147	5.233.147	1.905.454	2.616.300	364.245	0	4.885.999	21.676	21.676
Bastos	1.407.250	6.100.493	9.455.518	19.496.510	19.496.510	9.879.240	7.442.848	2.251.897	0	19.573.986	8.691.467	8.691.467
Echaporã	309.683	2.971.782	3.294.367	8.806.944	8.806.944	3.721.847	4.314.562	572.500	82.557	8.691.467	7.203	7.203

Mesorregião e municípios*		Tributos	FPM ^a	ICMS ^a	Receita total ^b	Pessoal ^c	Custeio ^d	Investimento ^e	Divida ^f	Despesa total ^g	População ^h
			Em reais					Em reais			
Fernão		118.215	2.971.782	920.566	5.281.434	1.604.338	2.585.104	743.555	0	4.932.997	1.241
Gália		570.527	2.806.354	2.569.349	7.242.967	2.564.531	3.665.955	861.073	16.923	7.108.482	7.149
Garça		4.837.941	9.905.386	8.774.193	46.178.717	15.775.708	21.509.826	4.970.878	155.386	42.411.798	44.396
Herculândia		257.163	2.971.782	2.715.275	7.321.187	2.693.015	3.608.866	1.058.299	38.555	7.398.735	8.699
Iacri		287.877	3.106.741	2.494.993	7.071.837	2.325.040	3.796.970	608.727	45.614	6.776.351	6.595
Lupércio		208.333	2.971.782	1.443.036	5.874.418	2.547.535	2.973.342	234.236	39.916	5.795.029	4.339
Marília		55.639.544	25.555.870	45.255.023	296.851.547	124.731.436	131.807.282	23.009.290	6.190.072	285.738.080	224.093
Ocauçu		290.391	2.531.355	1.678.041	5.420.601	2.519.133	2.632.837	497.691	175.277	5.824.938	4.055
Oriente		674.061	2.971.781	1.736.472	6.106.138	2.361.360	2.869.986	389.913	278.569	5.899.828	5.205
Oscar Bressane		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.567
Pompéia		2.437.549	5.943.556	18.444.031	34.600.362	11.430.316	15.107.795	7.029.350	456.948	34.024.409	18.862
Queiroz		363.767	2.971.782	2.229.993	5.909.177	2.182.602	3.247.768	421.776	85.686	5.937.833	2.345
Quintana		403.746	2.971.782	2.432.372	7.795.403	3.140.027	3.307.299	1.166.413	129.008	7.742.748	5.631
Tupã		12.822.114	11.842.407	12.189.157	54.012.689	24.103.182	20.732.206	7.787.424	828.009	53.450.821	66.293
Vera Cruz		1.049.967	4.069.314	2.375.360	11.230.163	4.760.124	4.749.899	1.439.922	567.778	11.517.723	11.117
Assis		62.997.378	155.014.343	191.149.197	649.579.979	292.682.133	275.724.462	53.421.627	9.355.162	631.183.383	559.810
Assis		15.010.532	14.857.973	17.792.866	93.318.264	44.533.491	36.497.910	7.396.431	774.292	89.202.124	95.703
Bernardino de Campos		577.572	3.962.376	3.061.021	10.402.290	3.994.878	5.315.039	500.952	28.576	9.839.445	11.216
Borá		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Campos Novos Paulista		224.360	2.970.665	2.816.448	7.599.908	3.407.224	3.096.724	1.615.125	319.709	8.438.782	4.304
Cândido Mota		2.469.007	7.921.922	11.457.833	32.583.461	13.677.878	15.017.410	1.928.337	727.178	31.350.803	32.111
Canitar		172.087	2.971.783	1.120.822	7.192.547	3.021.010	2.972.609	1.052.825	124.746	7.171.190	4.251
Chavantes		798.223	4.077.370	6.125.690	15.556.498	7.056.179	6.143.356	1.413.936	244.707	14.858.178	12.544
Cruzália		170.687	2.971.782	1.892.770	5.544.890	2.490.043	2.205.856	659.301	21.427	5.376.627	2.566
Espírito Santo do Turvo		427.304	2.972.783	2.724.701	7.476.427	3.468.129	2.969.469	935.191	24.957	7.397.745	4.195
Fartura		1.031.383	4.952.970	4.555.213	15.974.806	6.327.755	7.935.026	1.019.874	179.874	15.462.528	15.510
Flórida		231.284	2.971.782	3.171.185	7.561.245	3.547.861	2.899.199	922.648	114.528	7.484.236	3.212
Ibirarema		288.709	2.971.782	3.183.253	8.936.931	4.116.601	3.906.437	1.111.299	181.511	9.315.848	5.833
Itapetininga		605.491	3.106.741	4.634.113	12.734.347	5.271.708	5.772.760	1.865.696	162.301	13.072.465	6.978
Itapissolândia		867.309	3.962.376	4.118.709	14.617.637	6.471.039	5.719.969	2.110.669	381.844	14.683.521	13.401
Luícia		81.088	2.971.782	2.306.030	6.314.312	2.948.486	2.671.805	786.337	39.583	6.446.212	3.087
Manduri		588.883	2.971.782	2.314.161	8.583.687	5.026.825	3.195.390	782.041	270.254	9.274.510	9.006
Maracá		1.431.715	4.077.370	8.760.909	17.299.810	8.347.866	8.007.150	738.621	138.518	17.232.155	13.401
Nantes		96.582	2.971.782	2.103.606	6.325.346	2.287.823	3.610.920	773.871	0	6.672.614	2.188
Óleo		15.430.857	15.855.121	29.022.305	126.126.708	2.105.451	1.647.614	666.205	215.090	4.634.360	3.137
Ourinhos		3.096.958	5.943.564	8.981.403	28.326.936	13.115.132	11.829.371	2.272.062	929.031	119.867.260	106.350
Palmital		4.989.925	8.915.346	14.049.047	51.431.317	22.983.816	21.292.393	3.435.307	281.990	27.498.555	22.193
Paraguacu Paulista		273.009	2.971.782	2.304.434	6.730.326	2.992.379	3.016.419	621.408	20.222	48.506.809	43.889
Pedrinhas Paulista		4.076.599	6.934.158	8.614.348	28.588.273	14.238.415	12.057.596	1.742.494	609.292	28.647.797	29.243
Piraju		127.607	2.971.782	2.244.970	6.467.973	2.863.676	3.077.087	600.459	0	6.541.222	2.895
Platina		1.258.827	4.077.370	6.704.050	15.494.152	6.260.677	6.321.844	1.580.499	299.178	14.462.198	11.875
Ribeirão do Sul		-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.740
Salto Grande		654.829	2.971.783	3.059.741	9.793.941	3.991.574	4.182.544	1.120.398	240.058	9.534.573	9.227
Santa Cruz do Rio Pardo		4.131.753	8.915.346	15.499.352	37.800.976	14.796.750	17.944.507	2.699.790	1.731.566	37.172.613	44.135
São Pedro do Turvo		461.030	2.971.782	3.495.117	9.366.602	3.705.748	4.440.621	1.046.355	69.783	9.262.508	7.017
Sarutaiá		142.619	2.971.782	1.173.999	5.302.722	2.106.512	2.610.395	507.410	0	5.224.316	4.268
Taguai		548.340	2.971.782	2.253.095	8.197.675	3.651.657	3.645.507	784.878	13.325	8.095.366	8.237

Mesorregião e municípios*	Tributos				Receita Total ^b	Pessoal ^c	Custeio ^d	Investimento ^e <i>Em reais</i>	Dívida ^f	Despesa Total ^g	População ^h
	FPM ^a	ICMS ^a	Em reais	Em reais							
Tarumã	2.127.156	6.603.005	19.575.965	6.799.176	7.253.706	3.994.409	416.329	18.463.621	11.606		
Tejupá	191.842	2.093.076	7.669.535	3.101.865	3.266.833	1.011.238	0	7.379.936	5.782		
Timburi	311.707	1.657.500	5.965.277	2.579.622	2.435.576	947.638	0	5.962.837	2.643		
Itapetininga	95.556.472	222.430.621	818.729.332	371.750.396	352.261.716	82.830.697	16.190.742	823.033.551	826.910		
Alambari	622.274	1.298.691	6.215.428	2.685.361	2.555.129	810.314	0	6.050.803	3.908		
Angatuba	1.653.853	6.972.034	20.749.683	10.264.441	8.788.475	1.428.912	210.628	20.692.456	20.833		
Apiai	1.394.542	5.721.319	20.856.589	8.793.702	12.065.230	2.367.290	726.648	23.952.870	27.621		
Barão de Antonina	102.024	1.497.943	5.819.950	2.591.028	2.340.036	765.456	0	5.696.520	2.621		
Barra do Chapéu	195.519	1.136.438	7.434.691	2.876.303	3.183.398	752.697	253.134	7.065.532	4.794		
Boituva	11.536.202	8.914.117	14.026.827	24.735.018	22.790.217	5.057.262	381.459	52.973.955	42.667		
Bom Sucesso de Itararé	312.713	1.165.783	5.989.632	2.607.622	2.592.164	560.620	154.749	5.915.155	3.899		
Buri	1.136.314	5.943.564	23.092.480	11.904.987	9.799.966	2.268.712	306.335	24.280.001	20.071		
Campina do Monte Alegre	735.695	2.931.855	1.520.136	2.823.454	3.662.839	969.774	219.725	7.675.792	6.171		
Capão Bonito	3.420.698	10.095.999	10.467.027	23.267.127	17.545.339	3.975.426	845.872	45.633.764	46.946		
Cerquillo	6.107.701	7.924.489	13.835.865	19.886.622	20.022.440	7.713.126	0	47.622.188	36.500		
Cesário Lange	1.859.716	4.951.189	2.885.785	6.946.832	6.877.541	1.217.408	286.617	15.328.398	14.162		
Coronel Macedo	219.682	2.176.664	6.744.659	2.717.217	3.332.331	451.665	13.488	6.514.700	5.470		
Guapiara	914.256	5.943.564	3.142.972	8.032.838	8.418.147	1.420.659	196.081	18.067.725	20.794		
Guareí	788.768	3.568.651	11.215.438	4.312.806	4.974.784	2.163.962	80.185	11.531.736	11.473		
Iporanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.524	
Itaberá	1.126.497	6.091.510	15.554.828	6.559.397	7.556.753	967.083	594.942	15.678.176	19.659		
Itaoca	202.452	1.003.122	4.951.339	2.154.871	2.150.001	301.831	86.530	4.693.233	2.856		
Itapetininga	17.074.782	17.830.692	108.053.077	51.633.115	40.927.197	12.969.549	4.000.174	109.530.034	143.097		
Itapeva	10.596.991	13.783.666	22.725.958	47.096.830	38.618.042	7.470.376	3.281.905	96.467.154	89.743		
Itapirapuã Paulista	169.014	1.221.794	6.158.754	2.125.385	3.360.592	244.997	94.221	5.825.195	3.811		
Itaporanga	705.366	5.048.000	13.273.172	5.300.580	6.839.866	1.169.992	91.469	13.401.907	14.311		
Itararé	4.791.760	9.905.940	11.381.829	21.306.073	22.753.136	3.299.751	516.096	47.875.056	50.038		
Laranjal Paulista	4.534.878	6.930.836	8.460.904	13.788.888	10.744.761	2.719.377	212.811	27.465.837	24.363		
Nova Campina	1.089.128	2.971.782	3.767.810	4.956.425	5.461.422	1.221.138	32.876	11.671.861	8.830		
Perilas	514.966	2.451.223	8.761.459	3.808.561	3.722.952	1.000.075	107.863	8.639.450	7.541		
Porangaba	1.747.635	2.960.684	1.788.900	3.046.804	5.416.702	860.212	84.129	9.323.717	7.426		
Quadra	880.042	2.971.782	1.325.723	2.286.215	2.862.215	838.992	0	6.372.081	3.205		
Ribeira	142.584	2.971.782	1.346.024	1.819.735	2.830.073	774.476	0	5.424.284	3.087		
Ribeirão Branco	490.571	5.944.592	3.432.339	9.611.979	6.153.283	653.072	743.326	17.161.660	22.674		
Ribeirão Grande	542.803	2.971.782	4.316.111	4.990.385	4.664.474	1.106.718	236.736	10.998.313	8.292		
Riversul	2.301.593	1.758.088	6.681.341	3.100.927	2.697.459	490.293	441.119	6.729.797	5.561		
Taquarituba	217.052	6.930.836	5.391.421	7.103.458	9.762.766	2.575.819	390.273	19.832.316	24.528		
Taquarival	336.368	2.971.782	2.110.675	3.446.016	3.343.652	752.806	270.847	7.813.322	5.504		
Tatuí	17.099.395	15.846.674	26.823.149	40.549.761	42.049.537	10.462.452	1.249.369	94.311.119	107.115		
Torre de Pedra	131.393	2.971.783	821.578	1.743.106	1.974.800	1.018.406	81.133	4.817.446	2.815		
Macro Metropolitana Paulista	657.881.853	349.605.563	911.077.132	1.218.264.825	1.205.083.695	327.922.208	86.940.441	2.838.211.169	2.601.315		
Alumínio	9.322.261	4.952.970	32.042.570	19.854.573	13.136.938	15.823.707	73.796	48.889.015	16.357		
Araciguama	4.936.284	4.949.648	7.306.976	12.498.273	11.187.136	2.153.021	368.198	26.206.628	14.280		
Araçoiaba da Serra	5.861.227	5.943.674	3.155.753	11.170.816	14.488.429	2.000.488	259.092	27.918.825	23.713		
Atibaia	49.676.642	16.840.098	26.187.600	71.843.343	58.430.547	17.285.270	1.348.384	148.907.544	129.751		
Bom Jesus dos Perdões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.870	
Bragança Paulista	40.370.124	17.830.692	33.263.285	72.697.072	53.622.024	13.690.681	1.386.135	141.395.912	143.621		

Mesorregião e municípios*	Tributos		FPM ^a		ICMS ^b		Receita total ^b		Pessoal ^c		Custeio ^d		Investimento ^e		Divida ^f		Despesa total ^g		População ^h	
	Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais		Em reais	
Cabreúva	7.105.514	8.914.117	16.007.227	42.447.377	19.970.081	18.355.787	6.497.365	393.837	45.217.069	43.659										
Campo Limpo Paulista	11.737.356	12.874.892	24.434.101	76.215.122	34.861.093	28.626.807	6.718.154	5.070.051	75.276.105	77.277										
Capela do Alto	1.464.357	4.952.970	2.940.660	14.294.954	7.043.584	6.001.128	1.007.840	321.144	14.373.696	16.816										
Ibiúna	9.540.647	12.525.616	15.197.130	63.347.790	24.958.081	28.263.435	8.256.750	1.014.618	62.492.883	75.616										
Iperó	2.683.836	5.943.564	5.007.322	24.987.536	11.867.589	8.329.593	3.567.040	554.797	24.319.018	24.156										
Itatiba	22.566.763	14.855.588	36.478.907	120.331.941	50.585.939	47.509.504	17.793.636	2.695.541	118.584.620	95.648										
Itu	37.751.623	24.557.503	55.313.510	178.148.533	74.410.374	89.329.669	9.183.625	5.066.783	177.990.452	156.100										
Itupeva	14.231.964	7.921.431	17.439.191	50.572.801	25.428.642	21.402.403	4.967.356	147.287	51.945.689	32.097										
Jarinu	7.761.820	5.943.554	4.990.113	27.120.213	12.660.165	11.555.060	3.054.661	24.904	27.294.790	21.596										
Joanópolis	1.364.905	3.962.376	2.517.466	12.274.215	5.976.683	5.590.873	805.825	47.806	12.421.186	12.052										
Jundiaí	154.324.772	25.555.870	200.159.272	618.296.060	251.279.027	214.708.652	70.171.717	31.785.412	567.944.808	348.621										
Louveira	11.629.990	6.934.158	56.350.814	95.366.563	26.543.177	20.142.747	27.748.741	816.193	75.250.859	29.553										
Mairinque	6.900.754	9.903.928	17.381.003	55.578.906	26.264.395	27.208.976	2.660.579	466.294	56.600.244	47.756										
Morungaba	2.346.831	3.950.514	3.970.358	16.648.166	7.023.976	9.045.123	1.590.795	220.295	17.880.189	11.168										
Nazare Paulista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piedade	5.399.904	10.896.534	8.241.837	41.246.954	17.779.997	13.155.102	4.374.668	456.323	35.766.090	54.972										
Pilar do Sul	2.840.366	6.934.158	5.071.088	22.738.373	9.663.617	10.900.056	2.291.684	0	22.855.357	27.244										
Piracacia	4.345.695	6.934.158	4.145.221	25.068.459	11.649.307	9.051.898	3.078.611	21.604	23.801.421	26.561										
Porto Feliz	7.495.215	9.905.940	12.287.505	53.763.423	23.697.160	22.697.639	4.688.274	161.683	51.299.757	51.854										
Salto	22.743.424	15.846.674	34.554.272	111.749.997	41.576.978	58.811.904	8.568.359	3.838.622	112.795.863	108.552										
Salto de Pirapora	3.824.746	8.914.117	20.960.502	42.974.723	15.635.632	16.883.070	5.067.759	803.344	38.389.805	42.262										
Sao Miguel Arcanjo	2.424.304	7.924.752	6.273.097	26.668.782	10.890.702	9.569.891	2.786.499	591.027	23.838.119	34.801										
Sao Roque	17.056.565	12.875.572	14.677.260	89.675.208	30.621.095	36.255.072	5.019.007	456.805	72.351.979	73.778										
Sarapuá	692.781	2.911.889	1.875.358	7.705.101	4.031.486	3.278.124	527.532	785	7.837.927	8.787										
Sorocaba	162.203.627	25.553.866	188.057.155	565.056.838	196.060.855	244.806.403	60.418.129	21.606.309	522.891.695	578.068										
Tapirai	473.542	3.957.829	3.292.973	12.029.631	4.311.044	4.610.634	2.256.563	718.795	11.897.035	10.666										
Tuiuti	390.552	2.971.782	1.380.400	6.646.957	2.757.619	3.135.060	507.944	5.579	6.406.202	6.430										
Vargem	550.310	2.971.782	1.513.650	8.645.274	4.335.559	3.617.852	594.790	265	8.548.466	8.430										
Varzea Paulista	10.037.805	15.846.674	23.383.623	77.458.934	35.019.416	30.947.018	5.995.596	6.156.528	78.118.558	110.449										
Votorantim	15.825.348	15.846.674	25.219.927	98.354.305	43.242.474	50.429.139	6.769.541	62.207	100.503.361	107.157										
Vale do Paraíba Paulista	632.214.567	299.065.429	1.021.804.624	2.875.064.955	1.245.900.562	1.182.886.104	316.048.652	49.278.473	2.794.113.790	2.243.787										
Aparecida	8.307.158	7.959.888	5.059.053	37.368.343	17.457.620	14.989.655	3.120.662	1.187.930	36.755.867	36.129										
Araçoiaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araruama	608.804	2.971.782	1.561.497	6.961.947	3.355.969	2.649.062	527.461	207.913	6.740.405	3.834										
Bananal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caçapava	9.670.774	13.864.994	38.042.486	80.951.428	36.259.539	41.430.579	6.581.441	304.534	84.576.093	83.574										
Cachoeira Paulista	4.770.148	6.934.158	4.165.163	25.786.112	10.414.941	11.961.490	4.025.982	602.466	27.004.878	30.156										
Campos do Jordão	25.488.019	9.905.940	8.214.888	76.189.431	32.376.605	35.600.098	7.289.362	1.914.969	77.181.034	49.512										
Canas	1.206.361	2.978.733	1.037.873	7.313.985	3.778.152	2.587.784	911.266	36.784	7.313.985	4.127										
Caraguatatuba	40.111.530	14.856.080	14.023.470	152.804.380	43.125.701	74.114.124	18.151.268	2.664.876	138.055.969	98.170										
Cruzeiro	5.620.308	12.879.919	22.065.346	58.858.500	32.057.494	21.867.639	4.243.223	1.268.293	59.436.649	77.076										
Cunha	586.480	6.018.629	4.469.775	16.466.159	5.960.525	9.047.867	773.839	314.941	16.097.172	22.815										
Guaratininguá	24.089.430	15.849.504	37.833.823	130.254.844	57.863.051	54.375.117	13.588.594	4.319.715	130.146.477	113.012										
Igaratá	2.791.337	3.009.345	1.949.034	11.442.489	5.386.996	4.203.300	1.550.378	196.821	11.337.495	9.770										
Ilhabela	14.271.923	6.931.328	5.164.885	61.008.541	22.206.067	15.224.468	17.659.677	159.060	55.249.272	26.230										
Jacareí	44.036.894	25.571.507	105.200.750	222.811.776	98.323.564	84.603.371	10.575.145	10.184.654	203.686.734	211.559										
Jambou	2.282.127	2.971.782	2.903.114	10.476.946	4.465.990	4.382.219	1.032.500	191.510	10.072.228	4.515										
Lagoinha	289.724	2.971.782	1.556.298	6.555.147	3.153.872	2.830.945	384.063	268.438	6.637.318	5.195										

Mesorregião e municípios*	Tributos			ICMS ^b		Receita Total ^b		Pessoal ^c	Custo ^d	Investimento ^e		Divida ^f	Despesa Total ^g	População ^h
	FPM ^a	Em reais				Em reais								
Lavrinhas	1.521.188	2.971.782	1.817.295	9.230.897	4.289.869	3.592.113	940.484	274.926	9.097.391	6.994				
Lorena	10.145.674	13.865.486	19.435.995	66.921.253	27.754.954	32.170.664	5.459.825	722.230	66.107.672	83.728				
Monteiro Lobato	560.239	2.971.783	1.177.171	5.729.220	3.087.296	2.370.069	383.697	66.321	5.907.382	3.789				
Natividade da Serra	340.369	3.106.741	3.314.645	8.641.074	3.528.335	4.411.603	588.851	191.840	8.720.629	7.317				
Parabuna	1.898.076	5.901.459	5.264.579	22.779.217	10.832.306	7.026.406	686.199	245.945	18.790.856	18.574				
Pindamonhangaba	24.803.543	17.817.496	68.349.911	151.686.964	66.180.170	65.374.891	21.908.040	4.092.480	157.555.590	143.737				
Piquete	1.581.028	5.023.067	1.896.361	12.620.804	6.185.962	4.268.059	1.325.456	408.776	12.188.253	15.533				
Potim	420.395	4.952.970	1.889.251	13.196.666	6.181.617	5.210.389	2.051.888	141.248	13.585.142	16.454				
Queuz	1.666.968	2.971.782	1.691.375	10.407.823	4.422.598	5.248.066	444.332	477.417	10.592.413	10.148				
Redenção da Serra	408.564	2.971.782	1.433.448	6.285.790	2.992.479	2.694.266	434.881	204.284	6.325.910	4.076				
Roseira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.321				
Santa Branca	1.879.375	4.951.741	3.389.312	17.453.038	8.545.543	7.908.203	1.400.672	0	17.854.419	15.009				
Santo Antônio do Pínhai	811.898	2.971.782	1.420.596	10.050.010	4.702.944	3.026.561	1.701.807	476.967	9.908.280	7.047				
São Bento do Sapucaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.582				
São José do Barreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.298				
São José dos Campos	212.046.977	25.555.870	456.172.931	916.914.366	392.099.392	381.879.279	105.788.021	8.607.998	888.374.691	610.965				
São Luis do Paraitinga	1.755.644	4.077.370	2.873.628	14.826.072	7.408.631	5.832.800	1.659.496	244.323	15.145.250	10.804				
São Sebastião	58.337.133	12.874.400	65.013.533	221.027.769	86.869.355	92.001.779	28.244.687	2.519.956	209.635.777	75.886				
Silveiras	1.267.187	2.971.782	1.852.647	8.273.659	2.899.726	4.195.552	717.418	368.342	8.181.038	5.721				
Taubaté	77.877.255	25.643.755	113.168.957	316.913.732	166.728.384	111.187.506	34.982.020	1.773.996	314.671.906	271.660				
Tremembé	8.552.396	8.912.516	5.974.600	36.472.179	19.670.885	14.145.243	4.732.019	1.462.266	40.010.413	40.182				
Ubatuba	42.209.640	12.876.493	12.420.935	120.384.394	45.334.028	50.474.940	12.183.979	3.176.255	111.169.202	81.246				
Litoral Sul Paulista	113.358.615	99.608.165	89.376.517	501.467.158	226.872.454	207.049.262	67.195.514	9.444.156	510.561.385	498.216				
Barra do Turvo	970.000	2.971.782	5.274.215	10.077.039	4.902.476	5.553.993	308.807	72.786	10.838.062	8.835				
Cajati	3.227.258	7.923.523	16.320.823	37.605.723	18.146.196	14.136.153	7.066.056	440.960	39.789.364	33.353				
Cananã	2.087.316	4.950.140	3.652.348	16.915.063	8.932.824	6.325.247	1.759.046	944.263	17.961.380	14.195				
Eldorado	573.898	4.952.990	5.484.307	15.456.851	9.130.161	2.931.820	1.931.820	117.734	17.011.345	14.883				
Iguape	3.212.066	6.989.259	7.086.802	27.321.235	13.288.418	11.174.889	2.392.165	447.261	27.302.733	28.782				
Ilha Comprida	12.595.402	2.971.782	2.679.103	31.857.736	16.832.004	13.432.659	5.769.957	481.708	36.516.329	9.622				
Itanhaém	44.813.707	13.865.486	10.941.812	115.679.262	56.511.508	45.443.754	14.160.870	2.439.254	118.555.387	91.153				
Itariri	941.890	4.952.970	2.006.193	13.657.873	5.928.573	5.195.270	1.466.618	320.445	12.910.906	15.095				
Jacupiranga	1.215.440	6.603.186	3.079.851	16.468.334	8.594.431	5.393.887	1.767.901	309.024	16.065.243	18.970				
Juquiá	961.441	5.840.162	4.285.546	20.135.502	8.904.855	10.578.985	1.774.296	160.525	21.418.661	23.149				
Miracatu	1.703.815	6.906.550	5.144.438	25.335.558	13.400.894	10.397.502	1.407.787	89.908	25.296.092	24.906				
Mongaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.977				
Parquera-Açu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.964				
Pedro de Toledo	810.543	2.971.782	3.404.588	11.938.239	5.512.070	5.538.671	1.329.858	170.000	12.550.599	10.186				
Peruibe	31.796.764	11.883.806	8.583.492	96.422.777	37.900.249	34.955.068	18.795.736	1.490.611	93.141.664	65.256				
Registro	7.470.662	10.871.777	7.795.936	47.322.488	16.165.386	22.972.524	4.336.062	1.666.321	45.140.293	57.299				
Sete Barras	978.416	4.952.971	3.637.062	15.273.478	7.020.939	6.820.498	1.928.532	293.357	16.063.326	14.591				
Metropolitana de São Paulo	11.317.480.520	817.166.446	6.731.962.912	28.452.011.474	10.164.729.049	12.209.125.855	3.001.678.960	2.186.644.202	27.561.655.220	20.768.154				
Arujá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75.122				
Barueri	222.994.568	25.555.870	296.276.411	662.157.923	271.205.834	209.230.645	186.981.809	0	667.418.288	265.549				
Bertioga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.763				
Bitribuna-Mirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.694				
Caiçaras	18.212.158	13.865.486	20.086.712	66.273.636	32.026.109	22.415.157	10.701.879	767.259	65.910.404	94.985				
Cajamar	26.777.814	11.561.397	39.981.165	103.255.880	42.822.927	51.664.726	8.833.473	4.540.763	107.861.890	63.344				

Mesorregião e municípios*	Tributos	FPM ^a Em reais	ICMS ^b Em reais	Receita total ^b	Pessoal ^c	Custeio ^d	Investimento ^e Em reais	Dívida ^f	Despesa total ^g	População ^h
Carapicuíba	31.022.423	25.556.266	38.809.030	175.986.908	76.137.542	62.787.949	34.495.675	3.017.867	176.439.033	389.634
Cotia	69.260.157	26.099.602	69.194.885	218.568.289	109.665.586	83.112.576	13.782.102	1.191.553	207.751.816	179.685
Cubatão	90.945.817	16.859.054	285.052.559	489.874.586	260.252.820	162.105.681	28.249.359	15.575.158	466.183.018	121.002
Diadema	105.376.822	25.553.222	151.680.033	451.073.503	187.662.241	191.843.833	42.826.156	22.808.695	444.618.080	395.333
Embu	28.969.426	25.780.942	35.993.211	149.404.897	77.008.904	51.969.899	12.431.962	2.172.150	143.582.910	245.855
Embu-Guaçu	7.983.110	11.923.338	9.388.820	43.750.818	22.527.748	17.396.480	1.958.102	1.508.142	43.390.472	72.170
Ferraz de Vasconcelos	11.668.681	25.554.641	18.325.459	100.794.236	35.614.967	40.839.300	20.690.278	3.647.277	100.791.821	176.532
Francisco Morato	8.582.886	25.606.811	10.481.300	96.469.691	43.733.115	37.243.352	18.952.090	2.694.260	102.622.817	170.585
Franco da Rocha	13.266.999	16.837.268	27.738.166	81.855.688	38.349.350	28.177.319	6.494.704	3.428.709	76.450.082	124.816
Guararema	8.163.106	7.130.568	15.420.629	34.380.523	9.252.195	21.587.575	5.844.374	-	36.684.144	24.818
Guarulja	237.206.812	24.846.972	51.567.171	450.449.719	198.003.714	211.807.356	28.374.591	8.478.659	446.664.320	305.171
Guarulhos	319.597.092	28.427.865	465.879.048	1.392.319.349	594.998.490	562.131.777	147.020.450	75.475.233	1.379.625.950	1.283.253
Itapeçica da Serra	20.671.795	25.544.775	44.497.687	131.477.455	66.410.671	44.038.561	16.866.630	4.154.582	131.470.444	162.239
Itapevi	23.634.427	25.555.870	37.632.304	145.433.307	67.917.728	62.497.475	17.339.804	3.427.715	151.182.723	202.683
Itaquaquecetuba	31.464.953	25.582.487	39.283.568	184.658.113	78.776.496	89.979.567	25.011.806	4.200.497	197.968.366	352.755
Jandira	15.077.116	15.846.674	24.850.807	86.140.783	34.962.970	37.131.713	5.386.334	2.041.171	79.522.188	113.323
Juquitiba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.256
Mairiporã	18.391.071	12.874.400	9.713.227	69.525.632	31.424.985	25.677.566	6.803.918	328.336	64.234.804	75.022
Mauá	67.028.619	24.989.868	164.426.793	306.775.257	133.161.534	174.639.641	24.436.998	27.164.589	359.402.761	413.943
Mogi das Cruzes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Osasco	213.139.699	25.555.870	191.684.657	690.376.306	275.203.040	255.319.438	79.072.880	34.497.984	644.093.342	714.950
Pirapora do Bom Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.676
Poá	37.601.409	15.846.674	17.094.818	100.029.284	40.960.975	44.789.274	21.345.242	926.960	108.022.451	110.213
Praia Grande	170.985.099	25.555.870	29.797.286	379.632.699	157.528.056	126.408.213	63.553.662	12.782.885	360.272.817	245.386
Ribeirão Pires	18.273.085	16.850.672	21.823.020	88.709.906	29.949.552	38.710.626	15.384.827	4.287.116	88.332.121	118.864
Rio Grande da Serra	1.995.854	4.952.970	3.676.695	16.411.166	7.633.700	6.918.160	2.267.699	695.362	17.514.920	42.405
Salesópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.573
Santa Isabel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.001
Santana de Parnaíba	116.058.283	15.045.658	29.595.935	227.639.636	106.729.484	77.804.102	22.867.459	3.656.852	211.057.898	102.224
Santo André	300.135.669	25.490.620	220.720.659	937.685.353	341.014.290	454.760.790	79.185.231	3.232.476	878.192.788	673.234
Santos	368.962.977	25.704.936	143.844.895	787.923.970	365.743.647	370.328.629	32.574.984	13.424.796	782.072.056	418.375
São Bernardo do Campo	405.960.973	23.927.696	458.547.454	1.378.963.690	511.668.149	561.222.143	228.296.719	15.470.959	1.316.657.970	803.906
São Caetano do Sul	172.334.742	18.903.254	136.535.911	502.354.485	215.915.720	224.027.435	50.164.499	7.478.994	497.586.648	133.241
São Lourenço da Serra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.668
São Paulo	7.963.902.874	99.960.964	3.398.327.745	17.146.861.323	5.337.323.974	7.570.592.725	1.683.024.738	1.878.214.426	16.469.155.862	11.016.703
São Vicente	82.738.751	25.555.882	37.914.116	284.536.627	134.735.312	116.758.927	13.365.276	14.465.178	279.324.694	329.370
Suzano	43.429.780	26.706.135	115.356.814	235.597.372	120.685.226	74.941.979	32.565.274	7.206.717	235.399.195	280.318
Taboão da Serra	45.665.475	25.555.869	70.763.921	234.663.465	107.721.999	98.265.271	14.527.975	3.680.882	224.196.127	225.405
Vargem Grande Paulista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.110
Total*	16.084.929.449	4.645.497.627	14.374.986.129	53.535.842.214	21.159.642.327	22.471.480.659	5.634.309.731	2.807.590.909	52.070.597.176	41.055.734

Fonte: elaborado a partir dos dados de 2004 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). * Municípios agrupados por macrorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ** Total ajustado de acordo com metodologia adotada. **Notas:** ^a Valores brutos de FPM e OPM-ICMS (sem o desconto de 15% para o Fundef). ^b Receita total e despesa total ajustadas dos efeitos do Fundef conforme explicação na Nota metodológica, na página 3. ^c Despesas com pessoal incluem gastos com encargos, inativos, pensionistas e salário-família. ^d Despesa de custeio abrange toda a despesa corrente exceto as de pessoal e encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros. ^e Investimentos são toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. ^f Incluem encargos e amortizações da dívida. ^g Estimativa populacional de 2006 do IBGE. ^h dados não disponíveis.

OS JOVENS SÃO O FUTURO DO SEU MUNICÍPIO. VOCÊ CONSEGUE IMAGINAR UM FUTURO SEM TECNOLOGIA?



*Os estudantes do século XXI não são mais os mesmos. Percebem a realidade multimídia por meio de celulares, Internet e diversos outros recursos. Por isso, a escola deve proporcionar as condições para que essa nova geração possa construir o seu próprio conhecimento. E, para estimular o aprendizado, é preciso **desenvolver a autonomia, estimular a curiosidade e ampliar a capacidade do trabalho em equipe.***

Foi pensando assim que a Área de Tecnologia Educacional da Positivo Informática desenvolveu um conjunto de soluções que hoje já é realidade em mais de 6.800 escolas públicas. Soluções que já estão servindo de ferramenta para construir um futuro melhor para o nosso País.

CONHEÇA AS FERRAMENTAS QUE ESTÃO TRANSFORMANDO A REALIDADE DE MILHARES DE ESTUDANTES.



Mesas Educacionais

Indicadas para a primeira fase do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial e Educação para Jovens e Adultos, as Mesas Educacionais integram em uma só ferramenta módulos eletrônicos, softwares educacionais e materiais concretos. Graças a esses recursos, até seis alunos podem interagir realizando as atividades em grupo.

As Mesas Educacionais são vendidas nos seguintes modelos: Alfabeto, My Kid, Multimundos, Kid Together, E-Blocks Inglês e E-Blocks Matemática.

Lousa Interativa Activboard

Essa ferramenta multimídia foi desenvolvida para tornar aulas, apresentações e treinamentos mais dinâmicos, interessantes e produtivos. É formada por uma caneta magnética e uma lousa que, quando conectada a um computador e um projetor, exibe imagens e oferece total interação.



Max Câmera

Com esse recurso fica fácil captar imagens de livros, fotografias, slides ou de qualquer impresso, com alta qualidade. Objetos tridimensionais também podem ser mostrados em qualquer telão, monitor ou TV. A Max Câmera é tão versátil que pode ser adaptada a um microscópio para captar as imagens observadas por meio desse instrumento.

Softwares

Com mais de 90 títulos, a Positivo Informática oferece softwares de autoria própria e de marcas líderes no Brasil e no mundo, como o Quicktionary, The Learning Company, Auralog, Enciclopédia Koogan Houaiss e Dicionário Aurélio. Além disso, a Positivo Informática é distribuidora exclusiva dos softwares da Disney no Brasil.



Positivo Mobile Classmate

Criado a partir da idéia de que cada aluno deve ter o seu próprio computador portátil, o Positivo Mobile Classmate é vendido para escolas de todo o País, em conjunto com o conteúdo do Portal Aprende Brasil.

Portal Aprende Brasil

Tudo o que as Secretarias de Educação e suas escolas precisam para integrar a Internet aos ambientes de aprendizagem está no Portal Aprende Brasil. Com ele é possível aumentar a interação dos alunos, educadores e escolas. Projetos colaborativos, ferramentas multimídia, dicionários virtuais e simuladores são apenas alguns dos inúmeros recursos que o Portal disponibiliza.



Ligue (41) 3312-3600 ou, se preferir,
acesse www.positivoinformatica.com.br
e comece já a transformar a educação no seu município.



FPM

> DESEMPENHO

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é definido pela Constituição Federal (artigo 159, I, b) como uma transferência que os municípios recebem da União, formada por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Ementa Constitucional nº 55, de setembro de 2007, ampliou em 1% a parcela do IR e do IPI destinada ao FPM. Entretanto, esse adicional será sempre creditado aos municípios em uma única parcela, no mês de dezembro.

Em 2006, os recursos do Fundo destinados aos municípios paulistas totalizaram R\$ 4,65 bilhões, o que resultou em aumento de 6,8% sobre 2005, com recursos adicionais da ordem de R\$ 294,5 milhões. Embora a taxa de crescimento tenha se desacelerado quando comparada ao ano anterior, o valor total atingiu o maior nível desde 1997.

Esse resultado está relacionado ao bom desempenho na arrecadação federal do IR e IPI. Segundo dados da Receita Federal, a variação real da arrecadação do IPI foi de 2,41% e do IR, de 5,95% em termos reais sobre 2005, deflacionados pelo IPCA.

Evolução do FPM dos municípios paulistas
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2006



> SUBDIVISÕES DO FPM

Os recursos do FPM são subdivididos em três fundos. Aos municípios do interior é reservado o FPM-Interior, constituído por 86,4% do total do FPM. Às capitais estaduais são transferidos 10%, através do FPM-Capitais. Aos municípios do interior com mais de 142.633 habitantes são enviados 3,6%, o que é chamado de Fundo de Reserva ou FPM-Reserva. Cada um desses fundos tem seus próprios critérios de distribuição.

Subdivisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído aos municípios do interior do país.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É enviado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Participam desse fundo 157 municípios brasileiros em 2007. Desses, 50 são paulistas.

> FPM-INTERIOR

A distribuição dos recursos do Fundo aos municípios do interior é feita observando-se seu tamanho em termos de faixa populacional. A cada município é atribuído um coeficiente, de acordo com o número de habitantes (veja a tabela dos coeficientes abaixo). A participação de cada município se dá pela divisão de seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.

Na tabela dos coeficientes é possível perceber que as faixas populacionais foram definidas de forma que o intervalo entre elas fosse crescendo proporcionalmente mais que o intervalo existente entre os coeficientes. Desse modo, os municípios menores são beneficiados ao receberem proporcionalmente mais recursos do FPM do que os mais populosos.

Coeficiente para distribuição do FPM-Interior

Faixa populacional	Coeficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216	4,0

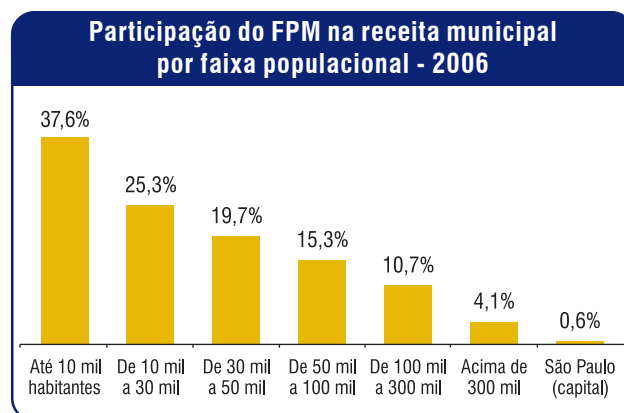
Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/81.

> A IMPORTÂNCIA DO FPM PARA OS MENORES MUNICÍPIOS

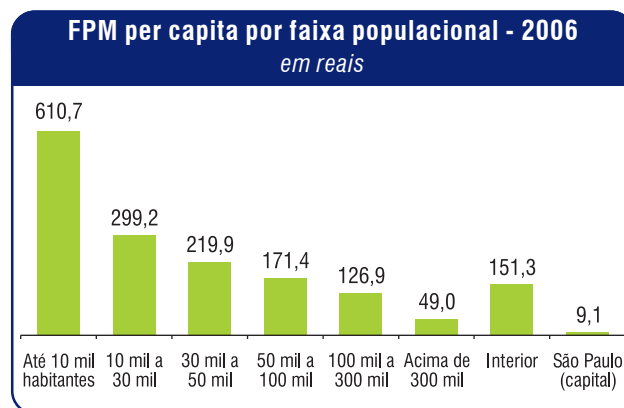
Os municípios com população até 10 mil habitantes são os que mais dependem dos recursos do Fundo, uma vez que a

participação dessa fonte de arrecadação é maior no total de suas receitas. Em 2006, o FPM representou, em média, 37,6% da receita total desses municípios. Essa dependência se explica pelo fato de esses municípios não possuírem outras fontes expressivas de receitas, o que, na maioria dos casos, deve-se à ausência de uma economia dinâmica na localidade.

Conforme o gráfico a seguir, observa-se que a participação do FPM no total da receita municipal declina à medida que cresce o porte populacional. Nos municípios com mais de 300 mil habitantes, exceto a capital, a participação desse recurso foi de apenas 4,1% no total da receita. Para a cidade de São Paulo, o peso do FPM foi de apenas 0,6%.



Em termos per capita, o FPM equivale, em média, a R\$ 113,2 para o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo. Nos municípios do interior, a média per capita é de R\$ 151,3 e, na capital, de R\$ 9,1. O maior valor per capita pertence às cidades com até 10 mil habitantes, cuja média é de R\$ 610,7.



FPM

Posição	Municípios	FPM em reais	População 2006
1º	São Paulo	99.960.964	11.016.703
2º	Ribeirão Preto	29.415.033	559.650
3º	Guarulhos	28.427.865	1.283.253
4º	Suzano	26.706.135	280.318
5º	Mogi das Cruzes	26.698.189	372.419
6º	Campinas	26.347.522	1.059.420
7º	Cotia	26.099.602	179.685
8º	Embu	25.780.943	245.855
9º	Americana	25.713.243	203.845
10º	Santos	25.704.936	418.375
11º	Taubaté	25.643.755	271.660
12º	Francisco Morato	25.606.811	170.585
13º	Itaquaquecetuba	25.582.487	352.755
14º	Jacareí	25.571.507	211.559
15º	Araraquara	25.569.144	199.657
16º	Bauru	25.564.361	356.680
17º	Rio Claro	25.560.792	190.373
18º	Piracicaba	25.558.062	366.442
19º	São José do Rio Preto	25.557.877	415.508
20º	Carapicuíba	25.556.266	389.634
21º	São Carlos	25.556.157	218.702
22º	São Vicente	25.555.882	329.370
23º	Sumaré	25.555.871	237.900
24º	São José dos Campos	25.555.870	610.965
25º	Indaiatuba	25.555.870	181.124
26º	Araçatuba	25.555.870	181.598
27º	Itapeví	25.555.870	202.683
28º	Presidente Prudente	25.555.870	206.704
29º	Marília	25.555.870	224.093
30º	Praia Grande	25.555.870	245.386
31º	Barueri	25.555.870	265.549
32º	Franca	25.555.870	328.121
33º	Jundiaí	25.555.870	348.621
34º	Osasco	25.555.870	714.950
35º	Taboão da Serra	25.555.869	225.405
36º	Ferraz de Vasconcelos	25.554.641	176.532
37º	Sorocaba	25.553.866	578.068
38º	Diadema	25.553.222	395.333
39º	Itapeçerica da Serra	25.544.775	162.239
40º	Santo André	25.490.620	673.234
41º	Limeira	25.471.015	279.554
42º	Hortolândia	25.431.665	201.795
43º	Mauá	24.989.868	413.943
44º	Guarujá	24.846.972	305.171
45º	Itu	24.557.503	156.100
46º	São Bernardo do Campo	23.927.696	803.906
47º	São Caetano do Sul	18.903.254	133.241
48º	Mogi Guaçu	17.830.692	141.559
49º	Itapetininga	17.830.692	143.097
50º	Bragança Paulista	17.830.692	143.621

Posição	Municípios	FPM em reais	População 2006
51º	Pindamonhangaba	17.817.496	143.737
52º	Cubatão	16.859.054	121.002
53º	Ribeirão Pires	16.850.672	118.864
54º	Atibaia	16.840.098	129.751
55º	Jauú	16.840.098	125.399
56º	Botucatu	16.837.268	121.274
57º	Franco da Rocha	16.837.268	124.816
58º	Ourinhos	15.855.121	106.350
59º	Barretos	15.849.504	110.195
60º	Guaratinguetá	15.849.504	113.012
61º	Araras	15.849.504	116.566
62º	Catanduva	15.849.504	116.984
63º	Sertãozinho	15.846.674	106.407
64º	Tatuí	15.846.674	107.115
65º	Votorantim	15.846.674	107.157
66º	Birigui	15.846.674	108.472
67º	Salto	15.846.674	108.552
68º	Poá	15.846.674	110.213
69º	Várzea Paulista	15.846.674	110.449
70º	Jandira	15.846.674	113.323
71º	Santana de Parnaíba	15.045.658	102.224
72º	Mogi Mirim	14.863.795	93.820
73º	Assis	14.857.973	95.703
74º	Caraguatatuba	14.856.080	98.170
75º	Valinhos	14.855.588	94.124
76º	Itatiba	14.855.588	95.648
77º	Leme	13.874.128	90.027
78º	Avaré	13.870.497	87.833
79º	São João da Boa Vista	13.865.486	83.477
80º	Lorena	13.865.486	83.728
81º	Itanhaém	13.865.486	91.153
82º	Caieiras	13.865.486	94.985
83º	Votuporanga	13.864.994	83.764
84º	Caçapava	13.864.994	83.574
85º	Itapeva	13.783.666	89.743
86º	Cruzeiro	12.879.919	77.076
87º	Matão	12.877.722	77.769
88º	Bebedouro	12.877.722	80.027
89º	Ubatuba	12.876.493	81.246
90º	São Roque	12.875.572	73.778
91º	Campo Limpo Paulista	12.874.892	77.277
92º	Jaboticabal	12.874.889	73.524
93º	Mairiporã	12.874.400	75.022
94º	São Sebastião	12.874.400	75.886
95º	Mococa	12.618.184	70.896
96º	Ibiúna	12.525.616	75.616
97º	Fernandópolis	12.095.868	65.714
98º	Embu-Guaçu	11.923.338	72.170
99º	Amparo	11.887.128	67.505
100º	Pirassununga	11.887.128	70.864

Total dos 100 maiores

2.057.067.672 32.574.921

Total dos demais

2.588.429.955 8.480.813

Total geral

4.645.497.627 41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FPM per capita

Posição	Municípios	FPM per capita	FPM	População 2006
		em reais		
1º	Borá	3.589	2.971.782	828
2º	Nova Castilho	2.880	2.971.782	1.032
3º	Fernão	2.395	2.971.782	1.241
4º	Santa Salete	2.161	2.971.782	1.375
5º	União Paulista	2.155	2.971.782	1.379
6º	Balbinos	2.152	2.971.782	1.381
7º	Pracinha	2.112	2.971.782	1.407
8º	Dirce Reis	2.099	2.971.782	1.416
9º	Uru	2.057	2.971.782	1.445
10º	Santana da Ponte Pensa	1.922	2.971.782	1.546
11º	São João do Pau d'Alho	1.737	2.972.114	1.711
12º	Turiúba	1.694	2.971.782	1.754
13º	Aspásia	1.661	2.971.782	1.789
14º	Vitória Brasil	1.611	2.971.794	1.845
15º	Santa Clara d'Oeste	1.609	2.971.782	1.847
16º	Mesópolis	1.544	2.887.913	1.871
17º	Zacarias	1.534	2.971.782	1.937
18º	Paulistânia	1.511	2.971.782	1.967
19º	Lucianópolis	1.481	2.971.782	2.006
20º	Monções	1.474	2.971.782	2.016
21º	Águas de São Pedro	1.471	2.971.782	2.020
22º	Nova Guataporanga	1.448	2.971.782	2.053
23º	Turmalina	1.427	2.971.782	2.082
24º	Nova Independência	1.406	2.971.782	2.114
25º	Rubiácea	1.406	2.971.782	2.114
26º	Santa Rita d'Oeste	1.401	2.955.422	2.110
27º	Guarani d'Oeste	1.394	2.971.782	2.132
28º	Nantes	1.358	2.971.782	2.188
29º	Dolcinópolis	1.354	2.971.548	2.195
30º	Pontes Gestal	1.331	2.959.693	2.224
31º	Lourdes	1.316	2.971.782	2.259
32º	Parisi	1.310	2.971.782	2.268
33º	Marinópolis	1.307	2.971.782	2.274
34º	Sagres	1.303	2.971.782	2.281
35º	Nova Canaã Paulista	1.297	2.971.782	2.292
36º	Borebi	1.278	2.971.782	2.325
37º	Ribeirão dos Índios	1.275	2.971.782	2.331
38º	Queiroz	1.267	2.971.782	2.345
39º	Bento de Abreu	1.242	2.971.782	2.392
40º	Pedranópolis	1.208	2.971.782	2.460
41º	Estrela do Norte	1.184	2.976.070	2.513
42º	Marapoama	1.172	2.971.782	2.536
43º	Mira Estrela	1.168	2.971.782	2.544
44º	Brejo Alegre	1.164	2.971.782	2.552
45º	São João das Duas Pontes	1.159	2.971.791	2.563
46º	Cruzália	1.158	2.971.782	2.566
47º	Sebastianópolis do Sul	1.157	2.971.782	2.568
48º	Elisiário	1.140	2.971.782	2.606
49º	Barão de Antonina	1.134	2.971.782	2.621
50º	Jumirim	1.130	2.971.782	2.630

Posição	Municípios	FPM per capita	FPM	População 2006
		em reais		
51º	Timburi	1.124	2.971.782	2.643
52º	Santa Mercedes	1.113	2.971.782	2.671
53º	Arco-Íris	1.097	2.526.015	2.303
54º	Torre de Pedra	1.056	2.971.783	2.815
55º	Nova Luzitânia	1.052	2.971.782	2.825
56º	Itaju	1.045	2.971.782	2.844
57º	Itaóca	1.041	2.971.782	2.856
58º	Emilianópolis	1.030	2.971.782	2.886
59º	Rubineia	1.027	2.971.782	2.895
60º	Platina	1.027	2.971.782	2.895
61º	Suzanópolis	1.024	2.971.782	2.903
62º	Gabriel Monteiro	1.020	2.971.782	2.914
63º	Taquaral	1.014	2.971.782	2.931
64º	Floreal	996	2.971.782	2.984
65º	Alvinlândia	972	2.969.982	3.056
66º	Pedrinhas Paulista	969	2.971.782	3.067
67º	Lutécia	963	2.971.782	3.087
68º	Ribeira	963	2.971.782	3.087
69º	São Francisco	959	2.971.782	3.100
70º	Óleo	947	2.971.782	3.137
71º	Quadra	927	2.971.782	3.205
72º	Florínia	925	2.971.782	3.212
73º	Inúbia Paulista	903	2.971.782	3.291
74º	Jeriquara	900	2.971.782	3.303
75º	Cândido Rodrigues	896	2.529.462	2.824
76º	Novais	894	2.971.782	3.325
77º	Gastão Vidigal	873	2.971.782	3.403
78º	Mombuca	853	2.973.138	3.484
79º	Mariápolis	852	2.971.782	3.486
80º	Paranapuã	841	2.971.782	3.532
81º	Indiaporã	841	2.973.422	3.534
82º	Anhumas	840	2.971.782	3.536
83º	Buritizal	829	2.971.786	3.583
84º	Sandovalina	826	2.971.782	3.596
85º	Macedônia	822	2.971.782	3.617
86º	Nipoã	820	2.965.917	3.615
87º	Monte Castelo	820	2.971.782	3.624
88º	Piquerobi	818	2.971.782	3.633
89º	Rifaina	816	2.971.782	3.641
90º	Iaras	799	2.971.782	3.718
91º	Guzolândia	796	2.971.782	3.735
92º	Altair	794	2.971.782	3.745
93º	Álvares Florence	788	2.971.782	3.773
94º	Pongai	787	2.971.782	3.776
95º	Monteiro Lobato	784	2.971.783	3.789
96º	Santópolis do Aguapeí	783	2.971.782	3.795
97º	Planalto	782	2.971.782	3.798
98º	Itapirapuã Paulista	780	2.971.792	3.811
99º	Pontalinda	776	2.971.782	3.830
100º	Areias	775	2.971.782	3.834

Total dos 100 maiores	1.110	296.177.548	266.898
Total dos demais	107	4.349.320.079	40.788.836
Total geral	113	4.645.497.627	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ICMS municipal

A arrecadação de ICMS do Estado de São Paulo alcançou, em 2006, o montante de R\$ 54 bilhões. Esse volume de recursos significou 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista (estimação para 2006 pela participação no PIB nacional em 2004) e representou 80,2% da carga tributária estadual.

O ICMS é o principal imposto da esfera estadual e é repartido

entre os municípios segundo critérios definidos pelo artigo 158 da Constituição Federal, o qual define que pelo menos 75% da quota-parte do ICMS municipal tenham como critério de distribuição o valor adicionado de cada município. A parcela faltante (25%) deve ser distribuída segundo legislação específica de cada Estado. O quadro a seguir detalha os parâmetros para o Estado de São Paulo segundo a Lei nº 8.510, de dezembro de 2003.

Critérios para a distribuição do ICMS municipal no Estado de São Paulo

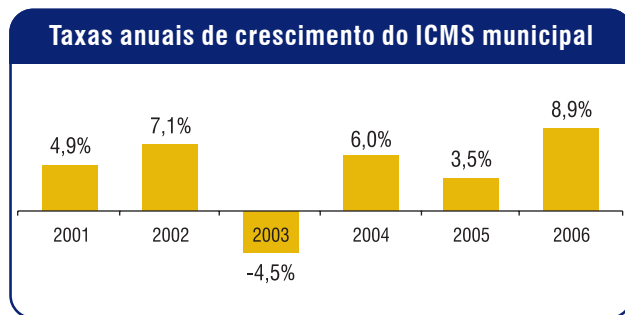
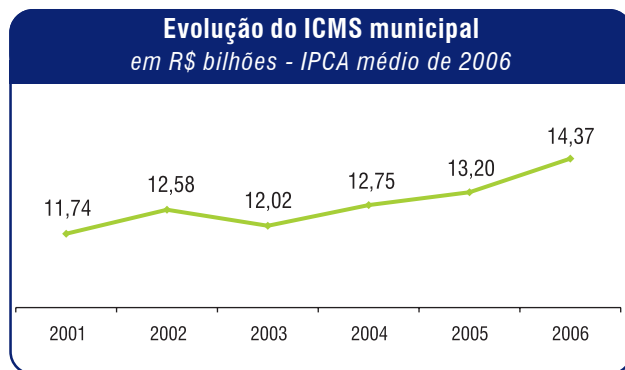
Critérios		Pesos
1. Valor adicionado (VA)	Relação proporcional entre o VA do município e o VA total dos municípios do Estado, de dois anos anteriores ao da apuração. Dados levantados pela Secretaria da Fazenda.	76%
2. População	Relação proporcional entre a população do município e a total do Estado. Dados do recenseamento demográfico geral mais recente realizado pelo IBGE.	13%
3. Receita tributária	Relação proporcional entre a arrecadação tributária do município e a do total dos municípios do Estado. Dados recolhidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.	5%
4. Área cultivada	Proporcionalmente à área cultivada do município em relação à soma de todas as áreas cultivadas no Estado, no exercício anterior ao da apuração. Dados levantados pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento.	3%
5. Área inundada	Proporcionalmente à área dos reservatórios de água para geração de energia elétrica do município em relação à soma da área de todos os reservatórios do Estado existentes no exercício anterior. Dados fornecidos pela Secretaria de Energia.	0,5%
6. Área protegida	De acordo com a área protegida, ponderada em 60%, a área total, ponderada em 25%, o inverso da receita per capita, ponderado em 10%, e o valor adicionado, ponderado em 5%, do município em relação ao Estado.	0,5%
7. Percentual fixo	Igualmente repartido entre todos os municípios do Estado.	2%

A cada ano o Índice de Participação dos Municípios (IPM) na quota-parte do ICMS é calculado e entra em vigor para o exercício posterior. A Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, estabelece os índices preliminares e definitivos. Em junho do ano de apuração, os Estados são obriga-

dos a divulgar as informações preliminares do valor adicionado e o IPM de cada município. A partir dessa data, os municípios têm 30 dias corridos para apresentarem impugnações. A divulgação dos índices definitivos deve ser feita pelo Estado em 60 dias (final de agosto).

> DESEMPENHO

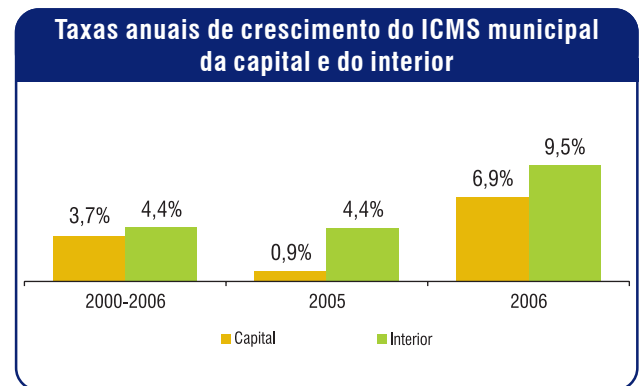
Ao longo dos últimos três anos, os municípios foram beneficiados pelo crescimento do recolhimento de ICMS. Em 2006, o aumento do consumo das famílias e do investimento fez com que o PIB do Estado de São Paulo crescesse, em termos de volume, na faixa de 4%, segundo dados preliminares da Fundação Seade. Nesse período, as cidades paulistas receberam R\$ 14,4 bilhões da quota-parte do ICMS, o maior patamar de transferência observado na série histórica. Descontados os efeitos da inflação medida pelo IPCA, esse resultado foi 8,9% superior ao transferido aos municípios em 2005, a maior taxa de crescimento dos últimos anos.



O ano de 2007 pode vir a ser um dos melhores de recolhimento de ICMS. Dois fatores estão contribuindo para que isso ocorra: o dinamismo do mercado interno e a valorização do real, que estimula as importações e reduz as exportações de manufaturados. No acumulado até setembro, nota-se incremento real de 8,7% desse imposto em São Paulo, em relação ao mesmo período de 2006. Isso significou que, até setembro, já haviam sido transferidos, aproximadamente, R\$ 11 bilhões aos municípios paulistas.

A distribuição do ICMS favorece os municípios que conseguem aumentar a sua base econômica na medida em que três quartos desse imposto são repartidos em função do valor adicionado. O agronegócio e a instalação de novas indústrias em algumas regiões do Estado estimulam a atividade produtiva no interior. A trajetória econômica do Município de São Paulo é mais estável e cada vez mais dependente do desempenho do setor de serviços.

Entre 2000 e 2006, os municípios do interior apresentaram uma taxa média de crescimento de ICMS de 4,4% ao ano, acima do desempenho da capital (3,4%). Cabe destacar que, entre 2005 e 2006, a transferência da quota-parte para o Município de São Paulo cresceu 6,9% (+ R\$ 221 milhões), em valores corrigidos pelo IPCA. Na média do interior essa taxa alcançou a cifra de 9,5% (+ R\$ 957 milhões).



Dos 49 municípios com população de 100 mil a 300 mil habitantes, 26 apresentaram taxas de expansão de dois dígitos. Destacaram-se os municípios de Itapeberica da Serra (35,6%), Indaiatuba (33%), Sumaré (26,9%), Guaratinguetá (21,8%) e São Caetano do Sul (20,3%). Um grupo intermediário de 21 municípios obteve expansão acima de dez pontos percentuais, especialmente Santana do Parnaíba, Itu, Poá, Botucatu, Franco da Rocha e Cotia, que cresceram entre 15% e 18%. Em 2006, apenas três municípios desta faixa populacional permaneceram praticamente com o mesmo patamar de transferência da quota-parte do ICMS: Taubaté e Araraquara cresceram, respectivamente, 1% e 0,6%, e Araras apresentou queda de 0,4%.

Os municípios acima de 300 mil habitantes, exceto a capital, tiveram a maior alta na taxa de crescimento em 2006. Em 2005, esse grupo de cidades praticamente ficou com o mesmo patamar de transferência (+0,9%), devido principalmente à queda observada em quatro municípios (São José dos Campos, Guarulhos, Carapicuíba e Franca). Em 2006, nota-se expressiva expansão real (10,3%) da quota-parte de ICMS, o que significou um acréscimo da ordem de R\$ 354,1 milhões nessa faixa populacional. Os quatro municípios que haviam apresentado queda em 2005 recuperaram-se, com destaque para Carapicuíba (53,5%), Franca (30,6%) e Guarulhos (11,2%). Em termos globais, sete municípios foram responsáveis por 67% do aumento observado em 2006, obtendo acréscimos superiores a R\$ 20 milhões nas suas transferências de ICMS: São Bernardo do Campo (R\$ 49 milhões), Guarulhos (R\$ 47 milhões), Campinas (R\$ 42 milhões), Jundiaí e Santo André (R\$ 24 milhões), Sorocaba (R\$ 22 milhões) e Ribeirão Preto (R\$ 20 milhões).

> CONCENTRAÇÃO E COMPOSIÇÃO NOS ORÇAMENTOS

Em 2006, a quota-parte do ICMS representou 26,9% do orçamento do conjunto de municípios paulistas. Os pequenos (até 10 mil habitantes), apesar de terem uma participação acima da média (30,5%), dependem muito mais das transferências do FPM para honrar os seus compromissos.

Na composição orçamentária da capital paulista, as transferências de ICMS representam apenas 19,8%. A economia do Município de São Paulo é cada vez mais centrada no setor de serviços, o que faz a arrecadação própria, particularmente com o ISS, ganhar importância. No agregado do interior, a participação da quota-parte do ICMS é superior (30,2%). Vários municípios são centros industriais e, assim, caracterizam-se por terem seus orçamentos mais dependentes das transferências do ICMS. São eles: Paulínia (85,2%) e Cubatão (58,2%), principais pólos

petroquímicos do país; Suzano (49%) e Mogi-Guaçu (40,8%), pólos do setor de papel; São José dos Campos (49,8%), cujas principais indústrias estão no setor de transporte (veículos e aéreo).

Segundo o *ranking* das maiores receitas de ICMS, dez municípios concentraram, em 2006, 46,5% dos recursos. A capital paulista é a cidade com maior participação (23,7%, com R\$ 3,4 bilhões), seguida de Paulínia (3,7%, com R\$ 527 milhões) e Guarulhos (3,2%, com R\$ 466 milhões). Cabe destacar que Osasco, apesar de ter apresentado expansão real de 4,6%, deixou de fazer parte da lista das dez maiores receitas. Jundiaí entrou na classificação devido ao seu acentuado crescimento (13,4%), o que lhe proporcionou um volume de ICMS da ordem de R\$ 200 milhões.

As dez maiores receitas de ICMS municipal no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	ICMS em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	3.398,3	23,6%	23,6%
2º	Paulínia	527,7	3,7%	27,3%
3º	Guarulhos	465,9	3,2%	30,6%
4º	São Bernardo do Campo	458,5	3,2%	33,7%
5º	São José dos Campos	456,2	3,2%	36,9%
6º	Campinas	364,1	2,5%	39,4%
7º	Barueri	296,3	2,1%	41,5%
8º	Cubatão	285,1	2,0%	43,5%
9º	Santo André	220,7	1,5%	45,0%
10º	Jundiaí	200,2	1,4%	46,4%
Total		14.375,0	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em 2006, 25 cidades apresentaram ICMS per capita acima de R\$ 1 mil. Todos os dez municípios que obtiveram as maiores transferências per capita em 2005 mantiveram-se no *ranking* em 2006. Nota-se, porém, que houve alterações

nas posições. A maior mudança ocorreu em Jaguariúna, que passou do nono (R\$ 1.621 per capita) para o quinto lugar (R\$ 2.283 per capita) em 2006 (veja *ranking* per capita na página 46).

ICMS municipal

Posição	Municípios	ICMS em reais	População 2006
1º	São Paulo	3.398.327.745	11.016.703
2º	Paulínia	527.651.379	62.132
3º	Guarulhos	465.879.048	1.283.253
4º	São Bernardo do Campo	458.547.454	803.906
5º	São José dos Campos	456.172.931	610.965
6º	Campinas	364.143.687	1.059.420
7º	Barueri	296.276.411	265.549
8º	Cubatão	285.052.559	121.002
9º	Santo André	220.720.659	673.234
10º	Jundiaí	200.159.272	348.621
11º	Osasco	191.684.657	714.950
12º	Sorocaba	188.057.155	578.068
13º	Ribeirão Preto	183.520.352	559.650
14º	Mauá	164.426.793	413.943
15º	Diadema	151.680.033	395.333
16º	Santos	143.844.895	418.375
17º	São Caetano do Sul	136.535.911	133.241
18º	Piracicaba	127.949.825	366.442
19º	Suzano	115.356.814	280.318
20º	Taubaté	113.168.957	271.660
21º	Limeira	106.575.134	279.554
22º	Jacarei	105.200.750	211.559
23º	Americana	96.070.892	203.845
24º	Mogi das Cruzes	94.368.955	372.419
25º	São José do Rio Preto	82.813.192	415.508
26º	Jaguariúna	79.384.745	34.779
27º	Sumaré	75.708.940	237.900
28º	Indaiatuba	75.069.860	181.124
29º	Bauru	71.310.548	356.680
30º	Mogi Guaçu	70.926.905	141.559
31º	Taboão da Serra	70.763.921	225.405
32º	São Carlos	69.508.278	218.702
33º	Cotia	69.194.885	179.685
34º	Rio Claro	68.818.492	190.373
35º	Pindamonhangaba	68.349.911	143.737
36º	São Sebastião	65.013.533	75.886
37º	Hortolândia	62.346.363	201.795
38º	Franca	56.973.139	328.121
39º	Louveira	56.350.814	29.553
40º	Itu	55.313.510	156.100
41º	Araraquara	54.738.517	199.657
42º	Guarujá	51.567.171	305.171
43º	Araras	48.331.892	116.566
44º	Valinhos	47.748.378	94.124
45º	Marília	45.255.023	224.093
46º	Itapeçerica da Serra	44.497.687	162.239
47º	Presidente Prudente	42.542.853	206.704
48º	Vinhedo	40.872.679	57.269
49º	Araçatuba	40.805.281	181.598
50º	Cajamar	39.981.165	63.344

Posição	Municípios	ICMS em reais	População 2006
51º	Itaquaquecetuba	39.283.568	352.755
52º	Carapicuíba	38.809.030	389.634
53º	Matão	38.691.155	77.769
54º	Botucatu	38.133.937	121.274
55º	Sertãozinho	38.046.170	106.407
56º	Caçapava	38.042.486	83.574
57º	São Vicente	37.914.116	329.370
58º	Itapetininga	37.857.563	143.097
59º	Guaratinguetá	37.833.823	113.012
60º	Itapevi	37.632.304	202.683
61º	Cordeirópolis	37.289.618	20.734
62º	Itatiba	36.478.907	95.648
63º	Embu	35.993.211	245.855
64º	Mogi Mirim	34.672.628	93.820
65º	Salto	34.554.272	108.552
66º	Bragança Paulista	33.263.285	143.621
67º	Alumínio	32.042.570	16.357
68º	Barretos	30.427.486	110.195
69º	Bebedouro	30.268.035	80.027
70º	Praia Grande	29.797.286	245.386
71º	Santana de Parnaíba	29.595.935	102.224
72º	Catanduva	29.190.180	116.984
73º	Itapira	29.129.436	68.396
74º	Ourinhos	29.022.305	106.350
75º	Franco da Rocha	27.738.166	124.816
76º	Jaú	27.171.794	125.399
77º	Jaboticabal	27.037.976	73.524
78º	Lençóis Paulista	27.005.319	62.580
79º	Tatuí	26.823.149	107.115
80º	Atibaia	26.187.600	129.751
81º	Ilha Solteira	26.147.824	25.684
82º	Birigui	25.549.731	108.472
83º	Votorantim	25.219.927	107.157
84º	Amparo	25.034.924	67.505
85º	Jandira	24.850.807	113.323
86º	Campo Limpo Paulista	24.434.101	77.277
87º	Pirassununga	23.515.696	70.864
88º	Várzea Paulista	23.383.623	110.449
89º	Guaira	23.083.686	37.226
90º	Luis Antônio	22.777.394	8.136
91º	Itapeva	22.725.958	89.743
92º	Monte Mor	22.429.681	46.047
93º	Cruzeiro	22.065.346	77.076
94º	Agudos	22.011.778	34.185
95º	Ribeirão Pires	21.823.020	118.864
96º	Nova Odessa	21.776.474	47.990
97º	Batatais	21.656.004	56.290
98º	Salto de Pirapora	20.960.507	42.262
99º	São José do Rio Pardo	20.578.403	54.141
100º	Morro Agudo	20.516.154	28.514

Total dos 100 maiores

11.602.034.300

31.589.928

Total dos demais

2.772.951.829

9.465.806

Total geral

14.374.986.129

41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ICMS municipal per capita

Posição	Municípios	ICMS per capita	ICMS	População 2006
		em reais		
1º	Paulínia	8.492	527.651.379	62.132
2º	Luis Antônio	2.800	22.777.394	8.136
3º	Ouroeste	2.473	18.019.436	7.286
4º	Cubatão	2.356	285.052.559	121.002
5º	Jaguariúna	2.283	79.384.745	34.779
6º	Aluminio	1.959	32.042.570	16.357
7º	Louveira	1.907	56.350.814	29.553
8º	Cordeirópolis	1.798	37.289.618	20.734
9º	Sandovalina	1.704	6.128.135	3.596
10º	Bento de Abreu	1.666	3.983.994	2.392
11º	Santo Antônio do Aracanguá	1.529	10.509.095	6.874
12º	Taciba	1.507	8.389.996	5.569
13º	Orindiúva	1.442	7.190.191	4.985
14º	Zacarias	1.340	2.595.294	1.937
15º	Nova Castilho	1.316	1.357.846	1.032
16º	Icém	1.288	9.365.869	7.269
17º	Ariranha	1.241	10.778.719	8.683
18º	Buritizal	1.217	4.360.958	3.583
19º	Castilho	1.213	18.443.450	15.199
20º	Borá	1.168	967.412	828
21º	Barueri	1.116	296.276.411	265.549
22º	São Caetano do Sul	1.025	136.535.911	133.241
23º	Ilha Solteira	1.018	26.147.824	25.684
24º	Analândia	1.015	4.055.830	3.997
25º	Nuporanga	1.002	6.703.194	6.693
26º	Florínia	987	3.171.185	3.212
27º	Marabá Paulista	985	3.794.338	3.851
28º	Pompéia	978	18.444.031	18.862
29º	Colômbia	975	6.289.667	6.451
30º	Nantes	961	2.103.606	2.188
31º	Queiroz	951	2.229.993	2.345
32º	Uru	928	1.341.646	1.445
33º	Rifaina	898	3.269.767	3.641
34º	Rubiácea	894	1.889.499	2.114
35º	Santa Clara d'Oeste	887	1.639.129	1.847
36º	Suzanápolis	863	2.505.307	2.903
37º	São Sebastião	857	65.013.533	75.886
38º	Sud Menucci	854	6.393.306	7.483
39º	União Paulista	842	1.161.601	1.379
40º	Vista Alegre do Alto	837	4.684.077	5.597
41º	Borebi	820	1.905.426	2.325
42º	Holambra	817	6.968.332	8.532
43º	Nova Independência	811	1.713.448	2.114
44º	Altair	798	2.988.093	3.745
45º	Platina	775	2.244.970	2.895
46º	Balbinos	773	1.066.876	1.381
47º	Mira Estrela	769	1.956.568	2.544
48º	Santa Rita d'Oeste	764	1.611.878	2.110
49º	Pontes Gestal	759	1.687.585	2.224
50º	Arco-Íris	756	1.742.211	2.303

Posição	Municípios	ICMS per capita	ICMS	População 2006
		em reais		
51º	São João do Pau d'Alho	752	1.286.543	1.711
52º	Pedrinhas Paulista	751	2.304.434	3.067
53º	Lutécia	747	2.306.030	3.087
54º	São José dos Campos	747	456.172.931	610.965
55º	Dirce Reis	743	1.051.680	1.416
56º	Fernão	742	920.566	1.241
57º	Cruzália	738	1.892.770	2.566
58º	Onda Verde	728	2.799.409	3.845
59º	Anhembi	726	3.825.653	5.273
60º	Pedranópolis	720	1.771.786	2.460
61º	Ipuã	720	9.346.077	12.989
62º	Morro Agudo	720	20.516.154	28.514
63º	Vinhedo	714	40.872.679	57.269
64º	Santana da Ponte Pensa	709	1.096.242	1.546
65º	Rubineia	704	2.039.358	2.895
66º	Valparaíso	702	14.092.808	20.070
67º	Piquerobi	699	2.538.711	3.633
68º	Santa Salete	692	950.926	1.375
69º	Turiúba	691	1.212.574	1.754
70º	Macatuba	682	11.887.541	17.440
71º	Santa Mercedes	680	1.815.215	2.671
72º	Reginópolis	678	3.199.465	4.718
73º	Lucianópolis	673	1.350.020	2.006
74º	Marapoama	665	1.687.517	2.536
75º	Iepê	664	4.634.113	6.978
76º	Campos Novos Paulista	654	2.816.448	4.304
77º	Maracá	654	8.760.909	13.401
78º	Espírito Santo do Turvo	650	2.724.701	4.195
79º	Adolfo	648	2.583.089	3.989
80º	Gavião Peixoto	647	2.628.611	4.062
81º	Mesópolis	647	1.210.523	1.871
82º	Agudos	644	22.011.778	34.185
83º	Jambeiro	643	2.903.114	4.515
84º	Itaju	641	1.822.410	2.844
85º	Guaraci	637	6.120.195	9.610
86º	Cajamar	631	39.981.165	63.344
87º	Timburi	627	1.657.500	2.643
88º	Álvares Florence	626	2.362.226	3.773
89º	Guararema	621	15.420.629	24.818
90º	Indiaporá	621	2.195.207	3.534
91º	Guaira	620	23.083.686	37.226
92º	Paulistânia	617	1.212.932	1.967
93º	Alto Alegre	609	2.359.969	3.872
94º	Avai	606	2.765.406	4.561
95º	Estrela do Norte	602	1.513.777	2.513
96º	Barra do Turvo	597	5.274.215	8.835
97º	Miguelópolis	597	12.061.158	20.210
98º	Corumbataí	593	2.531.278	4.266
99º	Ipeúna	591	3.280.890	5.554
100º	Macedônia	590	2.133.723	3.617

Total dos 100 maiores	1.236	2.523.161.458	2.042.201
Total dos demais	304	11.851.824.670	39.013.533
Total geral	350	14.374.986.129	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Índices de Participação dos Municípios no ICMS

Posição	Município	IPM 2008
1º	São Paulo	23,8296
2º	Guarulhos	3,5328
3º	Paulínia	3,3418
4º	São Bernardo do Campo	3,1048
5º	Campinas	2,7022
6º	São José dos Campos	2,6203
7º	Barueri	2,4591
8º	Cubatão	1,7492
9º	Jundiaí	1,4251
10º	São Caetano do Sul	1,3731
11º	Sorocaba	1,3368
12º	Santo André	1,3035
13º	Ribeirão Preto	1,3015
14º	Osasco	1,2326
15º	Diadema	1,1432
16º	Santos	1,0064
17º	Mauá	0,9754
18º	Piracicaba	0,8933
19º	Suzano	0,7687
20º	Taubaté	0,7135
21º	Limeira	0,7020
22º	Jaguariúna	0,6725
23º	Sumaré	0,6470
24º	Mogi das Cruzes	0,6366
25º	Jacareí	0,6266
26º	São José do Rio Preto	0,5924
27º	Americana	0,5882
28º	Hortolândia	0,5695
29º	Cotia	0,5350
30º	Taboão da Serra	0,5274
31º	Bauru	0,5127
32º	Pindamonhangaba	0,5081
33º	Rio Claro	0,5028
34º	Indaiatuba	0,5020
35º	São Sebastião	0,4573
36º	São Carlos	0,4433
37º	Louveira	0,4283
38º	Mogi-Guaçu	0,4279
39º	Itu	0,4131
40º	Araraquara	0,4044
41º	Franca	0,3931
42º	Guarujá	0,3614
43º	Santa Bárbara d'Oeste	0,3462
44º	Vinhedo	0,3328
45º	Valinhos	0,3324
46º	Araras	0,3198
47º	Marília	0,3111
48º	Sertãozinho	0,3075
49º	Itapecerica da Serra	0,3069
50º	Cajamar	0,2887

Posição	Município	IPM 2008
51º	Presidente Prudente	0,2884
52º	Itaquaquecetuba	0,2856
53º	Araçatuba	0,2849
54º	Itapevi	0,2815
55º	Embu	0,2703
56º	Itapetininga	0,2698
57º	Caçapava	0,2695
58º	Botucatu	0,2682
59º	Carapicuíba	0,2664
60º	Mogi Mirim	0,2631
61º	Bragança Paulista	0,2552
62º	Salto	0,2502
63º	São Vicente	0,2427
64º	Guaratinguetá	0,2416
65º	Santana de Parnaíba	0,2392
66º	Itatiba	0,2358
67º	Alumínio	0,2150
68º	Itapira	0,2100
69º	Cordeirópolis	0,2081
70º	Catanduva	0,2065
71º	Barretos	0,2053
72º	Praia Grande	0,2041
73º	Lençóis Paulista	0,1968
74º	Atibaia	0,1948
75º	Ourinhos	0,1923
76º	Jaboticabal	0,1916
77º	Matão	0,1910
78º	Amparo	0,1899
79º	Monte Mor	0,1867
80º	Jandira	0,1837
81º	Jaú	0,1837
82º	Tatui	0,1805
83º	Agudos	0,1803
84º	Cruzeiro	0,1750
85º	Birigüi	0,1728
86º	Guaira	0,1694
87º	Ilha Solteira	0,1664
88º	Várzea Paulista	0,1633
89º	Pirassununga	0,1630
90º	Ribeirão Pires	0,1592
91º	Campo Limpo Paulista	0,1543
92º	Ouroeste	0,1522
93º	Morro Agudo	0,1513
94º	Votorantim	0,1510
95º	Franco da Rocha	0,1492
96º	Arujá	0,1476
97º	Nova Odessa	0,1463
98º	Lorena	0,1417
99º	Bebedouro	0,1405
100º	Poá	0,1391

Total dos 100 maiores

80,9849

Total dos demais

19,0151

Total geral

100,0000

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

> DESEMPENHO

Nos últimos três anos, a taxa de crescimento da arrecadação do ISS nos municípios paulistas vem registrando excelentes resultados. Com o crescimento de 18,1% em 2006, a taxa média no último triênio ficou em 14,7%, contra apenas 2,8% no período 2001-2003. A arrecadação em 2006 atingiu R\$ 7,02 bilhões, 55,6% a mais que em 2001. Esse volume corresponde a cerca de 1% do PIB paulista estimado para 2006.

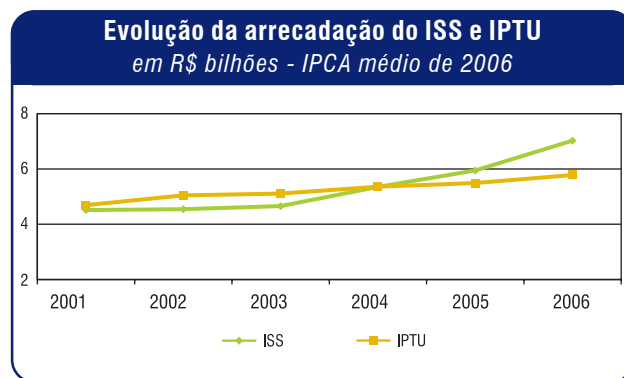
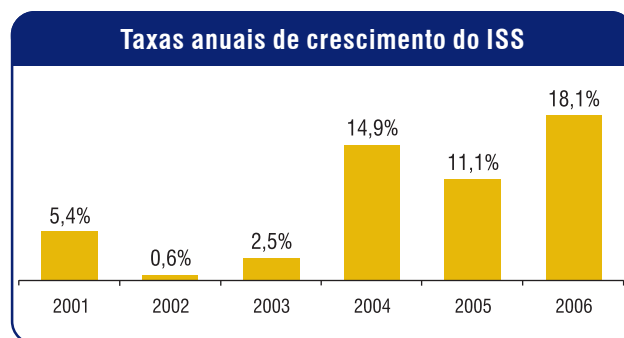
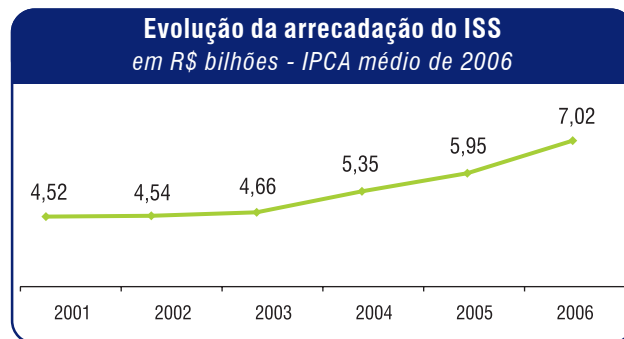
Na capital paulista, o aumento da arrecadação do tributo foi da ordem de 24,6%, o maior na série desde 1998. Nos municípios do interior, foi de 10,1%, resultado superior à expansão de 2005 e menor apenas que em 2003 e 2004, quando as taxas de crescimento atingiram notáveis 13,5% e 16,9%.

O forte crescimento na capital paulista pode ser explicado por dois motivos. O crescimento de 15,3% na arrecadação do ISS no grupo "Hospedagem, Pacotes Turísticos e Eventos" e a introdução das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es), em 2006. As taxas de ocupação dos mais de 40 mil quartos do setor hoteleiro de agosto a outubro chegaram a quase 80%, contra a média histórica de 65%. Esse incremento do setor na cidade foi, aliás, constatado por pesquisa da Fipe (Fundação de Pesquisas Econômicas ligada à Universidade de São Paulo), que aponta a capital paulista como o terceiro maior destino de lazer no país, à frente de Salvador, Fortaleza, Gramado, Natal, entre outros destinos consagrados. As notas fiscais eletrônicas, em funcionamento desde junho de 2006, têm como objetivo reduzir a sonegação e elevar a arrecadação do ISS. Toda vez que o contribuinte residente na capital recebe a NF-e, com o ISS devidamente pago, acumula créditos para abater até 50% do valor do IPTU.

O excelente desempenho de arrecadação do ISS paulista, a partir de 2003, fez a sua participação atingir 44% na receita tributária e 13% na total (24% na capital e 8% no interior), em 2006, tendo ultrapassado o peso do IPTU nas finanças municipais a partir de 2004.

Esse comportamento pode ser, em boa medida, explicado pelos ajustes legislativos operados nos anos recentes. Em junho de 2002, a Emenda Constitucional nº 37 fixava a alíquota mínima em 2%. Além disso, a Lei Complementar nº 116, de 31 de junho de 2003, estenderia a regra válida para a construção civil, que obriga recolhimento do tributo no município onde o serviço é executado, para cerca de 30 outros setores de atividade.

Além disso, a introdução de aprimoramentos administrativos e sistemas inteligentes de tecnologia da informação no controle da arrecadação e fiscalização vem permitindo o combate mais eficaz da sonegação.



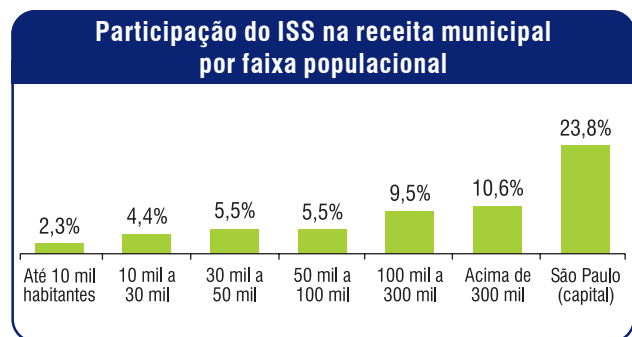
> COMPORTAMENTO NAS CIDADES

Nas 21 cidades do interior com mais de 300 mil habitantes, a arrecadação do ISS aumentou 8,9%. Os municípios que registraram taxas de crescimento da arrecadação acima dessa média foram Carapicuíba (47%), Osasco (29,1%), Franca (25,2%), Itaquaquecetuba (18,7%), Campinas (14,7%), Piracicaba (13,3%), São Vicente (13,0%), São José do Rio Preto (12,8%), Guarujá (11,0%) e Sorocaba (10,1%). Apenas São José dos Campos registrou queda nesse grupo de cidades, de -2%.

Nos 50 municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, o crescimento sobre 2005 foi de 6,5%, tendo registrado queda em sete cidades.

> CONCENTRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

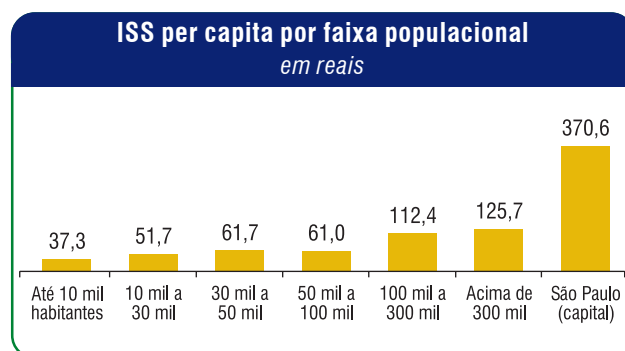
O ISS é uma fonte de receita proporcionalmente mais importante para os municípios de maior porte populacional. As maiores cidades tendem a apresentar também uma maior receita per capita. O comportamento desses indicadores reflete o fato de os grandes centros urbanos contarem com uma maior e mais diversificada estrutura prestadora e consumidora de serviços.



Nas cidades com até 10 mil habitantes, a receita per capita média foi de apenas R\$ 37,3. Para as cidades com população acima de 300 mil habitantes, o imposto per capita foi de R\$ 125,7, em média. Na cidade de São Paulo, a receita per capita alcançou o valor de R\$ 370,6, cerca de 29% maior que o registrado em 2005.

No *ranking* dos dez municípios que mais arrecadaram ISS em 2006, quando comparado com 2005, não houve alteração nos cinco primeiros colocados. Deve ser notado o avanço de Osasco que subiu da décima colocação para a oitava. São Caetano do Sul, inversamente, caiu da oitava posição para a décima. Nesse conjunto, apenas a capital e Osasco tiveram sua participação no total aumentada em relação a 2005. Esses dez municípios responderam por 75% da arrecadação em todo o Estado, explicado pelo bom desempenho da capital, que passou de uma participação de 55,1%, em 2005, para 58,1%, em 2006. Vale notar que a capital recuperou parte do terreno perdido nos últimos anos de seu peso na arrecadação estadual

do ISS. Na virada do século, sua participação era de cerca de 62%. Atingiu o fundo do poço em 2004 (54%), para alcançar o patamar de 58% em 2006.



O ISS incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. Até 1965, existiam o Imposto sobre Indústrias e Profissões e o Imposto sobre Diversões Públicas, que, com a Emenda Constitucional nº 18 daquele ano, foram unificados e chamados de ISS. O Imposto sobre Indústrias e Profissões chegou a ser de competência dos Estados.

O fato gerador do ISS são os serviços listados na Lei Complementar nº 116, de 31 de junho de 2003, e o contribuinte é a própria empresa ou o profissional autônomo que presta esses serviços. A evolução do ISS está diretamente relacionada ao desempenho do setor de serviços e à política fiscal municipal, no que tange a fiscalização, cobrança e definição de alíquotas.

A Emenda Constitucional nº 37, de junho de 2002, e o artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceram a alíquota mínima de 2% para o ISS, exceto para os serviços da construção civil, não podendo ser concedidas isenções, incentivos ou benefícios fiscais que resultem em sua redução. A alíquota máxima de 5% foi estabelecida pela Lei Complementar nº 116.

As dez maiores receitas de ISS no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	ISS em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	4.082,5	58,1%	58,1%
2º	Campinas	242,4	3,5%	61,6%
3º	Barueri	181,9	2,6%	64,2%
4º	Santos	149,5	2,1%	66,3%
5º	São Bernardo do Campo	143,8	2,0%	68,3%
6º	Guarulhos	100,6	1,4%	69,8%
7º	São José dos Campos	96,0	1,4%	71,1%
8º	Osasco	94,1	1,3%	72,5%
9º	Santo André	91,2	1,3%	73,8%
10º	São Caetano do Sul	87,7	1,2%	75,0%
Total		7.024,6	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ISS

Posição	Municípios	ISS em reais	População 2006
1º	São Paulo	4.082.513.660	11.016.703
2º	Campinas	242.407.731	1.059.420
3º	Barueri	181.906.143	265.549
4º	Santos	149.532.096	418.375
5º	São Bernardo do Campo	143.849.039	803.906
6º	Guarulhos	100.570.581	1.283.253
7º	São José dos Campos	96.008.711	610.965
8º	Osasco	94.120.340	714.950
9º	Santo André	91.206.668	673.234
10º	São Caetano do Sul	87.699.278	133.241
11º	Jundiaí	71.836.533	348.621
12º	Sorocaba	66.218.459	578.068
13º	Ribeirão Preto	62.856.977	559.650
14º	Santana de Parnaíba	62.763.478	102.224
15º	Hortolândia	48.393.257	201.795
16º	Piracicaba	45.487.590	366.442
17º	Guarujá	44.907.847	305.171
18º	Cubatão	40.212.475	121.002
19º	São José do Rio Preto	36.251.480	415.508
20º	Cotia	35.291.191	179.685
21º	Diadema	31.173.018	395.333
22º	Paulínia	30.247.140	62.132
23º	Taubaté	26.895.026	271.660
24º	Poá	26.682.885	110.213
25º	Limeira	26.104.685	279.554
26º	Mogi das Cruzes	24.247.758	372.419
27º	Bauru	23.638.161	356.680
28º	Americana	21.166.091	203.845
29º	Mauá	19.751.452	413.943
30º	Jacareí	19.182.154	211.559
31º	Taboão da Serra	19.162.813	225.405
32º	Franca	17.034.372	328.121
33º	Cajamar	16.984.022	63.344
34º	Itu	16.178.875	156.100
35º	Araraquara	16.155.734	199.657
36º	São Sebastião	15.069.017	75.886
37º	Presidente Prudente	14.659.733	206.704
38º	Indaiatuba	14.560.928	181.124
39º	Sumaré	14.093.657	237.900
40º	Araçatuba	13.684.194	181.598
41º	São Carlos	13.632.058	218.702
42º	Marília	13.155.306	224.093
43º	Suzano	13.013.784	280.318
44º	Mogi Guaçu	12.550.311	141.559
45º	Sertãozinho	12.403.177	106.407
46º	Itaquaquecetuba	12.285.058	352.755
47º	Pindamonhangaba	11.920.081	143.737
48º	Vinhedo	11.597.549	57.269
49º	Rio Claro	11.396.581	190.373
50º	Atibaia	11.338.972	129.751

Posição	Municípios	ISS em reais	População 2006
51º	Itapevi	11.130.072	202.683
52º	Araras	11.065.798	116.566
53º	Valinhos	11.038.463	94.124
54º	São Vicente	10.867.076	329.370
55º	Embu	9.935.786	245.855
56º	Praia Grande	8.703.231	245.386
57º	Alumínio	8.470.410	16.357
58º	Jaguariúna	8.116.503	34.779
59º	Carapicuíba	7.890.889	389.634
60º	Itapeçerica da Serra	7.882.135	162.239
61º	Salto	7.515.423	108.552
62º	Caeiras	7.429.778	94.985
63º	Bragança Paulista	7.210.733	143.621
64º	Itapetininga	7.202.294	143.097
65º	São Roque	6.922.150	73.778
66º	Mogi Mirim	6.773.724	93.820
67º	Catanduva	6.591.108	116.984
68º	Ribeirão Pires	6.519.352	118.864
69º	Jandira	6.465.752	113.323
70º	Itatiba	6.004.867	95.648
71º	Tatuí	5.985.988	107.115
72º	Leme	5.922.138	90.027
73º	Pirassununga	5.899.852	70.864
74º	Guaratinguetá	5.868.783	113.012
75º	Botucatu	5.606.125	121.274
76º	Mairiporã	5.555.069	75.022
77º	Jaboticabal	5.481.088	73.524
78º	Caçapava	5.264.341	83.574
79º	Lorena	5.187.756	83.728
80º	Bebedouro	5.112.443	80.027
81º	Barretos	5.097.329	110.195
82º	Jau	5.058.370	125.399
83º	Assis	4.747.409	95.703
84º	Guararema	4.734.396	24.818
85º	Avaré	4.727.158	87.833
86º	Matão	4.705.392	77.769
87º	Votorantim	4.698.839	107.157
88º	São João da Boa Vista	4.692.709	83.477
89º	Franco da Rocha	4.513.132	124.816
90º	Itupeva	4.385.900	32.097
91º	Louveira	4.193.797	29.553
92º	Caraguatatuba	4.112.662	98.170
93º	Nova Odessa	3.881.636	47.990
94º	Itapira	3.770.289	68.396
95º	Lençóis Paulista	3.721.471	62.580
96º	Campos do Jordão	3.698.597	49.512
97º	Porto Ferreira	3.696.946	54.048
98º	Itapeva	3.695.524	89.743
99º	Amparo	3.665.436	67.505
100º	Birigui	3.610.890	108.472

Total dos 100 maiores

6.619.025.130

31.918.968

Total dos demais

405.531.709

9.136.766

Total geral

7.024.556.839

41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ISS per capita

Posição	Municípios	ISS per capita	ISS	População 2006
		em reais		
1º	Barueri	685	181.906.143	265.549
2º	São Caetano do Sul	658	87.699.278	133.241
3º	Santana de Parnaíba	614	62.763.478	102.224
4º	Aluminio	518	8.470.410	16.357
5º	Paulínia	487	30.247.140	62.132
6º	Jambeiro	385	1.740.087	4.515
7º	São Paulo	371	4.082.513.660	11.016.703
8º	Santos	357	149.532.096	418.375
9º	Cubatão	332	40.212.475	121.002
10º	Canas	272	1.122.520	4.127
11º	Cajamar	268	16.984.022	63.344
12º	Luis Antônio	243	1.975.669	8.136
13º	Poá	242	26.682.885	110.213
14º	Hortolândia	240	48.393.257	201.795
15º	Jaguariúna	233	8.116.503	34.779
16º	Campinas	229	242.407.731	1.059.420
17º	Borá	227	188.261	828
18º	Corumbataí	226	964.870	4.266
19º	Araçariguama	224	3.205.077	14.280
20º	Iaras	223	828.281	3.718
21º	Santa Maria da Serra	210	1.038.371	4.946
22º	Jundiaí	206	71.836.533	348.621
23º	Vinhedo	203	11.597.549	57.269
24º	São Sebastião	199	15.069.017	75.886
25º	Cotia	196	35.291.191	179.685
26º	Lavrinhas	191	1.335.598	6.994
27º	Guararema	191	4.734.396	24.818
28º	Águas de São Pedro	186	376.203	2.020
29º	Silveiras	184	1.052.535	5.721
30º	Itirapina	180	2.690.897	14.967
31º	São Bernardo do Campo	179	143.849.039	803.906
32º	Águas de Santa Bárbara	174	1.079.409	6.208
33º	Cordeirópolis	168	3.490.671	20.734
34º	São José dos Campos	157	96.008.711	610.965
35º	Quadra	155	497.857	3.205
36º	Guarujá	147	44.907.847	305.171
37º	Holambra	145	1.235.179	8.532
38º	Queluz	143	1.451.310	10.148
39º	Louveira	142	4.193.797	29.553
40º	Aramina	138	727.158	5.280
41º	Itupeva	137	4.385.900	32.097
42º	Santo André	135	91.206.668	673.234
43º	Osasco	132	94.120.340	714.950
44º	Arelas	131	503.740	3.834
45º	São Simão	131	1.950.481	14.923
46º	Brotas	130	2.884.665	22.200
47º	Itatinga	126	2.103.055	16.685
48º	Colômbia	126	811.917	6.451
49º	Piracicaba	124	45.487.590	366.442
50º	Igaratá	124	1.212.633	9.770

Posição	Municípios	ISS per capita	ISS	População 2006
		em reais		
51º	Anhembi	123	647.138	5.273
52º	Morungaba	122	1.358.279	11.168
53º	Valinhos	117	11.038.463	94.124
54º	Sertãozinho	117	12.403.177	106.407
55º	Sorocaba	115	66.218.459	578.068
56º	Ribeirão Preto	112	62.856.977	559.650
57º	Porangaba	111	824.300	7.426
58º	Casa Branca	110	3.074.815	27.903
59º	Uchoa	109	1.045.303	9.552
60º	Pardinho	108	612.166	5.684
61º	Buritizal	106	380.801	3.583
62º	Gavião Peixoto	105	428.329	4.062
63º	Americana	104	21.166.091	203.845
64º	Itu	104	16.178.875	156.100
65º	Alambari	102	399.317	3.908
66º	Nova Campina	101	891.853	8.830
67º	Bofete	100	859.661	8.605
68º	Tarumã	99	1.152.617	11.606
69º	Taubaté	99	26.895.026	271.660
70º	Santa Rita do Passa Quatro	98	2.707.601	27.627
71º	Cachoeira Paulista	96	2.881.021	30.156
72º	Araras	95	11.065.798	116.566
73º	Jumirim	94	247.144	2.630
74º	São Roque	94	6.922.150	73.778
75º	São Luis do Paraitinga	94	1.013.478	10.804
76º	Limeira	93	26.104.685	279.554
77º	Jacareí	91	19.182.154	211.559
78º	Mogi Guaçu	89	12.550.311	141.559
79º	Braúna	88	392.697	4.471
80º	Monteiro Lobato	88	332.290	3.789
81º	Atibaia	87	11.338.972	129.751
82º	São José do Rio Preto	87	36.251.480	415.508
83º	Araçoiaba da Serra	87	2.057.423	23.713
84º	Santópolis do Aguapeí	86	326.598	3.795
85º	Taboão da Serra	85	19.162.813	225.405
86º	Pirassununga	83	5.899.852	70.864
87º	Pindamonhangaba	83	11.920.081	143.737
88º	Restinga	83	534.870	6.454
89º	Marabá Paulista	82	314.373	3.851
90º	Araraquara	81	16.155.734	199.657
91º	Nova Odessa	81	3.881.636	47.990
92º	Campina do Monte Alegre	80	496.325	6.171
93º	Indaiatuba	80	14.560.928	181.124
94º	Mendonça	80	315.410	3.950
95º	Boituva	80	3.393.472	42.667
96º	Diadema	79	31.173.018	395.333
97º	Catiguá	79	533.884	6.772
98º	Guarulhos	78	100.570.581	1.283.253
99º	Barra do Turvo	78	691.208	8.835
100º	Caieiras	78	7.429.778	94.985

Total dos 100 maiores	258	6.261.923.513	24.303.981
Total dos demais	46	762.633.327	16.751.753
Total geral	171	7.024.556.839	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IPTU

> DESEMPENHO

Em 2006, a arrecadação de IPTU dos municípios paulistas somou R\$ 5,8 bilhões, resultando em aumento real de 5,3% em relação ao ano anterior. A trajetória da arrecadação manteve a tendência ascendente desde 2001, enquanto a variação anual foi menor apenas que em 2002.

A melhoria da gestão tributária e a crescente utilização da informática vêm contribuindo para dinamizar o IPTU. É o caso de Guarulhos, onde estão sendo feitos investimentos na ampliação da base de dados no sentido de melhorar a arrecadação do IPTU e do ISS. Através de levantamento aerofotogramétrico, busca-se determinar a forma, as dimensões e a posição dos objetos contidos numa fotografia. O método é utilizado por algumas cidades brasileiras para identificar economias omissas no cadastro fiscal.

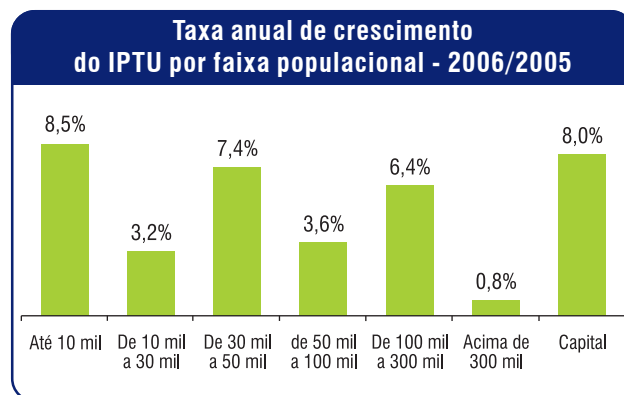
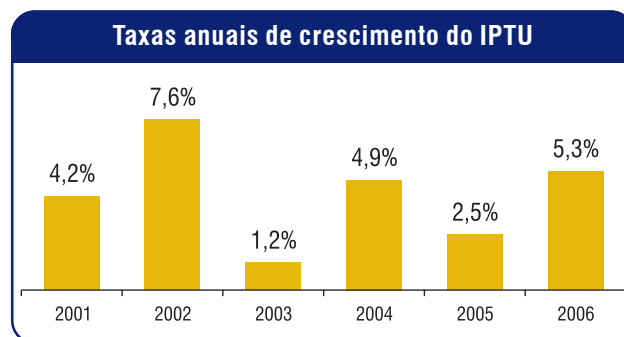
Além disso, o resultado foi fortemente influenciado pelo desempenho da capital, cujo valor representou 46% do total do Estado, e registrou uma taxa de crescimento real de 8%. No conjunto dos municípios do interior, a taxa média registrada foi inferior àquela registrada na capital, apenas 3%. Nas cidades com até 10 mil habitantes, embora elas tenham obtido uma taxa de crescimento de 8,5%, o volume arrecadado não atingiu 1% do IPTU no Estado.

> DESTAQUES

Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, as melhores performances foram as de Salto, com variação de 43,7% sobre o resultado de 2005, e Jaú, com 42,6%. Seis municípios, embora em patamares menores, apresentaram excelentes taxas de crescimento, entre 19% e 24%: Bauru (23,7%), Araçatuba (22,4%), Marília (21,5%), Ourinhos (20,9%) e São Carlos e Sumaré (18,9%). Ainda nessa faixa populacional, houve outros 12 municípios com taxas acima de 10%.

O grupo dos municípios do interior com mais de 300 mil habitantes, que responde por 27,4% da arrecadação estadual, registrou uma taxa de crescimento bem abaixo da média do total: apenas 0,8%. Cinco cidades mostraram queda do valor arrecadado em 2006: Guarujá (-5%), que, após um forte aumento em 2004, registrou perda em 2005; São Vicente (-21,3%), com o mesmo perfil de desempenho de Guarujá no período recente; Mauá (-16,3%); Santos (-6,4%); e São Bernardo do Campo (-3,3%).

Já os municípios com até 10 mil habitantes ampliaram a arrecadação do IPTU em invejáveis 8,5%, assim como os com população entre 30 mil e 50 mil habitantes, com expansão de 7,4%.



> PESO NOS ORÇAMENTOS

O IPTU é um importante tributo para os municípios onde é grande o fluxo de turismo e lazer, com presença expressiva de residências secundárias de veraneio, além de um forte aparato hoteleiro que lhes proporciona uma base de arrecadação importante. Assim, é de se notar a presença de cidades litorâneas e estâncias turísticas no topo do *ranking* das maiores participações do IPTU sobre as receitas municipais. Nesses municípios, a arrecadação per capita tende a ser alta, uma vez que o imposto é pago, em grande medida, por não-residentes, isto é, o pagamento feito pelo proprietário não-residente compõe o numerador, mas não conta no denominador da relação valor por habitante.

Nas pequenas cidades do interior paulista, por terem restrita base de arrecadação do tributo, o IPTU participa de maneira discreta na composição da receita.

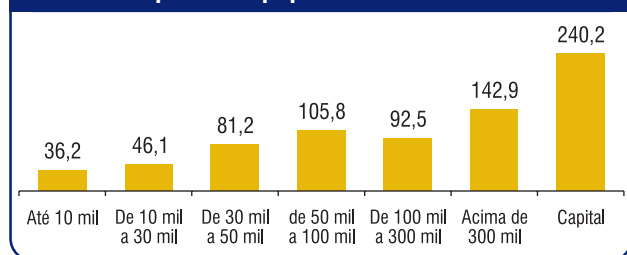
Maiores participações do IPTU na receita nos municípios com mais de 100 mil habitantes

	Municípios	% do IPTU na receita total
1º	Guarujá	31,9%
2º	Praia Grande	22,3%
3º	Santos	18,1%
4º	Santana de Parnaíba	17,4%
5º	Bragança Paulista	16,5%
6º	Atibaia	15,6%
7º	São Paulo	15,4%
8º	Mogi das Cruzes	15,2%
9º	Campinas	14,5%
10º	Santo André	12,9%
11º	São Vicente	12,9%
12º	Osasco	12,1%

A arrecadação per capita, tende a crescer na medida do porte da cidade, como demonstrado no gráfico ao lado. Nas cidades com até 10 mil habitantes, o valor por habitante alcança R\$ 36,2 e a participação na receita total é, em média, de apenas 2,2%.

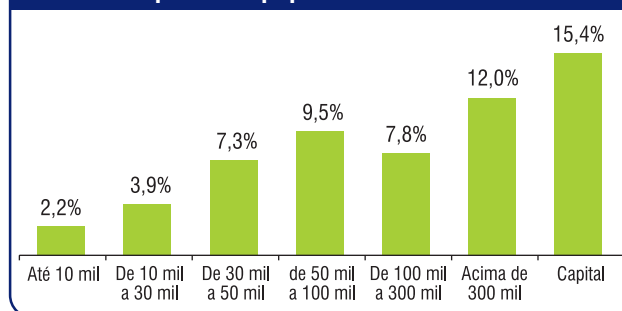
Já nas cidades de maior porte do interior, com população acima de 300 mil habitantes, a arrecadação per capita atingiu R\$ 142,9 e a participação na receita total foi de 12%. Na capital do Estado, o valor por habitante registrou a marca de R\$ 240,2 e o volume arrecadado representou 15,4% das receitas totais do município.

Arrecadação de IPTU por habitante por faixa populacional - 2006



A concentração da receita desse imposto é flagrante, na medida em que a capital sozinha respondeu por 45,8% do total, onde residem 26,8% da população estadual. Esse valor, se somado ao dos outros nove municípios com as maiores arrecadações, chegou a dois terços do recolhimento do IPTU no Estado de São Paulo.

Participação do IPTU na receita total por faixa populacional - 2006



Desde a Carta Constitucional de 1934, a administração, fiscalização e arrecadação do IPTU passaram para a competência dos municípios. Anteriormente, a arrecadação sobre a propriedade de imóveis pertencia aos Estados.

O fato gerador, é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, sendo o contribuinte o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal.

Para realizar sua tributação, o município deve possuir uma base cadastral com informações físico-territoriais. Também faz parte da base cadastral a Planta Genérica de Valores (PGV), que contém os valores básicos dos terrenos e edificações por metro quadrado de área. Todas essas informações devem estar referenciadas a uma base cartográfica.

As dez maiores receitas de IPTU no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	IPTU em R\$ milhões	Participação		População	Participação na população
			%	% acumulado		
1º	São Paulo	2.646,0	45,8%	45,8%	11.016.703	26,8%
2º	Campinas	216,3	3,7%	49,5%	1.059.420	2,6%
3º	Guarulhos	166,3	2,9%	52,4%	1.283.253	3,1%
4º	São Bernardo do Campo	162,3	2,8%	55,2%	803.906	2,0%
5º	Guarujá	143,8	2,5%	57,7%	305.171	0,7%
6º	Santos	142,4	2,5%	60,1%	418.375	1,0%
7º	Santo André	121,2	2,1%	62,2%	673.234	1,6%
8º	Praia Grande	84,7	1,5%	63,7%	245.386	0,6%
9º	Osasco	83,6	1,4%	65,2%	714.950	1,7%
10º	Ribeirão Preto	65,6	1,1%	66,3%	559.650	1,4%
Total		5.781,2	100,0%	100,0%	41.055.734	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

IPTU

Posição	Municípios	IPTU em reais	População 2006
1º	São Paulo	2.645.953.739	11.016.703
2º	Campinas	216.337.402	1.059.420
3º	Guarulhos	166.266.916	1.283.253
4º	São Bernardo do Campo	162.349.008	803.906
5º	Guarujá	143.835.049	305.171
6º	Santos	142.364.596	418.375
7º	Santo André	121.228.396	673.234
8º	Praia Grande	84.680.846	245.386
9º	Osasco	83.555.756	714.950
10º	Ribeirão Preto	65.611.141	559.650
11º	São José dos Campos	54.364.553	610.965
12º	Diadema	53.889.264	395.333
13º	Mogi das Cruzes	50.248.628	372.419
14º	São José do Rio Preto	47.750.714	415.508
15º	Jundiaí	45.330.307	348.621
16º	Sorocaba	42.413.219	578.068
17º	Santana de Parnaíba	39.578.284	102.224
18º	São Vicente	36.653.419	329.370
19º	Mauá	35.467.289	413.943
20º	Piracicaba	30.992.368	366.442
21º	Indaiatuba	30.702.522	181.124
22º	Taubaté	30.255.393	271.660
23º	Bauru	29.435.504	356.680
24º	São Carlos	29.347.048	218.702
25º	Ubatuba	28.485.244	81.246
26º	Franca	28.207.552	328.121
27º	Limeira	27.886.478	279.554
28º	Caraguatatuba	27.840.263	98.170
29º	Itanhaém	27.254.645	91.153
30º	São Sebastião	26.197.131	75.886
31º	Rio Claro	25.963.494	190.373
32º	Cubatão	24.343.343	121.002
33º	Atibaia	23.729.801	129.751
34º	Bragança Paulista	22.901.818	143.621
35º	Suzano	21.937.839	280.318
36º	Cotia	21.868.287	179.685
37º	Araraquara	21.135.686	199.657
38º	São Caetano do Sul	20.896.104	133.241
39º	Valinhos	20.651.468	94.124
40º	Americana	20.578.608	203.845
41º	Peruíbe	19.972.647	65.256
42º	Presidente Prudente	17.519.122	206.704
43º	Campos do Jordão	16.672.830	49.512
44º	Vinhedo	15.780.696	57.269
45º	Jacareí	15.601.335	211.559
46º	Itu	15.364.156	156.100
47º	Sumaré	14.717.285	237.900
48º	Marília	14.581.555	224.093
49º	Araçatuba	14.119.130	181.598
50º	Catanduva	14.087.421	116.984

Posição	Municípios	IPTU em reais	População 2006
51º	Embu	13.371.998	245.855
52º	Itaquaquecetuba	13.094.585	352.755
53º	Carapicuíba	12.857.779	389.634
54º	Barretos	12.022.513	110.195
55º	Itatiba	11.731.824	95.648
56º	Ilha Comprida	11.682.667	9.622
57º	Araras	11.358.440	116.566
58º	Taboão da Serra	11.306.284	225.405
59º	Jau	10.667.211	125.399
60º	Itapira	9.773.869	68.396
61º	Salto	9.749.456	108.552
62º	Ribeirão Pires	9.375.018	118.864
63º	Mogi Mirim	9.362.373	93.820
64º	Mairiporã	9.134.607	75.022
65º	Guaratinguetá	8.939.691	113.012
66º	Barueri	8.932.243	265.549
67º	Hortolândia	8.751.517	201.795
68º	Amparo	8.726.584	67.505
69º	Botucatu	8.605.930	121.274
70º	Birigui	8.540.705	108.472
71º	Ilhabela	8.407.288	26.230
72º	Pindamonhangaba	8.060.530	143.737
73º	Jaboticabal	8.059.324	73.524
74º	Sertãozinho	7.926.328	106.407
75º	Assis	7.516.178	95.703
76º	Serra Negra	7.508.392	25.438
77º	Ourinhos	7.269.573	106.350
78º	Leme	7.260.934	90.027
79º	Caeiras	7.243.251	94.985
80º	São João da Boa Vista	7.048.212	83.477
81º	Itupeva	6.666.099	32.097
82º	São Roque	6.574.126	73.778
83º	Cajamar	6.504.518	63.344
84º	Votorantim	6.144.360	107.157
85º	Votuporanga	6.031.654	83.764
86º	Campo Limpo Paulista	5.951.847	77.277
87º	Itapeçerica da Serra	5.737.316	162.239
88º	Avaré	5.732.760	87.833
89º	Ibiúna	5.637.379	75.616
90º	Pirassununga	5.630.260	70.864
91º	Poá	5.589.312	110.213
92º	Pedreira	5.412.040	40.575
93º	Jandira	5.288.428	113.323
94º	Itapeví	5.271.794	202.683
95º	Tupã	5.191.113	66.293
96º	Penápolis	5.174.406	59.328
97º	Monte Alto	5.124.715	46.474
98º	Louveira	5.050.082	29.553
99º	Jarinu	5.037.888	21.596
100º	Tatuí	4.961.419	107.115

Total dos 100 maiores	5.333.902.113	31.668.169
Total dos demais	447.274.256	9.387.565
Total geral	5.781.176.369	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

IPTU per capita

Posição	Municípios	IPTU per capita	IPTU	População 2006
		em reais		
1º	Ilha Comprida	1.214	11.682.667	9.622
2º	Águas de São Pedro	847	1.710.929	2.020
3º	Guarujá	471	143.835.049	305.171
4º	Santana de Parnaíba	387	39.578.284	102.224
5º	Ubatuba	351	28.485.244	81.246
6º	São Sebastião	345	26.197.131	75.886
7º	Praia Grande	345	84.680.846	245.386
8º	Santos	340	142.364.596	418.375
9º	Campos do Jordão	337	16.672.830	49.512
10º	Ilhabela	321	8.407.288	26.230
11º	Águas de Santa Bárbara	320	1.983.749	6.208
12º	Peruibe	306	19.972.647	65.256
13º	Itanhaém	299	27.254.645	91.153
14º	Serra Negra	295	7.508.392	25.438
15º	Caraguatatuba	284	27.840.263	98.170
16º	Vinhedo	276	15.780.696	57.269
17º	São Paulo	240	2.645.953.739	11.016.703
18º	Jarinu	233	5.037.888	21.596
19º	Valinhos	219	20.651.468	94.124
20º	Pardinho	214	1.218.854	5.684
21º	Itupeva	208	6.666.099	32.097
22º	Campinas	204	216.337.402	1.059.420
23º	São Bernardo do Campo	202	162.349.008	803.906
24º	Cubatão	201	24.343.343	121.002
25º	Holambra	193	1.648.449	8.532
26º	Atibaia	183	23.729.801	129.751
27º	Santo André	180	121.228.396	673.234
28º	Louveira	171	5.050.082	29.553
29º	Indaiatuba	170	30.702.522	181.124
30º	Bragança Paulista	159	22.901.818	143.621
31º	São Caetano do Sul	157	20.896.104	133.241
32º	Lindóia	153	966.099	6.300
33º	Itapira	143	9.773.869	68.396
34º	Rio Claro	136	25.963.494	190.373
35º	Diadema	136	53.889.264	395.333
36º	Mogi das Cruzes	135	50.248.628	372.419
37º	São Carlos	134	29.347.048	218.702
38º	Pedreira	133	5.412.040	40.575
39º	Monte Alegre do Sul	133	924.786	6.973
40º	Jundiá	130	45.330.307	348.621
41º	Paranapanema	130	2.276.762	17.516
42º	Guarulhos	130	166.266.916	1.283.253
43º	Amparo	129	8.726.584	67.505
44º	Itatiba	123	11.731.824	95.648
45º	Mairiporã	122	9.134.607	75.022
46º	Cotia	122	21.868.287	179.685
47º	Catanduva	120	14.087.421	116.984
48º	Ribeirão Preto	117	65.611.141	559.650
49º	Osasco	117	83.555.756	714.950
50º	São José do Rio Preto	115	47.750.714	415.508

Posição	Municípios	IPTU per capita	IPTU	População 2006
		em reais		
51º	Taubaté	111	30.255.393	271.660
52º	São Vicente	111	36.653.419	329.370
53º	Monte Alto	110	5.124.715	46.474
54º	Águas da Prata	110	818.978	7.455
55º	Jaboticabal	110	8.059.324	73.524
56º	Barretos	109	12.022.513	110.195
57º	Araçoiaba da Serra	108	2.570.936	23.713
58º	Igaratá	107	1.048.103	9.770
59º	Araraquara	106	21.135.686	199.657
60º	Análândia	104	415.337	3.997
61º	Guararema	103	2.553.676	24.818
62º	Cajamar	103	6.504.518	63.344
63º	Porangaba	102	758.255	7.426
64º	Americana	101	20.578.608	203.845
65º	Mogi Mirim	100	9.362.373	93.820
66º	Limeira	100	27.886.478	279.554
67º	Itaí	99	2.317.273	23.417
68º	Piracala	99	2.622.713	26.561
69º	Itu	98	15.364.156	156.100
70º	Tremembé	98	3.926.116	40.182
71º	Araras	97	11.358.440	116.566
72º	Arandu	96	613.805	6.394
73º	Nova Odessa	94	4.518.429	47.990
74º	Boituva	94	3.991.852	42.667
75º	Santa Fé do Sul	93	2.708.347	29.026
76º	Tambaú	92	2.206.013	24.033
77º	Salto	90	9.749.456	108.552
78º	São Joaquim da Barra	89	4.078.778	45.743
79º	São Roque	89	6.574.126	73.778
80º	São José dos Campos	89	54.364.553	610.965
81º	Ipeúna	87	484.995	5.554
82º	Cananéia	87	1.239.198	14.195
83º	Penápolis	87	5.174.406	59.328
84º	Franca	86	28.207.552	328.121
85º	Jaguariúna	86	2.989.042	34.779
86º	Mauá	86	35.467.289	413.943
87º	Jau	85	10.667.211	125.399
88º	Presidente Prudente	85	17.519.122	206.704
89º	Piracicaba	85	30.992.368	366.442
90º	São João da Boa Vista	84	7.048.212	83.477
91º	Bauru	83	29.435.504	356.680
92º	Piraju	82	2.390.557	29.243
93º	Socorro	82	2.785.825	34.139
94º	Leme	81	7.260.934	90.027
95º	Pirassununga	79	5.630.260	70.864
96º	Guaratinguetá	79	8.939.691	113.012
97º	Ribeirão Pires	79	9.375.018	118.864
98º	Birigui	79	8.540.705	108.472
99º	Assis	79	7.516.178	95.703
100º	Tupã	78	5.191.113	66.293

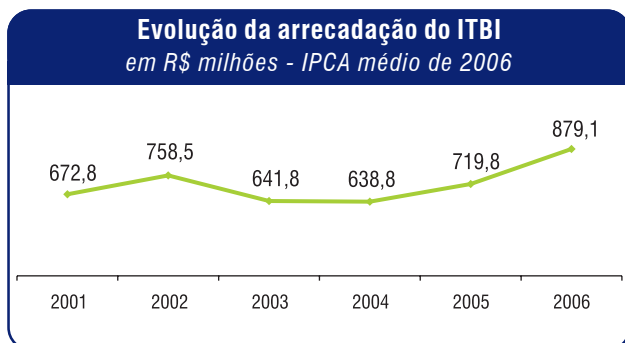
Total dos 100 maiores	188	5.102.533.318	27.108.002
Total dos demais	49	678.643.051	13.947.732
Total geral	141	5.781.176.369	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ITBI

> DESEMPENHO

Em 2006, a arrecadação paulista do ITBI foi de R\$ 879,1 milhões, com taxa de crescimento de 22,1% em relação ao ano anterior. O valor recolhido é o maior montante arrecadado pelo conjunto dos municípios paulistas, superando inclusive a arrecadação recorde de 2002, de R\$ 758,5 milhões.



O bom desempenho de 2006 deveu-se, principalmente, ao resultado alcançado na capital. Com crescimento de 32,1% na arrecadação do ITBI, a capital foi responsável por R\$ 103,4 milhões dos R\$ 159,4 milhões em recursos adicionais obtidos pelos municípios paulistas.

As cidades com população acima de 300 mil habitantes, exceto a capital, captaram R\$ 26,2 milhões a mais, o que correspondeu a uma taxa de crescimento de 14,4%. Nessa faixa, os municípios que mais cresceram foram Carapicuíba (61,3%), Campinas (47,1%), Guarulhos (36,1%) e Piracicaba (31,4%). As maiores quedas ocorreram em Mauá (-29,2%), com retração da receita de ITBI pelo segundo ano consecutivo, Itaquaquecetuba (-16,2%) e Osasco (-9,4%).

As cidades com população entre 100 mil e 300 mil habitantes recolheram R\$ 11,2 milhões adicionais, o que representou um crescimento de 11,2%, em relação a 2005. Nesse grupo, os municípios de Itu (137,3%), Poá (67,2%), Itapevi (47,8%) e Francisco Morato (45,3%) apresentaram os melhores desempenhos no período. As maiores quedas na arrecadação do ITBI foram registradas em Ferraz de Vasconcelos (-26,9%), também com retração na receita desse imposto pelo segundo ano consecutivo, Guaratinguetá (-24,1%) e Várzea Paulista (-16,1%).

> PESO NO ORÇAMENTO E CONCENTRAÇÃO

Apesar do significativo crescimento apresentado pelo ITBI, em 2006, ele ainda é um tributo pouco expressivo na receita total dos municípios paulistas. A participação média foi de 1,6%, e apenas sete dos 73 municípios selecionados por **Finanças dos Municípios Paulistas** apresentaram uma participação do ITBI na sua receita total maior do que 2%. Foram eles: Cotia (2,7%), São Paulo (2,5%), Bragança Paulista (2,4%), Praia Grande (2,3%), Guarujá (2,3%), Santo André (2,1%), Santos (2,1%) e Botucatu (2%).

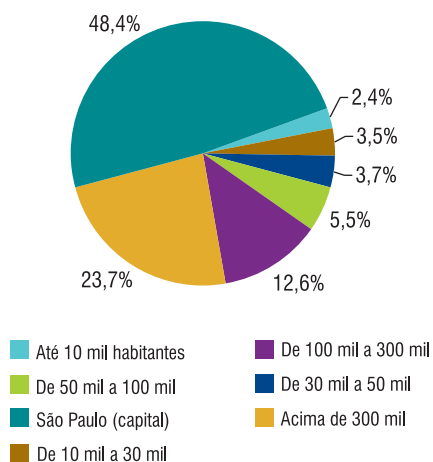
Em termos de montante, o tributo adquire maior relevância em grandes centros urbanos, devido à concentração populacional e econômica, e em cidades turísticas e históricas, onde as transações imobiliárias ocorrem com mais frequência. Pode-se notar no gráfico a seguir que só a capital concentrou 48,4% de toda a receita de ITBI arrecadada em 2006 pelos municípios paulistas. Considerando os dez municípios com a maior arrecadação desse imposto no Estado de São Paulo, o montante chega a 66,2% do total arrecadado.

As dez maiores arrecadações de ITBI no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	ITBI em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	425,7	48,4%	48,4%
2º	Campinas	28,4	3,2%	51,6%
3º	São Bernardo do Campo	24,0	2,7%	54,4%
4º	Santo André	19,9	2,3%	56,6%
5º	Santos	16,5	1,9%	58,5%
6º	São José dos Campos	16,2	1,8%	60,3%
7º	Guarulhos	15,0	1,7%	62,0%
8º	Ribeirão Preto	13,8	1,6%	63,6%
9º	Barueri	11,9	1,4%	65,0%
10º	Sorocaba	10,5	1,2%	66,2%
Total		879,1	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Participação na arrecadação do ITBI



> ITBI PER CAPITA

A média do ITBI per capita dos municípios paulistas foi de R\$ 21, em 2006. No entanto, apenas 94 dos 580 municípios paulistas, sobre os quais se dispõem de dados, apresentaram arrecadação per capita superior à média estadual. Desses, destacam-se Monções e Colômbia, com receita de ITBI per capita de R\$ 116 e R\$ 113, respectivamente. Pode-se notar na tabela do *ranking* per capita na página 69 que todos os dez municípios com maior arrecadação per capita são municípios com população inferior a 10 mil habitantes.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis ou de direitos reais sobre imóveis, sendo a base de cálculo o valor venal do bem. A Constituição de 1988 atribuiu aos municípios a competência para instituir o ITBI inter vivos, assim como a responsabilidade pela definição da alíquota que incide sobre esse valor.

A determinação do preço de venda dos imóveis é um dos aspectos mais importantes e complexos da cobrança do ITBI. Entende-se como sendo o valor estimado do imóvel para compra e venda à vista, de acordo com a realidade do mercado imobiliário, considerando um conjunto de dados sobre a caracterização e as benfeitorias existentes no imóvel e na região.

A grande maioria dos municípios adotou como base de cálculo do ITBI o mesmo valor que serve de base para o lançamento do IPTU ou o valor declarado pelo contribuinte, o que fosse maior. Por esse meio, os municípios buscam evitar perdas de arrecadação.

Mesmo assim, continuam a enfrentar evasão de receitas, pois os valores venais dos imóveis dos cadastros municipais quase sempre estão desatualizados e os contribuintes declaram valores abaixo do negociado, às vezes até abaixo do valor venal da prefeitura.

ITBI

Posição	Municípios	ITBI em reais	População 2006
1º	São Paulo	425.655.523	11.016.703
2º	Campinas	28.352.138	1.059.420
3º	São Bernardo do Campo	24.005.498	803.906
4º	Santo André	19.851.160	673.234
5º	Santos	16.455.663	418.375
6º	São José dos Campos	16.188.731	610.965
7º	Guarulhos	14.967.031	1.283.253
8º	Ribeirão Preto	13.760.013	559.650
9º	Barueri	11.938.052	265.549
10º	Sorocaba	10.513.588	578.068
11º	Guarujá	10.476.556	305.171
12º	Praia Grande	8.849.215	245.386
13º	Osasco	8.617.063	714.950
14º	Jundiaí	8.214.286	348.621
15º	São José do Rio Preto	7.653.069	415.508
16º	São Caetano do Sul	6.596.194	133.241
17º	Cotia	5.862.001	179.685
18º	Bauru	5.840.509	356.680
19º	Piracicaba	5.351.438	366.442
20º	Mogi das Cruzes	4.660.530	372.419
21º	Indaiatuba	4.648.440	181.124
22º	São Sebastião	4.354.174	75.886
23º	Santana de Parnaíba	4.234.579	102.224
24º	Taubaté	4.054.720	271.660
25º	Marília	3.566.781	224.093
26º	Caraguatatuba	3.554.796	98.170
27º	São Vicente	3.482.045	329.370
28º	Bragança Paulista	3.294.808	143.621
29º	Limeira	3.184.968	279.554
30º	Presidente Prudente	2.911.475	206.704
31º	São Carlos	2.904.831	218.702
32º	Franca	2.884.198	328.121
33º	Diadema	2.876.438	395.333
34º	Atibaia	2.863.733	129.751
35º	Araraquara	2.856.944	199.657
36º	Ubatuba	2.729.959	81.246
37º	Itu	2.686.207	156.100
38º	Valinhos	2.620.936	94.124
39º	Avaré	2.491.753	87.833
40º	Sumaré	2.425.209	237.900
41º	Americana	2.327.519	203.845
42º	Rio Claro	2.244.691	190.373
43º	Botucatu	2.170.884	121.274
44º	Mogi Guaçu	2.109.856	141.559
45º	Jaú	2.091.271	125.399
46º	Paulínia	1.900.509	62.132
47º	Itanhaém	1.889.754	91.153
48º	Carapicuíba	1.783.294	389.634
49º	Vinhedo	1.749.860	57.269
50º	Salto	1.717.601	108.552

Posição	Municípios	ITBI em reais	População 2006
51º	Taboão da Serra	1.705.071	225.405
52º	Jacareí	1.696.664	211.559
53º	Araçatuba	1.624.538	181.598
54º	Bebedouro	1.574.577	80.027
55º	Campos do Jordão	1.570.698	49.512
56º	Suzano	1.569.883	280.318
57º	Araras	1.476.361	116.566
58º	Mauá	1.427.548	413.943
59º	Mogi Mirim	1.178.514	93.820
60º	Catanduva	1.177.680	116.984
61º	Jaboticabal	1.131.600	73.524
62º	Pindamonhangaba	1.115.336	143.737
63º	Embu	1.109.877	245.855
64º	Birigui	1.107.991	108.472
65º	Ilhabela	1.076.219	26.230
66º	Votorantim	1.072.115	107.157
67º	Assis	1.023.295	95.703
68º	Itapetininga	999.665	143.097
69º	Morro Agudo	983.506	28.514
70º	Itupeva	969.056	32.097
71º	Peruíbe	963.763	65.256
72º	Hortolândia	963.002	201.795
73º	Andradina	947.667	57.195
74º	Itatiba	938.509	95.648
75º	Jandira	926.432	113.323
76º	Votuporanga	908.956	83.764
77º	Amparo	905.268	67.505
78º	Cubatão	887.648	121.002
79º	Barretos	886.363	110.195
80º	Guaraci	865.148	9.610
81º	Olimpia	844.001	48.309
82º	Campo Limpo Paulista	830.633	77.277
83º	Castilho	812.770	15.199
84º	Jaguariúna	808.860	34.779
85º	Sertãozinho	807.538	106.407
86º	Ourinhos	787.327	106.350
87º	Lins	768.213	71.382
88º	Caçapava	766.287	83.574
89º	Ribeirão Pires	764.675	118.864
90º	Boituva	753.107	42.667
91º	Colômbia	727.173	6.451
92º	Fernandópolis	722.392	65.714
93º	Itapeva	719.218	89.743
94º	Louveira	713.447	29.553
95º	Matão	710.051	77.769
96º	Poá	702.304	110.213
97º	São Roque	698.978	73.778
98º	Guaira	690.681	37.226
99º	Ibiúna	687.904	75.616
100º	Mococa	687.312	70.896

Total dos 100 maiores

788.206.312 31.080.767

Total dos demais

90.940.886 9.974.967

Total geral

879.147.197 41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ITBI per capita

Posição	Municípios	ITBI per capita	ITBI	População 2006
		em reais		
1º	Monções	116	233.933	2.016
2º	Colômbia	113	727.173	6.451
3º	Zacarias	99	191.864	1.937
4º	Águas de São Pedro	96	193.838	2.020
5º	Nuporanga	94	627.264	6.693
6º	Queiroz	91	213.530	2.345
7º	Guaraci	90	865.148	9.610
8º	Sales	88	455.200	5.158
9º	Timburi	88	232.037	2.643
10º	Anhembi	87	458.677	5.273
11º	Santa Clara d'Oeste	86	159.644	1.847
12º	Pedranópolis	70	172.084	2.460
13º	Nova Castilho	66	67.834	1.032
14º	São Sebastião	57	4.354.174	75.886
15º	Santana da Ponte Pensa	54	83.062	1.546
16º	Castilho	53	812.770	15.199
17º	São Caetano do Sul	50	6.596.194	133.241
18º	Espírito Santo do Turvo	48	200.503	4.195
19º	Arandu	47	298.394	6.394
20º	Barueri	45	11.938.052	265.549
21º	Quintana	42	238.699	5.631
22º	Rubiácea	42	87.935	2.114
23º	Santana de Parnaíba	41	4.234.579	102.224
24º	Ilhabela	41	1.076.219	26.230
25º	São Simão	41	608.575	14.923
26º	Reginópolis	41	191.722	4.718
27º	Águas de Santa Bárbara	40	250.455	6.208
28º	Analândia	40	159.904	3.997
29º	Uru	40	57.644	1.445
30º	Santos	39	16.455.663	418.375
31º	São Paulo	39	425.655.523	11.016.703
32º	Salmourão	37	162.851	4.356
33º	Itaju	37	105.987	2.844
34º	Caraguatatuba	36	3.554.796	98.170
35º	Praia Grande	36	8.849.215	245.386
36º	Braúna	36	160.169	4.471
37º	Palestina	35	321.519	9.166
38º	Morro Agudo	34	983.506	28.514
39º	Guarujá	34	10.476.556	305.171
40º	Ubatuba	34	2.729.959	81.246
41º	São Pedro do Turvo	33	233.671	7.017
42º	Cotia	33	5.862.001	179.685
43º	Cordeirópolis	32	664.437	20.734
44º	Campos do Jordão	32	1.570.698	49.512
45º	Monte Castelo	31	113.288	3.624
46º	Planalto	31	117.945	3.798
47º	Bento de Abreu	31	74.106	2.392
48º	Paulínia	31	1.900.509	62.132
49º	Vinhedo	31	1.749.860	57.269
50º	Itupeva	30	969.056	32.097

Posição	Municípios	ITBI per capita	ITBI	População 2006
		em reais		
51º	Iacanga	30	265.358	8.810
52º	Orindiúva	30	150.077	4.985
53º	São Bernardo do Campo	30	24.005.498	803.906
54º	Santo André	29	19.851.160	673.234
55º	Santa Rita d'Oeste	29	61.889	2.110
56º	Mesópolis	29	54.856	1.871
57º	Nova Aliança	29	149.297	5.192
58º	Corumbataí	29	122.373	4.266
59º	Altair	29	107.222	3.745
60º	Turiúba	28	49.979	1.754
61º	Iepê	28	198.737	6.978
62º	Avaré	28	2.491.753	87.833
63º	Tanabi	28	659.440	23.381
64º	Valinhos	28	2.620.936	94.124
65º	Fernão	27	33.864	1.241
66º	Iaras	27	100.913	3.718
67º	Tarumã	27	312.939	11.606
68º	Santo Antônio da Alegria	27	166.440	6.214
69º	Campinas	27	28.352.138	1.059.420
70º	São José dos Campos	26	16.188.731	610.965
71º	Piratinga	26	297.785	11.270
72º	Riolândia	26	240.255	9.151
73º	Macedônia	26	94.929	3.617
74º	Indaiatuba	26	4.648.440	181.124
75º	Bofete	25	219.317	8.605
76º	Urupês	25	312.776	12.441
77º	Cosmorama	25	173.167	7.033
78º	Ribeirão Preto	25	13.760.013	559.650
79º	Ubarana	24	128.001	5.238
80º	Guataparã	24	165.621	6.791
81º	Louveira	24	713.447	29.553
82º	Patrocínio Paulista	24	301.334	12.673
83º	Torrinha	24	233.139	9.823
84º	Altinópolis	24	398.771	16.840
85º	Mendonça	24	93.398	3.950
86º	Jundiaí	24	8.214.286	348.621
87º	Jaguariúna	23	808.860	34.779
88º	Bragança Paulista	23	3.294.808	143.621
89º	Alto Alegre	23	88.374	3.872
90º	Fernando Prestes	23	127.170	5.625
91º	Rincão	22	229.552	10.311
92º	Miguelópolis	22	449.012	20.210
93º	Atibaia	22	2.863.733	129.751
94º	Holambra	22	186.013	8.532
95º	Serra Azul	21	180.151	8.388
96º	Irapuã	21	151.495	7.076
97º	Sales Oliveira	21	225.470	10.576
98º	Itanhaém	21	1.889.754	91.153
99º	Santa Mercedes	21	55.034	2.671
100º	Pirangi	20	205.429	10.164

Total dos 100 maiores	35	655.191.554	18.480.109
Total dos demais	10	223.955.643	22.575.625
Total geral	21	879.147.197	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

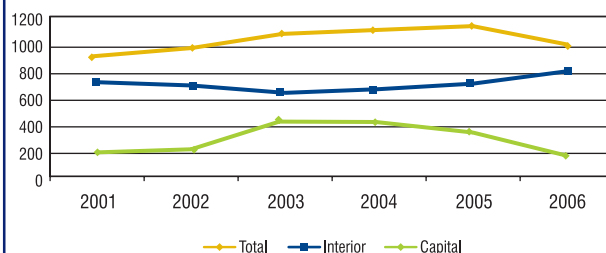
Taxas

Os recursos provenientes da cobrança de taxas dos municípios paulistas sofreram uma redução de 9%, em 2006, quando comparados a 2005. Esse desempenho resultou de uma forte retração na arrecadação da cidade de São Paulo, de 47,2%. A queda brusca na capital é explicada pelo recuo significativo da receita proveniente da cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares, que despencou de R\$ 231,1 milhões, em 2005, a preços atualizados, para R\$ 60,5 milhões, em 2006. Com isso, a capital, que em 2005 respondia por 33,1% do total arrecadado com taxas municipais no Estado, teve essa participação reduzida para 19,2%, em 2006.

No entanto, se desconsiderarmos o desempenho na cidade de São Paulo, o resultado médio dos municípios paulistas passa de uma redução de 9%, para um crescimento de 9,9% na receita com a cobrança de taxas. Esses municípios do interior arrecadaram 80,8% do total das taxas, em 2006.

Os municípios que apresentaram o crescimento mais acentuado foram aqueles com mais de 300 mil habitantes, onde a arrecadação aumentou 19,8%. Naqueles com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, houve um acréscimo de 8%. Já os com menos de 100 mil habitantes acusaram uma redução média de 1,2%.

Evolução da arrecadação das taxas total, interior e capital em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Os dez municípios de maior arrecadação foram responsáveis por 52% do total arrecadado, em 2006, mesmo depois da forte retração na participação da capital. Em 2005, os dez maiores haviam respondido por 61% do total. Comparando-se 2006 com 2005, entraram para o grupo dos dez maiores arrecadadores de taxas Santo André e Piracicaba, que registraram expressivos aumentos de arrecadação em 2006, de 644,2% e 254,7%, respectivamente. Sairam do grupo São Vicente e Marília, por terem reduzido suas arrecadações nesse período.

As dez maiores arrecadações de taxas^a no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	Taxas ^a em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	199,2	19,2%	19,2%
2º	Praia Grande	61,7	6,0%	25,2%
3º	Campinas	49,0	4,7%	29,9%
4º	São Caetano do Sul	40,5	3,9%	33,8%
5º	Santos	39,9	3,8%	37,6%
6º	Santo André	38,0	3,7%	41,3%
7º	São Bernardo do Campo	34,4	3,3%	44,6%
8º	Piracicaba	26,4	2,5%	47,2%
9º	Sorocaba	25,8	2,5%	49,6%
10º	Guarujá	24,6	2,4%	52,0%
Total		1.037,0	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Nota:** ^anão inclui a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip).

No que tange à arrecadação per capita, o ranking das dez cidades com os maiores valores, em 2006, excluiu os municípios de Campos do Jordão e São Vicente, que pertenciam à lista de 2005, e incluiu Guarujá e Ilhabela.

Campos de Jordão, que em 2005 arrecadava R\$ 156 com taxas per capita, arrecadou em 2006 R\$ 46 e é hoje o 26º colocado nessa classificação. Em São Vicente, a redução foi menos abrupta. Passou de R\$ 97 por habitante, em 2005,

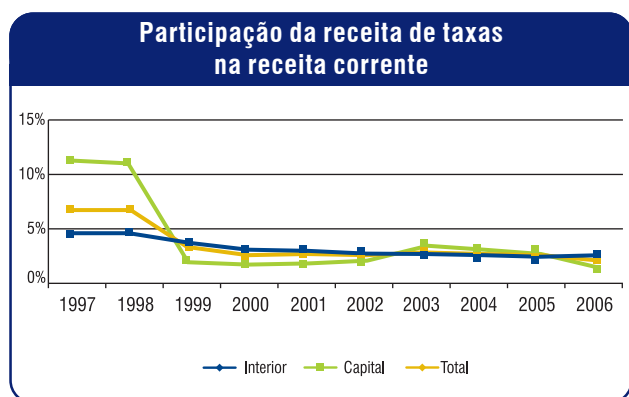
para R\$ 74, em 2006. O município é hoje o 11º colocado (veja na página 75).

> IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO

Antes do Supremo Tribunal Federal (STF) ter considerado inconstitucional a cobrança da taxa para o custeio da iluminação pública em 1999, a arrecadação das taxas representava 6,5% do total da receita corrente, em 1998, para o conjunto

dos municípios paulistas. Já em 1999, essa participação caiu abruptamente para 3%, pois muitos aboliram a cobrança da citada taxa. Nos anos seguintes, esse percentual reduziu-se paulatinamente até chegar a 2%, em 2006.

O gráfico abaixo mostra que o processo de extinção da taxa de iluminação pública causou uma redução mais forte na representação das taxas na receita corrente da capital paulistana do que nos municípios do interior. É preciso lembrar que, a partir de 2002, muitos municípios instituíram a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip), conforme permitiu a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Essa nova receita, contabilizada como receita de contribuições, compensou a perda da taxa de iluminação pública para muitos deles.



Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas se subdividem em dois grupos. O primeiro são as de prestação de serviço, cuja receita destina-se ao custeio de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. O segundo é composto das taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção e licença.

Ambas estão sujeitas não só aos princípios da legalidade, anterioridade, irretroatividade e não-confisco, comum a todos os tributos, mas também ao caráter contraprestacional implícito, já que o custo dos serviços públicos é o seu fato gerador.

Os municípios possuem competência para definir os critérios de distribuição desses custos entre contribuintes, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidas pelo artigo 145 inciso II da Constituição Federal.

Taxas

Posição	Municípios	Taxas em reais	População 2006
1º	São Paulo	199.157.726	11.016.703
2º	Praia Grande	61.727.033	245.386
3º	Campinas	48.979.665	1.059.420
4º	São Caetano do Sul	40.487.144	133.241
5º	Santos	39.873.105	418.375
6º	Santo André	38.028.967	673.234
7º	São Bernardo do Campo	34.399.682	803.906
8º	Piracicaba	26.373.876	366.442
9º	Sorocaba	25.754.500	578.068
10º	Guarujá	24.578.419	305.171
11º	São Vicente	24.385.502	329.370
12º	Marília	19.911.955	224.093
13º	Presidente Prudente	15.279.574	206.704
14º	Osasco	15.240.763	714.950
15º	Jundiaí	14.133.688	348.621
16º	Guarulhos	9.688.181	1.283.253
17º	Itanhaém	9.328.068	91.153
18º	Atibaia	8.614.781	129.751
19º	Taboão da Serra	8.498.517	225.405
20º	São José dos Campos	8.036.283	610.965
21º	Indaiatuba	7.751.387	181.124
22º	Diadema	7.390.087	395.333
23º	Peruibe	7.171.083	65.256
24º	Araçatuba	7.142.937	181.598
25º	Guaratinguetá	6.621.551	113.012
26º	São Sebastião	6.560.864	75.886
27º	Ubatuba	6.365.821	81.246
28º	Carapicuíba	6.121.422	389.634
29º	Limeira	6.057.825	279.554
30º	Jauú	5.610.937	125.399
31º	Santana de Parnaíba	5.294.655	102.224
32º	Barueri	5.162.102	265.549
33º	São José do Rio Preto	5.157.095	415.508
34º	Mauá	5.076.882	413.943
35º	Botucatu	4.677.583	121.274
36º	Valinhos	4.293.963	94.124
37º	Bragança Paulista	4.199.051	143.621
38º	Ribeirão Preto	4.150.291	559.650
39º	Tupã	4.138.465	66.293
40º	Tatuí	4.057.932	107.115
41º	Mogi Guaçu	4.037.862	141.559
42º	Itapeçerica da Serra	3.836.305	162.239
43º	Itapevi	3.782.599	202.683
44º	Vinhedo	3.780.218	57.269
45º	Sertãozinho	3.417.628	106.407
46º	Ourinhos	3.400.303	106.350
47º	Bauru	3.360.840	356.680
48º	Mogi das Cruzes	3.308.583	372.419
49º	Poá	3.264.206	110.213
50º	Ferraz de Vasconcelos	3.099.405	176.532

Posição	Municípios	Taxas em reais	População 2006
51º	Jacareí	3.079.148	211.559
52º	Paulínia	3.018.845	62.132
53º	Boituva	3.007.272	42.667
54º	Itapetininga	2.883.828	143.097
55º	Mogi Mirim	2.853.144	93.820
56º	Caraguatatuba	2.796.158	98.170
57º	Catanduva	2.667.802	116.984
58º	Lins	2.655.811	71.382
59º	Votorantim	2.639.029	107.157
60º	Aparecida	2.585.996	36.129
61º	Salto	2.425.830	108.552
62º	Embu-Guaçu	2.364.436	72.170
63º	Itaquaquecetuba	2.317.855	352.755
64º	Campos do Jordão	2.300.852	49.512
65º	Taubaté	2.288.712	271.660
66º	Avaré	2.281.313	87.833
67º	Rio Claro	2.229.042	190.373
68º	Itatiba	2.215.161	95.648
69º	Cubatão	2.167.339	121.002
70º	São Roque	2.146.403	73.778
71º	Sumaré	2.104.974	237.900
72º	Andradina	2.004.681	57.195
73º	Ilhabela	1.973.307	26.230
74º	Cotia	1.971.570	179.685
75º	Franco da Rocha	1.940.848	124.816
76º	Americana	1.694.206	203.845
77º	Itu	1.691.620	156.100
78º	Fernandópolis	1.676.614	65.714
79º	Itapeva	1.649.166	89.743
80º	Birigui	1.647.848	108.472
81º	Embu	1.563.563	245.855
82º	Mairiporã	1.544.066	75.022
83º	Pirassununga	1.543.070	70.864
84º	Caieiras	1.523.868	94.985
85º	Suzano	1.501.436	280.318
86º	Jaguariúna	1.486.783	34.779
87º	Socorro	1.430.751	34.139
88º	Capivari	1.421.451	46.825
89º	Leme	1.406.049	90.027
90º	Serra Negra	1.405.575	25.438
91º	Olimpia	1.403.196	48.309
92º	Itararé	1.390.373	50.038
93º	Tietê	1.387.887	36.758
94º	Cerquillo	1.362.556	36.500
95º	Presidente Venceslau	1.318.392	38.254
96º	Várzea Paulista	1.309.536	110.449
97º	Laranjal Paulista	1.298.575	24.363
98º	José Bonifácio	1.281.964	32.460
99º	Itupeva	1.215.809	32.097
100º	Américo Brasiliense	1.214.845	34.362

Total dos 100 maiores	918.055.869	30.831.827
Total dos demais	118.946.492	10.223.907
Total geral	1.037.002.361	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxas per capita

Posição	Municípios	Taxas per capita	Taxas	População 2006
		em reais		
1º	São Caetano do Sul	304	40.487.144	133.241
2º	Praia Grande	252	61.727.033	245.386
3º	Peruibe	110	7.171.083	65.256
4º	Itanhaém	102	9.328.068	91.153
5º	Santos	95	39.873.105	418.375
6º	Marília	89	19.911.955	224.093
7º	São Sebastião	86	6.560.864	75.886
8º	Guarujá	81	24.578.419	305.171
9º	Ubatuba	78	6.365.821	81.246
10º	Ilhabela	75	1.973.307	26.230
11º	São Vicente	74	24.385.502	329.370
12º	Presidente Prudente	74	15.279.574	206.704
13º	Piracicaba	72	26.373.876	366.442
14º	Aparecida	72	2.585.996	36.129
15º	Boituva	70	3.007.272	42.667
16º	Atibaia	66	8.614.781	129.751
17º	Vinhedo	66	3.780.218	57.269
18º	Tupã	62	4.138.465	66.293
19º	Guaratinguetá	59	6.621.551	113.012
20º	Analândia	58	230.893	3.997
21º	Santo André	56	38.028.967	673.234
22º	Serra Negra	55	1.405.575	25.438
23º	Laranjal Paulista	53	1.298.575	24.363
24º	Santana de Parnaíba	52	5.294.655	102.224
25º	Paulínia	49	3.018.845	62.132
26º	Campos do Jordão	46	2.300.852	49.512
27º	Campinas	46	48.979.665	1.059.420
28º	Valinhos	46	4.293.963	94.124
29º	Jau	45	5.610.937	125.399
30º	Sorocaba	45	25.754.500	578.068
31º	Monte Alegre do Sul	44	310.115	6.973
32º	Indaiatuba	43	7.751.387	181.124
33º	São Bernardo do Campo	43	34.399.682	803.906
34º	Jaguariúna	43	1.486.783	34.779
35º	Socorro	42	1.430.751	34.139
36º	Pirajui	41	871.732	21.031
37º	Jundiá	41	14.133.688	348.621
38º	José Bonifácio	39	1.281.964	32.460
39º	Araçatuba	39	7.142.937	181.598
40º	Pindorama	39	535.485	13.652
41º	Botucatu	39	4.677.583	121.274
42º	Saltinho	38	243.290	6.333
43º	Taiúva	38	216.964	5.719
44º	Tatuí	38	4.057.932	107.115
45º	Itupeva	38	1.215.809	32.097
46º	Tietê	38	1.387.887	36.758
47º	Taboão da Serra	38	8.498.517	225.405
48º	Cesário Lange	37	529.512	14.162
49º	Cerquillo	37	1.362.556	36.500
50º	Lins	37	2.655.811	71.382

Posição	Municípios	Taxas per capita	Taxas	População 2006
		em reais		
51º	Igaratá	36	356.587	9.770
52º	Morungaba	36	399.652	11.168
53º	Potirendaba	36	549.824	15.471
54º	Américo Brasiliense	35	1.214.845	34.362
55º	Ribeirão Bonito	35	418.979	11.924
56º	Andradina	35	2.004.681	57.195
57º	Presidente Venceslau	34	1.318.392	38.254
58º	Holambra	33	285.217	8.532
59º	Cajobi	33	316.821	9.483
60º	Bálsamo	33	259.173	7.761
61º	Águas da Prata	33	248.798	7.455
62º	Embu-Guaçu	33	2.364.436	72.170
63º	Águas de São Pedro	33	65.847	2.020
64º	Cosmorama	32	227.214	7.033
65º	Morro Agudo	32	916.827	28.514
66º	Sertãozinho	32	3.417.628	106.407
67º	Ourinhos	32	3.400.303	106.350
68º	Nipoã	32	115.125	3.615
69º	Taquaral	31	91.862	2.931
70º	Brotas	31	691.585	22.200
71º	Américo de Campos	31	172.449	5.597
72º	Duartina	31	394.301	12.902
73º	Mogi Mirim	30	2.853.144	93.820
74º	Sabino	30	158.836	5.232
75º	Capivari	30	1.421.451	46.825
76º	Bilac	30	198.633	6.552
77º	Poá	30	3.264.206	110.213
78º	Bragança Paulista	29	4.199.051	143.621
79º	Vera Cruz	29	323.887	11.117
80º	São Roque	29	2.146.403	73.778
81º	Olimpia	29	1.403.196	48.309
82º	Cedral	29	215.297	7.436
83º	Mogi Guaçu	29	4.037.862	141.559
84º	Caraguatatuba	28	2.796.158	98.170
85º	Pereira Barreto	28	694.899	24.618
86º	Tabapuã	28	306.572	10.886
87º	Clementina	28	162.695	5.789
88º	Álvares Florence	28	105.730	3.773
89º	Itararé	28	1.390.373	50.038
90º	Cordeirópolis	27	563.669	20.734
91º	Arandu	27	173.621	6.394
92º	Nova Aliança	27	140.848	5.192
93º	Capela do Alto	27	455.558	16.816
94º	Paranapanema	27	468.630	17.516
95º	Jumirim	27	70.175	2.630
96º	Sarapuí	26	231.816	8.787
97º	Santa Rita do Passa Quatro	26	726.619	27.627
98º	Cândido Rodrigues	26	73.757	2.824
99º	Avaré	26	2.281.313	87.833
100º	Ipeúna	26	143.895	5.554

Total dos 100 maiores	61	593.410.685	9.791.370
Total dos demais	14	443.591.676	31.264.364
Total geral	25	1.037.002.361	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pessoal

> DESEMPENHO

A despesa com pessoal dos municípios paulistas deu continuidade à sua tendência de crescimento em 2006, registrando um aumento de 5%. Esse gasto totalizou R\$ 21,16 bilhões contra R\$ 20,15 bilhões de 2005.

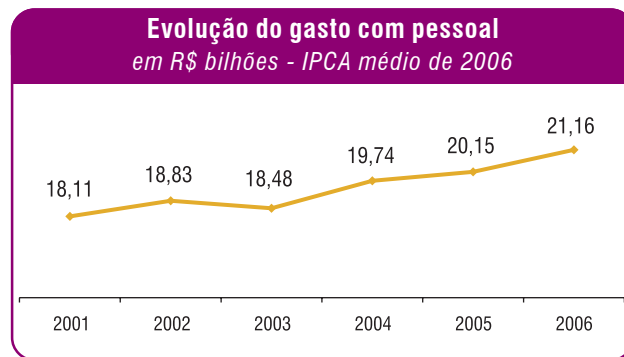
O aumento foi causado pelo conjunto dos municípios do interior, uma vez que a capital paulistana ficou praticamente estável em 2006. Nesse último ano, a cidade desembolsou R\$ 5,3 bilhões, com alta de apenas 0,7% em relação a 2005, quando já havia realizado um recuo de 3,3%.

Para os municípios do interior ocorreu um aumento médio dos gastos com pessoal da ordem de 6,5%, mantendo assim a trajetória de crescimento verificada nos últimos três anos.

Entretanto, o grupo formado pelas grandes cidades com população acima de 300 mil habitantes, apresentou aumento médio dos gastos com pessoal de apenas 1,2%, resultado fortemente influenciado pela queda desse gasto, verificada em Sorocaba (-20,4%), São José dos Campos (-8,2%), Osasco (-5,9%), Campinas (-4,8%) e São Bernardo do Campo (-2,9%). Por outro lado, Carapicuíba (53,4%), Itaquaquecetuba (20,5%), Santo André (12,6%) e São Vicente (10%) foram, entre as grandes cidades do interior, as que apresentaram os maiores aumentos nesse tipo de dispêndio.

Paulínia, por sua vez, apresentou um aumento espetacular nos gastos com pessoal, que passaram de R\$ 195,3 milhões, em 2005, para R\$ 285,3 milhões, em 2006, com taxa de cres-

cimento de 46,1%. Ainda assim, o comprometimento da receita corrente com esse item é de 46%, sendo que no ano anterior era de 33%.



A capital São Paulo foi responsável por um quarto de todo o gasto com pessoal dos municípios paulistas em 2006. Os dez municípios que mais gastam com pessoal responderam, em 2006, por 43,7% do total desse gasto.

Dos dez municípios com os maiores gastos com pessoal por habitante em 2006, sete estão entre as maiores receitas per capita entre os municípios paulistas. Além disso, a maior parte desses municípios caracteriza-se por serem cidades muito pequenas. Fogem à regra Paulínia, Cubatão e São Caetano do Sul (veja *ranking* per capita na página 85).

As dez maiores despesas com pessoal^a no Estado de São Paulo em 2006

Ranking	Municípios	Despesa com pessoal ^a em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	5.337,3	25,2%	25,2%
2º	Campinas	792,4	3,7%	29,0%
3º	Guarulhos	595,0	2,8%	31,8%
4º	São Bernardo do Campo	511,7	2,4%	34,2%
5º	São José dos Campos	392,1	1,9%	36,1%
6º	Santos	365,7	1,7%	37,8%
7º	Santo André	341,0	1,6%	39,4%
8º	Ribeirão Preto	341,0	1,6%	41,0%
9º	Paulínia	285,3	1,3%	42,4%
10º	Osasco	275,2	1,3%	43,7%
Total no Estado		21.159,6	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Nota:** ^ainclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

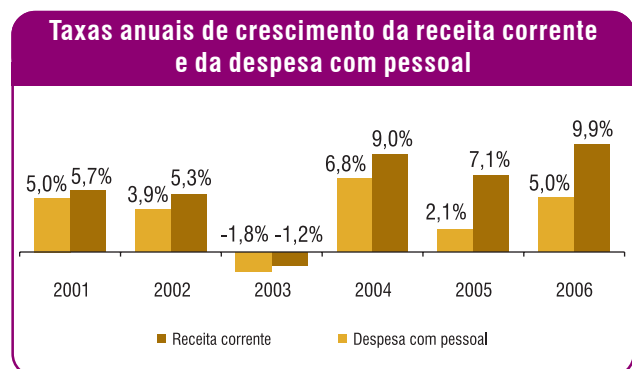
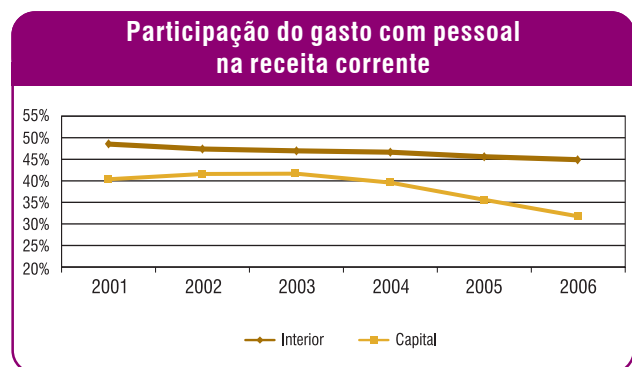
> PESO NO ORÇAMENTO

Para dois terços dos municípios paulistas, o gasto com pessoal consumiu entre 40% e 50% da receita corrente em 2006. Cerca de 17% gastaram menos de 40%, e 18%, mais do que 50%.

Ao longo dos últimos anos vem ocorrendo, entre os municípios do interior paulista, um vagaroso, mas persistente, processo de queda da participação dos gastos com pessoal na receita corrente. Na média, eles destinaram 44,5% da receita corrente com pessoal em 2006, enquanto que, em 2001, esse percentual era de 49%.

Na capital, esse processo tem sido mais intenso. Em 2001, a despesa em questão consumiu 40% da receita corrente, passando para 42% em 2003, e caindo para 32% em 2006, uma queda, portanto, de dez pontos percentuais em três anos.

Significa dizer que apesar de os municípios estarem aumentando seus gastos com pessoal, o estão fazendo a um ritmo menor que o aumento de suas receitas. Ou, ainda, que parcelas cada vez menores do aumento da receita estão sendo destinadas para gasto com pessoal.



É importante registrar que a Lei Complementar nº 101, de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem desempenhado um papel importante na ges-

tão dos gastos com pessoal pelos municípios. Para recordar, a LRF estabeleceu um limite máximo de 60% para as despesas com pessoal, incluindo os gastos com inativos e pensionistas, em relação à receita corrente líquida (RCL). A lei definiu também um limite prudencial de 57% da RCL para esses gastos. Ao atingir um desses limites, o máximo ou o prudencial, o município fica sujeito a sanções e proibições estabelecidas pela LRF.

Observa-se, no entanto, que alguns municípios do interior permanecem com níveis de comprometimento da receita corrente com gastos com pessoal elevados, acima de 50%. Entre os municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, destacam-se Sumaré (58,6%), Araraquara (56%), Barretos (54,8%), Cubatão (54,6%), Americana (53,4%), Bragança Paulista (53,1%), Taubaté (52,6%), Embu (52,4%), Suzano (51,8%), Itapeverica da Serra (51,7%) e Rio Claro (51,3%).

Dos municípios com mais de 300 mil habitantes, só Carapicuíba (52,4%) e Campinas (53,8%) comprometem mais de 50% da receita corrente com o item. No caso de Campinas ainda houve uma melhora considerável em relação a 2005, quando esse índice era de 61,2%. Já Carapicuíba aumentou seu comprometimento de receita corrente com gastos com pessoal que era de 50,3%, em 2005.

Deve ser ressaltado que a receita corrente utilizada nesta publicação não coincide exatamente com a RCL estipulada pela LRF. No entanto, a diferença entre elas é mínima, não invalidando as análises acima.

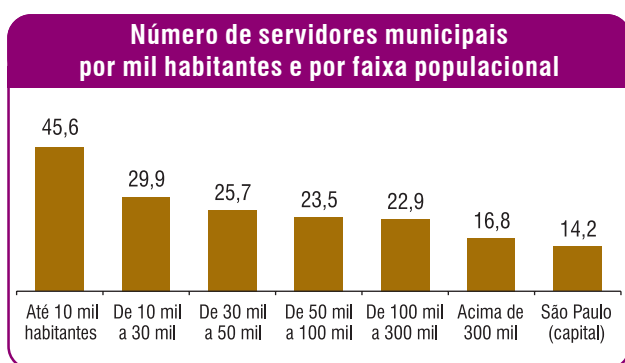
> NÚMERO DE SERVIDORES

A "Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006", do IBGE, aponta um aumento de 5,6% no total de servidores municipais no Estado de São Paulo em 2006, comparativamente a 2005, depois de ter havido um pequeno recuo de 1,1% no período anterior. São 841.139 funcionários, sendo que 18,5%, ou 155.908, estão ligados à Prefeitura de São Paulo. Em 2005, eram 796.259, no Estado dos quais 20%, ou 159.534, na capital.

No interior, onde trabalham 81,5% deles, os municípios com menos de 100 mil habitantes são os principais empregadores. Dos 685.231 que atuam no interior, 309.655, ou 45,2%, são ligados a prefeituras de cidades com menos de 100 mil habitantes. Os municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, com 27,7%, e os com população acima de 300 mil habitantes, com 27,1%, completam o quadro.

> SERVIDORES POR HABITANTE

O número de servidores por habitante tende a ser inversamente proporcional ao tamanho das cidades. Quanto menor o município, maior o número de servidores por habitante que ele emprega. Isso se explica pelo fato dos municípios maiores obterem ganhos de escala no emprego de seus servidores. Considerando que, independente do porte, toda cidade necessita manter uma estrutura administrativa mínima, seja para atendimento de exigências burocráticas da administração seja para a prestação de serviços diretos à população, os municípios menores acabam empregando um número maior de funcionários proporcionalmente a sua população. Além disso, em muitos pequenos municípios, o emprego público surge como uma forma de compensar a escassa oferta de trabalho pela iniciativa privada.



Dentre os municípios com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, onde a média de servidores por mil habitantes é de 22,9, os que mais empregam são Santana do Parnaíba, com 57,5; São Caetano do Sul, com 37,5; e Cubatão, com 37. Por outro lado, os que menos empregam relativamente à população são Ferraz de Vasconcelos, com 11,2; Francisco Morato, com 12; e Botucatu, com 13,4 servidores por mil habitantes.

Nos grandes municípios, aqueles com mais de 300 mil habitantes, excluída a capital, a média de servidores por mil habitantes ficou em 16,8. Nesse grupo, Santos, com 28,5; São José dos Campos, com 26; Osasco, com 21,7; e Diadema, com 21,1; são os municípios que apresentaram o maior número de servidores per capita. Por outro lado, Mogi das Cruzes, com 9,9; Franca, com 10,5; Carapicuíba e Sorocaba, com 11 cada um; e São José do Rio Preto, com 11,4; são os municípios, dentro desse perfil populacional onde se observou os menores números de servidores municipais por mil habitantes.

Veja nas tabelas a seguir os maiores e os menores números de servidores por mil habitantes de todo o Estado.

Os dez municípios com os maiores números de servidores por mil habitantes - 2006

	Municípios	Servidores por mil habitantes	Servidores	População 2006
1º	Águas de São Pedro	158	320	2.020
2º	Nova Castilho	142	147	1.032
3º	Balbinos	114	158	1.381
4º	Zacarias	110	213	1.937
5º	Pedranópolis	105	259	2.460
6º	Sandovalina	104	373	3.596
7º	Cássia dos Coqueiros	102	305	2.983
8º	Rubinéia	102	294	2.895
9º	Nova Independência	100	211	2.114
10º	Fernão	99	123	1.241
Total no Estado		20	841.139	41.055.734

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006.

Os dez municípios com os *menores* números de servidores por mil habitantes - 2006

	Municípios	Servidores por mil habitantes	Servidores	População 2006
1º	Mogi das Cruzes	9,9	3.686	372.419
2º	Franca	10,5	3.444	328.121
3º	Carapicuíba	11,0	4.280	389.634
4º	Sorocaba	11,0	6.360	578.068
5º	Ferraz de Vasconcelos	11,2	1.976	176.532
6º	São José do Rio Preto	11,4	4.740	415.508
7º	Francisco Morato	12,0	2.047	170.585
8º	Itaquaquecetuba	12,1	4.280	352.755
9º	Botucatu	13,4	1.625	121.274
10º	Caieiras	13,5	1.283	94.985
Total no Estado		20	841.139	41.055.734

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006.

Os dez municípios que mais empregam no Estado de São Paulo - 2006

	Municípios	Servidores	População 2006
1º	São Paulo	155.908	11.016.703
2º	Guarulhos	20.788	1.283.253
3º	São José dos Campos	15.859	610.965
4º	Campinas	15.621	1.059.420
5º	Osasco	15.539	714.950
6º	São Bernardo do Campo	14.216	803.906
7º	Santos	11.944	418.375
8º	Santo André	11.170	673.234
9º	Ribeirão Preto	8.749	559.650
10º	Barueri	8.564	265.549
Total no Estado		841.139	41.055.734

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006.

Despesa com pessoal

Posição	Municípios	Despesa com pessoal ^a em reais	População 2006
1º	São Paulo	5.337.323.974	11.016.703
2º	Campinas	792.434.280	1.059.420
3º	Guarulhos	594.998.490	1.283.253
4º	São Bernardo do Campo	511.668.149	803.906
5º	São José dos Campos	392.099.392	610.965
6º	Santos	365.743.647	418.375
7º	Santo André	341.014.290	673.234
8º	Ribeirão Preto	340.996.076	559.650
9º	Paulínia	285.294.825	62.132
10º	Osasco	275.203.040	714.950
11º	Barueri	271.205.834	265.549
12º	Cubatão	260.252.820	121.002
13º	Jundiaí	251.279.027	348.621
14º	São Caetano do Sul	215.915.720	133.241
15º	Guarujá	198.003.714	305.171
16º	Sorocaba	196.060.855	578.068
17º	Diadema	187.662.241	395.333
18º	Piracicaba	173.296.369	366.442
19º	Taubaté	166.728.384	271.660
20º	São José do Rio Preto	159.918.344	415.508
21º	Praia Grande	157.528.056	245.386
22º	Mogi das Cruzes	145.418.096	372.419
23º	Bauru	145.415.292	356.680
24º	Americana	139.518.078	203.845
25º	São Vicente	134.735.312	329.370
26º	Mauá	133.161.534	413.943
27º	Marília	124.731.436	224.093
28º	Sumaré	121.157.379	237.900
29º	Suzano	120.685.226	280.318
30º	Rio Claro	118.629.282	190.373
31º	Araraquara	113.659.504	199.657
32º	Limeira	110.708.519	279.554
33º	Franca	110.531.783	328.121
34º	Cotia	109.665.586	179.685
35º	São Carlos	108.024.402	218.702
36º	Taboão da Serra	107.721.999	225.405
37º	Santana de Parnaíba	106.729.484	102.224
38º	Jacareí	98.323.564	211.559
39º	Indaiatuba	97.993.656	181.124
40º	Araçatuba	96.743.409	181.598
41º	São Sebastião	86.869.355	75.886
42º	Barretos	85.700.861	110.195
43º	Presidente Prudente	85.102.923	206.704
44º	Hortolândia	83.693.783	201.795
45º	Araras	82.651.395	116.566
46º	Mogi Guaçu	79.716.195	141.559
47º	Itaquaquecetuba	78.776.496	352.755
48º	Valinhos	77.515.263	94.124
49º	Embu	77.008.904	245.855
50º	Carapicuíba	76.137.542	389.634

Posição	Municípios	Despesa com pessoal ^a em reais	População 2006
51º	Itu	74.410.374	156.100
52º	Bragança Paulista	72.697.072	143.621
53º	Atibaia	71.843.343	129.751
54º	Catanduva	68.782.600	116.984
55º	Itapevi	67.917.728	202.683
56º	Itapeçerica da Serra	66.410.671	162.239
57º	Pindamonhangaba	66.180.170	143.737
58º	Ourinhos	61.394.886	106.350
59º	Sertãozinho	58.766.668	106.407
60º	Guaratinguetá	57.863.051	113.012
61º	Itanhaém	56.511.508	91.153
62º	Mogi Mirim	51.790.268	93.820
63º	Itapetininga	51.633.115	143.097
64º	Itatiba	50.585.939	95.648
65º	Birigui	49.219.167	108.472
66º	Jau	48.668.562	125.399
67º	Itapeva	47.096.830	89.743
68º	Botucatu	46.980.367	121.274
69º	Vinhedo	45.625.285	57.269
70º	São João da Boa Vista	45.387.703	83.477
71º	Ubatuba	45.334.028	81.246
72º	Itapira	44.883.532	68.396
73º	Assis	44.533.491	95.703
74º	Francisco Morato	43.733.115	170.585
75º	Votorantim	43.242.474	107.157
76º	Caraguatatuba	43.125.701	98.170
77º	Cajamar	42.822.927	63.344
78º	Salto	41.576.978	108.552
79º	Poa	40.960.975	110.213
80º	Tatuí	40.549.761	107.115
81º	Jaboticabal	39.705.546	73.524
82º	Amparo	38.842.647	67.505
83º	Franco da Rocha	38.349.350	124.816
84º	Peruibe	37.900.249	65.256
85º	Leme	37.898.748	90.027
86º	Caçapava	36.259.539	83.574
87º	Ferraz de Vasconcelos	35.614.967	176.532
88º	Várzea Paulista	35.019.416	110.449
89º	Jandira	34.962.970	113.323
90º	Campo Limpo Paulista	34.861.093	77.277
91º	Jaguariúna	34.678.142	34.779
92º	Lençóis Paulista	32.488.809	62.580
93º	Campos do Jordão	32.376.605	49.512
94º	Matão	32.256.105	77.769
95º	Cruzeiro	32.057.494	77.076
96º	Caieiras	32.026.109	94.985
97º	Avaré	31.758.761	87.833
98º	Mairiporã	31.424.985	75.022
99º	São Roque	30.621.095	73.778
100º	Mococa	30.560.805	70.896

Total dos 100 maiores	16.811.545.510	32.387.442
Total dos demais	4.348.096.817	8.668.292
Total geral	21.159.642.327	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com pessoal per capita

Posição	Municípios	Despesa com pessoal ^a per capita	Despesa com pessoal ^a	População 2006
		em reais		
1º	Paulínia	4.592	285.294.825	62.132
2º	Nova Castilho	2.435	2.512.605	1.032
3º	Águas de São Pedro	2.261	4.566.831	2.020
4º	Cubatão	2.151	260.252.820	121.002
5º	Luís Antônio	2.050	16.678.458	8.136
6º	Borá	1.781	1.474.337	828
7º	Ilha Comprida	1.749	16.832.004	9.622
8º	Bento de Abreu	1.729	4.135.835	2.392
9º	São Caetano do Sul	1.620	215.915.720	133.241
10º	São João do Pau d'Alho	1.508	2.579.850	1.711
11º	Uru	1.455	2.102.470	1.445
12º	Nova Independência	1.450	3.066.274	2.114
13º	Turiúba	1.427	2.503.231	1.754
14º	Zacarias	1.408	2.727.290	1.937
15º	Sandovalina	1.382	4.968.808	3.596
16º	Balbinos	1.381	1.906.643	1.381
17º	Mesópolis	1.351	2.526.874	1.871
18º	Analândia	1.331	5.318.856	3.997
19º	Ouroeste	1.325	9.654.665	7.286
20º	Santo Antônio do Aracanguá	1.315	9.037.690	6.874
21º	Dirce Reis	1.305	1.847.786	1.416
22º	Santa Rita d'Oeste	1.302	2.747.096	2.110
23º	Fernão	1.293	1.604.338	1.241
24º	União Paulista	1.292	1.781.135	1.379
25º	Pontes Gestal	1.288	2.864.296	2.224
26º	Santa Clara d'Oeste	1.284	2.372.362	1.847
27º	Santana da Ponte Pensa	1.276	1.973.394	1.546
28º	Rubineia	1.270	3.676.088	2.895
29º	Monções	1.224	2.466.914	2.016
30º	Aluminio	1.214	19.854.573	16.357
31º	Rubiácea	1.170	2.474.097	2.114
32º	Pracinha	1.166	1.640.019	1.407
33º	Borebi	1.155	2.686.299	2.325
34º	Pedranópolis	1.155	2.841.638	2.460
35º	São Sebastião	1.145	86.869.355	75.886
36º	Turmalina	1.136	2.365.879	2.082
37º	Florínia	1.105	3.547.861	3.212
38º	Cordeirópolis	1.078	22.350.445	20.734
39º	Estrela do Norte	1.076	2.703.159	2.513
40º	Orindiúva	1.073	5.349.772	4.985
41º	Taciba	1.066	5.939.101	5.569
42º	Marabá Paulista	1.059	4.076.763	3.851
43º	Buritizal	1.058	3.790.455	3.583
44º	Nantes	1.046	2.287.823	2.188
45º	Mira Estrela	1.044	2.656.231	2.544
46º	Santana de Parnaíba	1.044	106.729.484	102.224
47º	Icém	1.041	7.563.846	7.269
48º	Holambra	1.039	8.864.092	8.532
49º	Parisi	1.030	2.337.172	2.268
50º	Marinópolis	1.028	2.337.495	2.274

Posição	Municípios	Despesa com pessoal ^a per capita	Despesa com pessoal ^a	População 2006
		em reais		
51º	Barueri	1.021	271.205.834	265.549
52º	Santa Mercedes	1.019	2.721.877	2.671
53º	Lucianópolis	1.017	2.040.585	2.006
54º	Ilha Solteira	1.014	26.051.022	25.684
55º	Santa Salete	1.004	1.380.162	1.375
56º	Jaguariúna	997	34.678.142	34.779
57º	Guarani d'Oeste	996	2.123.723	2.132
58º	Vitória Brasil	993	1.831.590	1.845
59º	Platina	989	2.863.676	2.895
60º	Jambeiro	989	4.465.990	4.515
61º	Barão de Antonina	989	2.591.028	2.621
62º	Quadra	987	3.162.745	3.205
63º	Jeriquara	982	3.242.144	3.303
64º	Timburi	976	2.579.622	2.643
65º	Pedrinhas Paulista	976	2.992.379	3.067
66º	Emilianópolis	972	2.805.702	2.886
67º	Castilho	972	14.770.456	15.199
68º	Nova Guataporanga	971	1.992.485	2.053
69º	Cruzália	970	2.490.043	2.566
70º	Itaju	964	2.740.548	2.844
71º	Colômbia	956	6.168.527	6.451
72º	Lutécia	955	2.948.486	3.087
73º	São João das Duas Pontes	952	2.439.137	2.563
74º	Sebastianópolis do Sul	944	2.424.182	2.568
75º	Elisiário	940	2.450.142	2.606
76º	Queiroz	931	2.182.602	2.345
77º	Dolcinópolis	930	2.042.412	2.195
78º	Iaras	928	3.450.581	3.718
79º	Lavinia	928	4.551.013	4.905
80º	Paulistânia	926	1.821.835	1.967
81º	Brejo Alegre	919	2.344.207	2.552
82º	Canas	915	3.778.152	4.127
83º	Floreal	914	2.726.994	2.984
84º	Adolfo	900	3.591.839	3.989
85º	Louveira	898	26.543.177	29.553
86º	Lourdes	896	2.023.886	2.259
87º	Sagres	893	2.036.961	2.281
88º	Aspásia	893	1.597.174	1.789
89º	Novais	886	2.944.426	3.325
90º	Rifaina	885	3.221.130	3.641
91º	Pardinho	884	5.023.727	5.684
92º	Areias	875	3.355.969	3.834
93º	Araçariguama	875	12.498.273	14.280
94º	Santos	874	365.743.647	418.375
95º	Jumirim	873	2.296.004	2.630
96º	Corumbataí	867	3.700.670	4.266
97º	Suzanópolis	861	2.500.805	2.903
98º	Altair	857	3.210.874	3.745
99º	Planalto	850	3.230.171	3.798
100º	Ilhabela	847	22.206.067	26.230

Total dos 100 maiores

1.274 2.068.437.878 1.623.910

Total dos demais

484 19.091.204.449 39.431.824

Total geral

515 21.159.642.327 41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

Número de servidores

Posição	Municípios	Servidores	População 2006
1º	São Paulo	155.908	11.016.703
2º	Guarulhos	20.788	1.283.253
3º	São José dos Campos	15.859	610.965
4º	Campinas	15.621	1.059.420
5º	Osasco	15.539	714.950
6º	São Bernardo do Campo	14.216	803.906
7º	Santos	11.944	418.375
8º	Santo André	11.170	673.234
9º	Ribeirão Preto	8.749	559.650
10º	Barueri	8.564	265.549
11º	Praia Grande	8.406	245.386
12º	Diadema	8.331	395.333
13º	Taubaté	7.963	271.660
14º	Marília	7.141	224.093
15º	São Vicente	6.634	329.370
16º	Mauá	6.498	413.943
17º	Jundiaí	6.468	348.621
18º	Bauru	6.387	356.680
19º	Sorocaba	6.360	578.068
20º	Piracicaba	5.985	366.442
21º	Santana de Parnaíba	5.880	102.224
22º	Americana	5.842	203.845
23º	Limeira	5.493	279.554
24º	Presidente Prudente	5.108	206.704
25º	Cotia	5.069	179.685
26º	São Caetano do Sul	4.998	133.241
27º	Jacareí	4.950	211.559
28º	Guarujá	4.922	305.171
29º	Indaiatuba	4.860	181.124
30º	Paulínia	4.756	62.132
31º	Hortolândia	4.743	201.795
32º	São José do Rio Preto	4.740	415.508
33º	Araraquara	4.739	199.657
34º	Taboão da Serra	4.497	225.405
35º	Cubatão	4.481	121.002
36º	Itaquaquecetuba	4.280	352.755
37º	Carapicuíba	4.280	389.634
38º	Suzano	4.118	280.318
39º	Rio Claro	4.115	190.373
40º	São Carlos	3.989	218.702
41º	Mogi Guaçu	3.930	141.559
42º	Itu	3.890	156.100
43º	Sumaré	3.796	237.900
44º	Araçatuba	3.723	181.598
45º	Mogi das Cruzes	3.686	372.419
46º	Itapevi	3.662	202.683
47º	Embu	3.533	245.855
48º	Franca	3.444	328.121
49º	Santa Bárbara d'Oeste	3.369	188.417
50º	Itapeçerica da Serra	3.316	162.239

Posição	Municípios	Servidores	População 2006
51º	Araras	3.145	116.566
52º	Itapeva	3.092	89.743
53º	São Sebastião	3.032	75.886
54º	Ourinhos	3.001	106.350
55º	Barretos	2.981	110.195
56º	Catanduva	2.954	116.984
57º	Guaratinguetá	2.885	113.012
58º	Itapetininga	2.859	143.097
59º	Bragança Paulista	2.729	143.621
60º	Pindamonhangaba	2.724	143.737
61º	Valinhos	2.691	94.124
62º	Birigui	2.623	108.472
63º	Atibaia	2.536	129.751
64º	Jau	2.527	125.399
65º	Assis	2.506	95.703
66º	Avaré	2.372	87.833
67º	Mogi Mirim	2.358	93.820
68º	Votorantim	2.338	107.157
69º	Ribeirão Pires	2.268	118.864
70º	Jandira	2.255	113.323
71º	Bebedouro	2.254	80.027
72º	Itanhaém	2.232	91.153
73º	Salto	2.187	108.552
74º	Tatuí	2.115	107.115
75º	Amparo	2.093	67.505
76º	Cruzeiro	2.076	77.076
77º	Campos do Jordão	2.067	49.512
78º	Sertãozinho	2.048	106.407
79º	Francisco Morato	2.047	170.585
80º	Votuporanga	2.030	83.764
81º	Itatiba	1.993	95.648
82º	Itapira	1.992	68.396
83º	Franco da Rocha	1.983	124.816
84º	Ferraz de Vasconcelos	1.976	176.532
85º	Leme	1.962	90.027
86º	Caçapava	1.920	83.574
87º	Vinhedo	1.917	57.269
88º	Caraguatatuba	1.894	98.170
89º	Várzea Paulista	1.859	110.449
90º	Poá	1.835	110.213
91º	São Roque	1.832	73.778
92º	Ubatuba	1.797	81.246
93º	Jaboticabal	1.701	73.524
94º	Campo Limpo Paulista	1.688	77.277
95º	Botucatu	1.625	121.274
96º	Santa Fé do Sul	1.610	29.026
97º	Lençóis Paulista	1.610	62.580
98º	Taquaritinga	1.596	55.866
99º	Paraguacu Paulista	1.595	43.889
100º	Dracena	1.591	41.096

Total dos 100 maiores	591.741	32.462.863
Total dos demais	249.398	8.592.871
Total geral	841.139	41.055.734

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006.

Servidores por mil habitantes

Posição	Municípios	Servidores por mil habitantes	Servidores	População 2006
1º	Águas de São Pedro	158,4	320	2.020
2º	Nova Castilho	142,4	147	1.032
3º	Balbinos	114,4	158	1.381
4º	Zacarias	110,0	213	1.937
5º	Pedranópolis	105,3	259	2.460
6º	Sandovalina	103,7	373	3.596
7º	Cássia dos Coqueiros	102,2	305	2.983
8º	Rubineia	101,6	294	2.895
9º	Nova Independência	99,8	211	2.114
10º	Fernão	99,1	123	1.241
11º	Trabiju	97,7	144	1.474
12º	Turiúba	96,9	170	1.754
13º	Uru	95,5	138	1.445
14º	Santa Rita d'Oeste	94,3	199	2.110
15º	Dirce Reis	93,2	132	1.416
16º	Turmalina	89,3	186	2.082
17º	Itapura	88,7	346	3.900
18º	São João do Pau d'Alho	88,3	151	1.711
19º	Santana da Ponte Preta	87,3	135	1.546
20º	Arapeí	87,2	249	2.857
21º	Mesópolis	86,1	161	1.871
22º	Santa Salete	85,1	117	1.375
23º	Aspásia	85,0	152	1.789
24º	Santa Clara d'Oeste	84,5	156	1.847
25º	Estrela do Norte	84,4	212	2.513
26º	Queiroz	84,0	197	2.345
27º	Florínia	83,7	269	3.212
28º	Monções	82,8	167	2.016
29º	Bento de Abreu	82,8	198	2.392
30º	São João das Duas Pontes	82,7	212	2.563
31º	Borá	82,1	68	828
32º	Nova Guataporanga	81,8	168	2.053
33º	Analândia	81,1	324	3.997
34º	Santo Antônio do Aracanguá	80,2	551	6.874
35º	Barão de Antonina	79,4	208	2.621
36º	Mira Estrela	78,6	200	2.544
37º	União Paulista	78,3	108	1.379
38º	Pracinha	78,2	110	1.407
39º	Taquarivaí	77,6	427	5.504
40º	Marinópolis	77,4	176	2.274
41º	Paulínia	76,5	4.756	62.132
42º	Pontes Gestal	76,0	169	2.224
43º	São João de Iracema	74,8	129	1.725
44º	Dolcinópolis	74,7	164	2.195
45º	Santa Mercedes	74,5	199	2.671
46º	Oscar Bressane	73,6	189	2.567
47º	Sagres	72,3	165	2.281
48º	Holambra	72,1	615	8.532
49º	Luis Antônio	71,4	581	8.136
50º	Taciba	70,9	395	5.569

Posição	Municípios	Servidores por mil habitantes	Servidores	População 2006
51º	Santa Cruz da Esperança	70,4	132	1.874
52º	Nantes	70,4	154	2.188
53º	Cândido Rodrigues	69,8	197	2.824
54º	Narandiba	69,2	290	4.190
55º	Rubiácea	69,1	146	2.114
56º	Embauba	69,0	175	2.537
57º	Murutinga do Sul	68,8	283	4.111
58º	Marabá Paulista	68,3	263	3.851
59º	Iporanga	68,1	308	4.524
60º	Parisi	67,5	153	2.268
61º	Lutécia	67,1	207	3.087
62º	Pedrinhas Paulista	66,8	205	3.067
63º	Mariápolis	66,3	231	3.486
64º	Sebastianópolis do Sul	66,2	170	2.568
65º	Guarani d'Oeste	66,1	141	2.132
66º	Sud Mennucci	66,0	494	7.483
67º	Jeriquara	65,4	216	3.303
68º	Areias	65,2	250	3.834
69º	Emilianópolis	64,4	186	2.886
70º	Ouroeste	64,2	468	7.286
71º	Canas	64,0	264	4.127
72º	Gabriel Monteiro	63,8	186	2.914
73º	Lavinia	61,6	302	4.905
74º	Pontalinda	60,8	233	3.830
75º	Platina	60,8	176	2.895
76º	Santo Expedito	60,7	167	2.751
77º	Brejo Alegre	60,3	154	2.552
78º	Piquerobi	60,3	219	3.633
79º	Jumirim	60,1	158	2.630
80º	Arco-Íris	59,9	138	2.303
81º	Lourdes	59,8	135	2.259
82º	Espírito Santo do Turvo	59,6	250	4.195
83º	Itaju	59,4	169	2.844
84º	Indiaporã	59,4	210	3.534
85º	São José do Barreiro	59,1	254	4.298
86º	Vitória Brasil	59,1	109	1.845
87º	Inúbia Paulista	58,9	194	3.291
88º	Adolfo	58,9	235	3.989
89º	Ilha Comprida	58,8	566	9.622
90º	Mombuca	58,3	203	3.484
91º	Flora Rica	58,2	118	2.027
92º	Campos Novos Paulista	58,1	250	4.304
93º	Caiuá	58,1	280	4.821
94º	Santana de Parnaíba	57,5	5.880	102.224
95º	Macedônia	57,5	208	3.617
96º	Icém	57,5	418	7.269
97º	Iaras	55,7	207	3.718
98º	Elisiário	55,6	145	2.606
99º	Ariranha	55,5	482	8.683
100º	Santa Fé do Sul	55,5	1.610	29.026

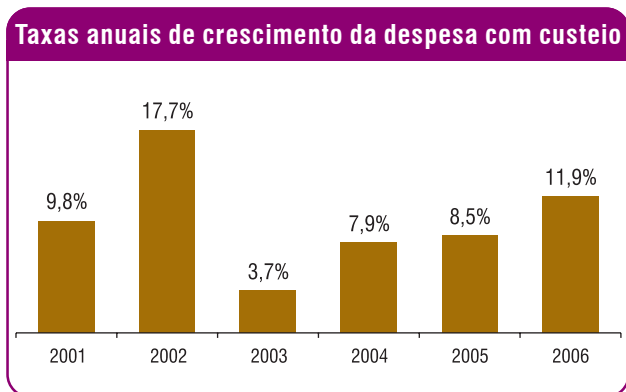
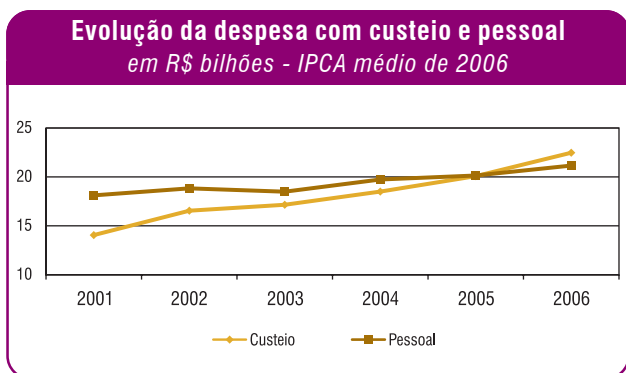
Total dos 100 maiores	69	34.385	501.199
Total dos demais	20	806.754	40.554.535
Total geral	20	841.139	41.055.734

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2006.

Custeio

As despesas de custeio abrangem toda a despesa corrente, exceto as de pessoal, transferências a pessoas e pagamentos de juros. Incluem os gastos com serviços de terceiros, as despesas com material de consumo e diversas transferências correntes.

Em 2006, os gastos com custeios passaram a ser a principal despesa para o conjunto dos municípios paulistas. Com uma taxa média de crescimento real, de 11,9%, a segunda maior do período 2001-2006, essa despesa saltou de R\$ 20,08 bilhões para R\$ 22,47 bilhões, superando a despesa com pessoal, que cresceu 5%, alcançando R\$ 21,16 bilhões. Dessa forma, os custeios passaram a representar 43,2% da despesa total, enquanto que pessoal, que até 2005 foi sempre a maior despesa, participou com 40,6%.



Esse resultado foi fortemente influenciado pelo peso que o custeio tem no total da despesa da capital paulista. Na verdade, esse item ultrapassou a despesa com pessoal na capital e em 43% dos municípios que apresentaram dados em 2006. Nos demais 57% dos municípios, o gasto com pessoal continua sendo o maior item da despesa pública.

Na capital os custeios chegaram a representar 46% da despesa total, enquanto que pessoal participou apenas com

32,4%, em 2006. A diferença entre esses dois grandes itens na capital foi bastante acentuada, chegando a R\$ 2,23 bilhões, valor que afetou o resultado do conjunto e contribuiu para que o custeio total dos municípios paulistas ultrapassasse o total do gasto com pessoal. Ressalte-se que no Município de São Paulo a despesa com custeio foi maior que a de pessoal nos últimos cinco anos.

É interessante observar ainda que, apesar de 57% dos municípios possuírem gastos com custeios menores que os com pessoal, a taxa de crescimento dos primeiros tem sido mais acentuada em todos os conjuntos de municípios agrupados por faixa populacional há pelo menos cinco anos. Esse fato configura uma tendência clara de que os custeios serão, em breve, a maior despesa para a maioria dos municípios paulistas. O atual quadro já aponta para a necessidade de aprimoramento da gestão dessa grande despesa, composta por uma imensa variedade de itens, por parte das administrações municipais e dos órgãos de controle.

> DESEMPENHO

O custeio tem crescido na capital e em todas as faixas populacionais do interior desde 2001. Na capital, o aumento foi de 14,6% e no interior, de 10,6%, em 2006. Na cidade de São Paulo, esse aumento correspondeu a gastos adicionais da ordem de R\$ 967 milhões e o custeio respondeu por 46% de toda a despesa do município.

No interior, o acréscimo foi de R\$ 1,43 bilhão. Os aumentos verificados nas diversas faixas populacionais, em relação ao ano anterior, variaram de 9,6% a 14,5%.

Nas 71 cidades com população acima de 100 mil habitantes, exceto a capital, o dispêndio com custeio, entre 2005 e 2006, aumentou, em média, 10,1%. Os maiores aumentos ocorreram em Santo André e Campinas, com acréscimos de R\$ 148 milhões e R\$ 113,7 milhões, respectivamente. Ambas apresentam um aumento consistente nessa despesa desde 2003. Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santos, Cubatão, Taubão da Serra, Itaquaquecetuba, Indaiatuba, São Caetano do Sul, São José do Rio Preto, Rio Claro e Jundiaí apresentaram aumentos entre R\$ 20,1 milhões e R\$ 57 milhões.

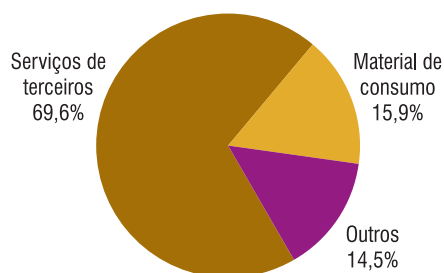
Nesse mesmo grupo, 13 cidades apresentaram queda. As maiores reduções ocorreram em Sorocaba (-R\$ 44,3 milhões), Mogi das Cruzes (-R\$ 18,9 milhões), São Vicente (-R\$ 17,5

milhões) e Marília (-R\$ 19,2 milhões). Esses municípios, mais Presidente Prudente e Cotia, foram os que apresentaram as maiores variações negativas.

O crescimento dos custeios deveu-se à expansão de 13,2% dos serviços com terceiros, seu principal item, que passou de R\$ 13,81 bilhões para R\$ 15,63 bilhões. Esse item compôs a despesa de custeio em 69,6%. O material de consumo, segundo mais relevante, representou 15,9% e também cresceu acentuadamente, com uma taxa de 14,4%. O valor destinado aos materiais de consumo foi de R\$ 3,58 bilhões em todo o Estado.

A forte expansão do gasto com serviços de terceiros deriva da crescente terceirização que vem ocorrendo nos serviços públicos e também dos sucessivos incrementos na receita, o que provoca a expansão das atividades e dos serviços públicos. De 2001 a 2006, os gastos com pessoal cresceram 16,8%, enquanto que os serviços de terceiros acumularam um crescimento de 79%.

Composição da despesa com custeio



> CONCENTRAÇÃO E DESPESA PER CAPITA

Observa-se que a despesa com custeio está concentrada em poucos municípios, sendo que somente os dez maiores responderam pela metade do total. Destaque deve ser dado à cidade de São Paulo, que, sozinha, respondeu por 33,7% do gasto global dos municípios paulistas com custeio.

As dez maiores despesas com custeio^a no Estado de São Paulo em 2006

	Municípios	Despesa com custeio ^a em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	7.570,6	33,7%	33,7%
2º	Campinas	588,0	2,6%	36,3%
3º	Guarulhos	562,1	2,5%	38,8%
4º	São Bernardo do Campo	561,2	2,5%	41,3%
5º	Santo André	454,8	2,0%	43,3%
6º	São José dos Campos	381,9	1,7%	45,0%
7º	Santos	370,3	1,6%	46,7%
8º	Ribeirão Preto	304,4	1,4%	48,0%
9º	Osasco	255,3	1,1%	49,2%
10º	Sorocaba	244,8	1,1%	50,3%
	Total	22.471,5	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Nota:** ^a despesa de custeio abrange toda a despesa corrente exceto as de pessoal e encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros.

A média do gasto com custeio per capita foi de R\$ 547,3, em 2006. As maiores despesas de custeio per capita foram apresentadas por Paulínia (R\$ 2.478), Fernão (R\$ 2.083) e Borá (R\$ 1.992), sendo as duas últimas muito pequenas, com ape-

nas 1.241 e 828 habitantes, respectivamente. Entre os 580 municípios de São Paulo com dados em 2006, 54 tiveram gastos per capita superiores a R\$ 1 mil.

Despesa com custeio^a

Posição	Municípios	Despesa com custeio em reais	População 2006
1º	São Paulo	7.570.592.725	11.016.703
2º	Campinas	588.031.092	1.059.420
3º	Guarulhos	562.131.777	1.283.253
4º	São Bernardo do Campo	561.222.143	803.906
5º	Santo André	454.760.790	673.234
6º	São José dos Campos	381.879.279	610.965
7º	Santos	370.328.629	418.375
8º	Ribeirão Preto	304.413.306	559.650
9º	Osasco	255.319.438	714.950
10º	Sorocaba	244.806.403	578.068
11º	São Caetano do Sul	224.027.435	133.241
12º	São José do Rio Preto	218.891.818	415.508
13º	Jundiaí	214.708.652	348.621
14º	Guarujá	211.807.356	305.171
15º	Barueri	209.230.645	265.549
16º	Piracicaba	197.147.087	366.442
17º	Diadema	191.843.833	395.333
18º	Mauá	174.639.641	413.943
19º	Cubatão	162.105.681	121.002
20º	Paulínia	153.952.573	62.132
21º	Limeira	134.744.291	279.554
22º	Marília	131.807.282	224.093
23º	Praia Grande	126.408.213	245.386
24º	Indaiatuba	120.833.114	181.124
25º	São Vicente	116.758.927	329.370
26º	Mogi das Cruzes	113.148.399	372.419
27º	Taubaté	111.187.506	271.660
28º	Araraquara	107.230.292	199.657
29º	Araçatuba	106.823.753	181.598
30º	Bauru	103.744.198	356.680
31º	Americana	101.958.945	203.845
32º	Franca	101.021.880	328.121
33º	São Carlos	100.270.525	218.702
34º	Taboão da Serra	98.265.271	225.405
35º	São Sebastião	92.001.779	75.886
36º	Hortolândia	91.727.844	201.795
37º	Itaquaquecetuba	89.979.567	352.755
38º	Itu	89.329.669	156.100
39º	Jacareí	84.603.371	211.559
40º	Rio Claro	84.159.900	190.373
41º	Cotia	83.112.576	179.685
42º	Sumaré	78.693.562	237.900
43º	Santana de Parnaíba	77.804.102	102.224
44º	Suzano	74.941.979	280.318
45º	Caraguatatuba	74.114.124	98.170
46º	Presidente Prudente	71.203.593	206.704
47º	Araras	70.461.982	116.566
48º	Mogi Guaçu	67.929.004	141.559
49º	Barretos	65.830.074	110.195
50º	Pindamonhangaba	65.374.891	143.737

Posição	Municípios	Despesa com custeio em reais	População 2006
51º	Jaú	63.850.535	125.399
52º	Jaguariúna	63.664.674	34.779
53º	Carapicuíba	62.787.949	389.634
54º	Itapevi	62.497.475	202.683
55º	Valinhos	61.666.915	94.124
56º	Vinhedo	60.467.093	57.269
57º	Salto	58.811.904	108.552
58º	Atibaia	58.430.547	129.751
59º	Guaratinguetá	54.375.117	113.012
60º	Sertãozinho	54.370.241	106.407
61º	Bragança Paulista	53.622.024	143.621
62º	Ourinhos	52.765.420	106.350
63º	Catanduva	52.740.022	116.984
64º	Embu	51.969.895	245.855
65º	Cajamar	51.664.726	63.344
66º	Avaré	50.788.633	87.833
67º	Ubatuba	50.474.940	81.246
68º	Votorantim	50.429.139	107.157
69º	Mogi Mirim	48.834.131	93.820
70º	Itatiba	47.509.504	95.648
71º	Itanhaém	45.443.754	91.153
72º	Poá	44.789.274	110.213
73º	Itapeçerica da Serra	44.038.561	162.239
74º	Botucatu	43.951.304	121.274
75º	Matão	42.148.745	77.769
76º	Tatuí	42.049.537	107.115
77º	Caçapava	41.430.579	83.574
78º	Itapetininga	40.927.197	143.097
79º	Ferraz de Vasconcelos	40.839.300	176.532
80º	Birigui	39.713.695	108.472
81º	Ribeirão Pires	38.710.626	118.864
82º	Itapeva	38.618.042	89.743
83º	Francisco Morato	37.243.352	170.585
84º	Jandira	37.131.713	113.323
85º	Bebedouro	37.043.020	80.027
86º	Leme	36.700.842	90.027
87º	Assis	36.497.910	95.703
88º	Jaboticabal	36.274.966	73.524
89º	São Roque	36.255.072	73.778
90º	Amparo	35.915.750	67.505
91º	Campos do Jordão	35.600.098	49.512
92º	Peruíbe	34.955.068	65.256
93º	Votuporanga	32.828.860	83.764
94º	São João da Boa Vista	32.575.846	83.477
95º	Itapira	32.341.294	68.396
96º	São José do Rio Pardo	32.248.611	54.141
97º	Lorena	32.170.664	83.728
98º	Lençóis Paulista	31.474.872	62.580
99º	Várzea Paulista	30.947.018	110.449
100º	Monte Mor	30.946.178	46.047

Total dos 100 maiores	18.320.843.547	32.333.941
Total dos demais	4.150.637.112	8.721.793
Total geral	22.471.480.659	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Nota:** ^a despesa de custeio abrange toda a despesa corrente exceto as de pessoal e encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros.

Despesa com custeio^a per capita

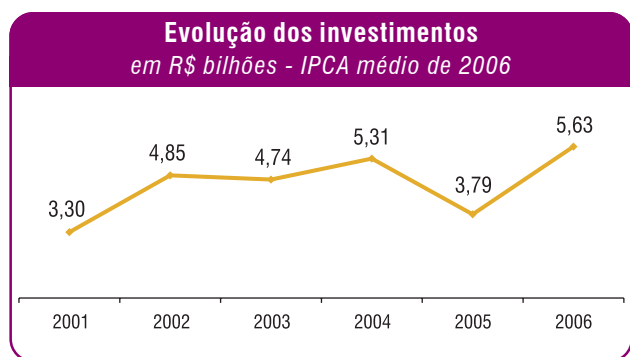
Posição	Municípios	Despesa com custeio per capita	Despesa com custeio	População 2006	Posição	Municípios	Despesa com custeio per capita	Despesa com custeio	População 2006
		em reais							
1º	Paulínia	2.478	153.952.573	62.132	51º	Sebastianópolis do Sul	1.033	2.651.776	2.568
2º	Fernão	2.083	2.585.104	1.241	52º	Dolcinópolis	1.019	2.236.700	2.195
3º	Borá	1.992	1.649.709	828	53º	Nova Canaã Paulista	1.009	2.313.485	2.292
4º	Nova Castilho	1.970	2.033.211	1.032	54º	Elisiário	1.001	2.609.847	2.606
5º	Jaguariúna	1.831	63.664.674	34.779	55º	Turmalina	995	2.070.608	2.082
6º	Zacarias	1.821	3.528.189	1.937	56º	Monções	986	1.988.180	2.016
7º	Águas de São Pedro	1.715	3.464.217	2.020	57º	Pedrinhas Paulista	984	3.016.419	3.067
8º	São Caetano do Sul	1.681	224.027.435	133.241	58º	Lindóia	977	6.156.092	6.300
9º	Luis Antônio	1.660	13.507.280	8.136	59º	Borebi	977	2.270.707	2.325
10º	Nantes	1.650	3.610.920	2.188	60º	Onda Verde	976	3.754.544	3.845
11º	Santa Clara d'Oeste	1.546	2.855.709	1.847	61º	Jambeiro	971	4.382.219	4.515
12º	União Paulista	1.476	2.035.158	1.379	62º	Santo Antônio do Aracanguá	954	6.559.887	6.874
13º	Rifaina	1.447	5.270.015	3.641	63º	São João do Pau d'Alho	944	1.615.352	1.711
14º	Turiúba	1.421	2.492.114	1.754	64º	Analândia	941	3.761.973	3.997
15º	Ilha Comprida	1.396	13.432.659	9.622	65º	Indiaporá	940	3.321.482	3.534
16º	Queiroz	1.385	3.247.768	2.345	66º	Adolfo	925	3.690.174	3.989
17º	Cubatão	1.340	162.105.681	121.002	67º	Emilianópolis	923	2.664.588	2.886
18º	Mira Estrela	1.310	3.332.586	2.544	68º	Timburi	922	2.435.576	2.643
19º	Dirce Reis	1.296	1.834.500	1.416	69º	Icém	919	6.676.602	7.269
20º	Uru	1.289	1.862.358	1.445	70º	Ribeira	917	2.830.073	3.087
21º	Balbinos	1.288	1.779.273	1.381	71º	Estrela do Norte	916	2.301.473	2.513
22º	Buritizal	1.282	4.594.655	3.583	72º	Vitória Brasil	912	1.682.069	1.845
23º	Paulistânia	1.257	2.473.346	1.967	73º	Colômbia	903	5.826.040	6.451
24º	Pracinha	1.235	1.737.449	1.407	74º	Florínia	903	2.899.199	3.212
25º	Sandovalina	1.225	4.406.379	3.596	75º	Sagres	896	2.043.155	2.281
26º	Santa Salete	1.219	1.675.449	1.375	76º	Álvares Florence	895	3.377.082	3.773
27º	São Sebastião	1.212	92.001.779	75.886	77º	Orindiuva	895	4.460.976	4.985
28º	Bento de Abreu	1.200	2.869.596	2.392	78º	Ariranha	895	7.767.991	8.683
29º	Mesópolis	1.198	2.242.121	1.871	79º	Corumbatai	894	3.814.747	4.266
30º	Cândido Rodrigues	1.164	3.286.724	2.824	80º	Barão de Antonina	893	2.340.036	2.621
31º	Rubineia	1.160	3.357.547	2.895	81º	Santos	885	370.328.629	418.375
32º	Iaras	1.149	4.271.780	3.718	82º	Nuporanga	884	5.914.257	6.693
33º	Suzanápolis	1.146	3.327.833	2.903	83º	Nova Independência	883	1.865.703	2.114
34º	Arco-Íris	1.136	2.616.300	2.303	84º	Itapirapuã Paulista	882	3.360.592	3.811
35º	Ouroeste	1.134	8.263.431	7.286	85º	Novais	875	2.907.882	3.325
36º	Taciba	1.129	6.285.407	5.569	86º	Águas de Santa Bárbara	873	5.419.183	6.208
37º	Lucianópolis	1.117	2.240.351	2.006	87º	Itaju	871	2.478.440	2.844
38º	Cordeirópolis	1.112	23.062.306	20.734	88º	Guararema	870	21.587.575	24.818
39º	Rubiácea	1.110	2.346.625	2.114	89º	Lutécia	866	2.671.805	3.087
40º	Santana da Ponte Pensa	1.097	1.695.597	1.546	90º	Cruzália	860	2.205.856	2.566
41º	Marapoama	1.077	2.731.793	2.536	91º	Anhembi	849	4.478.814	5.273
42º	Santa Rita d'Oeste	1.076	2.270.504	2.110	92º	Pardinho	845	4.802.340	5.684
43º	Pontes Gestal	1.069	2.377.574	2.224	93º	Jumirim	844	2.220.968	2.630
44º	Platina	1.063	3.077.087	2.895	94º	Jeriquara	844	2.789.161	3.303
45º	Ribeirão dos Índios	1.059	2.468.014	2.331	95º	Castilho	838	12.736.454	15.199
46º	Vinhedo	1.056	60.467.093	57.269	96º	Reginópolis	838	3.951.756	4.718
47º	Parisi	1.041	2.361.446	2.268	97º	Brejo Alegre	836	2.132.420	2.552
48º	Aspásia	1.041	1.862.395	1.789	98º	Santa Maria da Serra	830	4.103.426	4.946
49º	Holambra	1.035	8.832.606	8.532	99º	Iepê	827	5.772.760	6.978
50º	Marabá Paulista	1.035	3.986.518	3.851	100º	Ilha Solteira	825	21.197.051	25.684
Total dos 100 maiores		1.181	1.521.904.965	1.288.929					
Total dos demais		527	20.949.575.694	39.766.805					
Total geral		547	22.471.480.659	41.055.734					

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a despesa de custeio abrange toda a despesa corrente exceto as de pessoal e encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros.

Investimentos

Os municípios paulistas aumentaram o investimento em 48,9%, em 2006, ao contrário do que ocorreu em 2005, quando houve uma retração de 28,7%. O total investido foi de R\$ 5,63 bilhões, o que representa o maior valor já despendido pelo conjunto dos municípios do Estado de São Paulo.

Ganha destaque o comportamento da cidade de São Paulo, cujo aumento de 136% nos investimentos foi o maior responsável pela recuperação dessa rubrica. O valor gasto passou de R\$ 713,2 milhões, em 2005, para R\$ 1,68 bilhão, em 2006. Excluído o investimento da capital, o acréscimo foi de 28,6%.



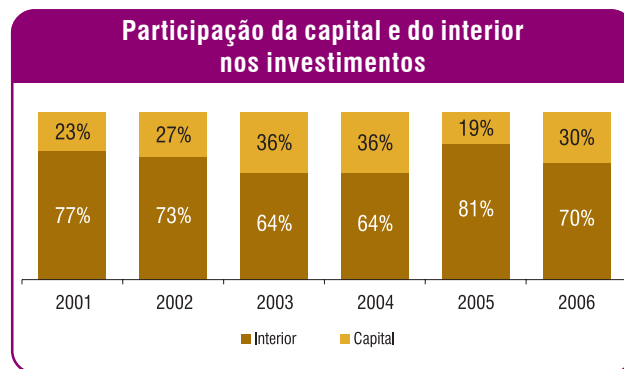
Os pequenos municípios, com população até 30 mil habitantes, apresentaram uma taxa de crescimento de 64,3%, e naqueles com população entre 30 mil e 100 mil moradores o aumento foi de 45,8%. Os municípios com população entre 100 mil e 300 mil pessoas registraram a menor taxa de crescimento, de 17,4%.

O comportamento dos investimentos públicos está relacionado ao período do mandato do governo. De um modo geral, no primeiro ano as administrações constroem seus planos de governo, consolidados no Plano Plurianual de Aplicações (PPA). Espera-se, portanto, que no início do mandato haja

um declínio no nível de investimentos, como o observado no ano passado. Além disso, embora com particularidades, as municipalidades tendem a expandir os investimentos nos dois últimos anos de mandato, período prévio às eleições. O que se observa, no entanto, é que a grande maioria dos municípios paulistas aumentou o nível de investimentos já no segundo ano de governo.

> PESO DA CAPITAL

O aumento no nível de investimento da cidade de São Paulo fez com que sua participação no total dos investimentos ampliasse de 18,8%, em 2005, para 30%, em 2006. No entanto, essa participação ainda é menor do que a obtida em 2004, quando o investimento da capital representou 36,3% do total. Como consequência, o peso dos municípios do interior caiu de 81,2% para 70,1%.



Juntas, as dez cidades que mais investiram responderam por 49,2% de todo o investimento paulista de 2006. Depois da capital, a cidade que mais investiu foi São Bernardo do Campo (com 4,1%, do total), Barueri (com 3,3%), Guarulhos (com 2,6%) e Paulínia (com 2,3%).

Os dez maiores investimentos^a no Estado de São Paulo em 2006

Ranking	Municípios	Investimentos ^a em R\$ milhões	Participação	
			%	% acumulado
1º	São Paulo	1.683,0	29,9%	29,9%
2º	São Bernardo do Campo	228,3	4,1%	33,9%
3º	Barueri	187,0	3,3%	37,2%
4º	Guarulhos	147,0	2,6%	39,9%
5º	Paulínia	127,2	2,3%	42,1%
6º	São José dos Campos	105,8	1,9%	44,0%
7º	Santo André	79,2	1,4%	45,4%
8º	Osasco	79,1	1,4%	46,8%
9º	Jundiaí	70,2	1,2%	48,0%
10º	Piracicaba	64,7	1,1%	49,2%
Total		5.634,3	100,0%	100,0%

Fonte: elaborado por Aequeus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Nota:** ^a as inversões financeiras e as transferências de capital (exceto as amortizações da dívida) estão incluídas nos investimentos por referirem-se, sobretudo, a esse item do gasto.

> INVESTIMENTOS PER CAPITA

Os municípios paulistas investiram, em média, R\$ 137,2 por habitante, sendo que a média do interior foi de R\$ 131,5, e a da capital, de R\$ 152,8, em 2006.

Assim como no ano anterior, os municípios com até 10 mil habitantes foram os que mais destinaram recursos per capita para investimentos: em média, R\$ 202,2. As cidades com os maiores investimentos per capita foram Paulínia (R\$ 2.047,2), Mira Estrela (R\$ 1.505,8), Nova Castilho (R\$ 1.477,4), Altair (R\$ 1.073), Santa Mercedes (R\$ 1.015,1), Alumínio (R\$ 967,4), Santa Salete (R\$ 948,5), Louveira (R\$ 938,9), Nova Independência (R\$ 746) e Barueri (R\$ 704,1). Veja *ranking* per capita na página 97.

> INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS

O conceito de investimentos com recursos próprios, aqui utilizado, é o valor do total dos investimentos, que inclui as inversões financeiras, subtraindo-se o valor das receitas de capital. Desse modo, é possível avaliar quanto os municípios investiram com seus recursos correntes, sem

incluir as operações de crédito que tenham realizado e as transferências recebidas do Estado ou da União destinadas aos investimentos.

Em 2006, 78,9% dos investimentos realizados pelos municípios paulistas foram financiados com recursos próprios, o que representa um montante de R\$ 4,44 bilhões. Do restante, 6,4% foram financiados por transferências recebidas da União, 7,9% por transferências do Estado e 6,8% por operações de crédito, alienações de bens e outras transferências.

Essa participação dos investimentos financiados com recursos próprios no total do investimento é a maior desde 2003, quando esse percentual foi de 76,7%. O investimento com receitas de capital perdeu participação, caindo de 36,3%, em 2005, para 21,1%, em 2006. Essa redução é explicada pela queda no montante financiado por operações de crédito, alienações de bens e outras transferências, que reverteu sua tendência de crescimento apresentada nos últimos anos e contribuiu com apenas R\$ 385,1 milhões, em 2006. Já as demais fontes de financiamento que compõem a receita de capital, ou seja, as transferências da União e do Estado, apresentaram um pequeno aumento na sua participação em relação ao ano anterior.

Origem dos recursos destinados aos investimentos municipais

Investimentos	2002	2003	2004	2005	2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA				
Investimentos com recursos próprios	3.702.765,7	3.633.343,9	3.831.278,4	2.411.840,4	4.444.098,2
Investimentos com receita de capital	1.148.798,0	1.103.065,9	1.476.026,5	1.373.346,7	1.190.211,5
Transferência da União	261.824,3	117.562,8	252.857,5	216.105,7	360.393,6
Transferência do Estado	468.350,5	237.538,0	255.663,8	217.297,8	444.689,6
Outras receitas de capital	418.623,2	747.965,1	967.505,2	939.943,2	385.128,4
Investimento total	4.851.563,6	4.736.409,8	5.307.304,9	3.785.187,1	5.634.309,7

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais

Investimentos	2002	2003	2004	2005	2006
	Em %				
Investimentos com recursos próprios	76,3	76,7	72,2	63,7	78,9
Investimentos com receita de capital	23,7	23,3	27,8	36,3	21,1
Transferência da União	5,4	2,5	4,8	5,7	6,4
Transferência do Estado	9,7	5,0	4,8	5,7	7,9
Outras receitas de capital	8,6	15,8	18,2	24,8	6,8
Investimento total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Investimentos^a

Posição	Municípios	Investimentos em reais	População 2006	Posição	Municípios	Investimentos em reais	População 2006
1º	São Paulo	1.683.024.738	11.016.703	51º	Atibaia	17.285.270	129.751
2º	São Bernardo do Campo	228.296.719	803.906	52º	Itapeverica da Serra	16.866.630	162.239
3º	Barueri	186.981.809	265.549	53º	Jaguariúna	16.759.389	34.779
4º	Guarulhos	147.020.450	1.283.253	54º	Aluminio	15.823.707	16.357
5º	Paulínia	127.194.048	62.132	55º	Ribeirão Pires	15.384.827	118.864
6º	São José dos Campos	105.788.021	610.965	56º	Barretos	14.948.607	110.195
7º	Santo André	79.185.231	673.234	57º	Taboão da Serra	14.527.975	225.405
8º	Osasco	79.072.880	714.950	58º	Itanhaém	14.160.870	91.153
9º	Jundiaí	70.171.717	348.621	59º	Americana	13.950.722	203.845
10º	Piracicaba	64.658.599	366.442	60º	Cotia	13.782.102	179.685
11º	Praia Grande	63.553.662	245.386	61º	Bragança Paulista	13.690.681	143.621
12º	Campinas	61.836.571	1.059.420	62º	Botucatu	13.687.180	121.274
13º	Sorocaba	60.418.129	578.068	63º	Guaratinguetá	13.588.594	113.012
14º	Ribeirão Preto	53.278.451	559.650	64º	São Vicente	13.365.276	329.370
15º	São Caetano do Sul	50.164.499	133.241	65º	Catanduva	13.072.692	116.984
16º	São José do Rio Preto	48.493.749	415.508	66º	Jau	12.993.368	125.399
17º	Mogi das Cruzes	47.160.418	372.419	67º	Mogi Guaçu	12.991.108	141.559
18º	Limeira	42.979.478	279.554	68º	Itapetininga	12.969.549	143.097
19º	Diadema	42.826.156	395.333	69º	Embu	12.431.962	245.855
20º	Taubaté	34.982.020	271.660	70º	Araçatuba	12.362.685	181.598
21º	Carapicuíba	34.495.675	389.634	71º	Araras	12.309.119	116.566
22º	Indaiatuba	33.206.892	181.124	72º	Ubatuba	12.183.979	81.246
23º	Santos	32.574.984	418.375	73º	Valinhos	11.929.164	94.124
24º	Suzano	32.565.274	280.318	74º	Sertãozinho	11.425.251	106.407
25º	Presidente Prudente	31.135.601	206.704	75º	Caieliras	10.701.879	94.985
26º	São Carlos	30.542.882	218.702	76º	Jacareí	10.575.145	211.559
27º	Guarujá	28.374.591	305.171	77º	Tatuí	10.462.452	107.115
28º	Cubatão	28.249.359	121.002	78º	Birigui	10.057.968	108.472
29º	São Sebastião	28.244.687	75.886	79º	Votuporanga	9.775.808	83.764
30º	Bauru	28.027.972	356.680	80º	Itu	9.183.625	156.100
31º	Louveira	27.748.741	29.553	81º	Cordeirópolis	8.843.438	20.734
32º	Itaquaquecetuba	25.011.806	352.755	82º	Cajamar	8.833.473	63.344
33º	Mauá	24.436.998	413.943	83º	Salto	8.568.359	108.552
34º	Rio Claro	23.432.360	190.373	84º	Matão	8.441.583	77.769
35º	Marília	23.009.290	224.093	85º	Mogi Mirim	8.420.504	93.820
36º	Santana de Parnaíba	22.867.459	102.224	86º	Jaboticabal	8.399.593	73.524
37º	Pindamonhangaba	21.908.049	143.737	87º	São João da Boa Vista	8.278.190	83.477
38º	Poá	21.345.242	110.213	88º	Ibiúna	8.256.750	75.616
39º	Hortolândia	21.026.004	201.795	89º	Tupã	7.787.424	66.293
40º	Ferraz de Vasconcelos	20.690.278	176.532	90º	Cerquilha	7.713.126	36.500
41º	Avaré	19.831.494	87.833	91º	Santa Fé do Sul	7.552.168	29.026
42º	Francisco Morato	18.952.090	170.585	92º	Itapeva	7.470.376	89.743
43º	Araraquara	18.928.448	199.657	93º	Assis	7.396.431	95.703
44º	Franca	18.834.645	328.121	94º	Campos do Jordão	7.289.362	49.512
45º	Peruibe	18.795.736	65.256	95º	Cajati	7.066.056	33.353
46º	Caragatatuba	18.151.268	98.170	96º	Pompéia	7.029.350	18.862
47º	Vinhedo	17.800.777	57.269	97º	Fernandópolis	6.925.500	65.714
48º	Itatiba	17.793.636	95.648	98º	Mairiporã	6.803.918	75.022
49º	Ilhabela	17.659.677	26.230	99º	Votorantim	6.769.541	107.157
50º	Itapevi	17.339.804	202.683	100º	Campo Limpo Paulista	6.718.154	77.277
Total dos 100 maiores		4.547.879.948	31.721.638				
Total dos demais		1.086.429.783	9.334.096				
Total geral		5.634.309.731	41.055.734				

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Notas: ^a as inversões financeiras e as transferências de capital (exceto as amortizações de dívida) estão incluídas nos investimentos por referirem-se sobretudo a esse item do gasto.

Investimentos^a per capita

Posição	Municípios	Investimentos per capita	Investimentos	População 2006
		em reais		
1º	Paulínia	2.047	127.194.048	62.132
2º	Mira Estrela	1.506	3.830.631	2.544
3º	Nova Castilho	1.477	1.524.726	1.032
4º	Altair	1.073	4.018.340	3.745
5º	Santa Mercedes	1.015	2.711.268	2.671
6º	Alumínio	967	15.823.707	16.357
7º	Santa Salete	948	1.304.166	1.375
8º	Louveira	939	27.748.741	29.553
9º	Nova Independência	746	1.577.113	2.114
10º	Barueri	704	186.981.809	265.549
11º	Nova Luzitânia	696	1.966.325	2.825
12º	Ilhabela	673	17.659.677	26.230
13º	São João do Pau d'Alho	653	1.116.778	1.711
14º	Aspásia	609	1.089.833	1.789
15º	Ilha Comprida	600	5.769.957	9.622
16º	Fernão	599	743.555	1.241
17º	Uru	581	839.058	1.445
18º	Guzolândia	577	2.156.120	3.735
19º	Borá	569	471.059	828
20º	Águas de São Pedro	549	1.108.755	2.020
21º	Borebi	533	1.239.050	2.325
22º	Analândia	515	2.060.408	3.997
23º	Braúna	506	2.260.725	4.471
24º	Guarani d'Oeste	500	1.065.444	2.132
25º	Macedônia	493	1.784.192	3.617
26º	Jumirim	483	1.269.550	2.630
27º	Jaguariúna	482	16.759.389	34.779
28º	Orindiúva	472	2.350.734	4.985
29º	Sandovalina	446	1.605.402	3.596
30º	Lucianópolis	442	887.108	2.006
31º	Cordeirópolis	427	8.843.438	20.734
32º	Taciba	411	2.287.443	5.569
33º	Valentim Gentil	405	4.289.895	10.601
34º	Santa Clara d'Oeste	404	746.471	1.847
35º	Avai	403	1.839.987	4.561
36º	Rifaina	390	1.421.744	3.641
37º	Turmalina	388	807.212	2.082
38º	Fernando Prestes	385	2.164.000	5.625
39º	São Caetano do Sul	376	50.164.499	133.241
40º	Dirce Reis	376	532.926	1.416
41º	Campos Novos Paulista	375	1.615.125	4.304
42º	Pompéia	373	7.029.350	18.862
43º	São Sebastião	372	28.244.687	75.886
44º	Santópolis do Aguapei	371	1.408.054	3.795
45º	Monções	364	733.167	2.016
46º	Marapoama	362	918.250	2.536
47º	Torre de Pedra	362	1.018.406	2.815
48º	Timburi	359	947.638	2.643
49º	Sabino	355	1.855.564	5.232
50º	Pracinha	354	497.997	1.407

Posição	Municípios	Investimentos per capita	Investimentos	População 2006
		em reais		
51º	Nantes	354	773.871	2.188
52º	Cândido Rodrigues	350	988.940	2.824
53º	Paulistânia	349	686.017	1.967
54º	Mombuca	349	1.214.766	3.484
55º	Tarumã	344	3.994.409	11.606
56º	Guataparã	341	2.313.830	6.791
57º	Parisi	337	764.951	2.268
58º	Nuporanga	330	2.205.429	6.693
59º	Santo Antônio do Aracanguá	325	2.235.148	6.874
60º	Bálsamo	324	2.513.724	7.761
61º	Zacarias	322	624.571	1.937
62º	União Paulista	320	441.016	1.379
63º	Guaraci	316	3.033.295	9.610
64º	Narandiba	312	1.305.595	4.190
65º	Vinhedo	311	17.800.777	57.269
66º	Guapiaçu	310	5.151.045	16.618
67º	Santana da Ponte Pensa	307	475.098	1.546
68º	Jaci	306	1.460.722	4.767
69º	Luis Antônio	301	2.445.764	8.136
70º	Dolcinópolis	298	653.113	2.195
71º	Ariranha	296	2.569.812	8.683
72º	Anhembi	295	1.556.642	5.273
73º	Barão de Antonina	292	765.456	2.621
74º	Mesópolis	289	540.860	1.871
75º	Cabrália Paulista	289	1.514.597	5.243
76º	Peruibe	288	18.795.736	65.256
77º	Florínia	287	922.648	3.212
78º	São Bernardo do Campo	284	228.296.719	803.906
79º	Suzanápolis	283	821.242	2.903
80º	Ouroeste	281	2.050.965	7.286
81º	Indiaporã	279	984.488	3.534
82º	Nova Canaã Paulista	276	632.767	2.292
83º	Sales	276	1.421.710	5.158
84º	Estrela d'Oeste	276	2.227.225	8.081
85º	Iaras	275	1.022.712	3.718
86º	Ouro Verde	273	1.964.093	7.189
87º	Estrela do Norte	271	679.869	2.513
88º	Rubiácea	269	569.584	2.114
89º	Iepê	267	1.865.696	6.978
90º	Valparaíso	267	5.352.192	20.070
91º	Quadra	262	838.992	3.205
92º	Santa Fé do Sul	260	7.552.168	29.026
93º	Praia Grande	259	63.553.662	245.386
94º	Alto Alegre	259	1.001.687	3.872
95º	Águas de Santa Bárbara	259	1.605.203	6.208
96º	Tarabai	258	1.700.216	6.578
97º	Cruzália	257	659.301	2.566
98º	Lutécia	255	786.337	3.087
99º	Lourdes	254	574.347	2.259
100º	Ribeira	251	774.476	3.087

Total dos 100 maiores 427 958.967.005 2.245.147

Total dos demais 120 4.675.342.726 38.810.587

Total geral 137 5.634.309.731 41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Notas:** ^a as inversões financeiras e as transferências de capital (exceto as amortizações da dívida) estão incluídas nos investimentos por referirem-se sobretudo a esse item do gasto.

São Bernardo é o quarto município



Dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que São Bernardo foi o quarto município do país que mais investiu em obras e equipamentos em 2006, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Números que colocam São Bernardo como a cidade que mais investiu em desenvolvimento, fora capitais, e à frente de municípios como Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande, Goiânia e Manaus, entre outros. O balanço oficial mostra que São Bernardo investiu cerca de

Prefeitura de São Bernardo mantém investimento em 2008 com previsão de R\$ 2,2 bilhões de Orçamento

O Orçamento 2008 da Prefeitura de São Bernardo será de R\$ 2,276 bilhões. Do total previsto, R\$ 1,959 bilhão é referente à receita para a Prefeitura e R\$ 317 milhões para as autarquias, fundação, empresa pública e fundo de previdência. O Orçamento de São Bernardo é o maior do Grande ABC e o terceiro do Estado, ficando atrás apenas da Capital e de Campinas, que na verdade tem orçamento equivalente a São Bernardo, mas pouco superior, estimado em R\$ 2,3 bilhões.

O maior investimento previsto no Orçamento 2008 é na área social, com previsão de mais da metade da receita com impostos para a Educação e Saúde, áreas em que a Prefeitura investirá muito mais do que pede a legislação. Na Secretaria de Educação e Cultura o investimento em ensino atinge 28,99% da receita com impostos com cerca de R\$ 373 milhões, e na Secretaria de Saúde

será de 21,60%, que correspondem a R\$ 245 milhões. O mínimo exigido para estas áreas é de 15% na Saúde e 25% na Educação.

Outra área a receber bom investimento será a Secretaria de Obras, com previsão de R\$ 487 milhões entre recursos próprios, financiamentos e convênios. Em relação às receitas previstas para a Prefeitura, R\$ 1,5 bilhão são referentes a receitas próprias provenientes de tributos, contribuições e transferências constitucionais e R\$ 445 milhões relativos a convênios, financiamentos e fundos especiais.

Entre os principais investimentos previstos estão obras como a construção do Centro de Cultura e Educação Ambiental na Chácara Silvestre, um Museu de Arte no espaço do antigo Fórum Municipal e a Cidade da Criança, que se transformará em um parque educacional temático.

Ainda estão previstos cerca de R\$ 200 milhões para a Habitação e um amplo investimento no atendimento social, com cerca de R\$ 4 milhões para a manutenção das frentes de trabalho e R\$ 2 milhões para o Centro de Referência do Idoso.

A folha de pagamento dos servidores públicos mostra o respeito que a Administração tem como a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que, conforme a lei, o Poder Executivo pode gastar até 54% de sua receita corrente líquida com despesas de pessoal e esse percentual será de 38% em 2008.

O equilíbrio do Orçamento municipal ficou demonstrado em novembro passado, quando a Prefeitura antecipou o pagamento dos precatórios em um mês e manteve-se como uma das administrações do país em dia com o pagamento de suas dívidas judiciais e ainda disponibilizou os dados para consulta.

do país que mais investiu em 2006

R\$ 228 milhões em obras em 2006. Ficaram à frente da cidade, São Paulo (R\$ 1,6 bilhão), Rio de Janeiro (R\$ 704 milhões) e Belo Horizonte (R\$ 490 milhões). Curitiba, que foi a quinta cidade do ranking, teve investimento de R\$ 213 milhões.

Entre as principais obras entregues ao longo de 2006 e que comprovam o investimento executado pela Administração estão novas creches e unidades de ensino, ampliação do Hospital de Ensino, novas instalações de unidades básicas de saúde, pavimentação de vias, centro de atendimento para crianças e jovens, construção de unidades habitacionais e a revitalização de unidades esportivas que serviram para que o município fosse sede dos 70º Jogos Abertos do Interior no mesmo ano.

Um dos destaques dos investimentos é a construção do Centro Integrado de Educação Especial do Jardim Copaca-

ba, que compreende a EMEBE (Escola Municipal de Ensino Básico Especial) Rolando Ramaciotti, pelo Centro Municipal de Apoio Pedagógico Especializado Ernesto Augusto Cleto e o Setor de Estimulação do Programa de Inclusão das Escolas Regulares. O complexo proporciona a ampliação e diversificação do atendimento especializado da Educação Especial de crianças de zero a seis anos com capacidade para atender um total de 500 alunos.

A ampliação do Hospital de Ensino em 800 m² permitiu que a unidade mais do que triplicasse a quantidade de leitos de UTI e que o hospital chegasse a contar com 142 leitos comuns de internação. Unidades de saúde, como a UBS do bairro Santa Terezinha também ganharam novas instalações, assim como o Pronto-Socorro do bairro Alvarenga, ampliado em mais 140 m².

Ainda na área social, São Bernardo

ganhou em 2006, o Centro Municipal Integrado de Cidadania (CMIC), que facilita o acesso a serviços públicos básicos como saúde, educação, profissionalização, esporte e cultura promovendo o fortalecimento comunitário das famílias com especial atenção à infância e juventude.

Como São Bernardo foi sede dos 70º Jogos Abertos do Interior em 2006, uma série de obras foram feitas nos equipamentos esportivos da cidade. O Centro Recreativo e Esportivo (CRE) prefeito Geraldo Faria Rodrigues e o Centro Recreativo e Cultural (CREC) Odemir Furlan (no bairro Baeta Neves), o CREC Gentil Antikeira (bairro Paulicéia) foram algumas das unidades reformadas e passaram por amplas reformas em todos os setores que modernizaram e ampliaram o atendimento à população no esporte comunitário, nos cursos e escolas esportivas.



Foto: Bruno Paino

Centro Integrado de Educação Especial, que compreende escola e serviços específicos, é um dos principais investimentos entregues no ano

Dívida

A situação do endividamento municipal é de grande importância, uma vez que a saúde financeira da gestão pública afeta, de forma direta e imediata, a prestação de serviços e os investimentos em todas as áreas.

Existem duas grandes classes de dívidas: as de curto e as de longo prazos. A primeira, também chamada de fluante, é a que vence no período máximo de um ano. Na sua maior parte, constitui-se dos restos a pagar, que são despesas empenhadas, mas não quitadas até 31 de dezembro.

A segunda também chamada de fundada ou consolidada, é aquela com vencimento superior a um ano. Essa dívida tem origem em contratos de operações de crédito realizadas junto a instituições financeiras, como bancos de desenvolvimento nacionais ou internacionais, e contratos de refinanciamento da dívida com a União, além de dívidas judiciais (precatórios), previdenciárias e trabalhistas (INSS, Pasep e FGTS).

> DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A situação do endividamento de curto prazo do ente público pode ser medida pelo conceito de (in)suficiência financeira, que consiste na diferença entre o ativo financeiro (disponibilidades) e o passivo financeiro (obrigações). O ente apresenta insuficiência quando as obrigações são maiores que as disponibilidades, o que significa que, mesmo se utilizasse todos os seus ativos financeiros, sua dívida fluante não seria totalmente coberta. É importante medir ainda a magnitude dessa (in)suficiência, indicador que pode ser obtido confrontando-a com a receita corrente.

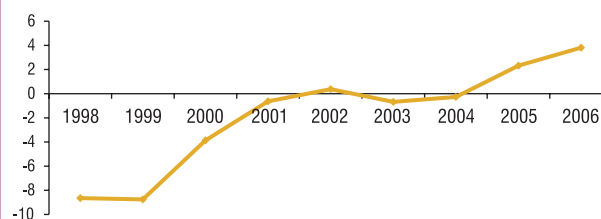
> LRF e endividamento de curto prazo

Com a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como LRF, ficou vedado que, nos últimos oito meses do mandato, seja contraída "obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito" (artigo 42).

Esse dispositivo da LRF fez diferença no endividamento de curto prazo dos municípios paulistas. A tabela abaixo

demonstra que os municípios paulistas, de modo geral, alcançaram uma situação bem ajustada a partir de 2005. A diferença entre os ativos e os passivos financeiros de curto prazo foi positiva em 2006, totalizando R\$ 3,81 bilhões, o que correspondeu a 7,3% da receita corrente. No ano anterior, esse resultado também foi positivo, no valor de R\$ 2,32 bilhões, e equivaleu a 4,9% da receita corrente (veja tabela abaixo).

Suficiência de caixa dos municípios paulistas em R\$ bilhões - IPCA médio de 2006



A situação financeira de curto prazo começou a melhorar a partir do ano 2000, quando foi implantada a LRF. Naquele ano, o valor do passivo financeiro caiu abruptamente de R\$ 12,16 bilhões para R\$ 6,32 bilhões, movimento comandado pela queda dos restos a pagar.

A partir de 2001, os passivos financeiros mantiveram certa estabilidade e os ativos financeiros iniciaram trajetória ascendente, crescendo acentuadamente em 2001 e em 2005. Foram anos de início de mandato, quando a contenção de despesas, comum nesses momentos, associada ao desempenho favorável das receitas, gerou superávits orçamentários de R\$ 2,14 bilhões e R\$ 2,17 bilhões, em cada um desses anos. Esses saldos positivos contribuíram para a formação desses ativos, aumentando-os e fazendo-os funcionar como poupança a ser utilizada nos anos seguintes.

Em 2003 e 2004, o ativo financeiro apresentou queda, resultando em insuficiência de caixa. Esse resultado deveu-se ao comportamento dos ativos financeiros da cidade de São Paulo, que recuaram 50%, em 2003, e 30%, em 2004. Essas quedas fizeram com que a capital fechasse o ano com uma insuficiência de caixa de R\$ 793 milhões e R\$ 1,08 bilhão, respectivamente, o que determinou o saldo negativo no conjunto dos municípios paulistas. Os do interior apresentaram suficiência

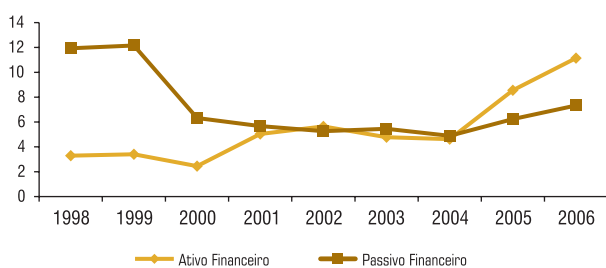
Relação entre suficiência de caixa e receita corrente dos municípios paulistas

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Suficiência de caixa / rec. corrente	-26,7%	-25,6%	-10,4%	-1,6%	0,9%	-1,7%	-0,6%	4,9%	7,3%

de caixa de R\$ 115,6 milhões, em 2003, e R\$ 809,4 milhões, em 2004.

Em 2006, tanto o interior quanto a capital tinham condições mais confortáveis de endividamento de curto prazo, com suficiência de caixa de R\$ 3,21 bilhões e R\$ 597,6 milhões, representando 9,8% e 3,6% de suas receitas correntes, respectivamente. Esse fato positivo se repetiu em todas as faixas populacionais. Os municípios com até 30 mil habitantes registraram suficiência de caixa de R\$ 299,8 milhões, o que representou 5,4% de sua receita corrente. Os municípios entre 30 mil e 100 mil habitantes tiveram uma suficiência de caixa de R\$ 763,9 milhões, ou 11,2% da receita corrente, e aqueles entre 100 mil e 300 mil habitantes, suficiência de R\$ 477,2 milhões, o que correspondeu a 4,9% da receita corrente. Os municípios com população acima de 300 mil habitantes, exceto a capital, obtiveram a maior suficiência de caixa, de R\$ 1,52 bilhão, o equivalente a 11,7% da sua receita corrente. Campinas registrou a maior insuficiência de caixa, com saldo negativo de R\$ 302,3 milhões, correspondendo a 20,5% da sua receita corrente.

Ativo e passivo financeiros dos municípios paulistas em R\$ bilhões - IPCA médio de 2006



> DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Cumprindo determinação da Constituição Federal e com base na LRF, o Senado Federal editou as resoluções nº 40 e 43, no final do ano de 2001, estabelecendo as condições para o endividamento governamental e fixando limites máximos para o montante da dívida consolidada e para os gastos com encargos e amortizações.

Conforme facultava a LRF, em seu artigo 30, § 2º, o Senado optou por utilizar o conceito de dívida consolidada líquida, entendida como "dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros".

A STN complementou o conceito de dívida consolidada ao instruir Estados e municípios a considerarem o valor dos restos a pagar processados no seu cômputo. Esse procedimento está inscrito no segundo "Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal", editado em outubro de 2002, e no "Manual de Instrução de Pleitos para Con-

tratação de Operações de Crédito de Estados e Municípios".

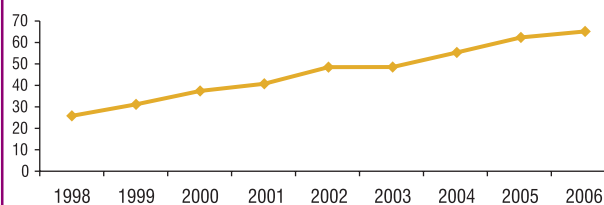
A partir dos dados do balanço patrimonial encaminhado pelos municípios à STN, não é possível calcular a dívida consolidada nem a consolidada líquida. Pode-se ter uma idéia aproximada do nível do endividamento municipal de longo prazo utilizando-se o passivo não-financeiro (passivo permanente). Esse item inclui as operações de crédito internas e externas, os precatórios e as obrigações previdenciárias, tributárias e outras. Na maioria dos casos, esse valor item está muito próximo do da dívida consolidada, mas, em outros, pode estar bastante acima.

Podem existir casos, como o de São Bernardo do Campo, cujo passivo permanente cresceu abruptamente entre 2003 e 2004, quando nele foi incluído o passivo previdenciário. No entanto, a dívida consolidada, para efeito dos cálculos dos limites legais, não inclui essa obrigação.

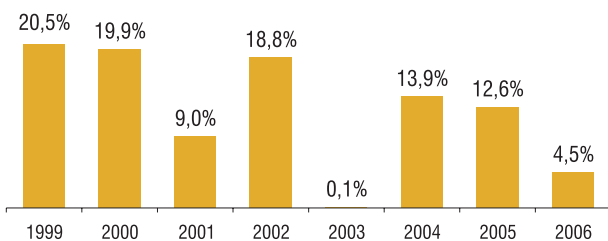
O total do passivo não-financeiro dos municípios paulistas foi de R\$ 62,38 bilhões, ao final de 2005, e de R\$ 65,16 bilhões, em 2006, com aumento de 4,5%. A capital paulista, com um passivo não-financeiro de R\$ 41,72 bilhões em 2006, foi responsável por 64% do passivo permanente total. Em relação à receita corrente, esse montante representou 248,4%, para a capital. Já os municípios do interior apresentaram um comportamento diferente. O seu passivo permanente foi de R\$ 23,44 bilhões, em 2006, o equivalente a 65,9% da receita corrente. Contudo, é importante notar que embora os do interior estejam com uma relação passivo permanente/receita corrente relativamente baixa, essa vem crescendo nos últimos anos, passando de 42%, em 2003, para 65,9%, em 2006.

Em alguns municípios do interior, a relação entre o passivo permanente e a receita corrente ficou acima da média do Estado, em 2006. São eles: Cubatão (361,7%), Campinas (351%), Ribeirão Preto (240,1%), São Bernardo do Campo (206,3%), Bauru (200,1%) e Piracicaba (127,8%). Com exceção de Campinas e Ribeirão Preto, as demais cidades mostraram aumento nessa relação se comparadas com 2005, com destaque para Cubatão e Piracicaba, que apresentaram um passivo permanente equivalente a 53,7% e 28,6% da receita corrente, respectivamente.

Evolução do passivo permanente em R\$ bilhões - IPCA médio de 2006



Taxas anuais de crescimento do passivo permanente



LEGISLAÇÃO SOBRE O ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

- Dívida consolidada líquida** não pode exceder a 1,2 vez (120%) a receita corrente líquida (Resolução nº 40, artigo 3º, inciso II, de 20/12/2001, do Senado Federal);
- Desembolso anual com amortizações, juros e demais encargos** da dívida consolidada não pode exceder 11,5% da receita corrente líquida (Resolução nº 43, artigo 7º, inciso I, de 21/12/2001, do Senado Federal); e
- Montante das operações realizadas em um exercício financeiro** não pode ser superior a 16% da receita corrente líquida (Resolução nº 43, artigo 7º, inciso I, de 21/12/2001, do Senado Federal).

PRAZOS PARA ENQUADRAMENTO

A Resolução nº 40 do Senado estabeleceu um prazo de 15 anos, contados a partir de 2001, para que os municípios possam enquadrar suas dívidas no limite de 120% da receita corrente líquida. Durante esse período, o montante que exceder o limite deverá ser reduzido na proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada ano.

Para os municípios que já estiverem abaixo do limite máximo ou que alcançarem o enquadramento antes dos 15 anos previstos, vale o disposto no artigo 31 da LRF, que determina que, caso ultrapassem os limites da dívida, ela deve ser reconduzida ao nível permitido até o término do terceiro quadrimestre subsequente, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.

PENALIDADES

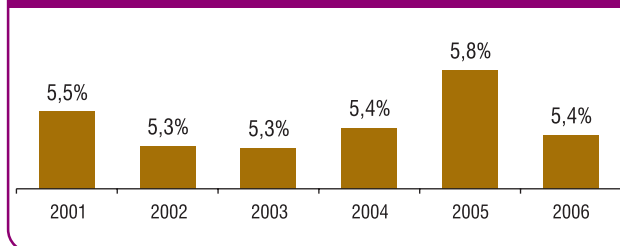
O município que não cumprir as regras para o enquadramento de suas dívidas consolidadas ficará impedido, enquanto perdurar a irregularidade, de contratar operações de crédito e receber transferências voluntárias (LRF – LC nº 101/2000, artigo 31).

> ENCARGOS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA

Um outro parâmetro importante deve ser observado antes de um município aumentar sua dívida contraindo um empréstimo de longo prazo. Esse parâmetro é referente a quanto os encargos e as amortizações relativos à dívida custarão ao orçamento municipal anualmente.

A Resolução nº 43 estipula que "o desembolso anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não pode exceder 11,5% da receita corrente líquida". Nesse indicador, os municípios paulistas estão bem posicionados, gastando 5,4%, em média, no ano de 2006, patamar que tem se mantido desde 2001.

Participação dos encargos e amortizações na receita corrente dos municípios paulistas



Em 2006, os municípios paulistas despenderam R\$ 2,81 bilhões com encargos e amortizações da dívida pública, o que representa um crescimento de 1,6% em relação ao ano anterior. Embora o gasto com essa rubrica tenha aumentado, esse crescimento está bem abaixo do observado em 2004 e 2005, quando a despesa com encargos e amortizações cresceu 11,9%, e 14,8%, respectivamente.

De fato, por enquanto, a grande maioria dos municípios não apresenta problemas com o montante de suas dívidas fundadas, nem compromete parcelas importantes de suas receitas com encargos e amortizações. Apenas o Município de São Paulo se aproxima do limite estabelecido legalmente com encargos e amortizações de 11,2% da sua receita corrente, equivalendo a um montante de R\$ 1,88 bilhão.

Depois de São Paulo, as cidades que mais comprometeram suas receitas com encargos e amortizações são Sumaré (9,1%), Mauá (8,9%) e Várzea Paulista (8,1%). Campinas, São Bernardo do Campo e Cubatão, que possuem um dos maiores passivos permanentes do Estado, atrás apenas de São Paulo, gastaram, respectivamente, R\$ 84,7 milhões, R\$ 15,5 milhões e R\$ 15,6 milhões, o que correspondeu a 5,8%, 1,1% e 3,3% de suas respectivas receitas correntes.

Encargos e amortizações da dívida - 2001-2006

População	Município	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005 em %	Participação 2006 em %		Enc. amort. per capita 2006 em reais
		Em mil reais médios de 2006 - IPCA							no total do enc. amort.	na rec. corr. ^a	
1.394.888	Até 10 mil habitantes	29.564,9	31.955,5	30.696,6	31.729,4	32.783,2	32.678,0	-0,3	1,2	1,5	23,4
2.994.266	De 10 mil a 30 mil hab.	47.080,4	52.498,7	48.584,6	47.556,5	58.889,4	61.842,2	5,0	2,2	1,8	20,7
2.602.091	De 30 mil a 50 mil hab.	31.592,4	44.524,6	48.085,7	52.457,5	62.306,9	67.278,5	8,0	2,4	2,4	25,9
3.619.138	De 50 mil a 100 mil hab. ^b	57.899,2	66.851,6	74.033,9	74.641,1	79.770,9	88.855,4	11,4	3,2	2,2	24,6
62.132	Paulínia	629,8	3.275,0	11.183,2	7.276,8	8.818,6	5.026,2	-43,0	0,2	0,8	80,9
102.224	Santana de Parnaíba	1.452,9	1.788,5	1.483,9	2.104,6	2.950,8	3.656,9	23,9	0,1	1,6	35,8
106.350	Ourinhos	590,3	847,1	1.275,3	882,8	791,9	929,0	17,3	0,0	0,8	8,7
106.407	Sertãozinho	2.071,1	3.047,6	2.412,5	1.687,4	1.853,3	2.141,2	15,5	0,1	1,6	20,1
107.115	Tatuí	785,8	0,0	0,0	0,0	875,0	1.249,4	42,8	0,0	1,4	11,7
107.157	Votorantim	100,8	92,5	81,4	76,6	71,0	62,2	-12,4	0,0	0,1	0,6
108.472	Birigui	2.047,3	3.238,8	3.125,1	4.010,8	4.265,6	4.353,3	2,1	0,2	4,2	40,1
108.552	Salto	1.713,1	1.799,7	1.910,0	2.087,6	3.270,0	3.838,6	17,4	0,1	3,5	35,4
110.195	Barretos	2.963,5	1.656,8	1.172,1	1.002,0	186,2	207,6	11,5	0,0	0,1	1,9
110.213	Poá	1.261,4	2.194,7	1.133,3	972,5	936,6	927,0	-1,0	0,0	0,9	8,4
110.449	Várzea Paulista	2.733,8	4.989,6	4.585,7	5.779,7	5.570,2	6.156,5	10,5	0,2	8,1	55,7
113.012	Guaratinguetá	1.803,3	1.906,6	1.624,1	1.562,5	2.039,7	4.319,7	111,8	0,2	3,5	38,2
113.323	Jandira	956,6	2.334,9	1.285,3	404,4	526,5	2.041,2	287,7	0,1	2,5	18,0
116.566	Araras	1.668,5	1.871,3	1.707,7	1.638,4	9.574,3	3.899,1	-59,3	0,1	2,3	33,4
116.984	Catanduva	4.190,4	3.162,3	2.924,1	1.943,1	3.398,3	4.457,2	31,2	0,2	3,0	38,1
118.864	Ribeirão Pires	2.847,5	4.842,0	6.244,2	7.359,8	4.022,7	4.287,1	6,6	0,2	5,0	36,1
121.002	Cubatão	45.458,1	65.159,1	47.929,6	48.158,4	47.804,1	15.575,2	-67,4	0,6	3,3	128,7
121.274	Botucatu	9.546,6	2.365,3	2.146,5	1.692,5	1.577,0	1.845,8	17,0	0,1	1,7	15,2
124.816	Franco da Rocha	1.638,8	2.960,6	2.841,4	4.291,7	3.231,7	3.428,7	6,1	0,1	4,3	27,5
125.399	Jauá	1.022,1	1.215,9	2.416,4	2.253,3	2.227,9	2.573,0	15,5	0,1	2,0	20,5
129.751	Atibaia	1.185,5	3.703,3	3.644,1	1.340,2	1.405,1	1.348,4	-4,0	0,0	0,9	10,4
133.241	São Caetano do Sul	14.806,5	32.863,3	11.592,7	10.530,0	9.469,4	7.479,0	-21,0	0,3	1,5	56,1
141.559	Mogi Guaçu	6.115,3	5.846,3	5.244,0	4.167,1	5.623,7	7.338,3	30,5	0,3	4,2	51,8
143.097	Itapetininga	1.055,9	2.813,2	1.889,3	1.731,5	3.462,6	4.000,2	15,5	0,1	3,8	28,0
143.621	Bragança Paulista	2.895,9	2.499,7	4.176,0	4.418,4	1.410,8	1.386,1	-1,8	0,0	1,0	9,7
143.737	Pindamonhangaba	1.487,0	1.556,4	1.881,3	2.044,6	3.652,5	4.092,5	12,0	0,1	2,8	28,5
156.100	Itu	3.601,5	5.094,1	1.743,7	5.570,0	4.437,6	5.066,8	14,2	0,2	2,9	32,5
162.239	Itapeverica da Serra	1.482,2	1.911,3	4.192,5	1.782,8	2.437,8	4.154,6	70,4	0,1	3,2	25,6
170.585	Francisco Morato	973,4	1.464,9	2.310,8	2.294,8	2.520,9	2.694,3	6,9	0,1	2,9	15,8
176.532	Ferraz de Vasconcelos	2.474,7	2.108,6	2.889,7	3.253,1	3.277,0	3.647,3	11,3	0,1	4,1	20,7
179.685	Cotia	885,9	680,8	1.104,1	1.041,4	728,2	1.191,6	63,6	0,0	0,5	6,6
181.124	Indaiatuba	4.376,7	3.859,7	3.194,8	3.559,9	3.576,6	3.743,4	4,7	0,1	1,3	20,7
181.598	Araçatuba	8.956,4	9.315,6	9.135,2	8.317,1	8.865,1	9.569,8	7,9	0,3	4,3	52,7
188.417	Santa Bárbara d'Oeste	5.748,3	6.077,5	4.541,7	5.550,3	7.541,8	-	-	-	-	-
190.373	Rio Claro	7.796,4	7.965,7	7.402,9	9.034,0	8.638,3	6.069,8	-29,7	0,2	2,6	31,9
199.657	Araraquara	0,0	1,7	0,0	1.751,8	2.371,2	2.673,0	12,7	0,1	1,3	13,4
201.795	Hortolândia	3.986,3	3.800,9	2.772,5	10.491,6	3.642,6	5.944,9	63,2	0,2	2,8	29,5
202.683	Itapevi	1.658,9	2.526,9	3.066,2	2.913,5	3.551,0	3.427,7	-3,5	0,1	2,4	16,9
203.845	Americana	10.145,6	12.348,8	8.648,8	5.121,7	5.112,1	10.661,2	108,5	0,4	4,1	52,3
206.704	Presidente Prudente	3.986,1	5.320,5	4.989,4	4.980,8	8.284,6	8.828,1	6,6	0,3	4,6	42,7
211.559	Jacareí	2.546,9	6.000,5	6.098,2	5.114,7	8.434,5	10.184,7	20,7	0,4	4,6	48,1
218.702	São Carlos	10.032,8	10.752,9	12.247,9	15.394,8	15.040,9	13.594,2	-9,6	0,5	5,4	62,2
224.093	Marília	2.817,1	2.474,8	4.012,2	2.714,1	3.847,6	6.190,1	60,9	0,2	2,2	27,6
225.405	Taboão da Serra	2.363,1	2.563,0	2.351,3	2.646,8	3.129,4	3.680,9	17,6	0,1	1,6	16,3
237.900	Sumaré	5.628,3	7.178,7	10.841,9	9.333,2	7.417,7	18.820,8	153,7	0,7	9,1	79,1
245.386	Praia Grande	5.272,0	7.018,7	9.463,3	9.484,5	9.604,1	12.782,9	33,1	0,5	3,5	52,1
245.855	Embu	0,0	0,0	0,0	690,3	1.298,7	2.172,1	67,3	0,1	1,5	8,8
265.549	Barueri	852,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0
271.660	Taubaté	2.389,9	2.215,0	2.014,5	1.950,9	1.816,5	1.774,0	-2,3	0,1	0,6	6,5
279.554	Limeira	9.958,7	9.283,0	8.453,7	8.538,4	8.527,1	8.638,3	1,3	0,3	2,8	30,9
280.318	Suzano	2.030,1	4.000,8	5.139,3	7.004,3	4.905,5	7.206,7	46,9	0,3	3,1	25,7
8.290.698	De 100 mil a 300 mil hab.	212.361,7	268.719,9	231.342,0	240.457,6	248.831,5	246.206,0	-1,1	8,8	2,6	29,7
305.171	Guarujá	18.981,8	18.189,8	9.137,9	8.845,3	9.808,8	8.478,7	-13,6	0,3	1,9	27,8
328.121	Franca	968,1	4.611,8	6.871,5	6.636,7	6.777,3	13.099,7	93,3	0,5	5,1	39,9
329.370	São Vicente	0,0	9.596,4	4.506,3	4.989,5	7.243,4	14.465,2	99,7	0,5	5,2	43,9
348.621	Jundiaí	19.251,6	21.520,8	28.662,9	27.549,6	33.268,3	31.785,4	-4,5	1,1	5,2	91,2
352.755	Itaquaquecetuba	640,8	629,5	508,5	965,2	2.235,8	4.200,5	87,9	0,1	2,4	11,9
356.680	Bauru	7.248,1	9.005,0	4.632,4	7.043,9	9.255,4	9.155,6	-1,1	0,3	2,9	25,7
366.442	Piracicaba	6.744,9	6.808,6	6.894,6	4.946,0	5.563,8	7.029,4	26,3	0,3	1,6	19,2
372.419	Mogi das Cruzes	12.660,3	9.697,5	9.708,9	6.751,4	6.914,4	8.422,2	21,8	0,3	2,7	22,6
389.634	Carapicuíba	1.767,7	1.302,0	1.271,6	1.618,1	1.865,5	3.017,9	61,8	0,1	2,1	7,7
395.333	Diadema	14.288,3	13.972,7	16.145,2	17.183,6	17.231,2	22.808,7	32,4	0,8	5,3	57,7
413.943	Mauá	11.042,9	25.149,7	24.101,9	17.263,8	30.689,6	27.164,6	-11,5	1,0	8,9	65,6
415.508	São José do Rio Preto	6.763,4	8.531,7	6.001,4	7.733,5	16.702,5	8.563,0	-48,7	0,3	2,0	20,6
418.375	Santos	13.594,3	27.687,4	10.975,0	10.806,0	18.422,6	13.424,8	-27,1	0,5	1,7	32,1
559.650	Ribeirão Preto	5.336,8	5.618,2	9.189,4	10.643,5	14.389,7	12.293,3	-14,6	0,4	1,8	22,0
578.068	Sorocaba	17.297,1	17.657,0	19.168,6	21.807,0	41.308,0	21.606,3	-47,7	0,8	3,8	37,4
610.965	São José dos Campos	37.413,9	43.459,9	34.660,4	57.188,0	17.257,7	8.608,0	-50,1	0,3	0,9	14,1
673.234	Santo André	2.260,9	2.308,0	2.208,2	2.680,2	3.451,7	3.232,5	-6,4	0,1	0,3	4,8
714.950	Osasco	36.976,6	37.770,8	24.233,5	18.015,8	20.516,2	34.498,0	68,1	1,2	5,0	48,3
803.906	São Bernardo do Campo	12.720,0	11.855,2	13.481,6	14.102,5	13.864,7	15.471,0	11,6	0,6	1,1	19,2
1.059.420	Campinas	95.298,5	95.796,0	97.946,6	113.040,5	107.923,6	84.690,3	-21,5	3,0	5,8	79,9
1.283.253	Guarulhos	27.829,8	20.279,8	21.422,1	24.415,5	54.378,9	75.475,2	38,8	2,7	5,5	58,8
11.075.818	Acima de 300 mil hab.	349.269,6	391.447,7	351.728,5	384.225,7	439.069,3	427.490,1	-2,6	15,2	3,3	38,6
30.039.031	Interior	728.397,9	859.273,1	795.654,4	838.344,8	930.469,9	929.376,5	-0,1	33,1	2,6	30,9
11.016.703	São Paulo	1.437.110,0	1.324.411,5	1.356.643,7	1.569.658,8	1.834.078,8	1.878.214,4	2,4	66,9	11,2	170,5
41.055.734	Total	2.165.507,9	2.183.684,6	2.152.298,1	2.408.003,5	2.764.548,7	2.807.590,9	1,6	100,0	5,4	68,4

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita corrente ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3). ^b exceto Paulínia.

Suficiência de caixa^a e passivo permanente - 2004-2006

Município	Suficiência de caixa ^a			Passivo permanente		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
<i>Em mil reais médios de 2006 - IPCA</i>						
Até 10 mil habitantes	17.340,6	73.045,4	109.407,1	318.297,7	285.918,0	319.792,8
De 10 mil a 30 mil habitantes	42.292,2	157.119,8	190.346,6	527.470,2	542.496,6	590.594,6
De 30 mil a 50 mil habitantes	71.382,2	143.395,3	213.135,3	528.482,4	603.148,8	627.004,5
De 50 mil a 100 mil habitantesb	-15.370,2	242.743,9	550.797,7	924.208,4	1.101.153,0	1.481.629,0
Paulínia	77.914,36	107.320,52	149.368,12	386.973,00	376.557,38	368.886,78
Santana de Parnaíba	-66.146,78	-63.510,35	-6.540,7	0,00	492,83	55.934,4
Ourinhos	-7.909,29	1.574,83	8.577,3	7.414,21	2.338,01	2.748,4
Sertãozinho	5.320,49	7.203,31	14.041,9	15.084,95	13.064,42	11.178,4
Tatui	-6.518,71	3.307,93	-3.524,9	0,00	37.571,25	13.780,0
Votorantim	-1.128,69	842,88	-8.568,0	159,50	240,09	230,4
Birigui	-1.755,58	2.268,90	7.059,1	23.346,97	18.831,91	16.162,0
Salto	23.325,87	-9.204,44	-10.286,8	9.970,56	39.289,86	35.676,2
Barretos	2.440,61	7.992,56	9.632,6	16.176,93	13.717,25	19.581,9
Poá	706,72	-1.168,85	-13.077,7	4.559,47	0,00	75,2
Várzea Paulista	9.972,24	13.958,33	12.749,7	20.154,66	19.133,39	16.260,5
Guaratinguetá	-3.760,79	5.092,46	4.678,5	41.158,91	38.975,96	53.581,2
Jandira	-5.100,19	63,11	-3.216,4	27.305,24	36.094,24	34.243,1
Araras	-192,28	-960,30	-2.062,6	43.895,22	34.745,31	38.834,0
Catanduva	4.211,62	11.642,60	21.710,6	32.566,83	30.024,18	26.333,0
Ribeirão Pires	834,62	5.485,97	5.869,9	53.604,16	73.525,31	80.241,5
Cubatão	7.713,01	167.424,12	74.445,4	498.720,68	292.774,41	1.724.560,4
Botucatu	13.831,42	17.525,08	-2.353,8	26.610,93	23.500,81	0,0
Franco da Rocha	8.082,17	13.181,59	18.392,1	29.816,51	62.094,95	59.193,9
Jauá	-4.323,13	-4.620,28	-2.693,0	23.066,12	20.518,60	18.967,1
Atibaia	4.782,74	3.158,42	5.445,3	9.033,31	7.656,15	9.137,0
São Caetano do Sul	32.102,19	42.841,53	49.223,1	52.065,02	35.348,89	31.432,0
Mogi Guaçu	-14.056,66	-7.836,05	2.463,3	58.803,30	61.601,33	65.390,2
Itapetininga	-2.879,70	1.891,37	1.673,6	22.592,75	25.709,58	35.995,2
Bragança Paulista	540,18	1.821,30	-60,9	10.123,32	10.726,08	9.091,3
Pindamonhangaba	4.331,76	6.327,07	204,4	34.198,45	32.063,68	30.162,5
Itu	-17.289,98	-9.209,64	-8.011,8	84.854,98	61.312,92	53.993,8
Itapeçerica da Serra	-12.217,80	-4.812,19	-3.951,8	35.769,36	35.180,76	31.865,7
Francisco Morato	14.397,88	16.820,87	23.877,3	12.734,33	19.804,92	17.124,8
Ferraz de Vasconcelos	-2.505,90	-1.283,87	594,1	33.951,50	47.026,17	58.785,8
Cotia	4.872,84	22.808,77	50.253,0	87.906,16	262.451,94	89.186,5
Indaiatuba	130.522,20	159.407,69	194.749,1	171.422,91	159.596,73	60.288,9
Araçatuba	-13.302,88	-12.499,64	-3.932,5	245.043,26	234.711,69	228.073,5
Santa Bárbara d'Oeste	-2.583,50	8.100,70	0,0	64.963,93	62.092,12	0,0
Rio Claro	-33.650,54	-50.431,75	-28.322,6	152.289,27	186.772,68	136.854,6
Araraquara	-23.177,48	-20.470,30	-18.877,4	11.152,45	6.720,93	4.104,6
Hortolândia	46.933,24	59.048,21	71.021,8	33.720,21	30.884,26	34.401,6
Itapeví	-136,31	12.530,05	-667,2	56.846,72	64.521,26	76.335,2
Americana	-82.695,03	-74.964,99	-62.415,4	106.915,81	106.341,02	96.955,9
Presidente Prudente	14.555,84	42.508,79	40.927,0	63.592,99	75.765,25	72.801,1
Jacareí	-37.091,26	-26.547,34	2.031,4	47.904,85	45.072,98	43.762,3
São Carlos	-8.907,90	-22.006,39	419,0	126.191,06	146.494,77	103.400,8
Marília	-19.987,72	-21.057,04	-5.094,0	33.161,03	46.857,29	41.920,4
Taboão da Serra	3.724,16	-15.263,69	-19.576,1	49.244,99	43.973,05	201.672,8
Sumaré	-42.591,56	-46.353,03	-19.418,9	197.758,28	187.733,94	161.464,5
Praia Grande	9.610,35	4.664,56	15.108,8	101.484,61	94.362,71	88.457,8
Embu	4.401,30	5.346,92	7.394,6	12.652,75	10.541,44	9.513,7
Barueri	1.840,62	7.240,49	2.076,7	9.203,84	9.875,98	15.415,1
Taubaté	6.417,04	14.378,63	1.461,4	9.612,40	422.892,34	59.632,4
Limeira	-8.337,01	15.064,23	33.301,2	57.482,82	51.813,74	306.686,4
Suzano	-10.464,60	-3.060,95	9.162,8	109.073,81	117.643,39	111.889,2
De 100 mil a 300 mil hab.	-73.240,17	305.947,46	477.151,0	2.975.362,31	3.460.482,75	4.557.039,8
Guarujá	-29.639,15	-29.285,89	-24.036,4	447.095,22	417.920,86	409.977,5
Franca	-9.010,63	9.442,36	21.963,7	109.464,86	103.036,86	95.127,5
São Vicente	-947,27	-4.698,92	-2.504,1	65.529,28	73.770,82	84.712,0
Jundiaí	146.183,04	190.026,79	223.547,8	348.931,08	323.863,99	302.423,9
Itaquaquecetuba	7.838,77	17.916,94	5.079,2	51.700,27	148.606,85	147.231,8
Bauru	-65.533,77	12.503,49	38.006,3	151.068,28	472.876,20	640.872,6
Piracicaba	-11.659,47	13.581,41	24.093,8	151.881,22	116.385,08	560.514,9
Mogi das Cruzes	12.085,46	5.661,65	36.050,6	49.762,98	56.014,75	66.291,5
Carapicuíba	-84.879,04	-19.774,73	-19.657,9	0,00	67.286,64	61.566,7
Diadema	97.258,44	73.983,28	-7.135,0	374.299,44	350.242,71	318.853,2
Mauá	-16.911,23	-16.473,99	-63.993,7	329.224,12	336.653,45	270.172,1
São José do Rio Preto	26.103,04	34.111,61	48.180,4	58.309,76	39.424,48	45.263,2
Santos	-9.995,97	19.529,94	46.473,5	239.836,48	265.113,17	251.196,7
Ribeirão Preto	2.344,87	-3.977,59	3.777,7	146.803,85	1.522.282,06	1.684.094,2
Sorocaba	34.337,04	52.757,70	8.450,2	181.339,62	723.598,24	115.239,2
São José dos Campos	755.399,93	831.564,87	933.902,9	189.519,74	154.281,09	173.414,6
Santo André	10.294,28	42.642,31	111.017,9	603.842,10	608.163,46	582.600,1
Osasco	-7.394,47	50.988,96	60.508,5	607.177,76	884.742,46	594.350,9
São Bernardo do Campo	63.242,85	194.023,06	353.753,4	1.748.843,02	1.814.370,74	2.801.509,3
Campinas	-154.049,10	-268.396,83	-302.307,1	1.627.885,06	5.459.412,59	5.169.997,6
Guarulhos	-76.033,69	-1.104,74	23.827,4	785.918,96	856.991,03	1.117.772,9
Acima de 300 mil hab.	689.033,95	1.205.021,69	1.518.999,2	8.268.433,11	14.795.037,55	15.493.182,3
Interior	809.352,95	2.234.594,08	3.209.204,88	13.929.227,1	21.164.794,1	23.438.129,8
São Paulo	-1.081.326,47	90.344,14	597.585,70	41.452.915,57	41.216.958,74	41.721.742,98
Total	-271.973,52	2.324.938,21	3.806.790,59	55.382.142,68	62.381.752,82	65.159.872,73

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ^a é a dívida de curto prazo, que equivale ao ativo financeiro subtraído o passivo financeiro. ^b exceto Paulínia.

Encargos e amortizações da dívida

Posição	Municípios	Encargos e amort. da dívida em reais	População 2006
1º	São Paulo	1.878.214.426	11.016.703
2º	Campinas	84.690.335	1.059.420
3º	Guarulhos	75.475.233	1.283.253
4º	Osasco	34.497.984	714.950
5º	Jundiaí	31.785.412	348.621
6º	Mauá	27.164.589	413.943
7º	Diadema	22.808.695	395.333
8º	Sorocaba	21.606.309	578.068
9º	Sumaré	18.820.770	237.900
10º	Cubatão	15.575.158	121.002
11º	São Bernardo do Campo	15.470.959	803.906
12º	São Vicente	14.465.178	329.370
13º	São Carlos	13.594.228	218.702
14º	Santos	13.424.796	418.375
15º	Franca	13.099.739	328.121
16º	Valinhos	12.841.253	94.124
17º	Praia Grande	12.782.885	245.386
18º	Ribeirão Preto	12.293.258	559.650
19º	Americana	10.661.153	203.845
20º	Jacareí	10.184.654	211.559
21º	Araçatuba	9.569.791	181.598
22º	Bauru	9.155.574	356.680
23º	Presidente Prudente	8.828.062	206.704
24º	Limeira	8.638.255	279.554
25º	São José dos Campos	8.607.998	610.965
26º	São José do Rio Preto	8.563.036	415.508
27º	Guarujá	8.478.659	305.171
28º	Mogi das Cruzes	8.422.165	372.419
29º	São Caetano do Sul	7.478.994	133.241
30º	Mogi Guaçu	7.338.251	141.559
31º	Suzano	7.206.717	280.318
32º	Piracicaba	7.029.370	366.442
33º	Marília	6.190.072	224.093
34º	Várzea Paulista	6.156.528	110.449
35º	Rio Claro	6.069.810	190.373
36º	Hortolândia	5.944.903	201.795
37º	Campo Limpo Paulista	5.070.051	77.277
38º	Itu	5.066.783	156.100
39º	Paulínia	5.026.231	62.132
40º	Cajamar	4.540.763	63.344
41º	Catanduva	4.457.160	116.984
42º	Birigui	4.353.285	108.472
43º	Guaratinguetá	4.319.715	113.012
44º	Ribeirão Pires	4.287.116	118.864
45º	Itaquaquecetuba	4.200.497	352.755
46º	Itapeçerica da Serra	4.154.582	162.239
47º	Pindamonhangaba	4.092.480	143.737
48º	Mogi Mirim	4.002.299	93.820
49º	Itapetininga	4.000.174	143.097
50º	Jaboticabal	3.949.018	73.524

Posição	Municípios	Encargos e amort. da dívida em reais	População 2006
51º	Araras	3.899.113	116.566
52º	Matão	3.849.862	77.769
53º	Salto	3.838.622	108.552
54º	Indaiatuba	3.743.411	181.124
55º	Taboão da Serra	3.680.882	225.405
56º	Santana de Parnaíba	3.656.852	102.224
57º	Ferraz de Vasconcelos	3.647.277	176.532
58º	Andradina	3.629.497	57.195
59º	Itapira	3.440.133	68.396
60º	Franco da Rocha	3.428.709	124.816
61º	Itapevi	3.427.715	202.683
62º	Itapeva	3.281.905	89.743
63º	Santo André	3.232.476	673.234
64º	Ubatuba	3.176.255	81.246
65º	Mococa	3.160.382	70.896
66º	Carapicuíba	3.017.867	389.634
67º	Capivari	2.915.149	46.825
68º	São Joaquim da Barra	2.800.301	45.743
69º	Jales	2.758.554	49.749
70º	Itatiba	2.695.541	95.648
71º	Francisco Morato	2.694.260	170.585
72º	Pedreira	2.691.446	40.575
73º	Araraquara	2.673.022	199.657
74º	Caraguatatuba	2.664.876	98.170
75º	Jaú	2.572.977	125.399
76º	São Sebastião	2.519.956	75.886
77º	Itanhaém	2.439.254	91.153
78º	Embu	2.172.150	245.855
79º	Sertãozinho	2.141.224	106.407
80º	Bariri	2.083.936	30.945
81º	São Manuel	2.054.166	39.816
82º	Jandira	2.041.171	113.323
83º	Serra Negra	2.028.317	25.438
84º	Campos do Jordão	1.914.969	49.512
85º	Botucatu	1.845.803	121.274
86º	Serrana	1.829.169	39.539
87º	Taubaté	1.773.996	271.660
88º	Santa Cruz do Rio Pardo	1.731.566	44.135
89º	Brodowski	1.701.063	19.616
90º	Artur Nogueira	1.679.471	43.344
91º	Registro	1.666.321	57.299
92º	Regente Feijó	1.572.503	18.502
93º	Embu-Guaçu	1.508.142	72.170
94º	Peruibe	1.490.611	65.256
95º	Tremembé	1.462.266	40.182
96º	Presidente Venceslau	1.397.773	38.254
97º	Bragança Paulista	1.386.135	143.621
98º	Penápolis	1.378.247	59.328
99º	Cordeirópolis	1.372.147	20.734
100º	Dracena	1.367.359	41.096

Total dos 100 maiores

2.649.790.155

31.237.168

Total dos demais

157.800.755

9.818.566

Total geral

2.807.590.909

41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Municípios	Enc. e am. da dívida per capita	Enc. e am. da dívida	População 2006
		em reais		
1º	Águas de São Pedro	261	527.216	2.020
2º	São Paulo	170	1.878.214.426	11.016.703
3º	Balbinos	153	210.814	1.381
4º	Valinhos	136	12.841.253	94.124
5º	Cubatão	129	15.575.158	121.002
6º	Borá	121	100.364	828
7º	Jundiaí	91	31.785.412	348.621
8º	Brodowski	87	1.701.063	19.616
9º	Regente Feijó	85	1.572.503	18.502
10º	Taiúva	85	485.863	5.719
11º	Marabá Paulista	84	323.572	3.851
12º	Turmalina	82	170.236	2.082
13º	Paulínia	81	5.026.231	62.132
14º	Campinas	80	84.690.335	1.059.420
15º	Serra Negra	80	2.028.317	25.438
16º	Riversul	79	441.119	5.561
17º	Sumaré	79	18.820.770	237.900
18º	Sandovalina	79	282.900	3.596
19º	Anhumas	78	276.148	3.536
20º	Campos Novos Paulista	74	319.709	4.304
21º	Rubinéia	72	208.312	2.895
22º	Cajamar	72	4.540.763	63.344
23º	São João das Duas Pontes	70	178.548	2.563
24º	Óleo	69	215.090	3.137
25º	Bofete	68	588.519	8.605
26º	Júlio Mesquita	68	298.518	4.405
27º	Santo Antônio do Pinhal	68	476.967	7.047
28º	Tapiraí	67	718.795	10.666
29º	Bariri	67	2.083.936	30.945
30º	Cananéia	67	944.263	14.195
31º	Pedreira	66	2.691.446	40.575
32º	Cordeirópolis	66	1.372.147	20.734
33º	Américo de Campos	66	368.339	5.597
34º	Mauá	66	27.164.589	413.943
35º	Campo Limpo Paulista	66	5.070.051	77.277
36º	Silveiras	64	368.342	5.721
37º	Nova Independência	64	135.719	2.114
38º	Sabino	64	335.569	5.232
39º	Poloni	64	316.828	4.957
40º	Andradina	63	3.629.497	57.195
41º	Capivari	62	2.915.149	46.825
42º	São Carlos	62	13.594.228	218.702
43º	São Joaquim da Barra	61	2.800.301	45.743
44º	Uru	61	88.336	1.445
45º	Sagres	61	138.699	2.281
46º	Guarulhos	59	75.475.233	1.283.253
47º	Diadema	58	22.808.695	395.333
48º	Santa Mercedes	58	154.003	2.671
49º	São Caetano do Sul	56	7.478.994	133.241
50º	Várzea Paulista	56	6.156.528	110.449

Posição	Municípios	Enc. e am. da dívida per capita	Enc. e am. da dívida	População 2006
		em reais		
51º	Jales	55	2.758.554	49.749
52º	Piquerobi	55	200.703	3.633
53º	Areias	54	207.913	3.834
54º	Jaboticabal	54	3.949.018	73.524
55º	Oriente	54	278.569	5.205
56º	Barra do Chapéu	53	253.134	4.794
57º	Murutinga do Sul	53	217.030	4.111
58º	Dobrada	53	372.732	7.071
59º	Araçatuba	53	9.569.791	181.598
60º	Americana	52	10.661.153	203.845
61º	Praia Grande	52	12.782.885	245.386
62º	Mogi Guaçu	52	7.338.251	141.559
63º	Lagoinha	52	268.438	5.195
64º	São Manuel	52	2.054.166	39.816
65º	Taiacu	51	311.878	6.065
66º	Presidente Alves	51	214.122	4.179
67º	Vera Cruz	51	567.778	11.117
68º	Colina	51	870.370	17.222
69º	Itapira	50	3.440.133	68.396
70º	Rio das Pedras	50	1.343.765	26.739
71º	Redenção da Serra	50	204.284	4.076
72º	Ilha Comprida	50	481.708	9.622
73º	Meridiano	50	209.574	4.203
74º	Matão	50	3.849.862	77.769
75º	Mirandópolis	49	1.337.330	27.047
76º	Taquarivaí	49	270.847	5.504
77º	Glicério	49	224.719	4.571
78º	Nuporanga	48	323.747	6.693
79º	Colômbia	48	311.990	6.451
80º	Osasco	48	34.497.984	714.950
81º	Jacarei	48	10.184.654	211.559
82º	Nova Guataporanga	47	96.774	2.053
83º	Queluz	47	477.417	10.148
84º	Tambaú	46	1.112.699	24.033
85º	Serrana	46	1.829.169	39.539
86º	Guzolândia	45	167.701	3.735
87º	Mococa	45	3.160.382	70.896
88º	Tapiratiba	44	606.751	13.787
89º	São Vicente	44	14.465.178	329.370
90º	Arandu	44	280.341	6.394
91º	Ocaçu	43	175.277	4.055
92º	Santa Clara d'Oeste	43	79.635	1.847
93º	Ouroeste	43	312.933	7.286
94º	Presidente Prudente	43	8.828.062	206.704
95º	Teodoro Sampaio	43	887.711	20.789
96º	Mogi Mirim	43	4.002.299	93.820
97º	Urânia	42	377.360	8.883
98º	Jambeiro	42	191.510	4.515
99º	Patrocínio Paulista	42	537.059	12.673
100º	Mirante do Paranapanema	42	714.713	16.977

Total dos 100 maiores	125	2.386.569.866	19.110.413
Total dos demais	19	421.021.043	21.945.321
Total geral	68	2.807.590.909	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Legislativos municipais

> DESEMPENHO

Em 2006, o conjunto dos municípios paulistas desembolsou R\$ 1,28 bilhão com seus legislativos, valor idêntico ao realizado em 2005. Essa estabilidade foi resultado do aumento médio de 5,4% nessa despesa nas cidades do interior, conjugado com uma retração de 15,8% da realizada pela capital.

A cidade de São Paulo reduziu pela sétima vez consecutiva o montante destinado ao legislativo. De 1999 a 2006, a prefeitura diminuiu esse gasto em 41,3%, realizando uma economia acumulada de quase R\$ 200 milhões, considerando os valores atualizados. Vale lembrar que o poder legislativo da capital incluí o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

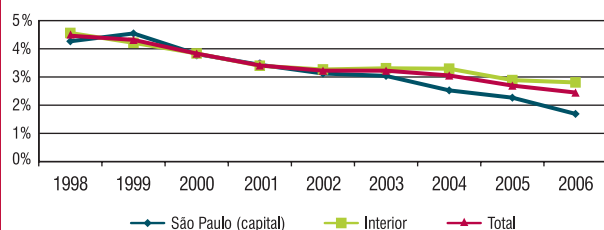
No interior, o comportamento nesse mesmo período foi mais estável, uma vez que essa despesa foi de R\$ 991,2 milhões, em 1999, finalizando com R\$ 997,6 milhões, em 2006. Entre 2005 e 2006, houve aumento dessa despesa em todos os grupos de faixas populacionais, sendo que o mais intenso ocorreu nos municípios de 10 mil a 50 mil habitantes, com crescimento médio de 10,3%.

Nos municípios com mais de 100 mil habitantes, exceto São Paulo, a despesa com as câmaras cresceu moderadamente (4,2%). Os aumentos mais intensos ficaram por conta de Barretos (309,9%), Poá (54,8%), Cotia (32,7%), Itu (27,9%), Itapevi (25,9%) e Sumaré (23,8%). Nesse mesmo grupo, as maiores retrações foram realizadas em Itaquaquecetuba (-13,9%), Cubatão (-13,2%), Hortolândia (-11,5%), Limeira (-11,2%) e Diadema (-9,7%).

> PESO NOS ORÇAMENTOS

O percentual das receitas correntes municipais destinado para financiar as atividades dos legislativos vem se reduzindo consistentemente desde 1999. Em 1998, os municípios gastaram, em média, 4,5% da receita corrente. No biênio 2002-2003, esse percentual já havia recuado para 3,2% e, após sucessivas quedas, chegou a 2,4%, em 2006.

Evolução da participação da despesa com câmaras na receita corrente



Esse movimento ocorreu tanto na capital quanto nos municípios do interior e em todos os agrupamentos por faixa populacional. Na capital foi mais acentuado que nos demais municípios, conforme pode ser observado no gráfico abaixo. Em 1999, o município gastou R\$ 483,2 milhões com seu legislativo, o que correspondeu a 4,5% de sua receita corrente. Em 2006, consumiu R\$ 283,8 milhões, o equivalente a 1,7% da receita corrente. No interior, o comprometimento era de 4,2%, em 1999, passando para 2,8%, em 2006. Apenas os municípios com até 10 mil habitantes se distanciaram dessa média gastando 3,9%, nesse último ano.

A significativa queda nessa relação reflete o avanço da receita corrente no período e a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2001, da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, que estabelece limites máximos para a despesa com esse poder, em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 da Constituição Federal (imposto sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA, ICMS) e 159 (FPM, IPI-Exportação), efetivamente realizada no ano anterior. Foram definidos tetos de acordo com o tamanho populacional do município, conforme a tabela a seguir.

Percentuais máximos da despesa com câmaras na receita de impostos

Faixas populacionais	Limites máximos
Até 100 mil habitantes	8%
De 100 a 300 mil habitantes	7%
De 300 a 500 mil habitantes	6%
Acima de 500 mil habitantes	5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 25, 14/02/2000.

Os municípios paulistas gastaram uma média de R\$ 31,2 por habitante com suas câmaras. Os maiores gastos foram realizados por Borá (R\$ 264), Paulínia (R\$ 257), Nova Castilho (R\$ 232), Fernão (R\$ 214), Águas de São Pedro (R\$ 213) e Timburi (R\$ 208), para ficar naqueles com gasto per capita superior a R\$ 200. Os menores gastos por habitante foram observados em São João da Boa Vista, Mococa, Piedade, Olímpia, Mairiporã, Porto Ferreira, Assis e Itu, todos inferiores a R\$ 10 por habitante.

Despesa com legislativos municipais - 2001-2006

População	Município	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005 em %	Participação 2006 em %		Desp. legislativo per capita 2006 em reais
		Em mil reais médios de 2006 - IPCA							no total da desp. legisl.	na rec. corr. ^a	
1.394.888	Até 10 mil habitantes	71.937,0	74.724,5	72.802,3	72.538,3	78.848,3	83.472,9	5,9	6,5	3,9	59,8
2.994.266	De 10 mil a 30 mil hab.	90.059,3	93.974,2	92.898,2	94.781,5	90.732,6	101.561,0	11,9	7,9	3,0	33,9
2.602.091	De 30 mil a 50 mil hab.	66.332,8	68.529,6	71.445,5	69.562,6	64.152,7	69.227,9	7,9	5,4	2,4	26,6
3.619.138	De 50 mil a 100 mil hab. ^b	99.853,9	107.754,2	108.310,1	112.394,4	107.795,2	112.509,3	4,4	8,8	2,8	31,1
62.132	Paulínia	12.286,2	18.642,4	17.480,9	22.193,9	14.553,0	15.962,8	9,7	1,2	2,6	256,9
102.224	Santana de Parnaíba	3.757,9	4.674,1	5.479,0	6.421,3	7.008,7	6.763,9	-3,5	0,5	3,0	66,2
106.350	Ourinhos	1.935,6	2.221,8	2.165,2	2.776,6	2.873,7	3.371,8	17,3	0,3	2,7	31,7
106.407	Sertãozinho	2.895,9	3.379,9	3.379,6	3.723,0	3.003,9	3.306,3	10,1	0,3	2,5	31,1
107.115	Tatui	2.753,1	2.801,0	2.672,1	2.815,2	2.996,2	2.864,9	-4,4	0,2	3,3	26,7
107.157	Votorantim	1.636,3	1.514,7	0,0	1.952,0	1.864,9	1.758,5	-5,7	0,1	1,8	16,4
108.472	Birigui	2.019,9	2.246,5	2.029,7	2.082,4	2.751,1	3.300,0	20,0	0,3	3,2	30,4
108.552	Salto	1.659,3	2.025,7	2.499,8	2.300,3	1.619,6	1.612,3	-0,5	0,1	1,5	14,9
110.195	Barretos	2.770,3	1.043,2	912,7	859,6	852,7	3.495,0	309,9	0,3	2,2	31,7
110.213	Poá	3.272,3	3.631,8	3.691,1	3.869,7	3.966,8	6.140,4	54,8	0,5	6,3	55,7
110.449	Varzea Paulista	3.509,5	3.169,9	2.860,8	2.675,9	2.986,7	3.293,1	10,3	0,3	4,3	29,8
113.012	Guaratinguetá	3.634,3	3.837,4	3.465,7	3.082,4	3.388,1	3.940,1	16,3	0,3	3,2	34,9
113.323	Jandira	2.693,1	2.898,8	3.090,4	3.193,1	3.021,8	3.541,2	17,2	0,3	4,3	31,2
116.566	Araras	1.444,9	1.467,1	1.304,5	1.495,8	1.561,2	1.566,9	0,4	0,1	0,9	13,4
116.984	Catanduva	1.902,1	2.523,7	2.280,5	2.291,9	2.608,2	3.141,5	20,4	0,2	2,1	26,9
118.864	Ribeirão Pires	3.037,0	3.478,2	3.253,1	3.219,8	3.436,3	3.544,8	3,2	0,3	4,2	29,8
121.002	Cubatão	18.375,0	0,0	0,0	21.888,5	22.748,0	19.750,8	-13,2	1,5	4,1	163,2
121.274	Botucatu	1.380,0	1.917,3	1.803,4	1.745,0	1.519,1	1.528,3	0,6	0,1	1,4	12,6
124.816	Franco da Rocha	2.716,8	2.645,1	2.716,8	2.762,4	2.741,2	2.914,8	6,3	0,2	3,7	23,4
125.399	Jau	2.268,6	2.044,0	2.071,5	2.006,0	1.509,8	1.659,5	9,9	0,1	1,3	13,2
129.751	Atibaia	4.120,9	4.725,4	4.587,8	5.716,8	4.638,7	5.060,9	9,1	0,4	3,5	39,0
133.241	São Caetano do Sul	13.002,2	12.969,7	12.493,1	12.589,0	15.032,4	17.330,1	15,3	1,4	3,5	130,1
141.559	Mogi Guaçu	4.702,6	5.309,9	5.165,5	5.063,3	4.089,1	4.136,5	1,2	0,3	2,4	29,2
143.097	Itapetininga	2.862,7	3.381,9	3.922,4	4.040,1	3.842,1	4.220,9	9,9	0,3	4,0	29,5
143.621	Bragança Paulista	4.680,9	4.866,0	5.219,2	5.649,4	6.039,1	6.565,5	8,7	0,5	4,8	45,7
143.737	Pindamonhangaba	3.294,5	4.152,9	5.438,4	5.658,5	4.079,6	4.087,9	0,2	0,3	2,8	28,4
156.100	Itu	3.691,4	3.812,2	3.062,1	2.888,3	239,3	306,2	27,9	0,0	0,2	2,0
162.239	Itapeverica da Serra	3.868,2	4.905,0	4.819,3	5.236,9	4.715,8	4.944,3	4,8	0,4	3,8	30,5
170.585	Francisco Morato	1.776,4	1.979,6	2.078,2	2.019,7	2.526,2	2.918,9	15,5	0,2	3,1	17,1
176.532	Ferraz de Vasconcelos	2.356,6	2.816,0	2.951,1	2.885,5	3.176,2	3.273,2	3,1	0,3	3,6	18,5
179.685	Cotia	8.181,6	8.263,4	7.574,6	6.830,7	8.340,8	11.069,0	32,7	0,9	5,1	61,6
181.124	Indaiatuba	2.708,5	2.989,5	4.790,7	7.631,2	5.612,9	5.848,4	4,2	0,5	2,0	32,3
181.598	Araçatuba	6.302,4	7.027,6	8.046,0	8.039,8	8.123,0	8.198,9	0,9	0,6	3,7	45,1
188.417	Santa Bárbara d'Oeste	3.360,0	0,0	4.534,7	4.473,9	3.359,4	-	-	-	-	-
190.373	Rio Claro	6.030,3	7.875,1	8.280,6	8.206,5	8.947,6	9.732,5	8,8	0,8	4,2	51,1
199.657	Araraquara	4.677,0	5.376,5	5.680,5	5.821,1	5.072,9	5.338,0	5,2	0,4	2,6	26,7
201.795	Hortolândia	4.012,2	3.819,4	0,0	7.162,0	8.788,4	7.773,9	-11,5	0,6	3,6	38,5
202.683	Itapevi	3.828,4	4.406,6	4.719,7	0,0	4.125,5	5.192,6	25,9	0,4	3,6	25,6
203.845	Americana	4.125,4	4.697,4	4.849,3	5.356,6	5.710,0	6.075,6	6,4	0,5	2,3	29,8
206.704	Presidente Prudente	2.619,3	2.592,7	3.596,4	3.768,7	2.869,2	2.892,4	0,8	0,2	1,5	14,0
211.559	Jacareí	9.233,5	10.991,2	9.279,4	10.386,6	9.079,7	9.437,0	3,9	0,7	4,3	44,6
218.702	São Carlos	8.077,2	7.307,6	6.539,2	6.695,4	6.895,3	7.108,4	3,1	0,6	2,8	32,5
224.093	Marília	6.954,0	6.525,9	6.064,5	6.468,3	5.429,0	5.782,6	6,5	0,5	2,0	25,8
225.405	Taboão da Serra	8.295,6	8.492,1	8.414,8	0,0	8.611,9	9.359,8	8,7	0,7	4,0	41,5
237.900	Sumaré	3.990,1	3.349,9	3.872,2	4.542,9	4.709,0	5.827,8	23,8	0,5	2,8	24,5
245.386	Praia Grande	9.966,7	9.530,5	9.138,8	8.754,7	7.297,1	8.089,6	10,9	0,6	2,2	33,0
245.855	Embu	6.280,1	0,0	5.565,1	5.424,5	4.266,9	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0
265.549	Barueri	14.735,4	12.697,8	12.781,2	0,0	14.479,5	16.070,2	11,0	1,3	2,4	60,5
271.660	Taubaté	6.690,4	6.240,0	7.175,4	7.806,2	7.799,9	8.125,9	4,2	0,6	2,6	29,9
279.554	Limeira	3.466,8	4.640,1	4.851,9	5.225,6	5.332,0	4.732,5	-11,2	0,4	1,5	16,9
280.318	Suzano	9.465,0	9.826,4	10.147,3	10.307,8	9.049,0	8.458,1	-6,5	0,7	3,6	30,2
8.290.698	De 100 mil a 300 mil hab.	241.018,3	233.030,3	236.734,0	275.675,4	264.735,7	280.768,7	6,1	21,9	2,9	33,9
305.171	Guarujá	11.786,8	14.889,4	14.910,4	15.045,3	13.213,5	14.013,5	6,1	1,1	3,2	45,9
328.121	Franca	4.013,3	3.557,8	3.492,1	3.658,4	3.377,7	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0
329.370	São Vicente	10.565,8	11.478,9	11.477,3	9.771,4	10.231,5	10.625,8	3,9	0,8	3,9	32,3
348.621	Jundiaí	10.369,0	12.517,4	10.848,1	16.005,1	9.938,5	12.065,9	21,4	0,9	2,0	34,6
352.755	Itaquaquecetuba	4.666,6	4.131,6	4.552,8	4.650,5	4.243,2	3.654,8	-13,9	0,3	2,1	10,4
356.680	Bauru	9.026,1	7.943,9	7.244,7	0,0	5.734,8	5.476,5	-4,5	0,4	1,7	15,4
366.442	Piracicaba	7.424,1	8.329,7	8.205,8	9.840,2	8.180,3	9.807,6	19,9	0,8	2,2	26,8
372.419	Mogi das Cruzes	10.299,5	11.583,6	11.216,4	11.924,6	11.886,8	12.452,0	4,8	1,0	4,0	33,4
389.634	Carapicuíba	4.494,9	5.702,7	6.282,4	5.721,1	5.607,2	5.843,8	4,2	0,5	4,0	15,0
395.333	Diadema	15.318,9	14.460,4	14.091,9	14.442,2	14.097,8	12.725,5	-9,7	1,0	2,9	32,2
413.943	Mauá	11.729,4	11.423,0	11.227,7	13.093,7	13.913,7	15.525,0	11,6	1,2	5,1	37,5
415.508	São José do Rio Preto	8.262,7	8.501,3	7.342,6	7.321,3	6.120,6	7.146,6	16,8	0,6	1,7	17,2
418.375	Santos	32.120,1	31.788,6	29.362,3	26.967,8	27.977,8	28.638,4	2,4	2,2	3,6	68,5
559.650	Ribeirão Preto	20.602,3	20.755,4	21.096,2	19.722,7	18.293,8	20.974,3	14,7	1,6	3,0	37,5
578.068	Sorocaba	7.143,0	2.619,2	10.956,7	13.051,7	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0
610.965	São José dos Campos	26.346,4	27.132,2	24.371,7	24.129,5	23.595,3	23.826,4	1,0	1,9	2,6	39,0
673.234	Santo André	18.251,9	21.672,4	18.995,4	19.006,4	18.010,1	17.693,7	-1,8	1,4	1,9	26,3
714.950	Osasco	18.530,2	19.050,9	19.394,4	20.829,9	21.671,6	20.682,7	-4,6	1,6	3,0	28,9
803.906	São Bernardo do Campo	21.469,0	24.929,2	27.107,9	28.358,5	22.617,5	22.104,1	-2,3	1,7	1,6	27,5
1.059.420	Campinas	40.280,0	45.398,4	43.483,8	53.231,2	47.285,9	50.532,3	6,9	3,9	3,4	47,7
1.283.253	Guarulhos	30.319,5	33.004,5	32.504,3	36.431,8	39.335,0	40.348,0	2,6	3,1	2,9	31,4
11.075.818	Acima de 300 mil hab.	323.019,3	340.870,5	338.165,0	360.486,7	325.332,7	334.136,9	2,7	26,1	2,6	30,2
30.039.031	Interior	904.506,7	937.525,6	937.836,0	1.007.632,8	946.150,3	997.639,5	5,4	77,9	2,8	33,2
11.016.703	São Paulo	431.424,4	393.602,8	377.666,6	351.011,4	336.955,6	283.780,5	-15,8	22,1	1,7	25,8
41.055.734	Total	1.335.931,0	1.331.128,4	1.315.502,7	1.358.644,2	1.283.105,8	1.281.420,0	-0,1	100,0	2,4	31,2

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita corrente ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3); ^b exceto Paulínia.

Despesa com legislativos municipais

Posição	Municípios	Despesa com legislativo em reais	População 2006
1º	São Paulo	283.780.507	11.016.703
2º	Campinas	50.532.287	1.059.420
3º	Guarulhos	40.347.974	1.283.253
4º	Santos	28.638.403	418.375
5º	São José dos Campos	23.826.408	610.965
6º	São Bernardo do Campo	22.104.093	803.906
7º	Ribeirão Preto	20.974.303	559.650
8º	Osasco	20.682.712	714.950
9º	Cubatão	19.750.845	121.002
10º	Santo André	17.693.741	673.234
11º	São Caetano do Sul	17.330.064	133.241
12º	Barueri	16.070.173	265.549
13º	Paulínia	15.962.809	62.132
14º	Mauá	15.525.049	413.943
15º	Guarujá	14.013.499	305.171
16º	Diadema	12.725.529	395.333
17º	Mogi das Cruzes	12.451.963	372.419
18º	Jundiaí	12.065.860	348.621
19º	Cotia	11.069.024	179.685
20º	São Vicente	10.625.772	329.370
21º	São Sebastião	9.860.563	75.886
22º	Piracicaba	9.807.626	366.442
23º	Rio Claro	9.732.466	190.373
24º	Jacareí	9.437.024	211.559
25º	Taboão da Serra	9.359.785	225.405
26º	Suzano	8.458.073	280.318
27º	Araçatuba	8.198.851	181.598
28º	Taubaté	8.125.934	271.660
29º	Praia Grande	8.089.590	245.386
30º	Hortolândia	7.773.899	201.795
31º	São José do Rio Preto	7.146.599	415.508
32º	São Carlos	7.108.358	218.702
33º	Santana de Parnaíba	6.763.888	102.224
34º	Bragança Paulista	6.565.477	143.621
35º	Poá	6.140.433	110.213
36º	Americana	6.075.631	203.845
37º	Indaiatuba	5.848.389	181.124
38º	Carapicuíba	5.843.810	389.634
39º	Sumaré	5.827.771	237.900
40º	Marília	5.782.642	224.093
41º	Caraguatatuba	5.779.597	98.170
42º	Bauru	5.476.548	356.680
43º	Araraquara	5.338.022	199.657
44º	Itapevi	5.192.596	202.683
45º	Ubatuba	5.100.000	81.246
46º	Louveira	5.088.686	29.553
47º	Atibaia	5.060.922	129.751
48º	Itanhaém	4.996.824	91.153
49º	Itatiba	4.945.026	95.648
50º	Itapeçerica da Serra	4.944.328	162.239

Posição	Municípios	Despesa com legislativo em reais	População 2006
51º	Limeira	4.732.492	279.554
52º	Itapetininga	4.220.871	143.097
53º	Valinhos	4.182.126	94.124
54º	Mogi Guaçu	4.136.453	141.559
55º	Pindamonhangaba	4.087.883	143.737
56º	Guaratinguetá	3.940.093	113.012
57º	Vinhedo	3.665.137	57.269
58º	Itaquaquecetuba	3.654.768	352.755
59º	Ribeirão Pires	3.544.760	118.864
60º	Jandira	3.541.232	113.323
61º	Barretos	3.494.978	110.195
62º	Campos do Jordão	3.402.631	49.512
63º	Cajamar	3.401.356	63.344
64º	Ourinhos	3.371.755	106.350
65º	Sertãozinho	3.306.345	106.407
66º	Birigui	3.300.000	108.472
67º	Várzea Paulista	3.293.124	110.449
68º	Cruzeiro	3.291.706	77.076
69º	Ferraz de Vasconcelos	3.273.153	176.532
70º	Jaboticabal	3.148.834	73.524
71º	Catanduva	3.141.492	116.984
72º	Campo Limpo Paulista	3.003.378	77.277
73º	Peruibe	2.937.704	65.256
74º	Francisco Morato	2.918.907	170.585
75º	Franco da Rocha	2.914.762	124.816
76º	Presidente Prudente	2.892.352	206.704
77º	Tatui	2.864.868	107.115
78º	Itapeva	2.803.000	89.743
79º	Caiéiras	2.780.167	94.985
80º	Lorena	2.731.307	83.728
81º	Matão	2.586.205	77.769
82º	Caçapava	2.536.094	83.574
83º	Lençóis Paulista	2.087.414	62.580
84º	Andradina	2.056.924	57.195
85º	São Roque	2.017.784	73.778
86º	Mairinque	1.990.000	47.756
87º	Amparo	1.870.533	67.505
88º	Pereira Barreto	1.866.788	24.618
89º	Alumínio	1.864.377	16.357
90º	Lins	1.831.046	71.382
91º	Castilho	1.808.673	15.199
92º	Embu-Guaçu	1.793.805	72.170
93º	Votorantim	1.758.501	107.157
94º	Cosmópolis	1.742.331	50.525
95º	Ilha Solteira	1.728.119	25.684
96º	Bebedouro	1.711.999	80.027
97º	Nova Odessa	1.707.208	47.990
98º	Itupeva	1.675.165	32.097
99º	Jaú	1.659.513	125.399
100º	Batatais	1.649.078	56.290

Total dos 100 maiores

1.009.959.561

30.862.388

Total dos demais

271.460.474

10.193.346

Total geral

1.281.420.035

41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com legislativos municipais per capita

Posição	Municípios	Despesa com legislativo per capita	Despesa com legislativo	População 2006	Posição	Municípios	Despesa com legislativo per capita	Despesa com legislativo	População 2006
		em reais					em reais		
1º	Borá	264	218.897	828	51º	Pontes Gestal	102	226.218	2.224
2º	Paulínia	257	15.962.809	62.132	52º	São João do Pau d'Alho	101	173.609	1.711
3º	Nova Castilho	232	239.509	1.032	53º	Quadra	101	324.840	3.205
4º	Fernão	214	265.902	1.241	54º	Guarani d'Oeste	101	214.437	2.132
5º	Águas de São Pedro	213	429.625	2.020	55º	Floreal	99	295.031	2.984
6º	Timburi	208	551.056	2.643	56º	Iaras	97	360.000	3.718
7º	União Paulista	181	249.955	1.379	57º	Nova Guataporanga	97	198.290	2.053
8º	Balbinos	178	245.316	1.381	58º	Inúbia Paulista	96	315.102	3.291
9º	Sebastianópolis do Sul	173	445.238	2.568	59º	Rubineia	95	275.497	2.895
10º	Louveira	172	5.088.686	29.553	60º	Sagres	95	216.000	2.281
11º	Santa Salete	165	227.300	1.375	61º	Jeriquara	92	305.218	3.303
12º	Pracinha	165	232.294	1.407	62º	Emilianópolis	92	264.666	2.886
13º	Dirce Reis	164	231.639	1.416	63º	Ribeirão dos Índios	91	211.973	2.331
14º	Cubatão	163	19.750.845	121.002	64º	Avai	90	411.960	4.561
15º	Nantes	159	347.817	2.188	65º	Taciba	90	502.332	5.569
16º	Santa Clara d'Oeste	147	271.000	1.847	66º	Alto Alegre	90	346.890	3.872
17º	Sandovalina	143	515.917	3.596	67º	Itaóca	88	252.231	2.856
18º	Ouroeste	140	1.019.996	7.286	68º	Lutécia	88	271.675	3.087
19º	Zacarias	140	270.721	1.937	69º	Populina	88	376.557	4.285
20º	Luis Antônio	139	1.133.858	8.136	70º	Santo Antônio do Aracanguá	88	604.000	6.874
21º	Arco-Íris	136	312.141	2.303	71º	Espírito Santo do Turvo	88	368.215	4.195
22º	Bento de Abreu	132	314.950	2.392	72º	Elisiário	85	221.261	2.606
23º	Ilha Comprida	131	1.263.923	9.622	73º	Monte Castelo	85	307.628	3.624
24º	Nova Independência	131	277.019	2.114	74º	Canas	85	349.870	4.127
25º	São Caetano do Sul	130	17.330.064	133.241	75º	Marabá Paulista	84	325.241	3.851
26º	São Sebastião	130	9.860.563	75.886	76º	Indiaporã	84	295.940	3.534
27º	Estrela do Norte	127	320.000	2.513	77º	Colômbia	83	538.615	6.451
28º	Rubiácea	123	260.498	2.114	78º	Anhembi	83	439.822	5.273
29º	Turiúba	123	216.000	1.754	79º	Novais	83	275.176	3.325
30º	Monções	122	245.485	2.016	80º	Campos Novos Paulista	83	355.746	4.304
31º	Vitória Brasil	122	224.475	1.845	81º	Platina	81	235.268	2.895
32º	Barão de Antonina	122	318.626	2.621	82º	Nuporanga	81	543.682	6.693
33º	Pedrinhas Paulista	120	369.498	3.067	83º	Gavião Peixoto	81	329.715	4.062
34º	Castilho	119	1.808.673	15.199	84º	Santana da Ponte Pensa	81	124.967	1.546
35º	Mira Estrela	119	301.577	2.544	85º	Adolfo	81	321.815	3.989
36º	Florínia	117	375.803	3.212	86º	Nova Luzitânia	80	227.000	2.825
37º	Pedranópolis	115	283.285	2.460	87º	Uru	80	115.924	1.445
38º	Alumínio	114	1.864.377	16.357	88º	Jumirim	80	210.464	2.630
39º	Onda Verde	114	437.728	3.845	89º	Marinópolis	79	179.578	2.274
40º	Altair	113	422.191	3.745	90º	Planalto	79	299.832	3.798
41º	Parisi	112	254.557	2.268	91º	Ipiguá	79	339.905	4.318
42º	Queiroz	112	262.901	2.345	92º	Holambra	79	670.433	8.532
43º	Buritzal	111	399.382	3.583	93º	Cândido Rodrigues	78	221.548	2.824
44º	Lourdes	110	248.790	2.259	94º	Paranapanema	78	1.360.500	17.516
45º	Brejo Alegre	110	280.998	2.552	95º	Marapoama	78	196.608	2.536
46º	Cruzália	107	274.951	2.566	96º	Nipoã	77	279.979	3.615
47º	Águas de Santa Bárbara	107	662.693	6.208	97º	Torre de Pedra	77	217.976	2.815
48º	São João das Duas Pontes	103	265.225	2.563	98º	Ipeúna	77	429.424	5.554
49º	Paulistânia	103	202.559	1.967	99º	Dolcinópolis	77	169.208	2.195
50º	Aspásia	102	183.302	1.789	100º	Rifaina	77	279.270	3.641
Total dos 100 maiores							136	103.917.753	765.028
Total dos demais							29	1.177.502.283	40.290.706
Total geral							31	1.281.420.035	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Educação

A partir desta edição, o anuário **Finanças dos Municípios Paulistas** passa a publicar os dados do gasto municipal em educação e alguns indicadores da área como o gasto por aluno, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as notas da Prova Brasil.

Com essas informações, o administrador público poderá comparar o desempenho do seu gasto com o dos demais municípios do Estado de São Paulo, desde 2002. Será possível verificar, também, se um determinado município, cujo gasto por aluno em 2006 foi elevado em relação aos demais, obteve bons resultados na Prova Brasil e no Ideb de 2005, único ano com dados disponíveis.

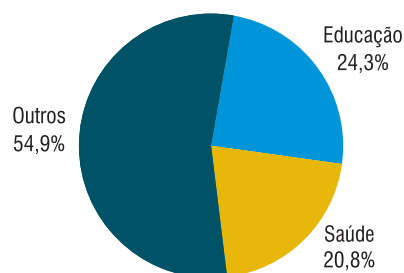
A **Prova Brasil** compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e sua primeira edição foi realizada em novembro de 2005, em 5.387 municípios de todo o Brasil. Nessa prova são avaliados os conhecimentos em matemática e língua portuguesa dos alunos da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental de escolas públicas urbanas. O objetivo é expor à sociedade, aos administradores, gestores, professores, diretores, alunos e especialistas uma série de informações que permitem qualificar o sistema de ensino e, a partir daí, elaborar estratégias para superar as deficiências e as desigualdades entre estabelecimentos e até entre regiões do país. A divulgação dos melhores resultados também permite a disseminação de boas experiências.

O **Ideb** conjuga a avaliação de rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) divulgadas pelo Censo Escolar, com as médias de desempenho, aferidas pela Prova Brasil e pelo Saeb. É um índice com valores de 0 a 10, que sintetiza informações sobre aprendizagem e fluxo do ensino fundamental (1ª e 2ª fases, ou seja, 4ª e 8ª séries) e do ensino médio, para cada Estado e município. O Ideb de 2005 para o Brasil foi 3,8 na 1ª fase, 3,5 na 2ª fase e 3,4 no ensino médio, sendo estabelecidas metas para se chegar a 6,0, 5,5 e 5,2 até o ano de 2022, nas respectivas fases dos ensinos fundamental e médio.

Os municípios brasileiros cumprem a obrigação constitucional de aplicar na educação um mínimo de 25% do total da receita proveniente de impostos, incluídas as transferências oriun-

das de impostos (artigo 212 da Constituição Federal). Essa vinculação foi estabelecida com o objetivo de garantir recursos estáveis para uma das mais importantes políticas públicas. Possibilita a universalização do ensino e a melhoria de sua qualidade, fazendo da educação uma das áreas que mais recebe recursos na administração municipal. Em 2006, do total do dispêndio dos municípios paulistas, 24,3% foram feitos na função educação, seguido pela saúde, com 20,8%, conforme se verifica no gráfico seguinte.

Participação do gasto municipal com educação e saúde no gasto total - 2006



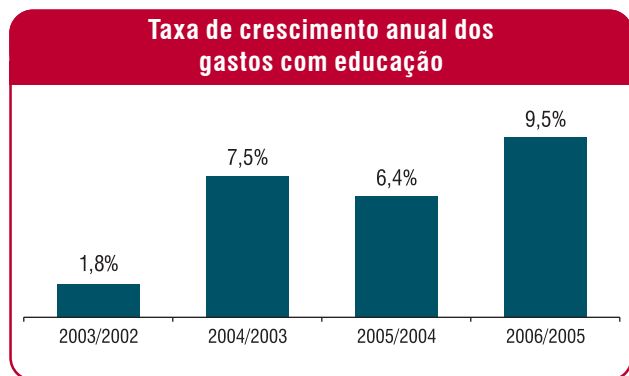
> DESEMPENHO

Os gastos em educação têm apresentado taxas de crescimento relevantes nos últimos quatro anos. Segundo dados dos balanços municipais, o valor desembolsado pelo conjunto dos municípios paulistas em 2006, de R\$ 12,66 bilhões, foi 27,3% acima do efetivado em 2002. Em relação ao ano anterior, o aumento foi de 9,5%, com recursos adicionais aplicados de R\$ 1,09 bilhão.

Dentre os municípios com população acima de 100 mil habitantes, os destaques em termos de taxa de crescimento são Barretos, onde os gastos com educação variaram 62,7% entre 2005 e 2006, passando de R\$ 37 milhões para R\$ 60,1 milhões. O aumento também foi expressivo em Itaquaquecetuba (48,2%), Franco da Rocha (40,2%), Ferraz de Vasconcelos (38,7%), Sumaré (31,6%), Paulínia (30,9%), Taubaté (27,6%) e Pindamonhangaba (25%). A capital paulista, apesar de crescer a taxa menor do que a média estadual, respondeu por um acréscimo absoluto de R\$ 252,4 milhões na educação. Seguiram-se a ela, em termos de aportes adicionais relevantes à função, Guarulhos (R\$ 36,8 milhões), Taubaté (mais R\$ 25,7 milhões) e Itaquaquecetuba (R\$ 23,4 milhões).

No global, o interior teve um desempenho relativo melhor que o da capital, notadamente os municípios com população

entre 30 mil e 50 mil habitantes. As cidades com retração de gastos foram minoritários, sendo essa mais intensa em Marília (-14,0%), Guaratinguetá (-11,6%), Campinas (-9,6%), Jacareí (-8,6%) e Mauá (-8,3%). Destaca-se a queda de gastos em Campinas, que representou R\$ 31,4 milhões a menos para a função.



> GASTO EM EDUCAÇÃO POR ALUNO DA REDE MUNICIPAL

O nível de gasto anual por aluno é bastante dispar entre os municípios paulistas. Em média, o dispêndio por estudante é de R\$ 3.575, sendo que, das 578 cidades com dados disponíveis, 59% gastaram 20% acima ou abaixo da média. Ressalte-se ainda que 65% dos municípios gastaram abaixo da média.

Numa estratificação por faixa de gasto revela-se que 42,4% desses municípios aplicam entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil por aluno ao ano, conforme mostra a tabela abaixo. A faixa de gasto entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil é a que detém a segunda maior concentração de municípios, ou seja, 28,9% deles.

Entretanto, é possível verificar, no topo do *ranking*, pequenas cidades como Nova Canaã Paulista (2.292 habitantes), Santa Salete (1.375 habitantes) e Monções (2.016 habitantes), que aplicaram no ensino R\$ 23.190, R\$ 19.386 e

R\$ 17.516 por aluno, respectivamente. Deve ser considerado que essas cidades registraram menos de 40 alunos cada uma. Em quarto lugar no *ranking* está São Caetano do Sul, que gasta R\$ 15.922 por aluno e conta com pouco mais de 133 mil habitantes e 9.326 alunos. No outro extremo, encontram-se Ipaussu, Planalto e São Roque, com R\$ 1.721, R\$ 1.731 e R\$ 1.838 de gasto por aluno.

Os gastos em educação por aluno guardam uma estreita relação com os níveis de receita per capita, tendo em vista a exigência constitucional de vinculação de receitas à educação. Dessa forma, municípios que, por fatores estruturais, possuem baixo nível de receita por habitante, tendem a possuir um menor valor de gasto por aluno e vice-versa. São Caetano do Sul, por exemplo, a quarta em gasto por aluno, ocupou a décima posição entre as maiores receitas por habitante em 2006. Carapicuíba, que nesse mesmo ano foi o município que apresentou a menor receita per capita entre os municípios paulistas, ocupou a 367ª posição no gasto por aluno, entre as 578 cidades que apresentaram dados em 2006.

> GASTO POR ALUNO X DESEMPENHO NO IDEB

Quando são confrontados os gastos por aluno com o desempenho do ensino fundamental municipal no Ideb, verifica-se que maiores volumes de recursos aplicados na educação nem sempre se traduzem em melhor qualidade do ensino.

Como referência geral tem-se que a nota média para o ensino de 1ª a 4ª séries, fase inicial, foi de 4,8, e o ensino de 5ª a 8ª séries, fase final, foi de 4,0.

Os 12 municípios paulistas com os maiores valores do Ideb na fase inicial e os 12 com os maiores valores na fase final não são os que possuem os gastos por aluno mais elevados. Todos eles se localizam abaixo da 106ª posição no *ranking* do gasto por aluno.

Número de municípios por faixa de gasto por aluno na educação municipal - 2006

Faixas de gasto anual por aluno	Número de municípios	%
Acima de R\$ 10.000	17	2,9%
Entre R\$ 6.000 e 10.000	33	5,7%
Entre R\$ 5.000 e 6.000	39	6,7%
Entre R\$ 4.000 e 5.000	73	12,6%
Entre R\$ 3.000 e 4.000	167	28,9%
Entre R\$ 2.000 e 3.000	245	42,4%
Abaixo de R\$ 2.000	4	0,7%
Total	578	100,0%

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Número de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na fase inicial do Ideb destacaram-se os municípios de Barra do Chapéu, Dolcinópolis, Itápolis, Dois Córregos, São João das Duas Pontes, Lavinia, Votuporanga e Orindiúva, todos com avaliação igual ou superior à meta 6,0 do governo federal para 2022. Barra do Chapéu, mesmo sendo um dos municípios com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humanos (IDHs) do Estado, com gasto por aluno de apenas R\$ 3.098, que o colocou na 302ª posição da lista, conseguiu o melhor resultado no Ideb relativo aos anos iniciais. Situado no Vale do Ribeira, foi palco de uma ação privada empreendida em 2005 pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), que adotou o município para ensinar-lhe técnicas de gestão. Destacam-se também Bariri e Bilac, os quais, com gastos por aluno bem abaixo da média estadual, ocupando respectivamente a 495ª e a 481ª posições, alcançaram a nota 5,9 no Ideb, cada um.

Por outro lado, municípios com gastos em educação relevantes, tais como Barretos e Santos, apresentam notas do Ideb equivalentes a 4,8 e 4,4, localizando-se na 187ª e 341ª po-

sições na classificação da primeira fase, respectivamente.

Na segunda fase, cabe evidenciar Porto Ferreira, com nota acima da meta 5,5 estabelecida pelo governo federal para 2022. Com notas entre 5,1 e 5,3 e baixos gastos por aluno, destacam-se Angatuba, Lavrinhas, Bariri e Sorocaba. Angatuba, em particular, segunda colocada em termos de notas na segunda fase, está na 553ª posição no *ranking* de gastos por aluno. Cabe menção à Santa Cruz do Rio Pardo, com a excelente nota de 4,9, e ocupando a 437ª posição no *ranking* de gastos por aluno.

Pode-se concluir que o gasto por aluno mais elevado está longe de explicar o melhor desempenho qualitativo desses 24 municípios nas respectivas fases. Parece se tratar mais de aspectos ligados à específica dinâmica socioeconômica local, ao que se agrega o sentido de prioridade social, a cooperação da sociedade e a criatividade, aspectos que deram bons resultados no pequeno Município de Barra do Chapéu.

Maiores valores no Ideb (anos iniciais) de 2005 e gasto anual com educação por aluno em 2006

Município*	Ideb anos iniciais do ensino fundamental 2005	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2006 em reais	Posição no <i>ranking</i> do gasto por aluno 2006
Barra do Chapéu	6,8	3.098	302º
Dolcinópolis	6,6	3.872	167º
Itápolis	6,3	3.568	204º
Dois Córregos	6,3	3.465	220º
São João das Duas Pontes	6,3	3.300	254º
Lavinia	6,1	3.009	326º
Votuporanga	6,0	3.031	321º
Orindiúva	6,0	3.605	199º
Sud Mennucci	5,9	3.076	307º
Bariri	5,9	2.499	495º
Sebastianópolis do Sul	5,9	4.713	109º
Bilac	5,9	2.525	481º

Maiores valores no Ideb (anos finais) de 2005 e gasto anual com educação por aluno em 2006

Município*	Ideb anos finais do ensino fundamental 2005	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2006 em reais	Posição no <i>ranking</i> do gasto por aluno 2006
Porto Ferreira	5,9	2.633	451º
Angatuba	5,3	2.268	553º
Lavrinhas	5,3	2.727	419º
Bariri	5,2	2.499	495º
Sorocaba	5,1	2.835	382º
Martinópolis	5,0	-	-
Ribeirão Pires	4,9	3.589	202º
Santa Cruz do Rio Pardo	4,9	2.680	437º
São José dos Campos	4,9	4.739	107º
Matão	4,8	4.044	157º
Quadra	4,8	3.135	291º
Elisiário	4,7	2.577	468º

*Selecionados os 12 municípios que obtiveram maior Ideb na primeira fase e os 12 maiores da segunda fase.

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Número de matrículas do Ideb do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Avaliando também os 12 municípios com os mais baixos valores no Ideb, tanto na fase inicial quanto na final, pode-se perceber que são todos pequenos e do interior. Os piores resultados dos 24 municípios aparecem especialmente na região de Ribeirão Preto e na do Vale do Paraíba Paulista.

Na etapa inicial, os piores resultados do Estado em termos de nota estão em Queiroz e Paulistânia: o primeiro, com gastos por aluno de R\$ 5.603, bem acima da média estadual, e nota equivalente a 3,2; o segundo, ocupando a 194ª posição de gastos por aluno, acima da média do Estado, mesmo assim com baixo resultado no Ideb. Dos demais municípios classificados como os piores no ensino de 1ª a 4ª séries deve-se chamar a atenção para São Simão e Pla-

tina, ambos com gasto por aluno acima da média do Estado.

Na fase final, que testa a qualidade do ensino nas séries de 5ª a 8ª, os piores resultados estão em Arapeí e Holambra, ambas também classificadas no rol das 12 piores da fase inicial. À exceção de Buritizal, que tem um gasto com aluno elevado, de R\$ 4.303, ocupando a 137ª posição em gastos, todos os demais municípios dessa classificação gastam abaixo da média paulista.

Conclui-se que, distintamente do desempenho qualitativo favorável, os resultados qualitativos desfavoráveis têm como importante fator explicativo o baixo gasto por aluno verificado naqueles municípios.

Menores valores no Ideb (anos iniciais) de 2005 e gasto anual com educação por aluno em 2006

Município*	Ideb anos iniciais do ensino fundamental 2005	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2006 em reais	Posição no ranking do gasto por aluno 2006
Queiroz	3,2	5.603	61º
Paulistânia	3,4	3.649	194º
Arapeí	3,5	-	-
Emilianópolis	3,5	2.919	361º
São Simão	3,5	3.673	190º
Trabiju	3,5	-	-
Vargem	3,5	2.737	417º
Serra Azul	3,7	3.007	327º
Itapirapuã Paulista	3,7	2.743	414º
Ribeirão Corrente	3,7	2.248	557º
Platina	3,7	4.533	118º
Holambra	3,7	2.699	429º

*Selecionados os 12 municípios que obtiveram maior Ideb na primeira fase.

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Número de matrículas do Ideb do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Menores valores no Ideb (anos finais) de 2005 e gasto anual com educação por aluno em 2006

Município*	Ideb anos finais do ensino fundamental 2005	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2006 em reais	Posição no ranking do gasto por aluno 2006
Arapeí	2,5	-	-
Holambra	2,7	2.699	429º
Canitar	2,8	1.939	575º
Trabiju	2,9	-	-
Emilianópolis	3,0	2.919	361º
Jeriquara	3,0	3.098	304º
Buritizal	3,1	4.303	137º
Canas	3,1	2.393	521º
Ribeirão Bonito	3,1	2.416	516º
Potirendaba	3,2	2.576	469º
São José do Barreiro	3,2	-	-
Serrana	3,2	2.423	511º

*Selecionados os 12 municípios que obtiveram maior Ideb na segunda fase.

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Número de matrículas do Ideb do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Despesa com educação - 2002-2006

Município	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005 em %	Participação 2006 em %		Desp. educ. per capita por aluno da rede mun. 2006 em reais	Desp. educ. por aluno da rede mun. 2006 em reais	Número de alunos da rede municipal 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA						no total da desp. educ.	na rec. corr.ª			
Até 10 mil habitantes	477.686,7	458.468,3	479.174,0	515.147,3	574.158,0	11,5	4,5	27,0	411,6	3.348,3	171.479
De 10 mil a 30 mil hab.	780.769,7	821.129,8	870.323,0	916.796,0	1.015.294,3	10,7	8,0	29,8	339,1	3.014,4	336.814
De 30 mil a 50 mil hab.	627.377,3	644.075,8	688.614,4	735.233,2	840.952,6	14,4	6,6	29,6	323,2	3.068,7	274.042
De 50 mil a 100 mil hab. ^b	884.918,2	910.652,4	969.865,2	970.572,0	1.097.035,4	13,0	8,7	27,6	303,1	3.020,7	363.171
Paulínia	98.701,4	106.402,7	112.219,4	117.018,8	153.126,4	30,9	1,2	24,7	2.464,5	11.177,1	13.700
Santana de Parnaíba	42.489,0	48.609,3	50.147,8	59.335,6	63.724,0	7,4	0,5	28,0	623,4	2.770,6	23.000
Ourobranco	22.536,6	24.302,4	24.800,5	28.608,3	29.953,4	4,7	0,2	24,2	281,6	2.573,3	11.640
Sertãozinho	27.341,8	30.505,2	27.801,3	31.771,0	35.132,9	10,6	0,3	26,8	330,2	2.496,1	14.075
Tatui	12.673,5	9.943,2	12.361,2	24.916,8	29.763,2	19,5	0,2	34,3	277,9	2.672,2	11.138
Votorantim	22.212,0	0,0	23.240,2	23.153,6	27.773,4	20,0	0,2	28,3	259,2	2.222,1	12.499
Birigui	20.394,4	21.937,3	24.357,2	25.593,1	26.155,0	2,2	0,2	25,2	241,1	2.892,6	9.042
Salto	18.080,2	16.895,9	16.436,1	22.872,8	24.443,2	6,9	0,2	22,3	225,2	3.376,6	7.239
Barretos	32.336,6	36.465,5	40.015,5	36.975,7	60.160,6	62,7	0,5	38,5	545,9	6.272,6	9.591
Poá	19.036,8	18.941,0	21.534,8	26.228,5	32.417,4	23,6	0,3	33,1	294,1	3.281,4	9.879
Várzea Paulista	15.406,1	16.409,2	20.567,5	17.838,8	18.965,0	6,3	0,1	24,8	171,7	2.421,8	7.831
Guaratiningueta	23.638,2	25.169,1	25.493,1	25.415,5	22.468,8	-11,6	0,2	18,2	198,8	2.510,8	8.949
Jandira	18.117,7	19.315,7	21.730,7	24.109,6	23.896,7	-0,9	0,2	28,7	210,9	2.377,8	10.050
Araras	31.630,4	32.820,4	32.291,5	36.065,7	39.592,2	9,8	0,3	23,5	339,7	3.471,8	11.404
Catanduva	32.048,0	34.235,6	35.357,4	33.920,9	40.219,1	18,6	0,3	27,2	343,8	3.690,5	10.898
Ribeirão Pires	16.819,6	15.328,2	16.295,8	17.456,9	18.547,0	6,2	0,1	21,8	156,0	3.588,8	5.168
Cubatão	79.806,6	83.559,6	79.039,8	78.603,4	78.937,1	0,4	0,6	16,6	652,4	4.350,8	18.143
Botucatu	22.936,3	19.168,5	22.394,6	23.215,1	25.780,0	11,0	0,2	23,7	212,6	2.952,4	8.732
Franco da Rocha	11.658,8	12.320,4	12.656,9	13.169,1	18.457,0	40,2	0,1	23,2	147,9	2.666,8	6.921
Jauá	24.221,0	25.520,6	25.409,2	28.343,5	31.295,8	10,4	0,2	24,4	249,6	2.620,2	11.944
Atibaia	23.876,3	29.330,0	29.986,0	31.912,8	34.776,7	9,0	0,3	24,2	268,0	3.044,2	11.424
São Caetano do Sul	131.603,4	154.339,1	134.270,7	138.037,5	148.485,4	7,6	1,2	29,7	1.114,4	15.921,7	9.326
Mogi Guaçu	43.842,1	38.588,5	37.741,2	42.059,7	47.988,9	14,1	0,4	27,6	339,0	3.343,7	14.352
Itapetininga	21.594,8	27.808,9	24.792,6	29.554,4	31.140,0	5,4	0,2	29,3	217,6	2.577,6	12.081
Bragança Paulista	40.122,9	30.570,8	0,0	37.241,9	38.667,7	3,8	0,3	28,2	269,2	2.839,5	13.618
Pindamonhangaba	20.827,4	20.977,1	23.162,8	28.674,0	35.829,0	25,0	0,3	24,5	249,3	3.839,0	9.333
Itu	27.385,9	25.212,5	31.732,4	32.995,8	39.341,7	19,2	0,3	22,2	252,0	3.381,9	11.633
Itapeverica da Serra	29.723,9	33.559,1	35.776,6	35.287,8	39.796,1	12,8	0,3	31,0	245,3	2.746,4	14.490
Francisco Morato	20.579,1	27.569,5	32.301,7	32.762,4	32.677,7	-0,3	0,3	34,9	191,6	2.265,4	14.425
Ferraz de Vasconcelos	16.316,7	21.050,3	21.596,9	21.664,2	30.058,3	38,7	0,2	33,5	170,3	2.123,5	14.155
Cotia	59.676,4	63.698,8	68.172,9	62.640,2	76.270,3	21,8	0,6	34,9	424,5	3.230,6	23.609
Indaiatuba	45.995,5	45.506,9	53.849,5	55.287,9	61.489,9	11,2	0,5	21,3	339,5	3.867,5	15.899
Araçatuba	34.409,1	37.550,2	33.311,2	37.621,5	40.874,6	8,6	0,3	18,4	225,1	3.158,3	12.942
Santa Bárbara d'Oeste	0,0	21.293,7	24.521,9	27.349,0	-	-	-	-	-	-	11.539
Rio Claro	33.651,4	33.727,9	37.458,0	43.696,2	51.309,9	17,4	0,4	22,2	269,5	2.941,9	17.441
Araraquara	39.988,8	39.975,0	46.309,6	47.699,7	50.643,8	6,2	0,4	25,0	253,7	3.552,7	14.255
Hortolândia	38.231,9	0,0	50.814,7	55.739,5	54.001,9	-3,1	0,4	25,1	267,6	2.659,4	20.306
Itapevi	51.290,1	51.568,6	0,0	47.115,4	54.437,7	15,5	0,4	37,8	268,6	2.210,3	24.629
Americana	41.449,6	36.159,7	40.293,4	42.695,3	46.809,4	9,6	0,4	17,9	229,6	3.649,0	12.828
Presidente Prudente	37.052,4	37.012,5	39.221,2	43.851,8	45.219,4	3,1	0,4	23,8	218,8	3.368,3	13.425
Jacareí	51.141,3	46.038,3	49.819,2	46.962,8	42.926,6	-8,6	0,3	19,5	202,9	3.567,7	12.032
São Carlos	36.323,7	37.003,2	35.643,6	41.780,4	44.195,4	5,8	0,3	17,7	202,1	3.230,0	13.683
Marília	41.955,5	43.534,3	49.949,5	49.013,2	42.148,7	-14,0	0,3	14,9	188,1	2.167,2	19.448
Taboão da Serra	39.747,5	44.613,0	0,0	51.570,8	63.954,0	24,0	0,5	27,5	283,7	2.426,2	26.360
Sumaré	33.226,5	34.130,1	37.522,1	42.128,8	55.459,9	31,6	0,4	26,8	233,1	3.054,8	18.155
Praia Grande	68.708,6	70.043,8	81.643,8	84.639,7	92.330,8	9,1	0,7	25,2	376,3	2.661,4	34.692
Embu	0,0	37.956,9	42.548,8	39.977,0	41.453,1	3,7	0,3	28,2	168,6	2.346,6	17.665
Barueri	184.627,7	173.133,5	184.285,5	210.264,2	221.496,7	5,3	1,7	33,7	834,1	3.881,7	57.062
Taubaté	71.847,2	83.897,8	95.157,5	93.198,8	118.930,2	27,6	0,9	37,5	437,8	2.957,5	40.213
Limeira	62.348,8	59.975,1	59.128,8	68.059,8	82.337,3	21,0	0,7	26,8	294,5	3.491,4	23.583
Suzano	46.055,5	49.513,2	0,0	58.433,7	69.812,2	19,5	0,6	30,0	249,0	3.456,6	20.197
De 100 mil a 300 mil hab.	1.944.319,5	2.009.247,4	2.118.006,7	2.257.510,4	2.509.095,3	11,1	19,8	26,0	302,6	3.204,7	782.943
Guarujá	90.998,9	96.589,6	117.127,9	125.991,8	141.730,4	12,5	1,1	32,1	464,4	5.282,3	26.831
Franca	50.666,4	48.767,5	61.802,9	61.807,2	64.619,3	4,5	0,5	25,4	196,9	4.010,9	16.111
São Vicente	89.161,6	81.725,5	83.677,6	102.108,0	107.021,2	4,8	0,8	38,8	324,9	2.498,3	42.837
Jundiaí	104.210,1	101.582,6	107.466,3	113.579,2	123.122,0	8,4	1,0	20,2	353,2	4.239,4	29.042
Itaquaquecetuba	43.834,4	52.403,5	52.214,6	48.599,1	72.016,2	48,2	0,6	40,8	204,2	2.866,9	25.120
Bauru	44.457,1	46.816,8	0,0	53.172,6	55.225,2	3,9	0,4	17,2	154,8	2.793,0	19.773
Piracicaba	73.187,0	69.559,2	74.629,0	78.229,3	87.653,8	12,0	0,7	20,0	239,2	4.883,2	17.950
Mogi das Cruzes	56.376,8	61.307,7	68.525,8	71.448,8	77.432,1	8,4	0,6	24,6	207,9	3.102,9	24.955
Carapicuíba	20.782,2	20.532,9	29.310,0	39.522,1	42.484,9	7,5	0,3	29,3	109,0	2.888,2	14.710
Diadema	70.424,0	67.706,6	79.036,8	89.719,5	96.921,0	8,0	0,8	22,3	245,2	5.781,2	16.765
Mauá	72.535,3	46.753,5	48.029,9	54.057,5	49.555,2	-8,3	0,4	16,2	119,7	3.326,5	14.897
São José do Rio Preto	82.531,2	84.775,0	99.525,9	93.539,0	102.605,7	9,7	0,8	23,8	246,9	3.846,2	26.677
Santos	137.979,9	144.754,1	156.550,2	155.349,3	169.776,8	9,3	1,3	21,6	405,8	5.914,9	28.703
Ribeirão Preto	113.533,2	105.473,0	111.932,7	115.074,5	119.898,3	4,2	0,9	17,1	214,2	3.438,3	34.871
Sorocaba	90.760,6	116.698,7	109.381,2	106.663,5	124.033,6	16,3	1,0	22,0	214,6	2.835,4	43.745
São José dos Campos	187.694,6	191.201,9	215.274,8	216.655,5	231.720,5	7,0	1,8	25,5	379,3	4.738,8	48.899
Santo André	107.132,1	119.625,4	132.072,0	119.342,1	125.329,0	5,0	1,0	13,4	186,2	4.785,9	26.187
Osasco	117.686,4	124.980,6	151.643,4	147.161,3	165.146,9	12,2	1,3	24,1	231,0	2.665,1	61.967
São Bernardo do Campo	221.022,9	247.561,3	280.034,6	269.424,2	264.626,0	-1,8	2,1	19,5	329,2	3.470,7	76.246
Campanas	258.677,6	258.269,8	282.373,3	327.146,0	295.698,2	-9,6	2,3	20,1	279,1	5.496,9	53.794
Guarulhos	220.126,4	176.574,5	192.781,6	212.415,1	249.171,8	17,3	2,0	18,1	194,2	3.004,9	82.922
Acima de 300 mil hab.	2.253.778,4	2.263.659,6	2.501.563,0	2.601.005,4	2.765.788,0	6,3	21,8	21,4	249,7	3.773,2	733.002
Interior	7.067.551,2	7.213.635,9	7.739.765,7	8.113.283,0	8.955.450,0	10,4	70,7	25,2	298,1	3.347,6	2.675.151
São Paulo	2.876.258,2	2.904.715,9	3.132.793,7	3.452.691,5	3.705.078,0	7,3	29,3	22,1	336,3	4.274,9	866.701
Total	9.943.809,3	10.118.351,8	10.872.559,4	11.565.974,5	12.660.528,1	9,5	100,0	24,2	308,4	3.574,6	3.541.852

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), INEP e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita corrente ajustada dos feitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3); ^b exceto Paulínia.

Despesa com educação

Posição	Municípios	Despesa com educação em reais	Número de alunos	População 2006
1º	São Paulo	3.705.078.028	866.701	11.016.703
2º	Campinas	295.698.181	53.794	1.059.420
3º	São Bernardo do Campo	264.625.975	76.246	803.906
4º	Guarulhos	249.171.832	82.922	1.283.253
5º	São José dos Campos	231.720.465	48.899	610.965
6º	Barueri	221.496.654	57.062	265.549
7º	Santos	169.776.784	28.703	418.375
8º	Osasco	165.146.869	61.967	714.950
9º	Paulínia	153.126.414	13.700	62.132
10º	São Caetano do Sul	148.485.426	9.326	133.241
11º	Guarujá	141.730.406	26.831	305.171
12º	Santo André	125.329.035	26.187	673.234
13º	Sorocaba	124.033.619	43.745	578.068
14º	Jundiaí	123.121.978	29.042	348.621
15º	Ribeirão Preto	119.898.309	34.871	559.650
16º	Taubaté	118.930.159	40.213	271.660
17º	São Vicente	107.021.214	42.837	329.370
18º	São José do Rio Preto	102.605.665	26.677	415.508
19º	Diadema	96.920.990	16.765	395.333
20º	Praia Grande	92.330.836	34.692	245.386
21º	Piracicaba	87.653.782	17.950	366.442
22º	Limeira	82.337.314	23.583	279.554
23º	Cubatão	78.937.138	18.143	121.002
24º	Mogi das Cruzes	77.432.077	24.955	372.419
25º	Cotia	76.270.347	23.609	179.685
26º	Itaquaquecetuba	72.016.244	25.120	352.755
27º	Suzano	69.812.229	20.197	280.318
28º	Franca	64.619.289	16.111	328.121
29º	Taboão da Serra	63.954.044	26.360	225.405
30º	Santana de Parnaíba	63.724.023	23.000	102.224
31º	Indaiatuba	61.489.854	15.899	181.124
32º	Barretos	60.160.612	9.591	110.195
33º	Sumaré	55.459.853	18.155	237.900
34º	Bauru	55.225.199	19.773	356.680
35º	São Sebastião	54.602.193	13.612	75.886
36º	Itapevi	54.437.703	24.629	202.683
37º	Hortolândia	54.001.929	20.306	201.795
38º	Rio Claro	51.309.940	17.441	190.373
39º	Araraquara	50.643.801	14.255	199.657
40º	Mauá	49.555.153	14.897	413.943
41º	Mogi Guaçu	47.988.909	14.352	141.559
42º	Americana	46.809.441	12.828	203.845
43º	Presidente Prudente	45.219.428	13.425	206.704
44º	São Carlos	44.195.446	13.683	218.702
45º	Itatiba	43.019.269	16.012	95.648
46º	Jacareí	42.926.600	12.032	211.559
47º	Carapicuíba	42.484.931	14.710	389.634
48º	Marília	42.148.661	19.448	224.093
49º	Embu	41.453.145	17.665	245.855
50º	Araçatuba	40.874.631	12.942	181.598

Posição	Municípios	Despesa com educação em reais	Número de alunos	População 2006
51º	Catanduva	40.219.104	10.898	116.984
52º	Itanhaém	40.098.619	14.205	91.153
53º	Itapeçerica da Serra	39.796.052	14.490	162.239
54º	Araras	39.592.195	11.404	116.566
55º	Itapeva	39.459.342	17.455	89.743
56º	Itu	39.341.681	11.633	156.100
57º	Caraguatatuba	39.195.718	13.944	98.170
58º	Bragança Paulista	38.667.681	13.618	143.621
59º	Valinhos	38.352.422	10.070	94.124
60º	Ubatuba	36.819.534	11.330	81.246
61º	Pindamonhangaba	35.829.000	9.333	143.737
62º	Sertãozinho	35.132.949	14.075	106.407
63º	Vinhedo	34.903.026	7.919	57.269
64º	Atibaia	34.776.723	11.424	129.751
65º	Francisco Morato	32.677.744	14.425	170.585
66º	Poá	32.417.422	9.879	110.213
67º	Jau	31.295.844	11.944	125.399
68º	Itapetininga	31.139.969	12.081	143.097
69º	Avaré	30.289.333	7.697	87.833
70º	Mogi Mirim	30.225.191	8.531	93.820
71º	Ferraz de Vasconcelos	30.058.256	14.155	176.532
72º	Ourinhos	29.953.383	11.640	106.350
73º	Jaguariúna	29.827.761	6.020	34.779
74º	Tatuí	29.763.223	11.138	107.115
75º	Campos do Jordão	29.664.290	10.633	49.512
76º	Adamantina	27.954.971	2.692	34.536
77º	Votorantim	27.773.449	12.499	107.157
78º	Assis	27.350.900	9.116	95.703
79º	Cajamar	27.054.599	8.367	63.344
80º	São João da Boa Vista	26.983.907	4.844	83.477
81º	Leme	26.231.540	10.278	90.027
82º	Birigui	26.155.001	9.042	108.472
83º	Botucatu	25.780.050	8.732	121.274
84º	Campo Limpo Paulista	25.340.015	8.649	77.277
85º	Ibiúna	25.186.030	7.298	75.616
86º	Salto	24.443.225	7.239	108.552
87º	São Roque	24.033.462	13.075	73.778
88º	Jandira	23.896.738	10.050	113.323
89º	Mairinque	23.417.664	9.793	47.756
90º	Matão	22.835.315	5.647	77.769
91º	Lorena	22.544.802	9.761	83.728
92º	Guaratinguetá	22.468.777	8.949	113.012
93º	Mairiporã	22.164.677	8.838	75.022
94º	Itapira	21.465.544	5.645	68.396
95º	Caçapava	20.895.706	4.763	83.574
96º	Boituva	20.541.677	7.213	42.667
97º	Bebedouro	20.347.547	6.660	80.027
98º	Lençóis Paulista	19.754.447	7.841	62.580
99º	Votuporanga	19.480.437	6.428	83.764
100º	Louveira	19.289.019	3.949	29.553

Total dos 100 maiores	9.939.897.983	2.643.172	32.180.582
Total dos demais	2.720.630.070	898.680	8.875.152
Total geral	12.660.528.053	3.541.852	41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com educação por aluno da rede pública municipal

Posição	Municípios	Despesa por aluno	Despesa com educação	Número de alunos
		em reais		
1º	Nova Canaã Paulista	23.190	718.885	31
2º	Santa Salete	19.386	659.128	34
3º	Monções	17.516	665.626	38
4º	São Caetano do Sul	15.922	148.485.426	9.326
5º	Guzolândia	13.248	1.285.072	97
6º	Santana da Ponte Pensa	11.952	681.261	57
7º	Balbinos	11.871	712.248	60
8º	Ribeirão dos Índios	11.784	942.717	80
9º	Barra do Turvo	11.780	2.379.557	202
10º	Nova Castilho	11.699	1.228.395	105
11º	Arco-Íris	11.401	820.906	72
12º	Uru	11.345	918.911	81
13º	Paulínia	11.177	153.126.414	13.700
14º	Florínia	11.143	1.270.276	114
15º	Alto Alegre	10.391	1.101.440	106
16º	Adamantina	10.384	27.954.971	2.692
17º	União Paulista	10.009	710.622	71
18º	Pongai	9.888	978.941	99
19º	Itaoca	9.377	768.906	82
20º	Bento de Abreu	9.273	1.344.622	145
21º	Suzanópolis	9.215	1.308.520	142
22º	Itaberá	8.797	3.034.983	345
23º	Aparecida d'Oeste	8.481	1.068.632	126
24º	Ouroeste	8.407	4.514.654	537
25º	Santa Albertina	8.197	1.057.355	129
26º	Vitória Brasil	8.064	669.271	83
27º	Dirce Reis	7.990	639.176	80
28º	Guarani d'Oeste	7.906	711.564	90
29º	Indiaporá	7.609	1.103.361	145
30º	Poloni	7.546	928.185	123
31º	Borá	7.371	766.590	104
32º	Monte Castelo	7.334	968.104	132
33º	Aspásia	7.307	650.338	89
34º	Cruzália	7.260	951.078	131
35º	Gastão Vidigal	7.133	820.238	115
36º	Santa Clara d'Oeste	7.099	851.937	120
37º	Santo Anastácio	7.090	4.332.091	611
38º	Iacri	6.966	1.184.155	170
39º	Populina	6.715	1.309.330	195
40º	Macaubal	6.662	799.428	120
41º	São João do Pau d'Alho	6.589	619.403	94
42º	Mira Estrela	6.458	1.226.986	190
43º	Barretos	6.273	60.160.612	9.591
44º	Rubinéia	6.268	1.905.515	304
45º	Cafelândia	6.256	2.940.465	470
46º	Turmalina	6.248	1.287.102	206
47º	Piquerobi	6.205	930.725	150
48º	Catiguá	6.153	1.125.937	183
49º	Presidente Alves	6.127	968.061	158
50º	Cordeirópolis	6.070	15.902.957	2.620

Posição	Municípios	Despesa por aluno	Despesa com educação	Número de alunos
		em reais		
51º	Pracinha	5.954	637.028	107
52º	Santos	5.915	169.776.784	28.703
53º	Teodoro Sampaio	5.892	4.931.508	837
54º	Diadema	5.781	96.920.990	16.765
55º	Gália	5.740	1.211.158	211
56º	Bastos	5.726	3.813.839	666
57º	Pirajuí	5.721	3.535.547	618
58º	Floreal	5.669	1.247.183	220
59º	Guararema	5.640	9.125.481	1.618
60º	Guarantã	5.635	1.070.630	190
61º	Queiroz	5.603	1.316.792	235
62º	São João da Boa Vista	5.571	26.983.907	4.844
63º	Marapoama	5.564	1.329.743	239
64º	Rubiácea	5.550	888.080	160
65º	Ariranha	5.512	4.673.898	848
66º	Campinas	5.497	295.698.181	53.794
67º	Parapuã	5.450	1.749.505	321
68º	Santa Fé do Sul	5.444	19.123.974	3.513
69º	Santa Rita d'Oeste	5.419	1.219.373	225
70º	Riolândia	5.379	1.231.835	229
71º	Timburi	5.378	1.554.214	289
72º	Alfredo Marcondes	5.374	929.755	173
73º	Pirangi	5.364	1.802.184	336
74º	Borborema	5.298	2.511.181	474
75º	Paranapuã	5.286	972.575	184
76º	Guarujá	5.282	141.730.406	26.831
77º	Santa Maria da Serra	5.243	1.074.894	205
78º	Marabá Paulista	5.235	2.528.692	483
79º	Óleo	5.223	1.008.008	193
80º	Pedranópolis	5.220	1.122.231	215
81º	Nova Guataporanga	5.209	536.566	103
82º	Rifaina	5.124	1.818.971	355
83º	Ilha Comprida	5.118	8.567.010	1.674
84º	São Francisco	5.097	713.610	140
85º	Nhandeara	5.063	2.840.480	561
86º	Estrela do Norte	5.040	1.642.927	326
87º	Guararapes	5.026	5.734.608	1.141
88º	Tietê	5.006	7.708.552	1.540
89º	Nantes	5.003	1.751.125	350
90º	Herculândia	4.982	1.135.911	228
91º	Santo Antônio da Alegria	4.974	2.745.403	552
92º	Zacarias	4.962	1.404.111	283
93º	Jaguariúna	4.955	29.827.761	6.020
94º	Pedrinhas Paulista	4.944	1.582.228	320
95º	Piratininga	4.932	1.992.509	404
96º	Meridiano	4.890	924.288	189
97º	Louveira	4.885	19.289.019	3.949
98º	Piracicaba	4.883	87.653.782	17.950
99º	Álvares Florence	4.875	1.540.465	316
100º	Ribeira	4.846	1.163.012	240

Total dos 100 maiores

6.414 1.443.782.993 225.112

Total dos demais

3.382 11.216.745.061 3.316.740

Total geral

3.575 12.660.528.053 3.541.852

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), INEP e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Saúde

> FINANCIAMENTO DA SAÚDE EM SP

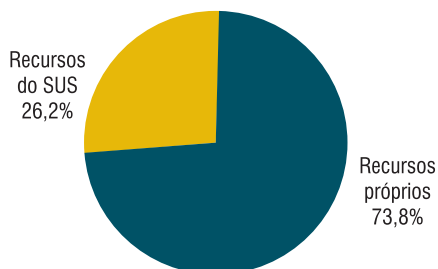
O modelo de prestação dos serviços públicos de saúde no Brasil foi desenhado pela Constituição de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é organizar um sistema hierarquizado e descentralizado de serviços de atenção à saúde, com funções compartilhadas entre a União, os Estados e os municípios, entre elas a de financiamento dos serviços prestados. O município é um agente fundamental desse modelo, cuja base é a idéia de municipalização do serviço de saúde.

Visando a garantir recursos estáveis para o financiamento da saúde, a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, estabeleceu uma aplicação mínima no setor. Conforme a emenda, desde 2004, os municípios devem aplicar na função um mínimo de 15% das receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-Exportação. A EC nº 29 determinou que os municípios que estivessem aplicando menos de 15% em saúde, antes de 2004, deveriam elevar gradualmente esse percentual, reduzindo a diferença à razão de pelo menos um quinto por ano, sendo que, a partir do ano de 2000, a aplicação mínima seria de 7%.

Além dessa receita municipal, os municípios recebem recursos da União (Fundo Nacional de Saúde - FNS) e dos Estados (Fundo Estadual de Saúde - FES), que são destinados ao SUS. Utilizando-se dessas fontes de financiamento, a saúde é a função que detém o segundo maior volume de recursos dentre o conjunto de funções. Em 2006, de toda a despesa dos municípios paulistas, 20,8% foram referentes à saúde, menor apenas que a participação da função educação, de 24,3%.

A maior parcela do gasto municipal com saúde é efetuada com recursos próprios. Essa parcela foi, em média, de 73,8% em 2006, sendo o restante correspondente a transferências do SUS. É importante lembrar que o montante total considerado se refere exclusivamente ao gasto municipal na função, não computando os estadual e federal, em alguns casos efetuados no mesmo espaço territorial.

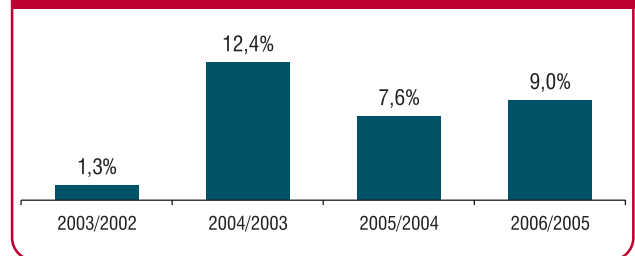
Recursos destinados ao gasto com saúde - 2006



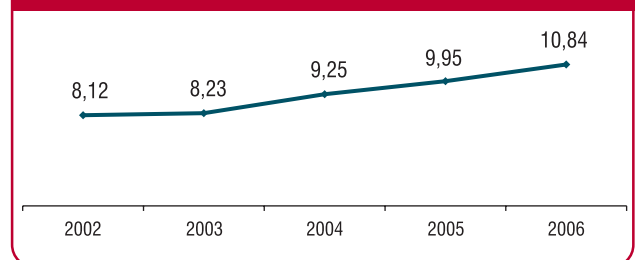
> DESEMPENHO

À exceção de 2003, ano de fraco desempenho das receitas, que, conforme mencionado, servem de base para serem aplicadas em saúde, nos demais anos recentes os municípios do Estado de São Paulo têm aplicado recursos crescentes no setor num ritmo relativamente elevado. Em 2006, os gastos alcançaram a cifra de R\$ 10,84 bilhões, 9% maior que no ano anterior, acumulando um acréscimo de 33,6% no período 2002-2006.

Taxas anuais de crescimento do gasto com saúde



Evolução dos gastos com saúde em R\$ bilhões - IPCA médio de 2006



Os municípios do interior com número de habitantes abaixo de 100 mil apresentaram taxas de crescimento acima da média do Estado, de 16,5%. Do total de recursos adicionais aplicados em saúde em 2006, da ordem de R\$ 896,4 milhões, 42% foram realizados por esse grupo de municípios. A capital, distintamente, apresentou uma taxa de crescimento abaixo dessa média, aportando, não obstante, recursos adicionais da ordem de R\$ 195 milhões.

O crescimento dos gastos com saúde atingiu taxas elevadas em um número significativo dos municípios paulistas entre 2005 e 2006. Municípios como Itu (57,8%), Várzea Paulista (53%), Guaratinguetá (37,7%) e Tatuí (32,7%) apresentaram ampliações sensíveis no dispêndio com a função. Dez municípios tiveram crescimento dos gastos em saúde na casa dos 20%, quais sejam: Poá (26%), Barretos (23,8%), Itaquaquecetuba (23,6%), Suzano (23,5%), Ferraz de Vasconcelos (23,2%), Itapevi (22,5%), Jaú (22,3%), São Caetano do Sul (21,7%), Taboão da Serra (21,4%) e Guarulhos (20,1%).

Dos poucos municípios com retração de gastos em saúde cabe mencionar as relevantes reduções verificadas em Embu (-44,4%), Presidente Prudente (-30,8%) e Osasco (-22,1%). Em menor medida, sofreu redução de gastos em saúde o Município de Jacareí, equivalente a -12,9%.

> GASTO COM SAÚDE PER CAPITA

Os municípios paulistas despenderam R\$ 264 por habitante em saúde no ano de 2006, sendo R\$ 195 referentes a recursos municipais e R\$ 69, a transferências do SUS. Entretanto, é possível observar uma grande discrepância de valores. Piquete, Embu e Ferraz de Vasconcelos, num extremo, desembolsaram, nessa ordem, R\$ 55, R\$ 76 e R\$ 82 por habitante; ao passo que em Paulínia, Luís Antônio e Nova Castilho, na outra ponta, os valores foram bem mais elevados, de R\$ 1.645, R\$ 1.025 e R\$ 988, pela ordem. Cidades de maior porte, como Cubatão e São Caetano do Sul, apresentam gastos per capita em saúde relevantes, da ordem de R\$ 722 e R\$ 610, respectivamente.

O recurso estatístico conhecido como "coeficiente de correlação" indica que existe uma estreita relação entre o gasto com

saúde per capita e a receita municipal per capita. Ou seja, quanto maior a receita per capita, maior o gasto com saúde per capita. Assim, entre as dez cidades paulistas com maior gasto com saúde por habitante, seis estão entre as de maior receita total por habitante. No outro extremo, entre as dez de menor gasto por habitante, cinco delas estão entre as dez cidades de mais baixa receita total per capita.

A vinculação da base de arrecadação própria municipal e de suas receitas de transferências constitucionais para o uso na saúde, através da EC nº 29/2000, é um fator institucional fundamental para fortalecer tal correlação. Não obstante, deve-se novamente frisar o quadro de relevante discrepância na receita per capita entre os municípios do Estado de São Paulo.

Num modelo de saúde que focaliza no âmbito municipal grande parte dos serviços de saúde e seu financiamento, a equalização desses serviços que os municípios paulistas prestam à população está longe de ser uma questão trivial. Para se atingir nesse âmbito uma razoável correspondência entre responsabilidades com a saúde e recursos para seu financiamento são requeridos avanços adicionais no federalismo brasileiro.

FINANCIAL

O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Concebido para produzir informações gerenciais na área das finanças públicas, o **Financial** funciona como uma verdadeira ferramenta de inteligência fiscal. Permite a integração com outros sistemas e a utilização direta pelo usuário. Fornece informações ágeis e seguras no exato momento em que elas são importantes para a tomada de decisões. Solicite uma apresentação.



Tel: (27)3235-7546 - telefax: (27)3235-7841
www.financasdosmunicipios.com.br

Despesa com saúde - 2002-2006

População	Município	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005 em %	Participação 2006 em %		Desp. saúde per capita 2006 em reais
		Em mil reais médios de 2006 - IPCA						no total da desp. saúde	na rec. corr.ª	
1.394.888	Até 10 mil habitantes	341.763,3	334.297,3	368.729,5	404.315,5	471.022,9	16,5	4,3	22,2	337,7
2.994.266	De 10 mil a 30 mil hab.	528.230,0	526.765,3	579.758,6	618.672,7	725.051,2	17,2	6,7	21,3	242,1
2.602.091	De 30 mil a 50 mil hab.	435.270,0	446.919,0	495.260,8	523.816,3	588.203,9	12,3	5,4	20,7	226,1
3.619.138	De 50 mil a 100 mil hab.ª	660.333,6	675.501,7	721.585,3	750.895,0	893.316,1	19,0	8,2	22,5	246,8
62.132	Paulínia	70.763,2	82.894,6	89.232,7	97.978,7	102.232,3	4,3	0,9	16,5	1.645,4
102.224	Santana de Parnaíba	19.295,5	22.478,8	26.052,8	27.617,8	31.269,0	13,2	0,3	13,7	305,9
106.350	Ourinhos	22.036,5	22.145,3	23.596,7	24.887,9	26.344,1	5,9	0,2	21,3	247,7
106.407	Sertãozinho	19.313,9	19.093,1	21.152,5	22.989,3	25.326,7	10,2	0,2	19,3	238,0
107.115	Tatui	16.126,3	14.434,5	15.168,1	19.364,7	25.703,0	32,7	0,2	29,6	240,0
107.157	Votorantim	19.041,6	-	20.515,4	23.234,0	21.828,7	-6,0	0,2	22,2	203,7
108.472	Birigui	13.886,5	14.276,7	16.661,9	14.047,7	15.391,9	9,6	0,1	14,9	141,9
108.552	Salto	-	25.873,3	26.636,0	28.626,2	30.694,3	7,2	0,3	28,0	282,8
110.195	Barretos	22.295,8	23.058,9	24.693,9	26.420,7	32.704,0	23,8	0,3	20,9	296,8
110.213	Poá	14.079,4	15.127,1	17.136,6	19.534,2	24.609,1	26,0	0,2	25,1	223,3
110.449	Varzea Paulista	6.551,6	8.571,9	9.615,3	9.951,2	15.221,8	53,0	0,1	19,9	137,8
113.012	Guaratinguetá	25.406,7	24.533,1	23.265,2	25.157,1	34.649,7	37,7	0,3	28,1	306,6
113.323	Jandira	18.342,5	18.804,2	17.801,6	17.609,6	20.233,3	14,9	0,2	24,3	178,5
116.566	Araras	26.130,7	25.723,2	26.544,5	28.549,8	31.984,7	12,0	0,3	19,0	274,4
116.984	Catanduva	22.776,6	21.585,0	27.311,4	25.135,2	29.180,9	16,1	0,3	19,7	249,4
118.864	Ribeirão Pires	21.555,3	18.774,9	19.194,3	23.241,6	26.140,8	12,5	0,2	30,8	219,9
121.002	Cubatão	64.965,8	77.122,9	81.794,3	81.272,5	87.310,3	7,4	0,8	18,3	721,6
121.274	Botucatu	11.473,5	12.319,2	14.878,2	16.035,8	17.471,3	9,0	0,2	16,0	144,1
124.816	Franco da Rocha	14.968,6	15.867,8	17.043,7	16.377,5	18.633,6	13,8	0,2	23,4	149,3
125.399	Jauá	11.298,5	12.058,7	14.626,4	16.794,4	20.537,3	22,3	0,2	16,0	163,8
129.751	Atibaia	18.616,7	17.962,9	20.618,0	22.034,0	23.765,2	7,9	0,2	16,5	183,2
133.241	São Caetano do Sul	49.047,9	54.422,7	69.122,6	66.738,8	81.231,6	21,7	0,7	16,3	609,7
141.559	Mogi Guaçu	31.137,3	32.451,5	34.609,5	39.103,8	39.343,1	0,6	0,4	22,7	277,9
143.097	Itapetininga	19.406,3	23.369,8	27.834,1	20.210,1	23.810,7	17,8	0,2	22,4	166,4
143.621	Bragança Paulista	22.482,6	25.972,2	-	29.114,9	33.940,5	16,6	0,3	24,8	236,3
143.737	Pindamonhangaba	24.772,6	25.695,6	28.770,3	36.551,4	41.861,5	14,5	0,4	28,6	291,2
156.100	Itu	21.299,4	19.979,4	22.897,5	23.253,1	36.699,0	57,8	0,3	20,7	235,1
162.239	Itapeverica da Serra	256,7	24.317,6	24.391,1	28.276,7	30.226,8	6,9	0,3	23,5	186,3
170.585	Francisco Morato	13.147,7	13.485,1	16.284,8	16.852,8	19.605,8	16,3	0,2	20,9	114,9
176.532	Ferraz de Vasconcelos	10.855,4	10.719,0	11.845,0	11.802,1	14.534,7	23,2	0,1	16,2	82,3
179.685	Cotia	6.318,9	5.550,7	6.982,4	28.380,4	-	-	-	-	-
181.124	Indaiatuba	44.849,0	44.143,1	46.861,8	47.349,1	50.951,9	7,6	0,5	17,7	281,3
181.598	Araçatuba	62.711,4	53.463,5	57.782,7	58.519,5	65.595,5	12,1	0,6	29,5	361,2
188.417	Santa Bárbara d'Oeste	-	30.030,8	30.578,8	30.835,5	-	-	-	-	-
190.373	Rio Claro	30.941,2	30.914,6	40.107,6	40.181,8	45.444,3	13,1	0,4	19,6	238,7
199.657	Araraquara	59.180,8	54.071,4	64.468,6	61.996,9	65.155,6	5,1	0,6	32,1	326,3
201.795	Hortolândia	28.152,9	-	39.770,8	49.293,2	50.615,7	2,7	0,5	23,5	250,8
202.683	Itapevi	24.799,4	24.459,4	-	25.544,5	31.294,8	22,5	0,3	21,8	154,4
203.845	Americana	52.694,2	64.245,7	61.033,7	57.139,4	59.371,8	3,9	0,5	22,7	291,3
206.704	Presidente Prudente	63.855,6	61.135,3	79.946,9	46.404,3	32.121,3	-30,8	0,3	16,9	155,4
211.559	Jacareí	61.938,6	57.535,6	58.181,6	62.367,9	54.326,1	-12,9	0,5	24,7	256,8
218.702	São Carlos	42.245,2	42.626,0	28.257,8	59.502,7	61.538,2	3,4	0,6	24,7	281,4
224.093	Marília	89.198,2	89.541,8	101.018,0	114.099,9	101.187,6	-11,3	0,9	35,7	451,5
225.405	Tabão da Serra	45.949,7	43.431,4	-	43.084,9	52.321,6	21,4	0,5	22,5	232,1
237.900	Sumaré	26.064,6	35.210,6	35.345,8	44.519,3	49.628,3	11,5	0,5	24,0	208,6
245.386	Praia Grande	39.440,6	39.245,1	57.513,1	52.309,2	60.065,8	14,8	0,6	16,4	244,8
245.855	Embu	-	25.316,2	14.710,3	33.736,9	18.744,1	-44,4	0,2	12,7	76,2
265.549	Barueri	107.535,6	92.269,8	108.776,5	127.369,4	136.336,4	7,0	1,3	20,7	513,4
271.660	Taubaté	41.754,2	42.582,1	49.458,1	64.255,1	64.286,6	0,0	0,6	20,3	236,6
279.554	Limeira	57.430,0	55.607,5	59.494,0	59.161,5	65.772,0	11,2	0,6	21,4	235,3
280.318	Suzano	29.625,3	33.562,4	33.901,3	34.290,3	42.356,7	23,5	0,4	18,2	151,1
8.290.698	De 100 mil a 300 mil hab.	1.548.335,9	1.614.374,7	1.777.215,9	1.901.126,9	2.024.828,0	6,5	18,7	21,0	244,2
305.171	Guarujá	70.549,8	77.947,1	81.807,2	79.241,7	84.985,8	7,2	0,8	19,2	278,5
328.121	Franca	76.089,8	75.029,9	83.223,4	84.354,6	84.079,2	-0,3	0,8	33,0	256,2
329.370	São Vicente	32.918,2	43.884,5	46.707,2	48.948,3	48.455,0	-1,0	0,4	17,6	147,1
348.621	Jundiaí	109.740,1	113.092,9	124.246,6	136.011,8	140.914,2	3,6	1,3	23,2	404,2
352.755	Itaquaquecetuba	26.090,1	27.013,4	26.762,4	27.266,6	33.688,5	23,6	0,3	19,1	95,5
356.680	Bauru	44.994,7	42.419,0	-	43.064,9	50.515,6	17,3	0,5	15,8	141,6
366.442	Piracicaba	81.200,4	89.967,1	82.448,7	88.266,8	93.588,0	6,0	0,9	21,3	255,4
372.419	Mogi das Cruzes	32.837,1	34.758,1	41.334,6	44.124,0	48.205,3	9,2	0,4	15,3	129,4
389.634	Carapicuíba	27.189,6	25.134,6	29.675,4	39.718,5	42.330,8	6,6	0,4	29,2	108,6
395.333	Diadema	95.142,5	108.707,0	120.878,4	122.149,9	141.608,8	15,9	1,3	32,6	358,2
413.943	Mauá	68.956,2	73.837,8	83.049,8	93.277,9	106.529,3	14,2	1,0	34,9	257,4
415.508	São José do Rio Preto	94.796,1	92.586,7	97.838,6	95.167,0	96.702,0	1,6	0,9	22,4	232,7
418.375	Santos	160.160,4	154.836,7	150.583,5	155.169,4	169.878,2	9,5	1,6	21,6	406,0
559.650	Ribeirão Preto	176.756,0	166.306,6	183.225,9	174.909,8	184.145,6	5,3	1,7	26,3	329,0
578.068	Sorocaba	128.280,7	120.709,9	129.984,5	160.337,5	182.264,5	13,7	1,7	32,3	315,3
610.965	São José dos Campos	217.957,7	228.128,7	256.735,0	251.288,0	254.706,6	1,4	2,3	28,0	416,9
673.234	Santo André	136.294,1	140.646,0	141.390,4	186.751,5	186.854,3	0,1	1,7	20,0	277,5
714.950	Osasco	117.418,2	127.329,6	127.901,4	156.352,1	121.846,8	-22,1	1,1	17,8	170,4
803.906	São Bernardo do Campo	235.089,8	242.596,9	262.563,7	252.012,5	287.466,1	14,1	2,7	21,2	357,6
1.059.420	Campinas	328.993,9	309.797,4	329.631,9	365.791,5	388.479,0	6,2	3,6	26,4	366,7
1.283.253	Guarulhos	199.410,3	206.223,4	244.531,5	253.198,3	303.993,4	20,1	2,8	22,1	236,9
11.075.818	Acima de 300 mil hab.	2.460.865,8	2.500.953,4	2.689.811,6	2.857.402,7	3.051.237,0	6,8	28,1	23,6	275,5
30.039.031	Interior	6.045.561,7	6.181.706,1	6.721.594,3	7.154.207,8	7.855.891,5	9,8	72,4	22,1	261,5
11.016.703	São Paulo	2.072.968,5	2.044.328,1	2.525.880,6	2.793.515,3	2.988.274,7	7,0	27,6	17,8	271,2
41.055.734	Total	8.118.530,2	8.226.034,2	9.247.474,9	9.947.723,1	10.844.166,2	9,0	100,0	20,7	264,1

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria de Saúde Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ª receita corrente ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Nota metodológica", na página 3); ª exceto Paulínia.

Despesa com saúde

Posição	Municípios	Despesa com saúde em reais	População 2006
1º	São Paulo	2.988.274.658	11.016.703
2º	Campinas	388.478.965	1.059.420
3º	Guarulhos	303.993.431	1.283.253
4º	São Bernardo do Campo	287.466.081	803.906
5º	São José dos Campos	254.706.600	610.965
6º	Santo André	186.854.281	673.234
7º	Ribeirão Preto	184.145.578	559.650
8º	Sorocaba	182.264.547	578.068
9º	Santos	169.878.183	418.375
10º	Diadema	141.608.804	395.333
11º	Jundiaí	140.914.173	348.621
12º	Barueri	136.336.353	265.549
13º	Osasco	121.846.800	714.950
14º	Mauá	106.529.338	413.943
15º	Paulínia	102.232.300	62.132
16º	Marília	101.187.589	224.093
17º	São José do Rio Preto	96.702.017	415.508
18º	Piracicaba	93.587.983	366.442
19º	Cubatão	87.310.272	121.002
20º	Guarujá	84.985.762	305.171
21º	Franca	84.079.243	328.121
22º	São Caetano do Sul	81.231.608	133.241
23º	Limeira	65.771.974	279.554
24º	Araçatuba	65.595.461	181.598
25º	Araraquara	65.155.637	199.657
26º	Taubaté	64.286.555	271.660
27º	São Carlos	61.538.241	218.702
28º	Praia Grande	60.065.816	245.386
29º	Americana	59.371.814	203.845
30º	Jacareí	54.326.118	211.559
31º	Taboão da Serra	52.321.608	225.405
32º	Indaiatuba	50.951.881	181.124
33º	Hortolândia	50.615.734	201.795
34º	Bauru	50.515.603	356.680
35º	Sumaré	49.628.250	237.900
36º	São Vicente	48.455.017	329.370
37º	Mogi das Cruzes	48.205.263	372.419
38º	Rio Claro	45.444.330	190.373
39º	São Sebastião	44.361.728	75.886
40º	Peruibe	42.644.700	65.256
41º	Suzano	42.356.663	280.318
42º	Carapicuíba	42.330.825	389.634
43º	Pindamonhangaba	41.861.504	143.737
44º	Mogi Guaçu	39.343.076	141.559
45º	Itu	36.699.026	156.100
46º	Guaratinguetá	34.649.692	113.012
47º	Bragança Paulista	33.940.524	143.621
48º	Itaquaquecetuba	33.688.546	352.755
49º	Barretos	32.704.018	110.195
50º	Presidente Prudente	32.121.338	206.704

Posição	Municípios	Despesa com saúde em reais	População 2006
51º	Araras	31.984.730	116.566
52º	Itapevi	31.294.845	202.683
53º	Santana de Parnaíba	31.269.028	102.224
54º	Salto	30.694.337	108.552
55º	Valinhos	30.294.076	94.124
56º	Itapeçerica da Serra	30.226.752	162.239
57º	Caraguatatuba	30.132.995	98.170
58º	Catanduva	29.180.875	116.984
59º	Caçapava	26.399.124	83.574
60º	Ourinhos	26.344.061	106.350
61º	Ribeirão Pires	26.140.770	118.864
62º	Tatuí	25.702.952	107.115
63º	Itapeva	25.488.424	89.743
64º	Mogi Mirim	25.476.932	93.820
65º	Sertãozinho	25.326.689	106.407
66º	Cajamar	24.892.708	63.344
67º	Poá	24.609.150	110.213
68º	Assis	24.543.999	95.703
69º	Jaguariúna	24.158.226	34.779
70º	Itapetininga	23.810.691	143.097
71º	Atibaia	23.765.198	129.751
72º	Amparo	23.462.443	67.505
73º	Itanhaém	22.886.422	91.153
74º	Avaré	22.799.530	87.833
75º	Ubatuba	22.302.483	81.246
76º	Votorantim	21.828.677	107.157
77º	Itatiba	21.641.258	95.648
78º	Bebedouro	21.030.053	80.027
79º	Jau	20.537.291	125.399
80º	Jandira	20.233.330	113.323
81º	Vinhedo	20.081.988	57.269
82º	Penápolis	19.640.891	59.328
83º	São João da Boa Vista	19.628.490	83.477
84º	Francisco Morato	19.605.806	170.585
85º	Itapira	18.936.049	68.396
86º	Embu	18.744.095	245.855
87º	Franco da Rocha	18.633.573	124.816
88º	Cruzeiro	18.026.017	77.076
89º	São Roque	17.922.309	73.778
90º	Lorena	17.767.701	83.728
91º	Botucatu	17.471.293	121.274
92º	Mairiporã	16.200.967	75.022
93º	Jaboticabal	15.914.343	73.524
94º	Batatais	15.420.453	56.290
95º	Birigui	15.391.905	108.472
96º	Campo Limpo Paulista	15.387.078	77.277
97º	Leme	15.329.187	90.027
98º	Nova Odessa	15.287.113	47.990
99º	Várzea Paulista	15.221.827	110.449
100º	Mococa	15.071.301	70.896

Total dos 100 maiores

8.787.705.942

32.192.606

Total dos demais

2.056.460.248

8.863.128

Total geral

10.844.166.190

41.055.734

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com saúde per capita

Posição	Municípios	Despesa com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2006	Posição	Municípios	Despesa com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2006	
		em reais					em reais			
1º	Paulínia	1.645	102.232.300	62.132	51º	Iaras	521	1.936.115	3.718	
2º	Luis Antônio	1.025	8.343.052	8.136	52º	Alumínio	516	8.437.147	16.357	
3º	Nova Castilho	988	1.019.169	1.032	53º	Barueri	513	136.336.353	265.549	
4º	Borá	848	702.045	828	54º	Altair	510	1.909.144	3.745	
5º	Bento de Abreu	754	1.803.118	2.392	55º	Cordeirópolis	506	10.488.594	20.734	
6º	Zacarias	746	1.444.049	1.937	56º	Iepê	506	3.528.196	6.978	
7º	Uru	729	1.053.810	1.445	57º	Suzanópolis	505	1.465.620	2.903	
8º	Monções	729	1.469.328	2.016	58º	Adolfo	503	2.007.916	3.989	
9º	Cubatão	722	87.310.272	121.002	59º	Taquaral	501	1.467.599	2.931	
10º	Ouroeste	712	5.187.106	7.286	60º	Nova Guataporanga	500	1.026.180	2.053	
11º	Santa Salete	711	977.614	1.375	61º	Marinópolis	499	1.135.088	2.274	
12º	União Paulista	699	964.251	1.379	62º	Buritizal	496	1.776.840	3.583	
13º	Jaguariúna	695	24.158.226	34.779	63º	Sud Mennucci	492	3.681.755	7.483	
14º	Mira Estrela	687	1.748.774	2.544	64º	Jumirim	489	1.286.916	2.630	
15º	Fernão	684	849.365	1.241	65º	Barão de Antonina	484	1.269.081	2.621	
16º	Dirce Reis	667	944.817	1.416	66º	Holambra	484	4.125.264	8.532	
17º	Santa Clara d'Oeste	661	1.220.686	1.847	67º	Louveira	480	14.192.620	29.553	
18º	Peruibe	653	42.644.700	65.256	68º	Turmalina	478	994.647	2.082	
19º	Nantes	647	1.414.895	2.188	69º	Queiroz	473	1.109.042	2.345	
20º	Lucianópolis	642	1.287.527	2.006	70º	Ilha Solteira	469	12.056.506	25.684	
21º	Pracinha	636	894.660	1.407	71º	Vitória Brasil	467	860.696	1.845	
22º	Santana da Ponte Pensa	628	971.606	1.546	72º	Ribeirão dos Índios	465	1.082.935	2.331	
23º	Rubiácea	626	1.324.339	2.114	73º	Guarani d'Oeste	462	984.676	2.132	
24º	Turiúba	623	1.093.439	1.754	74º	Pedranópolis	460	1.131.347	2.460	
25º	Nova Independência	620	1.310.374	2.114	75º	Espírito Santo do Turvo	459	1.927.310	4.195	
26º	Florínia	616	1.978.358	3.212	76º	Arco-Íris	458	1.054.201	2.303	
27º	Sandovalina	613	2.203.082	3.596	77º	Pedrinhas Paulista	457	1.402.427	3.067	
28º	São João do Pau d'Alho	610	1.043.816	1.711	78º	Marília	452	101.187.589	224.093	
29º	São Caetano do Sul	610	81.231.608	133.241	79º	Lutécia	451	1.391.097	3.087	
30º	Orindióva	601	2.995.612	4.985	80º	Nova Luzitânia	450	1.270.683	2.825	
31º	Águas de São Pedro	601	1.213.059	2.020	81º	Macedônia	449	1.625.114	3.617	
32º	Colômbia	599	3.861.933	6.451	82º	Parisi	449	1.018.850	2.268	
33º	Analândia	593	2.371.016	3.997	83º	Marabá Paulista	448	1.725.968	3.851	
34º	São Sebastião	585	44.361.728	75.886	84º	Paulistânia	448	881.114	1.967	
35º	Balbinos	583	804.796	1.381	85º	Vista Alegre do Alto	443	2.478.028	5.597	
36º	Nova Canaã Paulista	580	1.329.716	2.292	86º	Fernando Prestes	441	2.478.155	5.625	
37º	Ilha Comprida	562	5.410.326	9.622	87º	Borebi	440	1.022.960	2.325	
38º	Rifaina	562	2.046.204	3.641	88º	Narandiba	440	1.842.070	4.190	
39º	Mesópolis	562	1.051.328	1.871	89º	Buritama	438	6.427.351	14.658	
40º	Ilhabela	557	14.615.950	26.230	90º	Gavião Peixoto	437	1.775.935	4.062	
41º	Cruzália	553	1.419.930	2.566	91º	Itupeva	436	13.998.897	32.097	
42º	Lourdes	551	1.245.256	2.259	92º	Jeriquara	435	1.437.064	3.303	
43º	Santa Rita d'Oeste	549	1.158.642	2.110	93º	Ribeirão Corrente	434	1.892.405	4.363	
44º	Brejo Alegre	544	1.387.381	2.552	94º	Icém	433	3.150.006	7.269	
45º	Pontes Gestal	540	1.200.569	2.224	95º	Marapoama	430	1.089.743	2.536	
46º	Taciba	538	2.993.856	5.569	96º	Dolcinópolis	429	941.418	2.195	
47º	Platina	529	1.532.076	2.895	97º	Itaóca	428	1.221.392	2.856	
48º	Santo Antônio do Aracanguá	527	3.624.993	6.874	98º	Estrela do Norte	427	1.072.602	2.513	
49º	Santa Mercedes	527	1.406.403	2.671	99º	Elisiário	427	1.111.553	2.606	
50º	Alto Alegre	526	2.036.271	3.872	100º	Timburi	426	1.124.727	2.643	
Total dos 100 maiores							597	847.732.368	1.419.523	
Total dos demais							252	9.996.433.822	39.636.211	
Total geral							264	10.844.166.190	41.055.734	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estimativa populacional para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



O papel da **política fiscal** na visão convencional¹

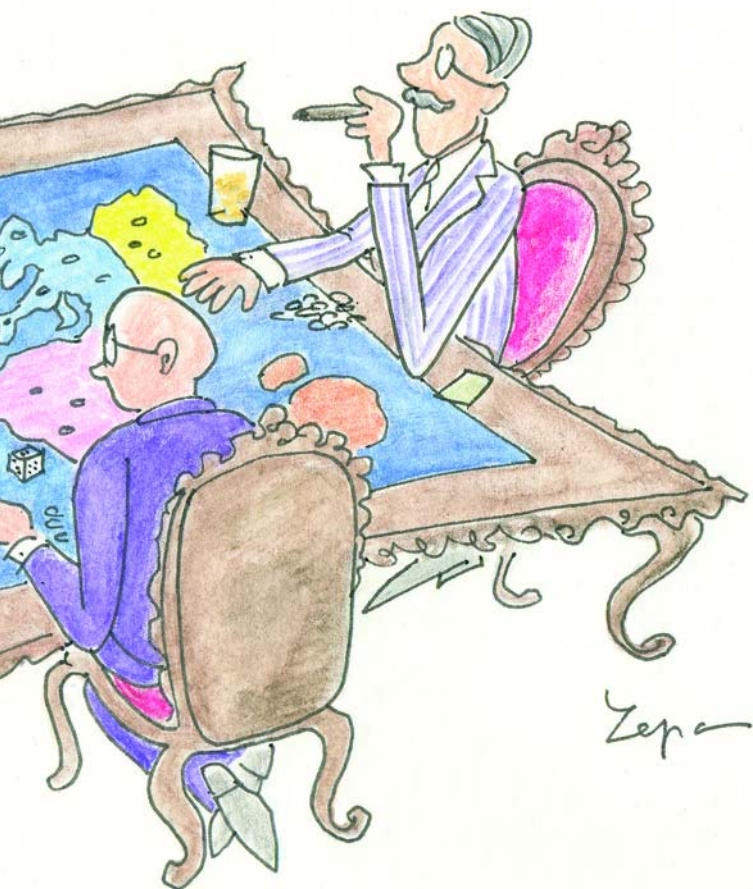
Francisco Luiz C. Lopreato*

O debate do *mainstream* sobre a política fiscal mudou em relação ao existente no período de domínio da visão keynesiana. Naquela fase, as discussões privilegiaram as implicações do déficit público sobre a inflação e o balanço de pagamentos, bem como os efeitos negativos do *crowding out* sobre os investimentos privados.

Tais questões, embora ainda presentes no debate, perderam força, e a visão tradicional dominante voltou o foco da análise para a idéia de sustentabilidade da dívida pública, preocupada com a trajetória esperada da situação fiscal e sua influência sobre as expectativas dos agentes.

A adoção dessa perspectiva analítica é explicada, no plano econômico, pelas mudanças na dinâmica capitalista decorrentes do processo de liberalização financeira e do caráter especulativo do movimento do capital no mundo globalizado e, no plano teórico, pelo domínio das expectativas racionais no pensamento macroeconômico.

As alterações introduzidas pela globalização financeira trouxeram implicações relevantes. A maior integração mundial deu força ao movimento de capitais, incorporando os países emergentes ao circuito de valorização financeira e ampliando a ação especulativa dos agentes no mer-



cado global. A inserção no mercado internacional pôs fim ao isolamento das políticas domésticas e requereu a adequação da estrutura institucional local à lógica de valorização dos estoques de riqueza financeira.

A liberalização financeira colocou-se como rito de passagem no credenciamento das nações como receptoras de recursos e cobrou mudanças tanto do aparato institucional como da política econômica. O compromisso da gestão macroeconômica passou a ser com a estabilidade das políticas adotadas, favorecendo a lógica financeira de acumulação e as condições do retorno esperado do capital. De acordo com a visão convencional, é preciso oferecer aos investidores condições de traçarem cenários e avaliarem os riscos da escolha do portfólio, o que coloca a necessidade de consolidar a reputação da política macroeconômica e dar garantia de que as regras serão respeitadas, independentemente da ocorrência de turbulências financeiras e de alternância no poder político.

A abordagem das expectativas racionais estabeleceu, no plano teórico, o caminho de consenso no *mainstream* em torno da idéia de que as autoridades econômicas, na escolha das medidas a serem adotadas, têm de levar em conta o impacto dessas decisões nas expectativas dos agentes. Esses reagem e assumem posições com base na avaliação que fazem do regime de política econômica e do ambiente econômico esperados, dando diferentes respostas conforme a leitura da política vigente e a confiança na continuidade da estratégia adotada.

A análise calcada nas expectativas racionais questionou a validade de se construir uma política ativa, com intervenções discricionárias, que fosse capaz de maximizar os objetivos da política econômica. O desdobramento lógico dessa posição foi a negação das medidas de administração da demanda e a defesa da idéia de que deveria haver o comprometimento com certa estratégia da política econômica, isto é, com a escolha de um regime de política econômica. Esse é definido como sendo a seqüência de políticas, em geral apoiadas em regras, a ser implementada no futuro, e usada como base a partir da qual os agentes tomam as suas decisões.

O desenho da política econômica corrente, nessa perspectiva analítica, deve ser consistente com a política futura e manter-se fiel ao plano original para que o regime de política econômica não apresente problemas de inconsistência intertemporal. A literatura sobre consistência temporal adotou a idéia de que os formuladores de política econômica devem se manter atrelados a princípios estabelecidos previamente, ou seja, criar um quadro institucional adequado e obedecer a regras, para que possam validar as expectativas e alcançar os resultados desejados. Pois, caso os agentes suspeitem que as políticas previstas não serão seguidas, eles reagem e tornam pouco efetivos os efeitos esperados com o anúncio das medidas de política econômica.

A questão da credibilidade ganhou, então, destaque. E tornou-se ponto crucial na formulação da política econômica a proposição de que o simples anúncio de mudanças não é suficiente para obter a confiança dos agentes privados. Daí a determinação de que a credibilidade deve ser construída e vista como meta a ser alcançada. A política econômica é encarada como um processo contínuo, capaz de criar o ambiente em que os agentes privados criem na manutenção das políticas correntes e sintam-se seguros em suas decisões, isto é, certos de que serão respeitados os interesses do mercado na condução da política econômica.

> Mudanças no debate sobre o papel da política fiscal

O debate sobre o papel da política fiscal ganhou outro rumo nesse novo cenário de gestão macroeconômica. A política fiscal passou a ser vista como fiadora do espaço de valorização do capital globalizado e se generalizou a preocupação com a ampliação do esforço fiscal, cujo objetivo é sinalizar ao mercado a ausência do risco de *default* e a garantia de que há segurança de valorização das aplicações financeiras.

A âncora fiscal colocou-se como peça central no empenho de alcançar a confiança dos investidores, ganhando o status de fator de redução do risco-pais e do efeito contágio

das crises internacionais, sobretudo nos países emergentes, afastados do mercado financeiro desde a crise da dívida dos anos 80. A visão convencional, diante da nova forma de inserção externa, cobrou mudanças na área fiscal e maior controle das contas públicas, procurando compensar os efeitos do relaxamento dos controles de capital, das alterações na aversão ao risco dos investidores e do elevado custo da dívida pública, provocado pelo aumento da taxa de juros, observado após a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais.

Além disso, ampliou-se o debate em torno dos elos da política fiscal com as demais políticas macroeconômicas. A literatura econômica convencional trabalha com a idéia de centralidade da política fiscal, que não tem a ver com a possibilidade dela desempenhar papel ativo na gestão da demanda agregada e do ciclo econômico, reservado, no pensamento do *mainstream*, à política monetária.

O relevante é a posição que ocupa como âncora da estabilidade macroeconômica. A tarefa que lhe cabe é servir de pilar de sustentação e farol do comportamento esperado de outras variáveis macroeconômicas. Não se trata apenas de relembrar a discussão tradicional do déficit público e as implicações sobre inflação, déficit externo e o *crowding out*. O resultado das contas públicas passou a ser visto como instrumento de orientação dos investidores em suas decisões de investimentos, ou seja, a percepção sobre a trajetória da situação fiscal influencia a composição das aplicações, gerando movimentos de capitais, com repercussões no prêmio de risco e nas taxas de câmbio e juros dos países, elevando a ameaça de crise financeira nos países com maior fragilidade nas contas públicas.

Esse modo de olhar reforça a certeza dos que defendem a necessidade de ampliar o ajuste fiscal como forma de respaldar as expectativas dos investidores e afastar o risco potencial de crises. Uma vez aceito esse argumento, teoricamente, não resta muita margem de manobra, pois a centralidade da política fiscal torna inelutável cumprir com o esforço fiscal exigido para incutir confiança aos investidores e atender os interesses de valorização do capital financeiro.

A crença na trajetória de solvência da situação fiscal emerge, assim, como o pilar básico da estabilidade macroeconômica, a partir do qual o mercado faz as suas apostas. Isso exige um indicador da saúde financeira do setor público em condições de avaliar o comportamento futuro das finanças públicas em cenários prováveis. O conceito tradicional de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), ao refletir movimentos fiscais já realizados, não cumpre essa exigência, visto que não revela o percurso fiscal provável no futuro. Logo, a NFSP, apesar do importante papel que cumpre de sinalizar os movimentos fiscais em curso e os

seus impactos sobre o estoque da dívida pública, tornou-se insuficiente na avaliação das finanças públicas.

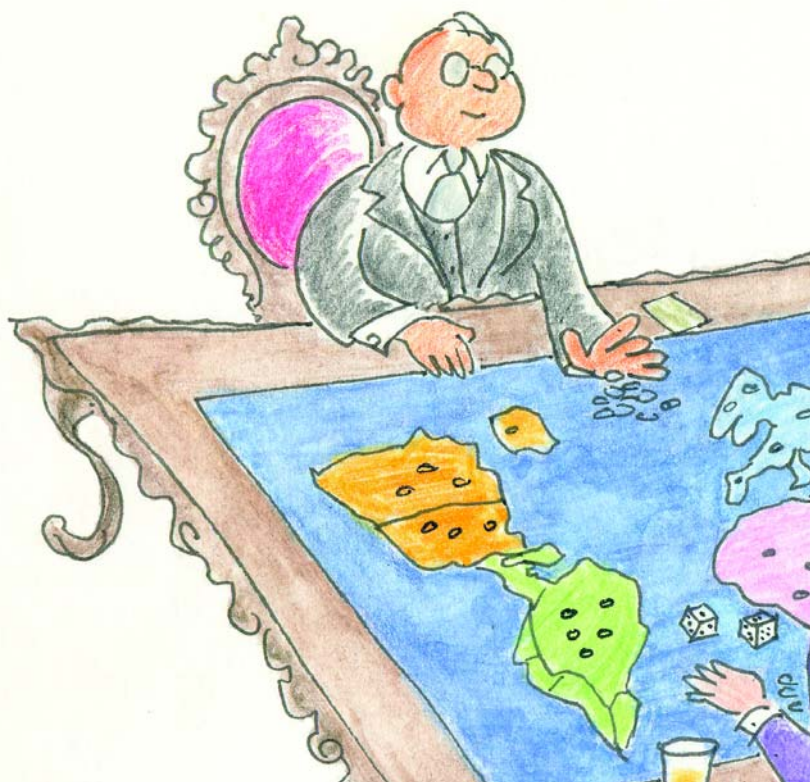
A introdução do conceito de sustentabilidade da dívida ocupou essa lacuna. O indicador do comportamento da relação dívida/PIB sinaliza a trajetória esperada da situação fiscal e serve de alerta, caso cresça rapidamente ou atinja nível considerado elevado. Se os cenários considerados mais prováveis apontarem riscos, a política fiscal teria de ser alterada, de modo a alcançar o superávit primário capaz de garantir a solvência da dívida e a continuidade da política de estabilidade.

A natureza prospectiva em que se baseia o princípio da sustentabilidade da dívida, no entanto, o deixa aberto à ampla gama de incertezas econômicas, principalmente em economias emergentes. As constantes alterações no mundo das finanças globais e a própria instabilidade interna provocam variações nas taxas de câmbio e juros, na inflação e no PIB, modificando, subitamente, as avaliações acerca da trajetória até então considerada sustentável, e exigindo a ampliação do esforço fiscal e o olhar mais cuidadoso sobre a trajetória das contas públicas.

> A interação da política fiscal com outras variáveis macroeconômicas

A análise do *mainstream* não se restringiu a debater a idéia de preservar a dívida pública como espaço entre o rol de ativos usados na valorização dos capitais. Além disso, procurou discutir o papel da política fiscal na articulação com outras variáveis macroeconômicas.

A análise da interação entre as políticas monetária e fiscal é um ponto de destaque na literatura convencional. Os argu-



mentos apontam grande consenso em torno da obrigatoriedade de manter o ajuste da política fiscal como forma de garantir a efetividade da política monetária. Na visão do *mainstream*, dominada pelas proposições de Milton Friedman, a inflação era vista como problema estritamente monetário, resultante do uso crescente da senhoriação no financiamento do déficit público. O controle da inflação dependia, desse modo, do poder das autoridades em conter a taxa de crescimento da oferta monetária e reiterar a política monetária restritiva até alcançar o objetivo.

No novo marco teórico dominante, a tese mais aceita é de que o poder da autoridade monetária poderia não ser suficiente no combate à inflação. A visão monetarista tradicional foi deixada de lado e ganhou espaço a proposta de que a âncora da política monetária é o controle intertemporal da política fiscal. No caso de prevalecer a situação de dominância fiscal², não seria viável o controle inflacionário, uma vez que o uso de uma política monetária restritiva, com taxas de juros reais maior do que o crescimento do PIB, levaria os agentes com expectativas racionais a anteciparem os níveis futuros de expansão monetária e a definirem patamares mais elevados de preços no presente.

O sucesso da política monetária no controle da inflação, nessas circunstâncias, está diretamente ligado à capacidade do Banco Central, como instituição independente, de definir a trajetória da política monetária sem ceder às pressões para expandir o financiamento, obrigando o governo a manter a disciplina fiscal e a solvência da dívida pública.

A discussão das relações entre a política fiscal e a crise externa foi outro ponto que recebeu destaque na literatura convencional corrente. Os modelos tradicionais sobre crises cambiais tinham como foco o problema dos países em desenvolvimento nos anos 70 e 80, e destacavam a presença de déficit fiscal e o seu financiamento, por meio da expansão do crédito doméstico como causas determinantes do colapso cambial. A existência da crise se devia então à existência prévia de políticas inconsistentes, e a solução do problema estava na adoção de um programa de ajuste fiscal.

A abertura financeira e o caráter especulativo das finanças globais alteraram a idéia original e o debate sobre o colapso dos regimes cambiais passou, em grande medida, a estar associado à expectativa de déficits fiscais prospectivos. Por isso, o risco em relação ao comportamento futuro das contas públicas pode desencadear uma crise cambial, apesar da situação fiscal corrente positiva. A mudança de humor dos agentes poderia ser deflagrada por problemas decorrentes da expectativa de ampliação das obrigações do setor público relacionadas, por exemplo, às questões previdenciárias, à assunção de dívidas de outras esferas de governo ou à presença de garantias implícitas aos bancos e empresas.

A sustentabilidade intertemporal da dívida pública e a credibilidade da política fiscal colocaram-se, então, como metas centrais da política econômica e salvaguardas de crises cambiais.

A mesma perspectiva analítica é utilizada na relação da política fiscal com a taxa de juros, os fluxos de capitais e o prêmio de risco. O comportamento dessas variáveis é visto como vinculado diretamente à expectativa sobre o volume da dívida e a situação fiscal futura dos países, sobretudo nos países emergentes, dependentes de financiamento externo. As condições de acesso aos capitais estariam dadas pela definição de programas de ajustes estruturais capazes de sinalizar o comprometimento com a sustentabilidade de médio e longo prazos da dívida pública.

O programa de consolidação fiscal, por outro lado, não aparece na literatura convencional como fator que, necessariamente, leva o país à recessão. A análise baseada na idéia de "contração fiscal expansionista" defende que mesmo os efeitos contracionistas de curto prazo podem ser superados quando os programas de ajuste alcançam credibilidade. Se isso ocorrer, os investidores, confiantes no comportamento futuro da economia, ampliam os gastos e evitam o quadro recessivo. Os analistas acreditam que esses efeitos são ainda mais efetivos caso o ajuste fiscal seja feito através de cortes de gastos, principalmente, de salários e transferências. Além disso, os aspectos microeconômicos e o arranjo institucional são apresentados como elementos importantes na definição do programa e nos resultados esperados, o que coloca em destaque a adoção de regras como meio de garantir a implantação da política proposta e a continuidade do crescimento.

> Considerações finais

A política econômica, pensada nesses termos, deixa pouco espaço de atuação à política fiscal. O papel que lhe cabia como instrumento de gestão da demanda agregada, na contramão da visão keynesiana, foi deixado de lado, delegando-se à política monetária o cumprimento dessa tarefa. A política fiscal deve se concentrar, sobretudo, na criação das condições de estabilidade e credibilidade da política econômica, pois, assim, estará contribuindo para o aprimoramento das condições de oferta e pavimentando o caminho da retomada do crescimento sustentável.

**Professor do Instituto de Economia na Unicamp, autor do livro "O colapso das finanças estaduais e a crise da federação", Editora Unesp, 2002.*

¹As questões aqui apresentadas estão mais bem desenvolvidas em outro texto do autor. Ver: "O papel da política fiscal: um exame da visão convencional". TD IE-Unicamp nº119 http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto_disc.html

²Isso quer dizer que é a autoridade fiscal, ao definir o valor total do orçamento, que determina o montante do financiamento, via dívida pública e/ou senhoriação, necessário à manutenção desses gastos, configurando a situação de "dominância fiscal" (*fiscal dominance*).

Precatórios: uma proposta em debate

IGOR TAMASAUSKAS*
SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL**

> Introdução

Tormento de credores, advogados e administradores públicos, a questão dos precatórios vencidos e não pagos deve ser enfrentada de maneira responsável e definitiva. Para isso, é pertinente que as partes envolvidas nesse intrincado problema deixem interesses políticos e corporativos de lado, em nome da construção de uma alternativa viável, de uma proposta madura que contemple tanto o direito dos beneficiários de ordens judiciais contra o Estado, quanto a viabilidade financeira dos entes públicos. O assunto não é novo e propostas para sua solução remontam a 1988, quando da promulgação da Constituição Federal.

É inegável que houve avanço na legislação, mas ainda persiste a realidade de ordens judiciais ainda por cumprir, não raramente impossíveis de serem cumpridas sem o desajuste geral das finanças públicas e, o que é pior, a descontinuidade na prestação dos serviços públicos, o que contribui, sobretudo, para o desprestígio do judiciário perante a sociedade em geral. Por outro lado, tal situação não é confortável para os entes públicos, sob constante ameaça de sanções e, por vezes, também objeto de descrédito perante aqueles que pleiteiam seus direitos expressos em sentenças judiciais. Apenas para ilustrar, existem mais de 4 mil pedidos



de intervenção em Estados em tramitação no Superior Tribunal Federal (STF), segundo dados do próprio órgão. Afora o sem-número de seqüestros de rendas, que reiteradamente têm trazido muitas e graves conseqüências para a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

Por vezes, a dificuldade econômica ocasional de per si não justifica a denegação de direitos, ou o descumprimento de ordens judiciais, sob pena de enfraquecimento do Estado Democrático de Direito e da legitimidade das instituições que o sustentam. Assim, é fundamental que o próprio ordenamento jurídico ofereça respostas à dificuldade concreta de pagamento dos precatórios, chamando à responsabilidade judicial os entes públicos e, ao mesmo tempo, permitindo formas viáveis, criativas e sustentáveis para o cumprimento dessas obrigações. É importante destacar que a atual ordem constitucional não oferece mecanismos para o equacionamento adequado desse problema. Prova disso são as inúmeras decisões em reclamações constitucionais perante o STF suspendendo ordens de seqüestro de tribunais inferiores.

Foi como tentativa de resgatar uma solução que se encontra em debate, perante o Senado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional nº 12/06.

> Histórico

Até a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, a execução judicial contra a Fazenda Pública não se diferenciava muito do regime estipulado para qualquer pessoa. A partir dessa Carta, a alienação dos "bens nacionais" passou a depender de decreto do poder legislativo (Assembleia Geral), conforme previsão do art. 15, XV, alterando-se substancialmente o procedimento pelo qual se transferia a propriedade de um bem público.

Seguidos privilégios foram estendidos aos bens públicos, associados ou não ao desempenho das atividades estatais, como aquele previsto no Decreto nº 3.084, de 05 de novembro de 1898, cujo artigo 532 afasta a penhorabilidade dos bens e das rendas da União, dos Estados e das câmaras municipais.

Como se verifica no dispositivo, seu dispêndio somente se aperfeiçoaria conforme previsões orçamentárias, reforçando a noção de que esses bens e rendas possuem uma característica especial que mereceu um tratamento privilegiado em relação aos bens dos particulares: o cumprimento das funções cometidas à administração pública.

Deparando-se com uma condenação judicial à Fazenda Pública, o magistrado deveria expedir um pedido para que seu pagamento fosse realizado pelo poder executivo, em respeito à não interferência de um poder (judiciário) no outro (executivo).

Em 1934, os precatórios foram, pela primeira vez, constitucionalizados, mediante a previsão no art. 182 daquela Carta. Essa inovação trouxe alguns importantes conceitos, como ordem cronológica de apresentação dos créditos e seqüestro de rendas, na hipótese de preterição do direito de precedência. Também inovou ao prever a consignação de créditos ao poder judiciário, para enfrentar as despesas com as condenações judiciais.

Ou seja, desde 1934 impôs-se a estrita observância de uma dada ordem para o pagamento dos créditos devidos pela Fazenda Federal em razão de sentença judicial: a ordem cronológica, cujo desatendimento implica seqüestro de rendas, a requerimento do credor. Trata-se de regra cujo objetivo é conferir a impessoalidade no trato da questão.

A disposição repetiu-se na Constituição de 1937 (art. 95) e, em 1946, estendeu-se o mesmo regramento às fazendas estaduais e municipais (art. 204), mantidas a ordem cronológica e a possibilidade de seqüestro em preterição dessa ordem.

A Constituição de 1967 trouxe outra novidade: a obrigatoriedade de inclusão, no orçamento, da quantia necessária ao pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho; logo, aqueles que se fizessem após esse período seriam levados à conta do exercício seguinte.

A Constituição de 1988, em sua redação original, trouxe outras modificações no regime dos precatórios, ao excepcionar os créditos de natureza alimentar e instituir regra para parcelamento dos demais precatórios pendentes de pagamento na data da sua promulgação (art. 33 do ADCT).

Quanto aos créditos de natureza alimentar, apesar da interpretação gramatical do caput do art. 100 afastá-los do regime precatório, prevaleceu o entendimento segundo o qual esses créditos deveriam formar lista diversa de preferência.

Dez anos depois, em 1998, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 20, estabelecendo um novo parágrafo ao artigo 100 já citado, com a tarefa de criar a figura das obrigações de pequeno valor, ou precatórios de pequeno valor, mediante as quais a Fazenda Pública honra seus compromissos judiciais independentemente do regime dos precatórios.

A maior mudança, contudo, veio com a Emenda Constitucional nº 30/2000, que modificou o art. 100 para detalhar os procedimentos para expedição das requisições de pequeno valor e responsabilização do presidente do tribunal que retardar a liquidação dos precatórios. O texto constitucional passou a contemplar, ainda, hipóteses de seqüestro de rendas na hipótese de omissão na inclusão orçamentária e de não pagamento do parcelamento previsto no incluído art. 78, do ADCT.

Agravaram-se, portanto, as medidas de coerção ao pagamento dos créditos judiciais contra a Fazenda Pública; entretanto, agravamento aplicável somente aos precatórios não alimentares e aos de pequeno valor.

Vê-se, portanto, que alterações pontuais e não sistematizadas da questão na Carta geraram um desequilíbrio no tratamento dos precatórios alimentares e dos não alimentares, além daqueles definidos como de pequeno valor. A proteção conferida ao credor do precatório não alimentar é maior, posto que o constituinte derivado deferiu-lhe o seqüestro também para as hipóteses de omissão orçamentária e não pagamento das parcelas no prazo determinado pelo caput do art. 78.

Esse desequilíbrio acaba por acarretar na inversão dos objetivos pretendidos pelo legislador constituinte, de assegurar o pagamento mais rápido dos precatórios alimentares. Tal situação é facilmente comprovada mediante uma singela análise das recentes decisões judiciais a respeito do tema, das quais se destaca a seguinte:

"A previsão de que trata o § 4º do art. 78 do ADCT da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 30/2000, refere-se exclusivamente aos casos de parcelamento de que cuida o caput do dispositivo, não sendo aplicável aos débitos de natureza alimentícia. A única situação suficiente para motivar o seqüestro de verbas públicas destinadas à satisfação de dívidas judiciais alimentares é a ocorrência de preterição da ordem de precedência."¹

Ao lado do seqüestro de rendas, outro mecanismo passível de ser utilizado para garantir o cumprimento das ordens judiciais de pagamento é a intervenção federal ou estadual. A intervenção é um instrumento previsto na Constituição, que consiste no afastamento temporário da autonomia dos Estados (no caso da intervenção federal) ou dos

municípios (no caso da intervenção estadual), para o enfrentamento de algumas situações fáticas previstas no próprio texto constitucional (art. 34 e 35), dentre os quais, o não cumprimento das ordens ou sentenças judiciais.

Esse instituto surgiu, pela primeira vez em sede constitucional, em 1891, quando se conferiu à União o poder de intervir nos Estados, para cumprimento de ordens de juizes ou tribunais federais (art. 60, IV). O cumprimento de ordem judicial, independentemente da natureza do tribunal, veio com a Carta de 46, no inciso V do art. 70. A atual Constituição prevê regra símile no art. 34, VI.

No entanto, a intervenção diante do não pagamento de precatórios esbarra na realidade econômica da incapacidade de cumprir tais ordens judiciais do ente federativo. A ausência de condições de pagamento, diante da necessidade da continuidade da administração, justifica, sob a ótica do STF, o descumprimento das requisições judiciais. Logo, a intervenção somente será legítima na hipótese de deliberada intenção de obstaculizar o pagamento de precatório. No julgamento da IF 298-2, o STF ponderou que o acatamento a ordens judiciais, como o são os precatórios, é obrigação constitucional de hierarquia idêntica, v.g., ao atendimento das necessidades de saúde e educação.

Esse aparente conflito se resolve, pois, mediante a utilização do princípio da proporcionalidade, em cuja aplicação, nas palavras do ministro Gilmar Mendes, "há de perquirir-se (...) se em face do conflito entre dois bens constitucionais contrapostos, o ato impugnado afigura-se adequado (apto a produzir o resultado desejado), necessário (insubstituível por outro meio menos gravoso e igualmente eficaz) e proporcional em sentido estrito (se estabelece uma relação ponderada entre o grau de restrição de um princípio e o grau de realização do princípio contraposto)"².

Enfim, por todo o exposto, verifica-se que o modelo atual está completamente esgotado. A disparidade entre as regras para o pagamento de precatórios alimentares e não alimentares, a ineficácia dos mecanismos de exigência do cumprimento das ordens judiciais e a incerteza da juridicidade das propostas de compensação tributária implementadas demonstram a necessidade da adoção de um novo marco legal para o enfrentamento da questão. O então ministro Nelson Jobim, por ocasião do julgamento cautelar da ADI nº 1.662, asseverou que "não há dúvida de que a fórmula constitucional do art. 100 tem criado dificuldades no que diz respeito à execução e ao cumprimento dos créditos particulares contra o Estado. Isso é um fato indiscutível. A solução do art. 100, efetivamente, não compôs os conflitos decorrentes dos interesses entre credores do Estado e o Estado genericamente considerado". Urge, portanto, discutir propostas para a superação de tal problemática.





> A PEC nº 12/2006

Em linhas gerais, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 12/06, em tramitação perante o Senado Federal, busca criar mecanismos de solução alternativa ao cumprimento das decisões judiciais, como a compensação e o leilão de credores. Embora ainda se encontre sob avaliação parlamentar, e, portanto, sujeita a modificações, essa proposta permite que se sistematize a forma de cumprimento dos precatórios, bem como equacione o postulado de observância das decisões judiciais vis-à-vis do atendimento de outros direitos fundamentais do cidadão, como o acesso à saúde, à educação, ao transporte, dentre inúmeros.

Sua primeira modificação busca impor a necessidade de compensação entre os valores previstos na condenação e aqueles que porventura o detentor do precatório estiver em débito para com o fisco. Essa regra traz, para a relação administração com o administrado, o conceito da compensação, com a finalidade de se criar um mecanismo para reduzir o estoque de precatórios, por um lado, e de dívida ativa, de outro, consoante recentes precedentes do STF, dentre outros, na Reclamação nº 5.609.

A grande novidade da proposta, contudo, é a criação de um regime especial e transitório para pagamento de precatórios, que deverá vigorar enquanto perdurar a situação anômala do não pagamento desses créditos.

Uma rápida leitura da justificativa que acompanha a proposta permite enxergar algumas constatações do legislador:

- a) o atual quadro decorre de situação anômala, advinda de um passado de irresponsabilidade de gestão, em alguns casos, e da economia do país, nas outras vezes, gerado pela inflação elevadíssima de outros tempos; e

- b) a situação atual das finanças públicas não permite a regularização do passivo em um prazo razoável de tempo, sem o comprometimento de outras obrigações de índole também constitucional, como educação, saúde e assistência social.

Trata-se, portanto, de um confronto entre os princípios da coisa julgada e o respeito às decisões judiciais por parte da administração, e a possibilidade do pagamento dessas obrigações judiciais, sem perder de vistas as obrigações do Estado para com a sociedade, razão de ser última da organização coletiva. Nas palavras do ministro Gilmar Mendes, durante o julgamento da IF nº 298-2, deve-se cotejar a obrigação de cumprimento das decisões judiciais com a reserva do financeiramente possível, de índole também constitucional. Portanto, a questão a ser enfrentada, além de normativa, possui elevada carga factual, sobretudo econômica.

Nessa ótica, a proposta contribui para o equacionamento da questão, ao incluir mecanismos alternativos de pagamento das condenações judiciais contra a Fazenda Pública.

> Conclusão

O tema dos precatórios, como não poderia deixar de ser, desperta inúmeras paixões em vista dos princípios constitucionais da coisa julgada e da estrita obediência às decisões judiciais, primados do Estado Democrático de Direito, além do inafastável interesse econômico representado pelos inúmeros credores. De outra banda, o Estado possui compromissos inadiáveis com a sociedade, razão primeira de sua organização e existência, que se traduzem no atendimento das mais básicas necessidades do ser humano, como a educação, a saúde, a assistência social, a segurança pública, o transporte coletivo, enfim, aqueles direitos que são cotidianamente cobrados à responsabilidade dos administradores.

A proposta analisada, enfim, reúne condições mínimas para um novo enfrentamento da questão, à vista do esgotamento do modelo atual, por permitir ao Estado a gestão um pouco mais consequente da questão, sem pura e simplesmente significar o continuísmo do não pagamento das ordens judiciais e das suas indesejáveis consequências: a desmoralização do Estado brasileiro e o óbice às saudáveis práticas do planejamento e do investimento público e privado.

* Advogado.

** Mestre e doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Professor doutor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹ STF, Rcl nº 2.452, Rel. min. Ellen Gracie.

² STF, IF nº 2915-5, Rel. p/ Acórdão min. Gilmar Mendes, citado no julgamento da IF nº 298-2.



A reforma tributária e o ITR

GILBERTO PERRE*

Novamente, o tema reforma tributária está na ordem do dia. Seu enfrentamento é urgente e o momento é oportuno. A combinação de crescimento econômico e estabilidade monetária com um cenário internacional favorável oferece condições essenciais para o desenrolar do imprescindível debate. Um ambiente recessivo inviabiliza de pronto um encaminhamento sereno para o tema. Nessas circunstâncias, a remota hipótese de qualquer comprometimento de receita pública ou de alterações nos impostos não podem sequer ser aventadas.

Por outro lado, o crescimento da carga tributária de 29% em 1990 para 34% do PIB em 2006 tensionou de tal forma o assunto na sociedade e no seio empresarial que qualquer proposta de mudança tributária passou a ser tratada como proibitiva, quase uma heresia. A situação chega a ser pa-

radoxal: se o clamor é pela mudança, se a situação é insustentável, ineficaz e injusta, por que não enfrentá-la? Por que não tentar construir consensos que apontem para uma maior racionalidade do sistema, e que colabore para desfogar e prevenir o sistema judiciário de incontáveis contenciosos tributários? Por que não promover a progressividade em detrimento da regressividade do sistema atual, em que aqueles de maior poder aquisitivo pagam proporcionalmente à sua renda menos impostos que os mais pobres?

Ou seja, o momento nos aponta um desafio histórico: debater técnica e politicamente, nas três esferas de governo, interna e externamente, uma proposta responsável e conseqüente de reformulação do nosso caótico sistema tributário de tal forma a oferecer melhores condições para o desenvolvimento econômico de forma sustentada, com distribui-

ção de renda e com inserção competitiva do país na economia globalizada. O pontapé inicial foi dado e o Congresso estará sob holofotes. Estamos convocados para o debate.

Muitos aspectos derivam de tema tão instigante e abrangente. Valeria a pena insistir na criação do Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV) com a incorporação do Imposto sobre Serviço (ISS) ao Imposto sobre Valor Adicionado Estadual (IVA-E)? Por que não destinar 100% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para os municípios que assumirem as ações de trânsito? E as contribuições federais serão incorporadas à base de partilha do Fundo de Participação do Município (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE)? E os injustos critérios de repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) serão alterados? Por que não retomar a discussão a respeito do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) progressivo?

O debate promete e a conversa é longa. Vamos nos concentrar em propor uma abordagem sobre a seguinte tese: por que não transformar o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) em um imposto municipal, com alíquota, ou faixa de alíquotas, e critérios de lançamento e cadastrais mínimos definidos em legislação federal?

Vejamos. A nova ordem constitucional vigente a partir de 1988, ao delinear os princípios tributários, determinou: sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Muito se tem debatido a respeito desse comando constitucional, especialmente sobre a definição de capacidade contributiva. Sem aprofundar o assunto, cuja relevância é digna de uma tese, é fato que a Constituição Federal elegeu a propriedade imobiliária como um critério para a definição de capacidade contributiva. E assim o fez ao editar as Emendas Constitucionais nº 29 e 42.

A primeira alterou sensivelmente a sistemática do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), permitindo que a tributação fosse progressiva em razão do valor do imóvel e que as alíquotas fossem definidas segundo a sua localização e utilização. A segunda modificou a sistemática do ITR, permitindo sua graduação de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

Ambas as alterações caminham no sentido de determinar que a propriedade territorial é elemento revelador da capacidade contributiva, de forma direta, pela graduação do imposto em razão do valor do imóvel, ou de maneira

indireta, pelo aumento da tributação em razão do seu uso, coibindo a especulação imobiliária, rural ou urbana.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), existem em todo o país quase 5 milhões de imóveis rurais que ocupam uma área de 623 milhões de hectares de terra. Em 2005 foram recolhidos a título de ITR R\$ 276 milhões, ou seja, uma média de R\$ 56 (cinquenta e seis reais) por imóvel/ano ou R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) por hectare de terra/ano. O ITR responde por apenas 0,04% da arrecadação tributária nacional e representa 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os baixos valores relativo e absoluto da arrecadação do ITR decorrem de diversos fatores, dentre eles a grande extensão territorial do país e a dificuldade da União em fiscalizar todas essas propriedades. Acrescenta-se a isso o fato de a arrecadação do ITR estar diminuindo.

Além desses dados, que demonstram a potencialidade do ITR sob o aspecto fiscal, outro aspecto merece destaque: os conflitos sobre a incidência de ITR e IPTU.

Existem hoje pelo menos quatro modalidades de imóveis privados:

- 1) O urbano típico: aquele inserido na área urbana cuja destinação é a de moradia ou exploração econômica não agrícola ou pecuária, sujeitando-se à incidência do IPTU;
- 2) O rural típico: aquele inserido na área rural cuja destinação é exclusivamente a exploração econômica agrícola ou pecuária, sujeitando-se à incidência do ITR;
- 3) O urbano híbrido: aquele inserido na área urbana, cuja destinação é (ou alega-se ser) a exploração econômica agrícola ou pecuária; e
- 4) O rural híbrido: aquele inserido na área rural e cuja destinação, não necessariamente exclusiva, é a exploração econômica não agrícola ou pecuária (lazer, moradia, hotéis, indústrias e outros).

Para as hipóteses 3 e 4 não há consenso técnico sobre a tipificação tributária. E há um comportamento recorrente daqueles contribuintes que almejam uma situação particularmente vantajosa, mas socialmente injusta e discutível: se sujeitar convenientemente a valores irrisórios de pagamento de ITR, ou sequer ao pagamento de qualquer imposto sobre a propriedade imobiliária.

Na hipótese 3, enfrenta-se o grave problema da especulação imobiliária urbana, com o surgimento e a manutenção dos vazios urbanos e suas indesejáveis conseqüências para o equacionamento das finanças municipais (maiores áreas

atendidas com serviços públicos de iluminação, transporte e coleta de lixo, por exemplo) e para o meio ambiente. O Estatuto das Cidades, em parte, fornece instrumentos para o enfrentamento do problema.

Por outro lado, na hipótese 4, destacam-se algumas situações cada vez mais frequentes: i) a ocupação do chamado "novo rural", ou seja, a utilização de áreas rurais para exploração de atividades econômicas dos setores industrial, comercial ou de serviços. Por exemplo, valiosos imóveis destinados a atividades que se convencionou chamar de "logística": depósitos ou centros de distribuição de grandes indústrias ou de empresas do ramo comercial. Na área de serviços constata-se também a ocorrência das atividades do ramo hoteleiro e de lazer - resorts, pousadas, motéis, spas, dentre outros; ii) há também ocupações de imóveis, especialmente no entorno da área urbana, com destinação para moradia, lazer, ou mesmo especulação imobiliária, cujo contribuinte não se sujeita ao IPTU tampouco ao ITR; e iii) tem-se também a utilização de áreas de transição entre os meios urbano e rural, como chácaras de lazer e, cada vez mais, como moradia, muitas vezes com a ocorrência de elevados padrões construtivos.

Dessa forma, é crescente em número de casos e em tipos de situações os imóveis cujos proprietários não se sujeitam a nenhum imposto sobre a propriedade imobiliária.

Esse tratamento tributário não pode prosperar. É injusto, pois trata iguais desigualmente. Acarreta frustrações de receitas importantes para o erário e impossibilita a aplicação de políticas extrafiscais de indução ao desenvolvimento econômico sustentável e para o planejamento da ocupação do solo urbano, do seu entorno e do meio rural.



Para enfrentar as questões apontadas, justifica-se a elaboração de uma nova legislação sob a qual toda propriedade imobiliária seja tributável em função da sua extensão, localização, uso e valor.

A municipalização do ITR sob regras mínimas nacionais, dentre as quais o estabelecimento de um padrão cadastral e de uma alíquota, ou um intervalo de alíquotas, aponta na direção do equacionamento dessas anomalias. Se a municipalização for condicionada à obrigação por parte dos municípios de manter permanentemente o cadastro imobiliário rural sob sua jurisdição atualizado, e disponível a órgãos públicos, um valiosíssimo banco de dados estará sendo construído. É inestimável o potencial de retorno econômico, social e ambiental para o país desse material. Construir-se-ão condições excepcionais para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas por parte da União, Estados e municípios em diversas áreas.

Por outro lado, é preciso articular as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade e nos Planos Diretores com a política tributária. Não é razoável o município ser responsável pelo estabelecimento e pelo cumprimento das diretrizes de ocupação do solo em todo o seu território, rural e urbano, e as prerrogativas tributárias para a tributação da propriedade serem distintas (federal e municipal) e muitas vezes conflitantes.

Finalizando, resta ainda um forte argumento do ponto de vista econômico. O editorial da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, edição de setembro último (vol 61, nº 9, pág 6 a 8), traz precisa análise da valiosa oportunidade em se transformar o ITR em um imposto municipal. A apreciação das cotações das commodities, cujo ciclo econômico pode ser longo, sugere a mudança no ITR. Afirma o editorial: "Um tributo deste tipo aumentaria a arrecadação pública sobre um fator relativamente subtaxado, mas com grande vantagem de não ter impacto expressivo sobre a oferta. A razão para isso é que a terra pode ser considerada um fator não-reprodutível, o que caracteriza o melhor tipo de base tributária, de acordo com a teoria econômica. Isso significa que o tributo não desestimulará a reprodução do fator, como acontece quando se taxa o capital e o trabalho".

Assim como enfatiza o editorial citado, uma mudança dessa ordem deveria ocorrer no bojo de outras alterações no sistema tributário de tal forma a não implicar aumento da carga tributária. Pelo contrário. Afinal, pelo menos nesse ponto já reside um consenso: é política e economicamente impossível e indesejável aumentá-la.

* Secretário municipal de Fazenda de São Carlos-SP, secretário geral do Comitê de Finanças Municipais (Cofim) da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).



Novas experiências na área tributária de São Bernardo do Campo

> Fidelidade tributária

Tradicionalmente, os fiscos municipais focam suas ações na identificação e punição dos maus contribuintes. Até então, pouca ou nenhuma atenção foi direcionada para estimular os bons pagadores, ao contrário do que vem acontecendo na iniciativa privada, que busca incessantemente criar uma relação de fidelidade entre a empresa e seus clientes.

Estudo recente realizado pela Secretaria de Finanças de São Bernardo do Campo constatou que, historicamente, o índice de inadimplência no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de taxas é de aproximadamente 25%, o que, só no exercício de 2005, equivaleu a cerca de R\$ 40 milhões. Em relação ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) fixo e à Taxa de Fisca-

lização de Funcionamento (TFF), o não-pagamento chega a 30%, o que correspondeu a aproximadamente R\$ 3,65 milhões no mesmo ano. Verificou-se ainda que, mesmo após as cobranças promovidas pela administração, seja "amigável" seja "judicial", esse nível de inadimplência se mantém, refletindo diretamente no saldo acumulado da dívida ativa, que ao final de 2005 estava acumulado em R\$ 1,07 bilhão. Desse montante, R\$ 448,1 milhões correspondiam a lançamentos de IPTU e taxas.

Visando a premiar os cidadãos que pagam seus impostos devidamente e, ao mesmo tempo, a reduzir a inadimplência, a Secretaria de Finanças deu um ousado passo com a Lei Municipal nº 5.549, de 29 de junho de 2006, que passou a ser aplicada a partir de 2007.

A iniciativa reduz em 5% o valor cobrado dos contribuintes que mantiveram seus pagamentos rigorosamente em dia no exercício imediatamente anterior, abrangendo o IPTU e as respectivas taxas, bem como o ISS fixo e a TFF.

Além do desconto, a administração municipal pretende conscientizar o munícipe da importância do cumprimento regular e pontual de suas obrigações tributárias. O objetivo é mostrar que, para executar obras e serviços públicos de relevante interesse e em benefício de toda a sociedade, o município depende de recursos financeiros, que são obtidos, na sua maior parte, por meio do recolhimento de tributos próprios. Afinal, a responsabilidade tributária também constitui uma das facetas do pleno exercício da cidadania.

> Investimento em conhecimento

Em meados de agosto, funcionários da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Bernardo do Campo começaram a ser treinados por um plano-piloto do projeto de educação continuada. Nas segundas, terças e quartas-feiras, o auditório da secretaria transforma-se em sala de aula.

Das 7h às 19h são televisionados cursos com conteúdos programáticos voltados para o mercado corporativo e as mudanças em gestão governamental e empresarial. Além disso, ocorrem treinamentos focados no desenvolvimento das principais competências e habilidades individuais e no aumento da versatilidade e produtividade. Novidades e tendências, negociação e comunicação, marketing e vendas, administração pública e finanças, informática e internet, e programação social são assuntos abordados. Os funcionários se revezam em sala de aula, tendo como meta assistir a, no mínimo, três cursos em horário laboral e mais quantos tiver interesse nos horários livres.

As aulas são oferecidas pela DTCom, que possui parcerias de conteúdo com as mais renomadas instituições de ensino, por exemplo, PUC-PR, ESPM, Rede Mundial, UFSC, FGV, FTN e STN; além de mais de 200 renomados consultores e palestrantes das mais diversas áreas de relacionamento humano e profissional, nacional e internacional, como Jack Welch, Tom Peters, John P. Kotter, Carlos Alberto Julio, Waldez Luiz Ludwig, Clemente Nóbrega, entre outros. Fundada em novembro de 2000, com seus canais de treinamento via satélite, a DTCom disponibiliza, a distância, com a instalação de antena parabólica, mais de 80 horas de programação inédita todos os meses.

São nítidas as mudanças no âmbito de trabalho. Os servidores agora conversam entre si sobre o que aprenderam, prestam mais atenção a detalhes que antes passavam despercebidos no dia-a-dia, e estão mais motivados a buscar informações para aplicá-las no trabalho e para viver melhor.

> Revisão, atualização e manutenção do cadastro fiscal imobiliário

Diante da rápida expansão e intensa transformação das áreas urbanas dos municípios brasileiros nas últimas décadas, surgiram

para as administrações municipais alguns desafios. Dentre esses encontram-se o de acompanhamento constante e eficiente de seu mapeamento de estado real de ocupação e, paralelamente, os de revisão, atualização e manutenção do seu cadastro fiscal mobiliário e imobiliário.

Em amparo a essas necessidades, foram desenvolvidas diversas metodologias de mapeamento, revisão e atualização cadastral urbana, a exemplo da utilização de fotos aéreas e imagens captadas por sensores instalados em satélites, que viabilizam a implantação de um sistema de informações geográficas voltadas para esses fins.

Enfrentando essa nova realidade, São Bernardo do Campo buscou, nos modernos instrumentos tecnológicos disponíveis no mercado, meios que atendessem as necessidades da administração. A seguir, investiu na revisão do cadastro fiscal imobiliário, a partir de levantamento efetuado com base em ortofoto, na atualização e manutenção desse registro; e no Sistema de Geoprocessamento, com a utilização de imagens captadas por sensores instalados em satélites.

Revisão dos Cadastros

O Município de São Bernardo do Campo firmou, em 2005, contrato com a empresa **Unitech Tecnologia de Informação Ltda.**, para prestação de serviços de consultoria e tecnologia da informação. O trabalho compreende: a revisão e atualização do cadastro fiscal mobiliário e imobiliário; a integração da base de dados tabulares a um Sistema de Geoprocessamento; a identificação e o cadastramento dos imóveis próprios municipais; e a atualização do mapa digital referente a 187.063 unidades imobiliárias e 26.112 de unidades mobiliárias, sendo que 5.702 referem-se a unidades industriais, comerciais e prestadores de serviços.

A coleta global dessas informações, relativas tanto aos imóveis de particulares quanto aos da própria administração, associadas a outras disponibilizadas pelo município, possibilitou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), elaborado em conformidade com o fluxograma e as diretrizes estabelecidos no plano de trabalho.

Desde a sua concepção até a efetiva utilização, esse projeto passou pelas seguintes fases: geocodificação, levantamento de dados, análise de diagnósticos, concepção, projeto lógico, projeto físico, elaboração de manuais do sistema, carregamento de dados tabulares, carregamento de arquivos gráficos, implantação, treinamento do usuário, e assistência técnica e apoio.

O SIG encontra-se em pleno funcionamento e disponibiliza diariamente aos seus usuários, de forma sistematicamente organizada, informações tabulares e geográficas (ortofoto, imagens de fachada dos imóveis e correspondentes croquis de "memória" e digitais) sobre imóveis situados no município, viabilizando uma eficiente fiscalização. Esses dados possuem total sincronismo com diversos outros relacionados ao cadastro fiscal mobiliário, possibilitando, dessa forma, ampla interconexão.

A ferramenta é de fácil operação, pois não requer dos usuários

conhecimentos específicos em Autocad ou Geoprocessamento. Ela possui uma interface simples, em idioma português, com inúmeras facilidades de consulta às informações tabulares e geográficas relativas ao cadastro fiscal. Permite pesquisas múltiplas por área de terreno ou construída, utilização, valor venal, nome, endereço, limites de zona e quadra, bairros e suas fronteiras, logradouros (início e fim) ou até mesmo vários fatores concomitantemente conjugados.

Na sua finalização, o projeto de revisão do cadastro fiscal imobiliário, realizado por meio de levantamento efetuado com base em ortofoto, demonstrou total sucesso. Todas as 187.063 unidades imobiliárias revisadas tiveram seus croquis indicativos de edificação digitalmente elaborados, bem como suas respectivas imagens geocodificadas. Desse total, 39.320 sofreram alterações cadastrais, que ocasionaram um impacto positivo de 28,17% na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo a 2007, em comparação ao de 2006. Em espécie, isso corresponde a um salto de R\$ 28.203.263,49, em 2006, para R\$ 36.146.950,21, em 2007.



Demonstrativo do aumento de arrecadação referente às 39.320 unidades que sofreram alterações cadastrais

2006	2007	Aumento de 28,17%
R\$ 28.203.236,49	R\$ 36.146.950,21	

O projeto também alcançou resultados positivos em relação à arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), incidente na construção civil, com uma arrecadação adicional de R\$ 5.618.398,74 em 2006.

Os números expostos demonstram que a metodologia adotada mostrou-se plenamente eficiente, cujos resultados positivos na revisão cadastral se fizeram sentir através de um aumento significativo na arrecadação de tributos e na igualdade fiscal entre os contribuintes, o que é um dos pilares da justiça social. Atualmente, a administração tributária conta com um eficiente sistema de controle e acompanhamento das áreas ocupadas e do tipo de uso que se faz em cada uma delas. Tem ainda a sua disposição informações que permitem a elaboração de planos, estudos e metas fiscais e extrafiscais. Assim, os demais setores da prefeitura também têm ferramental apropriado para a elaboração de projetos de infra-estrutura, estudos de transportes e arruamentos, trânsito e sinalização, contribuindo em muito com o bem-estar dos moradores.

Atualização dos Cadastros

A revisão do cadastro fiscal imobiliário mostrou um efetivo sucesso. Entretanto, São Bernardo do Campo possui uma imensa área territorial, de aproximadamente 407 quilômetros quadrados, que, entre outros fatores igualmente positivos, vem contribuindo demasiadamente para um considerável crescimento populacional, com novas edificações surgindo de forma muito acelerada.

A velocidade desse desenvolvimento torna impraticável a fiscaliza-

ção in loco de todas as unidades autônomas e suas edificações. Isso desencadearia, num período de tempo muito curto, um rápido processo de “corrosão” do resultado final da revisão cadastral, o que causaria, por sua vez, um retardamento, e até mesmo uma expressiva perda, na arrecadação municipal.

A solução mais rápida e eficiente foi implantar a atualização e manutenção cadastral por meio de imagens captadas por satélite, contando para isso com os serviços da **Brasil Partners Engenharia Ltda.**, empresa especializada em geoprocessamento e comercialização de softwares de consulta e manipulação de imagens georeferenciadas.

Três imagens de alta resolução da superfície do território do município estão sendo captadas por meio de sensoriamento remoto, em diferentes meses do ano. Depois, elas são georeferenciadas e comparadas às obtidas em períodos anteriores no mesmo local. Os trabalhos tiveram início utilizando-se aquela ortofoto que deu base à revisão cadastral executada pela Unitech Tecnologia de Informação Ltda., no ano de 2005.

O método comparativo dá origem a um relatório que aponta com precisão as unidades autônomas (lotes de terreno) que contêm alguma forma de alteração em sua área total construída e que não foram, apesar disso, objetos de atualização junto ao cadastro fiscal imobiliário.

O trabalho permite a obtenção de indicações quadra a quadra e lote a lote das alterações urbanísticas ocorridas e não-informadas à administração, ou seja, não-cadastradas. Isso permite a pronta intervenção das autoridades e agentes municipais, pontualmente, quando e onde for necessário, de modo a manter a base de dados constantemente atualizada.

Estima-se que esse investimento trará um alto índice de retorno para a cidade, o que o torna relativamente baixo se analisado numa perspectiva de custo/benefício. Sob a ótica financeira, a implantação dos sistemas implicará um aumento substancial da arrecadação, principalmente em relação ao IPTU e ao ISS (esse último incidente especificamente sobre serviços de construção civil), cuja arrecadação total é estimada em R\$ 190.290.000,00 e R\$ 19.139.000,00, respectivamente, para o exercício de 2008.

Denota-se, ainda, que essas informações podem ser utilizadas em outras aplicações, pois um Sistema de Informações Geográficas que utiliza um ambiente de geoprocessamento e tecnologias integradas pode contribuir muito na metodologia de trabalho de elaboração de Planos Diretores, auxiliando na definição das políticas públicas de ordenamento da cidade.

Na sua finalização, o projeto resultará num cadastro fiscal imobiliário, numa base de dados cadastrais georeferenciada e num mapa digital atualizado, integrados a imagens tridimensionais de pontos notáveis. Os administradores de São Bernardo do Campo acreditam que uma base cadastral bem atualizada dá sustentação a uma eficiente gestão municipal e transforma-se em um instrumento de desenvolvimentos social e econômico.